



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

Flavia Soares Ramos

UM ESTUDO RELACIONAL SOBRE AS/OS NOVAS/OS
AGRICULTORAS/ES DE ORIGEM URBANA E SUA PARTICIPAÇÃO NO
SETOR AGROALIMENTAR DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
(SC)

FLORIANÓPOLIS, SC

2022

Flavia Soares Ramos

**UM ESTUDO RELACIONAL SOBRE AS/OS NOVAS/OS AGRICULTORAS/ES DE
ORIGEM URBANA E SUA PARTICIPAÇÃO NO SETOR AGROALIMENTAR DA
REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (SC)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas
Área de concentração: Sociedade Meio Ambiente, Migrações e Risco (SMA)
Orientadora: Profa Dra. Márcia Grisotti
Coorientador: Prof. Dr. Javier Vernal

Florianópolis, SC
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, Flavia Soares

Um estudo relacional sobre as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana e sua participação no setor agroalimentar da Região da Grande Florianópolis (SC) / Flavia Soares Ramos ; orientador, Marcia Grisotti, coorientador, Javier Ignacio Vernal, 2022.

229 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. I. Grisotti, Marcia . II. Vernal, Javier Ignacio . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Flavia Soares Ramos

Um estudo relacional sobre as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana e sua participação no setor agroalimentar da Região da Grande Florianópolis (SC)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Valter Lúcio de Oliveira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Paulo André Niederle
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Ciências Humanas.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Márcia Grisotti
Orientadora

Florianópolis, 2022

Essa tese é dedicada a duas Marias:

*minha amiga Maria das Graças Brightwell (in memorian),
Musa inspiradora para um mundo agroecológico.
Sempre dançando na memória.*

*professora Maria Ignez Paulilo,
que me indicou os caminhos de um campo feminista.
Sempre generosa na academia e fora dela.*

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grata às muitas pessoas e instituições que participaram direta ou indiretamente do processo que culminou nesta tese.

Dentre estes, menciono meus professores do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), especialmente minha orientadora, Prof. Márcia Grisotti, por seu apoio, confiança e empatia.

Também agradeço à Prof. Miriam Grossi, por seu incentivo para submeter o projeto ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas em 2017; à Prof. Eunice Nodari, por ter acolhido meu projeto no primeiro momento e me inserido no Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) e ao Prof. Javier Ignacio Vernal pela coorientação e pelas estimulantes aulas no primeiro semestre do curso.

Além dos docentes do PPGICH, agradeço também ao Prof. João Klug, que inspira a todos com sua humanidade e carinho; aos Profs . Oscar José Rover e Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos, que abriram as portas de suas salas de aula para que eu pudesse realizar os estágios de docência; e Karolyna Herrera e Renê Birochi pela disposição para compartilhar materiais, ler e discutir o trabalho, além da nossa amizade pessoal.

Agradeço ainda a parceria e amizade dos meus colegas de turma (2018) e das turmas anteriores e posteriores, pessoas de diferentes nacionalidades e etnias, formas e conteúdos, que compartilham interdisciplinarmente outras formas de ver o mundo. Também aos colegas do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF) e do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), e às servidoras públicas que atuam na administração do PPGICH, Cristina Eberhardt Francisco e Luciana Caldas Zica.

Não posso deixar de mencionar a Capes, pelo incentivo financeiro para a realização desta pesquisa, bem como a UFSC, onde passei tantos momentos memoráveis. Desejo vida longa à universidade pública, gratuita e de qualidade.

Pessoalmente, agradeço aos meus pais, Carlos e Luciane, e às minhas irmãs, Anmali e Carla, por me apoiarem na distante vida acadêmica. Às amigas, amigos e amigues que, de uma forma ou de outra, aqueceram meu coração só pela sua existência. Ao meu marido, André Gustavo Carlon, por me inspirar a dar esse passo na vida acadêmica, e me apoiar integralmente desde a ideia de entrar no programa até o ponto final desta tese.

Por último e não menos importante, eu agradeço profundamente as agricultoras e agricultores, não apenas aquelas que participaram da presente pesquisa, mas todas e todos que produzem nossos alimentos.

RESUMO

Nesta tese investigamos como indivíduos de origem urbana participam e constituem o setor agroalimentar de base ecológica da Região da Grande Florianópolis (SC) enquanto agricultoras/es, a quem chamamos de novas/os agricultoras/es por sua inexperience anterior na atividade agrícola. Diferente de outras pesquisas sobre neorurais, termo usado a partir da década de 1960 na França e que enfatiza a migração do meio urbano para o rural, nesta pesquisa privilegiamos experiências de mudança laboral, acompanhada ou não de uma migração espacial. Nosso objetivo central foi investigar como projetos individuais são articulados às condições materiais, socioculturais e político institucionais, conformando diferentes possibilidades de reprodução social e como essas experiências se vinculam ao setor agroalimentar local e regional, ao mesmo tempo que o constituem. Para identificar, quantificar e localizar essas experiências, realizamos um levantamento de campo a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos junto a 152 agricultoras/es cadastradas/os, dentre os quais 29% tinham origem urbana. Essa etapa nos forneceu informações atualizadas sobre o contexto produtivo regional, e nos permitiu replanejar a etapa seguinte da pesquisa, especificamente com as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana, visto que sob as restrições impostas pela pandemia de Covid-19 não pudemos ir a campo em 2020. Assim, sabendo que todas/os as/os agricultoras/es independentemente da origem tinham acesso à internet, aplicamos um questionário remoto. Os dados revelaram que as/os novas/os agricultoras/es não são necessariamente jovens, têm nível educacional acima da média rural e urbana, migram preferencialmente em duplas/casais, e que ambos dedicam-se em alguma medida às atividades agrícolas, embora seja comum a manutenção de algum outro trabalho. As motivações para tornarem-se agricultoras/es são pessoais e orientadas sobretudo pela busca por uma qualidade de vida que deixou de ser acessível nas cidades, especialmente no que diz respeito aos fatores ambientais. Apesar disso, há preferência por unidades produtivas próximas às cidades, o que facilita a circulação para questões pessoais, a entrega de produtos e/ou o recebimento do público nas unidades produtivas, prática comum entre as/os participantes da pesquisa. A grande maioria está vinculada à entidade de certificação participativa, o que propicia algumas das principais oportunidades de aprendizado das atividades agrícolas por promover o contato com outras/os agricultoras/es com interesses semelhantes, constituindo redes mais importantes do que a proximidade geográfica. Quanto à comercialização, a prioridade são os circuitos curtos de comercialização, o que favoreceu a continuidade da atividade apesar das restrições devido à pandemia de COVID-19. De um lado, essa situação incidiu no aumento da demanda por alimentos de base ecológica por consumidores individuais, o que pôde ser atendido por parte das/os novas/os agricultoras/es, especialmente por quem podia entregar a domicílio. Por outro, interferiu nas compras institucionais, cujos contratos não foram executados integralmente pelo governo, o que poderá influenciar futuras adesões às políticas públicas, que já é aquém quando comparado com o público da agricultura familiar. Concluímos que as/os novas/os agricultoras/es participam e influenciam a dinâmica do setor agroalimentar da região, promovendo não apenas a agricultura de base ecológica, mas um estilo de vida diferenciado. Consideramos que nossa aproximação ao fenômeno pode auxiliar na definição da categoria e conseqüentemente na elaboração ou ajustes das políticas públicas do setor agroalimentar de modo a ampliar a participação de outros atores interessados. Mas ponderamos que

pesquisas futuras precisam aprofundar a compreensão sobre os impactos no mercado de terras e a interação com a comunidade local, por exemplo, se quisermos contribuir com uma perspectiva menos urbano-centrada que pode levar a novas rupturas sociais.

Palavras-chave: agricultores de origem urbana; neorurais; agricultura de base ecológica; setor agroalimentar.

ABSTRACT

In this dissertation, we have investigated how individuals of urban origin participate and constitute the ecologically based agri-food sector in the Metropolitan Region of Florianópolis (SC) as farmers, whom we called new farmers due to their previous inexperience in agricultural activity. Unlike other research on neo-rural people - a term used from the 1960s onwards in France that emphasizes migration from urban to rural areas, in this research, we focus on experiences of labor change, accompanied or not by spatial migration. Our main objective is to investigate how individual projects are linked to material, socio-cultural, and political-institutional conditions, shaping different possibilities of social reproduction, and how these experiences are linked to the local and regional agri-food sector at the same time they make up its dynamics. To identify, quantify and locate these experiences, we carried out a survey from the National Register of Organic Producers with 152 registered farmers, of which, 29% had urban origins. This stage provided us with updated information on the regional production context and allowed us to replan the next stage of the research under the restrictions imposed by the Covid-19 pandemic, since we were not able to collect data about new farmers of urban origin in person during 2020. Thus, knowing that all these farmers, regardless of origin, had access to the internet, we applied a remote questionnaire. The collected data revealed that these new farmers are not necessarily young, they have an educational level above the rural and urban average, they preferentially migrate in pairs/couples, and that both engage to some extent in agricultural activities, although it is common for them to keep other jobs. The motivations for becoming farmers are personal and mainly quality-of-life-oriented, which is no longer accessible in cities, especially due to environmental factors. However, there is still a preference for farms close to cities, which facilitate the locomotion for personal issues, the delivery of products, and/or public visits of the farms, a common practice among the research participants. The vast majority of them are linked to the participatory certification entity, which provides some of the main opportunities for learning agricultural activities by promoting contact with other farmers with similar interests, forming networks that are more important than geographic proximity. As for commercialization, their priority is the short commercialization circuits, which favored the continuity of the activity despite the restrictions of the COVID-19 pandemic. On one hand, this situation led to an increase in demand for ecologically based produce by individual consumers, which was met by some of the new farmers, especially those who could deliver to the consumers' homes. On the other hand, it interfered with institutional purchases, whose contracts were not fully executed by the government. This discontinuity could influence future adherence to public policies, which is already short when compared to the family farming public. We conclude that new farmers participate and influence the dynamics of the agri-food sector in the region, promoting not only ecologically based agriculture, but also a specific lifestyle. Our approach to the study of new farmers can help in the definition of the category and, consequently, in the elaboration or adjustments of public policies in the agri-food sector to expand the participation of other interested actors. Nevertheless, we consider that future research needs to deepen the understanding of land market impacts and interaction with local communities, for example, if we are to contribute to a less urban-centric perspective that could lead to new social disruptions.

Keywords: new farmers; neo-rural; ecologically-based agriculture; agri-food sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Mapa de localização da área de estudo	23
Figura 1.2 Mapa das unidades produtivas cadastradas no CNPO e agricultoras/es contatadas/os na pesquisa	32
Figura 3.1: Mapa da representação da relação entre população e produção agrícola/pessoal ocupado em estabelecimentos agrícolas na RGF	94
Figura 3.2: Mapa da distribuição das/os agricultoras/es cadastradas/os no CNPO e contatadas/os na pesquisa exploratória, por origem (rural/urbana)	97
Figura 4.1 - Mapa de distribuição das/os novas/os agricultoras/es participantes da pesquisa	112
Figuras 4.2 e 4.3: Paisagem e recursos naturais de uma unidade produtiva de novas/os agricultoras/es	119
Figura 4.4: Estufa em unidade produtiva	135
Figura 4.5: Sala subterrânea para cultivo de cogumelos	138
Figura 4.6: Atividades educacionais em unidade produtiva de novas/os Agricultoras/es	145
Figura 4.7: Horta em sistema de mandala	161
Figura 4.8: Colheita de tangerinas em unidade produtiva de novas/os agricultoras/es	175
Figura 4.9: Alimentos organizados para serem entregues	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1: Locais de compra de alimentos orgânicos no Brasil, por regiões	87
Quadro 2.2: Compilação dos preços da cesta básica de base ecológica da RGF ..	89
Quadro 3.1: Faixa etária estratificada, por origem rural e urbana. Frequência total e porcentagem	100
Quadro 3.2: Distribuição por tempo de dedicação ao trabalho da unidade produtiva e média de idade, por origem rural ou urbana	104
Quadro 3.3: Canais de comercialização utilizados em unidades produtivas de base ecológica da Região da Grande Florianópolis: total de unidades, unidades formadas por agricultoras/es de origem rural, de origem urbana, de origem mista, em porcentagem	108
Quadro 4.1: Faixa etária das/os novas/es agricultoras/es no início das atividades na unidade produtiva	114
Quadro 4.2: Comparação entre os percentuais referentes aos locais de origem informados na pesquisa exploratória e na pesquisa direcionada	115
Quadro 4.3: Investimentos realizadas pelas/os novas/os agricultoras/es na unidade produtiva	139
Quadro 4.4: Atividades realizadas nas unidades produtivas das/os novas/os agricultoras/es	144
Quadro 4.5: Principais tarefas realizadas pelas/os novas/os agricultoras/es nas unidades produtivas	149
Quadro 4.6: Modalidades e estilos de agriculturas praticadas nas unidades produtivas das/os novas/os agricultoras/es	160
Quadro 4.7: Certificadoras presentes na RGF	162
Quadro 4.8: Tipos e frequência de acesso a alimentos de base ecológicas pelas/os novas/os agricultoras/es	170
Quadro 4.9: Tipos de fruta e frequência que foram entregues às/aos consumidores de uma Célula de Consumidores Responsáveis de Florianópolis no ano de 2019	176
Quadro 4.10: Frequência de acesso aos canais de comercialização	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1: Distribuição de gênero entre agricultoras/es de origem rural da Região da Grande Florianópolis em fevereiro e março de 2020	99
Gráfico 3.2: Distribuição de gênero entre agricultoras/es de origem urbana da Região da Grande Florianópolis em fevereiro e março de 2020	99
Gráfico 3.3: Número de pessoas cadastradas no CNPO, por unidade produtiva .	101
Gráfico 3.4: Tempo médio de produção e certificação orgânica, por unidade produtiva, em anos	105
Gráfico 3.5: Quantidade de cultivos/produtos certificados, por unidade produtiva, por origem	107
Gráfico 4.1 : Frequência de interação das/os novas/os agricultoras/es que moram na unidade produtiva com a vizinhança	130
Gráfico 4.2: Frequência de interação das/os novas/os agricultoras/es que não moram na unidade produtiva com a vizinhança	130
Gráfico 4.3 - Número de atendimentos de ATER no Brasil de 2010 a 2019	158
Gráfico 4.4: Relação entre o período de produção na unidade e certificação atual, em anos (ano referência: 2020)	164
Gráfico 4.5: Relação entre período de posse/uso da terra, produção, certificação e comercialização, em anos (ano referência: 2020)	169
Gráfico 4.6: Locais e frequência de comercialização de produtos das/os novas/os agricultoras/es	173
Gráfico 4.7: Alterações nas formas de comercialização com a pandemia de COVID-19 em 2020	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDSul - Associação Biodinâmica do Sul

AE - Área de expansão da região metropolitana

AEH - Áreas de Elementos Hídricos

APL - Áreas de Preservação com uso limitado

ARR - Área Residencial Rural

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

AUE - Área de Urbanização Especial

CCC - Circuito Curto de Comercialização

CCR - Célula de Consumidores Responsáveis

CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura

EBBA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária

GAO - Grupo de Agricultura Orgânica

IBD - Associação de Certificação Instituto Biodinâmico

IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (há essas duas siglas... essa dos anos 1990)

IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR - Imposto Territorial Rural
LACAF - Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar
LPT - Programa Luz para Todos
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MST - Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra
OGM - Organismos Geneticamente Modificados
OMS - Organização Mundial de Saúde
OPAC - Organização Participativa de Avaliação da Conformidade
PDC - Curso de Planejamento em Permacultura
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PPGICH - Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PPA - Produção Primária Animal
PPV - Produção Primária Vegetal
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
PRONAT - Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PTC - Programa Territórios da Cidadania
RGF - Região da Grande Florianópolis
RM - Região Metropolitana
SEAD - Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SPG - Sistema Participativo de Garantia
UC - Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS	26
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO	28
1.2.1 Contornando a falta de dados: Pesquisa exploratória	29
1.2.2 Pesquisa de campo em tempos de pandemia	33
1.2.2.1 Instrumentos para coleta remota de dados e execução	35
2 CONTEXTUALIZAÇÃO E ESCOLHAS TEÓRICAS	41
2.1 A MIGRAÇÃO DE ORIGEM URBANA COM DESTINO RURAL	42
2.1.1 Experiências mais recentes em diferentes contextos	46
2.1.1.1 Europa e um olhar especial para a França	47
2.1.1.2 Estados Unidos	50
2.1.1.3 América Latina	53
2.1.1.4 Síntese dos estudos sobre migração urbano-rural	63
2.2 AGRICULTURAS NO BRASIL: <i>COMMODITIES</i> X ALIMENTOS	65
2.2.1 O modelo hegemônico de agricultura no Brasil	66
2.2.2 A agricultura familiar	69
2.2.3 Novas Ruralidades e propostas de agriculturas ecológicas	76
2.2.4 Alimentos ecológicos: da produção ao consumo	81
3 LOCALIZANDO O ESTUDO: A REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, SC	91
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS	91
3.2 O CONTEXTO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA NA REGIÃO ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DE CAMPO	97
4 AS/OS NOVAS/OS AGRICULTORAS/ES da RGF	112
4.1 PERFIL GERAL	113
4.1.1 Sentidos e tempos migratórios	115
4.1.2 Escolaridade, profissão anterior e auto identificação em relação à atividade agrícola	121
4.2 SOBRE AS UNIDADES PRODUTIVAS	123
4.2.1 Localização das unidades e regime de posse da terra	124
4.2.2 Motivo da escolha da região e características de atração da unidade .	126
4.2.3 Relações com a comunidade no entorno	129
4.2.4 Tamanho das unidades e área utilizada para cultivos	132
4.2.5 Estrutura física/material da unidade	134
4.2.6 Investimentos realizados e plano de sucessão	137
4.3 O TRABALHO AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA DESENVOLVIDO NAS UNIDADES PRODUTIVAS	141
4.3.1 Dedicção às atividades da unidade agrícola e outras/os trabalhadoras/es	141
4.3.2 Atividades desenvolvidas na unidade e tarefas executadas pelas/os	

novas/os agricultoras/es	144
4.3.3 Preparação para atividade agrícola	150
4.3.4 Acesso às políticas públicas para o meio rural e/ou setor produtivo e à Assistência Técnica e Extensão Rural	153
4.4 CERTIFICAÇÃO	158
4.4.1 Modalidades (ou estilos) de agricultura	159
4.4.2 Certificadoras e período de vinculação	161
4.4.3 Motivos, benefícios e prejuízos da certificação	165
4.5 CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE BASE ECOLÓGICA	167
4.5.1 Produção para autoconsumo e acesso a alimentos de base ecológica	168
4.5.2 Canais de comercialização e renda	172
4.6 2020: A PANDEMIA DE COVID-19 E A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL	182
4.6.1 As/os novas/os agricultoras/es da RGF durante a pandemia de Covid-19	186
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICES	
A Questionário para levantamento de campo	217
B Questionário online para pesquisa com novas/os agricultoras/es	220
ANEXOS	
A - Quadro com informações gerais da agricultura na RGF, compilado pela autora	227
B - Declaração conjunta de Ministros e Secretários de Agricultura durante a Pandemia de COVID-19	228

1. Introdução

Um interesse de pesquisa não se define de imediato, não se cria do nada. Refletindo sobre a escolha do tema, fui resgatando minha trajetória de pesquisa e percebi que minha conexão com o objeto era mais antiga do que imaginava, tendo começado ainda no primeiro ano de graduação em Ciência Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2009. Nesse período, fiz uma disciplina obrigatória chamada Prática de Pesquisa, na qual deveríamos procurar um núcleo ou laboratório de pesquisa do departamento para nos engajarmos em algum tipo de pesquisa. Foi nesse momento que entrei em contato pela primeira vez com o Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF), coordenado pela professora Maria Ignez Paulilo.

Com uma extensa trajetória de pesquisa de campo¹, a professora Paulilo insistia que, mesmo em se tratando de um pequeno trabalho para uma disciplina, os alunos e alunas sempre que possível deveriam ir a campo como parte da experiência da pesquisa social. E assim, após participar em algumas reuniões do núcleo, fazer algumas leituras básicas, fui visitar um sítio em Florianópolis (SC) onde realizei uma entrevista semi-estruturada com os proprietários². Na época, devido ao meu parco conhecimento prático e teórico sobre o meio rural, não dei importância a vários aspectos que mais tarde se tornaram fundamentais em outras pesquisas que realizei, como pude perceber relendo o trabalho final da disciplina doze anos depois. Hoje sublinho o fato de que a primeira entrevista que fiz para uma pesquisa, foi com pessoas de origem urbana no meio rural, resultando num pequeno artigo bastante descritivo:

Em meados dos anos 70, (pessoa) chegou a Florianópolis vindo de São Paulo. Adquiriu o local e ali plantou a primeira árvore, um belo Ipê que hoje enfeita a frente da casa construída com pedras, barro e madeira reciclada. Hoje é ajudado³ pela sua esposa e sua sogra. Seu amor à terra, aliado ao árduo trabalho diário e a admirável consciência do seu papel para a preservação ambiental, ajudaram a brotar ideias e ações que conduzem à auto-sustentabilidade. (artigo não publicado, escrito para a disciplina de Prática de Pesquisa I, em 2009)

¹ Sobre essa trajetória, ver a entrevista conduzida por Martins *Et al.*, em 2019 e publicada na Revista PerCursos: “Do peso do trabalho leve à persistência da alma camponês: entrevista com Maria Ignez Silveira Paulilo”.

² O trabalho foi feito em dupla com Gustavo Caram, que autorizou a publicação do trecho a seguir.

³ Posteriormente, minha trajetória de pesquisa me levou aos estudos com mulheres agricultoras, e o uso do termo “ajuda” esteve no foco das críticas mais efusivas, somando às pesquisas feministas.

Depois dessa aproximação ao Núcleo por meio de uma disciplina obrigatória da graduação, assumi uma bolsa de iniciação científica do CNPq e tive a oportunidade de sair a campo em algumas regiões do estado de Santa Catarina, especialmente no Oeste e Região Serrana, com pesquisas relacionadas, sobretudo, ao trabalho das mulheres agricultoras, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e agroecologia. Essas pesquisas contribuíram para elaborar meu projeto de mestrado em Sociologia Política, sob orientação da professora Paulilo, sobre as mulheres agricultoras em unidades certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia (RAMOS, 2016). A pesquisa de campo foi realizada na Região da Grande Florianópolis, onde “notamos expressiva participação dos chamados *neo-rurais* no Núcleo Litoral Catarinense” (*ibidem*, p. 38). Naquele momento nos apoiamos na definição de Rafael Mattos (2012, p. 3) de neo-ruralismo como um “fenômeno de pessoas oriundas da cidade que realizam um movimento em direção ao campo” (MATTOS, 2010, p. 3), as quais poderiam ou não se dedicar às atividades agrícolas. Sendo, porém, a pesquisa voltada para as possibilidades de valorização do trabalho das mulheres agricultoras via agroecologia, optamos em não considerar as entrevistas feitas com mulheres de origem urbana porque suas trajetórias eram muito diferentes, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho assalariado.

Antes de iniciar meu doutoramento junto ao Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), tive a oportunidade de trabalhar por cerca de dois anos em um projeto nacional de extensão⁴ com foco na agricultura familiar. Além de conhecer agricultores, agricultoras e comidas das cinco regiões do país, essa experiência me possibilitou identificar também as redes mais amplas que se constituem ao redor dos alimentos, das tradições, das lutas e conquistas. Assim, pude observar que em diversos níveis dessas redes havia pessoas de origem urbana, inclusive desempenhando atividades produtivas primárias.

Mesmo com objetivos e metodologias diferentes, tanto o trabalho de extensão como as pesquisas anteriormente mencionadas, em certo sentido, tinham como foco as possibilidades e estratégias para a reprodução social e econômica dos agricultores e agricultoras familiares dentro de conjunturas sócio políticas mais

⁴ Projeto “Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento Slow Food”, financiado pelo MDA (durante o período passou a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário) e coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

ou menos desfavoráveis a sua categoria. Enfatizamos o caráter especialmente desfavorável porque, como veremos adiante, essa categoria tem sido sistematicamente marginalizada no que diz respeito ao acesso às políticas públicas de todos os tipos, mesmo em contextos sociopolíticos mais recentes. Nesse sentido, a busca pelos meios de sobrevivência no meio rural parece sempre depender de alguma forma de resistência individual e/ou coletiva, cujo sucesso incide, muitas vezes, na permanência ou não no local. Ou seja, com esse ambiente inóspito, não é incomum a migração de pessoas do meio rural para o meio urbano em busca de oportunidades de trabalho, de acesso aos serviços básicos de saúde e educação, ou simplesmente de uma qualidade de vida “superior”.

Dito isso, não é difícil entender o quanto é intrigante a presença no meio rural de pessoas que migraram do meio urbano. Nos referimos especialmente àquelas que se dispõem a enfrentar alguns dos mesmos problemas das/os agricultoras/es locais, especialmente no que diz respeito à produção, comercialização e acesso a políticas públicas, os quais serão chamados nesta tese de “novas/os agricultoras/es de origem urbana”. Considerando os obstáculos enfrentados pela agricultura familiar para sua reprodução socioeconômica no meio rural, por que haveriam pessoas de origem urbana dispostas a enfrentá-los? Quais são os problemas que elas deixam para trás nas cidades? O que o rural, na sua perspectiva, aporta em termos de benefícios que justificam a migração? Quais as estratégias individuais e coletivas adotadas para garantir a reprodução social e econômica nesse espaço? É possível aprender o ofício agrícola e viver de agricultura?

Essas foram algumas das perguntas que me levaram à proposição do tema de pesquisa para o doutoramento. Iniciada a pesquisa, verificamos que embora não houvesse dados oficiais em nível local, regional ou nacional que indicassem especificamente a presença dessas pessoas no setor produtivo, no meio acadêmico brasileiro o fenômeno da migração de origem urbana com destino rural não passou totalmente despercebido, tendo sido abordado desde o início da década de 1990. A revisão bibliográfica inicial de alguns trabalhos nos deram algumas direções e pistas, mas também geraram um novo rol de questões e desafios, a começar pela definição mesma do grupo ou categoria analisada. Nesse sentido, identificamos que o termo mais utilizado para indicar as/os migrantes é “neorural”, o que indica a forte influência do trabalho de Gian Mario Giuliani (1990) que inaugurou o uso desse termo no Brasil.

Naquele trabalho, Giuliani apresenta uma primeira abordagem sobre os novos ocupantes do meio rural na região metropolitana do Rio de Janeiro, no fim da década de 1980. O texto apresenta reflexões sobre o processo migratório em curso, comparando-o especialmente com a França, local onde o fenômeno (em sua forma moderna) teve origem sob o nome “néo-ruraux” (CHEVALIER, 1981). Mesmo tendo adotado o uso desse termo, Gian Giuliani (*ibidem*, 1990, sem página), afirmou que tratava-se de “(...) um conceito genérico para uma realidade não muito precisa, carregado de símbolos contraditórios e indicando fenômenos que permanecem à margem das dinâmicas predominantes da agricultura atual”.

Passadas três décadas desde a publicação deste texto, percebemos que o termo foi utilizado por diferentes áreas do conhecimento para descrever situações muito variadas, tornando-o mais abrangente e polissêmico. Por exemplo, há estudos em que *neorural* corresponde aos “cidadinos que procuram instalar-se na zona rural, onde desenvolvem projetos pluriativos de agronegócios ‘ecologicamente definidos’. Eles ilustram a nova expressão empreendedora no campo” (VARGAS, 2002, p. 25). Em outros, o termo é empregado para definir

(...) trabalhadores urbanos, geralmente profissionais liberais com maior grau de instrução [...] sem qualquer vínculo com o meio rural, isto é, que nasceram e viveram em grandes cidades [que migram] para o campo com o objetivo de buscar satisfação pessoal e qualidade de vida não proporcionada pelo espaço urbano. (PAFUNDA, 2016, p. 21)

Também há um trabalho em que o termo é utilizado tanto para aqueles advindos do meio urbano e que trabalham com agricultura orgânica, mas também para aqueles que, mesmo com origem no meio rural, tenham se convertido para essa forma de produção, sugerindo as categorias neorurais locais e neorurais forasteiros (CODONHO, 2013)⁵. Para Nádia Aun (2012, p, 21-22),

Os neorrurais podem ser caracterizados como aqueles procedentes de centros urbanos que promovem uma reocupação do espaço rural, desenvolvem atividades econômicas agrícolas e/ou não agrícolas, com ou sem histórico de vida rural e que estabelecem habitação principal ou secundária no campo.

⁵ Também se utiliza termo para referir-se aos novos moradores que não desenvolvem nenhum trabalho no meio rural.

Em pesquisa mais recente, Marcelo Venturi (2020, p. 79) definiu “novos rurais” como “pessoas que viveram parte da vida nas cidades e decidiram voltar ou migrar para a vida em áreas rurais, levando consigo seus conhecimentos e valores trazidos dos lugares de onde viveram”. Essas definições indicam que cada pesquisadora e pesquisador incluiu diferentes sujeitos na categoria neorural: agricultoras/es - de origem rural e urbana, de base ecológica, do agronegócio; moradoras/es regulares e intermitentes; trabalhadoras/es agrícolas ou não; aposentadas/os, entre outros.

Além disso, um aspecto marcante nesses trabalhos e que justamente coincide com as minhas indagações iniciais posteriormente compartilhadas com os orientadores, é o interesse pelas motivações que levam algumas pessoas de origem urbana a tornarem-se agricultoras e, em alguns casos, migrarem para o meio rural. Nesse sentido, as respostas mais frequentes referiam-se à insatisfação com a vida nas grandes cidades, com o trabalho e a busca por mais qualidade de vida, tranquilidade e contato com a natureza (PAFUNDA, 2016; FREITAS, 2005, VENTURI, 2020). Percebemos que o principal ponto de concordância entre as/os pesquisadoras/es brasileiras/os se alinha com a observação de Nogué i Font (1988) na Espanha e de Giuliani (1990) no Brasil, de que a migração desse tipo é fruto de “uma livre *escolha*, bem precisa e particular” (*ibidem*, 1990, grifo nosso) dos indivíduos urbanos migrantes. É essa possibilidade de escolha dos indivíduos que diferencia a neoruralidade de outros tipos de deslocamentos do urbano para o rural, os quais ocorreram em diversos períodos e de diversas formas, mas que eram orientados pela necessidade de garantir os meios de sobrevivência⁶.

No entanto, mesmo que a migração não seja motivada por necessidade iminente, dificilmente alguém poderia viver sem realizar nenhuma atividade produtiva, a menos que fosse apoiada pelos recursos financeiros familiares pré-existentes (Giuliani, 1990), aposentadorias ou rendas diversas. Não sendo o caso de todas as pessoas, há uma série de atividades que são realizadas no meio rural e a partir dele, sendo trabalhos agrícolas e não agrícolas, presenciais e remotos.

Nesta pesquisa optamos em investigar experiências que, em algum grau, desenvolvem atividades agrícolas na unidade produtiva, podendo ou não ser

⁶ Como veremos adiante, Sastoque (2013) considera as migrações por necessidade na sua proposta tipológica para analisar o fenômeno da neoruralidade na Colômbia.

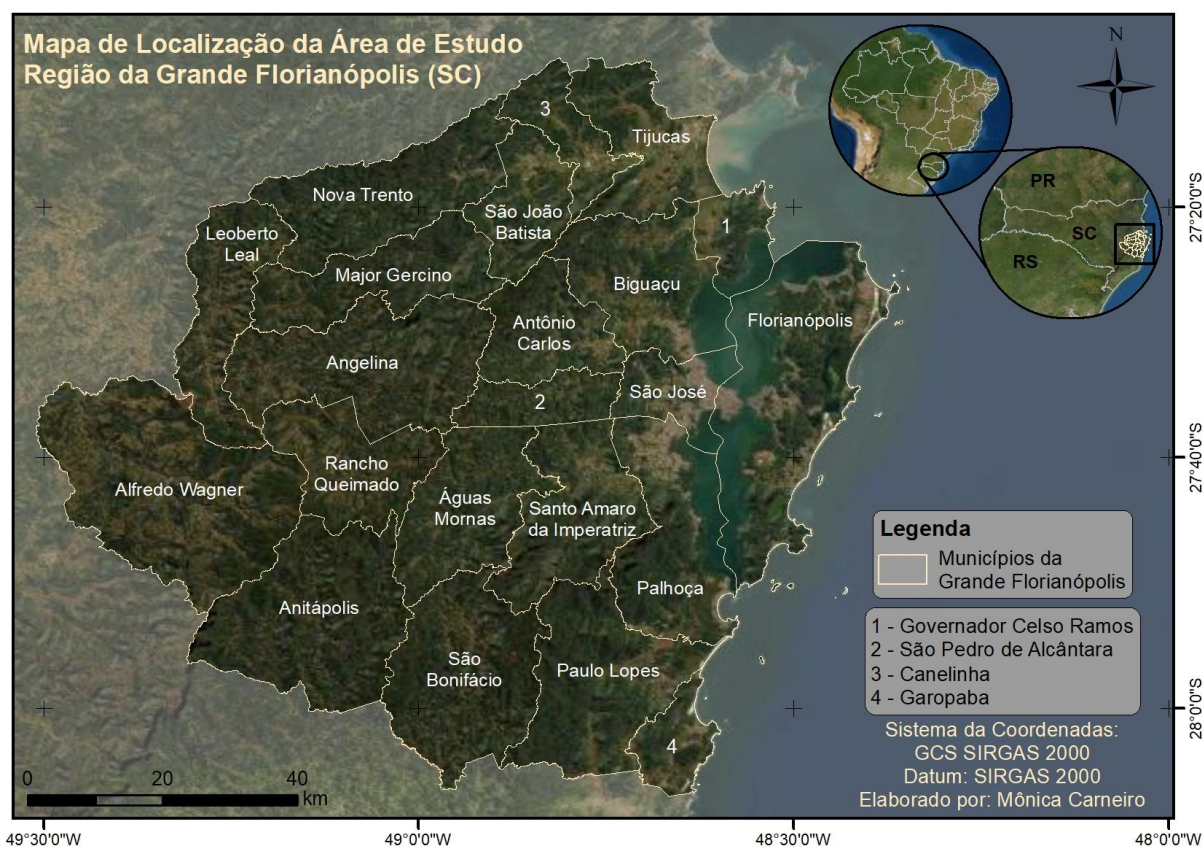
combinadas com qualquer outro tipo de modalidade de trabalho e ocupação. Dessa forma, diferente das pesquisas acima mencionadas, passamos o foco da migração espacial em si, para a migração laboral. Ou seja, mais do que focar em experiências que efetuaram uma mudança do local de moradia anterior, a atenção será dada às experiências de pessoas que tinham um trabalho anterior (ou que o mantém) e tornaram-se agricultoras (mesmo que em tempo parcial), residindo ou não no meio rural. Dessa forma, diferente das/os colegas que se dedicaram ao estudo das/os “neururais”, aqui propomos o estudo a partir do termo “novas/os agricultoras/es de origem urbana”.

Isso não quer dizer que abandonamos toda a literatura sobre neururais dentro e fora do país, mas elas permaneceram como orientação geral da pesquisa e das análises, uma vez que aportam especificidades que não encontramos na literatura sobre agricultura, trabalho agrícola e meio rural. Duas delas, inclusive, contribuíram para a delimitação do campo: a indicação de que há uma preferência por regiões rurais próximas a centros urbanos (CHEVALIER, 1981; AHEARN, NEWTON, 2009; MORILLO RODRÍGUEZ, 2013,) e que há uma forte vinculação das/os novas/os agricultoras/es especialmente às diferentes modalidades de agricultura de base ecológica (NOGUÉ I FONT, 1988 VENTURI, 2020, KARAM, 2004; VARGAS; 2002; CODONHO, 2013; AUN, 2012; EIP, 2016), seja por ser um “nicho de mercado” e/ou por compatibilizar melhor o desejo das/os migrantes por relações de trabalho autônomas, mais liberdade e interação com a natureza do que seria possível em um sistema convencional de produção.

Tendo em conta esses dois elementos, delimitamos que a pesquisa de campo seria na Região da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil, em unidades produtivas com dedicação à produção de base ecológica.

Essa região é composta por 22 municípios com maior conurbação no entorno da capital estadual, Florianópolis (mapa 1). Apesar de ser considerada uma região metropolitana, apenas três dos municípios têm mais de 100 mil habitantes, sendo reconhecida a tradição agrícola da região baseada, sobretudo, no trabalho familiar. Dados mais recentes de 2017 (IBGE, 2017) revelaram que dos 10.088 estabelecimentos agropecuários da região, pelo menos 74% deles eram classificados como familiares.

Figura 1.1 - Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Própria⁷

Há alguns anos essa região tem demonstrado um constante crescimento do mercado de alimentos orgânicos. Em 2012, por exemplo, a região era a quarta maior produtora de alimentos orgânicos no estado, mas a maior consumidora, de acordo com Zoldan e Mior (2012). Em 2015, uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) identificou que, apenas na Ilha de Santa Catarina (parte insular do município de Florianópolis), havia mais de 90 pontos de comercialização desses produtos para o varejo (ROVER *Et al.*, 2015). É considerável que a demanda por alimentos de base ecológica, traduzida como um importante componente para a viabilidade econômica do empreendimento, pode influenciar na atração para a atividade tanto de agricultoras/es locais que anteriormente cultivavam no modo convencional, mas também de novas/os agricultoras/es de origem urbana⁸.

⁷ Todos os mapas foram elaborados por Mônica Carneiro a partir dos dados coletados e fornecidos pela autora.

⁸ Também pode ser um importante fator de atração para os setores empresariais.

Outro elemento que pode estimular a atração e a expansão da atividade é a sua própria regulamentação, o que tem ocorrido no Brasil nas últimas décadas (BRASIL, 2003; 2007). Esse processo regulatório da produção de base ecológica, porém, se dá em meio a disputas entre segmentos diversos (BRANDENBURG, 2002), orientados por múltiplos interesses, dentre os quais, há interesses financeiros (produtos de maior valor agregado, geração de emprego e renda); sociais (reconhecimento e valorização do trabalho agrícola, segurança alimentar); ambientais (produção integrada aos ciclos da natureza e/ou de acordo com os recursos naturais, recuperação, conservação e preservação dos agroecossistemas); ideológicos (rompimento com a lógica capitalista, estilo de vida alternativo); nutricionais e/ou relacionados à saúde, entre outros.

Estas divergências atualmente estão acomodadas em ordenamentos legais amplos, os quais admitem diversas modalidades de sistemas orgânicos de produção agropecuária e industrial, como ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros (BRASIL, 2003), e regulamentam diferentes organismos de avaliação de conformidade (participativos, por auditoria ou ainda controle social na venda direta) (BRASIL, 2007). Em comum a todos os participantes desse setor que desejam comercializar seus produtos, é a obrigação de inscrever-se junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) através do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), instrumento esse definido no Decreto nº 6.323 de dezembro de 2007⁹.

Esse cadastro é atualizado mensalmente com as informações fornecidas pelos organismos de certificação e publicado no site do MAPA, em formato de planilhas Excel. Essa ferramenta tem possibilitado tanto o monitoramento do cenário do setor de base ecológica através de informações sobre tipo de produção, de certificação, de variedades de produtos, como a constatação de aumento constante no número de produtoras/es orgânicos ao longo dos anos (MUNDO NETO, Et al. 2017; GALHARDO, *Et al.* 2018; EMBRAPA, 2019).

Observando os cadastros, verificamos que o setor está composto por pessoas físicas e jurídicas, esses últimos inclusive na produção primária, afirmando a heterogeneidade de atores, práticas e interesses que o envolvem. Para os

⁹ Documento da Embrapa (VILELA *Et al.*,2019), afirma que o CNPO está disponível no site do MAPA desde 2011. Tentamos confirmar essa informação junto ao próprio MAPA, na coordenação de Produção Orgânica, mas fomos informados de que não há registro dessas informações, apenas indicaram que a primeira versão do cadastro começou a gerar dados em meados de 2013.

objetivos desta pesquisa, porém, não há informações disponíveis que nos possibilitem identificar especificamente a presença de novas/os agricultoras/es de origem urbana no setor produtivo. Essa falta de dados e informações oficiais em nível local, regional ou nacional não se dá apenas neste instrumento, mas é generalizada¹⁰, de modo que os gestores e planejadores públicos dificilmente têm noção da dimensão do fenômeno e de suas possíveis consequências.

Fato é que o fenômeno existe, e tem sido observado empiricamente tanto pela pesquisadora no decorrer de seus trabalhos de campo no meio rural como por pesquisadoras/es de outras regiões do país e do mundo¹¹. Em alguns dos trabalhos realizados no Brasil com pesquisa de campo, notamos que as/os interlocutoras/es são pessoas conhecidas pelas/os pesquisadores, às vezes do seu próprio círculo social, o que por vezes restringe o alcance da pesquisa e impossibilita generalizações acerca do fenômeno mesmo que em nível local. Por esse motivo, propusemos identificar a totalidade das experiências em uma região mais ampla, visando entendê-las como fenômeno. Para isso, realizamos uma pesquisa exploratória a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Optamos em ter esse instrumento como ponto de partida para a identificação das experiências por conta da sua obrigatoriedade para aquelas/es que desejam comercializar a produção. Entendemos que a disposição para submeter-se ao cadastramento sinaliza que a atividade agrícola não é apenas lazer, mas pelo contrário, sugere algum comprometimento e interesse em executá-la de forma contínua, gerando um empreendimento economicamente viável. Esse instrumento, portanto, nos possibilita identificar experiências mais consolidadas que já passaram por processo de certificação da produção.

Essa ênfase que damos aqui ao trabalho agrícola não ignora a pluriatividade como prática habitual no meio rural, ou seja, a possibilidade de que os indivíduos

¹⁰ A falta de dados é verificada também em alguns países europeus (EIP-AGRI 2016), e latinoamericanos (SASTOQUE, 2013; QUIRÓS, 2019; TRIMANO, 2019)

¹¹ No âmbito da cultura e do entretenimento, o interesse por regiões rurais e um “retorno” a ele também é observado. Por exemplo, desde 2002 o programa de televisão britânico “*Escape to the country*” exhibe a trajetória de pessoas, principalmente de Londres, em busca da casa dos seus sonhos no meio rural da Inglaterra. Na China, em 2021 Li Ziqi bateu o Recorde Mundial do Guinness para o maior número de inscritos em um canal de língua chinesa no YouTube. Seu canal é sobre o cotidiano rural chinês, sendo considerado tradicional, para uns, e idílico-romantizado, para outros. No cinema, encontramos o filme japonês “*Only Yesterday*” (1991), de Isao Takahata e animado pelo Studio Ghibli. O filme é baseado em um mangá de mesmo título (1981) e conta a história de uma jovem mulher adulta que vive em Tóquio e trabalha em uma grande companhia. Cansada da vida na cidade, ela viaja ao interior onde sua irmã vive com a família, para ajudá-los na colheita e decide não mais voltar.

combinem diferentes atividades, agrícolas e não agrícolas, para compor a renda total. Enfatizamos essa dimensão produtiva apenas porque gostaríamos de compreender se a migração laboral (tornar-se agricultor) combinada ou não com a migração espacial para o meio rural, é sustentável no sentido de gerar renda suficiente para a reprodução dos indivíduos de origem urbana e quais os processos inerentes a essas experiências, tanto no sentido de decisões e ações individuais, mas também do contexto sócio-político-institucional em que se dão.

A seguir, serão especificados os objetivos e metodologias utilizadas nesta pesquisa, incluindo as alterações realizadas na coleta de dados devido à pandemia de COVID-19 a partir de 2020¹². Na segunda seção, desenvolvemos uma sistematização dos trabalhos de pesquisa sobre novas/os agricultoras/es sob diferentes terminologias, como “neururais”, “novos participantes”, “novos fazendeiros”, entre outros. Ainda nessa parte, apresentamos o contexto da produção agrícola no Brasil, dando ênfase à categoria da agricultura familiar e a sua importância para a produção de alimentos. Incluímos ainda aspectos específicos sobre a produção de alimentos de base ecológica, sua regulamentação e de que forma isso afeta os atores envolvidos no setor, seja na ponta da produção ou do consumo. A seguir, apresentamos mais algumas considerações sobre a região estudada, incluindo as informações coletadas na pesquisa exploratória junto à totalidade de agricultoras/es de base ecológica da região, o que atualiza o contexto da produção orgânica na região. No quarto capítulo, apresentamos os resultados e análises da pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

Como já indicado, nesta tese nossos esforços foram aplicados para identificar e analisar experiências de indivíduos nascidos e/ou socializados¹³ majoritariamente

¹² Covid-19: do inglês Coronavirus Disease 2019, ano em que foi reportado o primeiro caso, no mês de dezembro em Wuhan, na China. A primeira morte ocorreu em janeiro de 2020, e o surto foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

¹³ François Dépelteau (2008, p. 60, tradução nossa), discorrendo sobre os princípios da perspectiva relacional, recorre à noção de habitus de Norbert Elias para exemplificar o princípio de transação. De acordo com Dépelteau, Elias “(...) mostra como e por que “propriedades” “individuais” ou “naturais” são hábitos, que são criados através de uma longa cadeia de transações complexas entre vários atores sociais”, nesse sentido, entende que “um processo de socialização resulta de

no meio urbano e que tenham exercido atividades laborais consideradas urbanas, mas que optaram em trabalhar com produção agrícola de base ecológica na Região da Grande Florianópolis¹⁴, a quem chamaremos de “novas/os agricultoras/es”.

Nesse sentido, o objetivo central desta pesquisa é investigar como projetos individuais são articulados pelos atores sociais às condições materiais, socioculturais e político institucionais, conformando diferentes possibilidades de reprodução social das/os novas/os agricultoras/es e como essas experiências se articulam ao mesmo tempo que ajudam a compor às dinâmicas do setor agroalimentar local e regional.

Para atingir esse objetivo maior, temos alguns outros específicos:

- a) identificar, quantificar e mapear a dispersão das/os novas/os agricultoras/es a Região da Grande Florianópolis;
- b) Estabelecer paralelos comparativos a partir das características gerais das/os agricultoras/es e as unidades produtivas correspondentes de acordo com a origem rural ou urbana na região;
- c) Sistematizar as características específicas das/os novas/os agricultoras/es e suas unidades produtivas;
- d) verificar como ocorreram os processos de decisão e preparação para a mudança no tipo de atividade produtiva realizada e/ou para a migração ao meio rural;
- e) identificar as estratégias de permanência na atividade produtiva e/ou no espaço rural, situando-as nos contextos sócio-político-institucionais;
- f) registrar os impactos da pandemia de coronavírus para a produção agrícola e para as experiências em questão.

Para nos orientar em direção a esses objetivos, recorreremos especialmente aos aportes da sociologia processual e relacional. Como iremos ver adiante, a maior parte dos trabalhos de pesquisa sobre o fenômeno migratório de origem urbana com destino rural, especialmente os realizados no Brasil, focam em narrativas de histórias de vida e nos “processos de tomada de decisão dos sujeitos” (FREITAS,

transações empíricas e complexas” em que todos participam, uma vez que todos os atores são interdependentes.

¹⁴ Essa escolha afirma a importância dada à origem espacial do indivíduo e à atividade produtiva (agricultura), mas não ao local onde ela é realizada especificamente, ou seja, em espaço rural ou urbano. Isso nos permitiu investigar um conjunto de diferentes experiências engajadas no setor agrícola em uma região composta por municípios com diferentes características. Florianópolis, por exemplo, é uma município considerado totalmente urbano pelo Plano Diretor, no entanto, como veremos adiante, tem o maior número de agricultoras/es orgânicos da região (e de agricultoras/es de origem urbana) conforme o CNPO.

2005), ou seja, numa perspectiva sociológica voluntarista centrada sobretudo na agência. Por outro lado, gostaríamos de evitar uma perspectiva estritamente determinista, onde a estrutura molda integralmente as possibilidades de ação do indivíduo. De modo alternativo a essas duas principais abordagens sociológicas, buscamos observar os processos sociais como fluídos e dinâmicos decorrentes da trans-ação ou da relação entre atores sociais diversos (DÉPELTEAU, 2020) que constituem o fenômeno. No entanto, como Donati (2020), consideramos que esses processos e relações “funcionam dentro de um contexto estrutural (...) constituído relacionalmente” (*ibidem*, 2020, p. 181, tradução nossa). Esse direcionamento nos possibilita identificar as estruturas latentes das relações entre os agentes.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO

A revisão bibliográfica desta tese começou orientada especialmente pelo termo “neorural” e variantes (neo-rural, neorrural, neoruralidade, neoruralismo, entre outros), especialmente em textos em português, francês e espanhol. Conforme íamos nos aprofundando sistematicamente e, de certo modo, esgotando os recursos que esse conceito aportava, ampliamos nosso olhar também para os “new farmers” e “new entrant into farm”, variantes de língua inglesa. Essa ampliação nos permitiu comparar conceitos mais vagos e polissêmicos com definições objetivas e institucionais, contribuindo para a definição dos critérios da categoria a ser pesquisada, as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana.

Depois disso, a revisão bibliográfica seguiu as demandas do próprio objeto para sua compreensão, sobretudo no que diz respeito à organização da agricultura no Brasil e às disputas internas e à produção de alimentos de base ecológica. A definição da categoria, ou melhor, a construção do objeto, nos possibilitou definir os instrumentos de coleta de dados mais adequados aos objetivos (BOURDIEU, 1989), que serão descritos a seguir.

Porém, como tudo a partir de 2020, essa tese não saiu ilesa dos impactos da pandemia de COVID-19, ou seja, o processo da pesquisa, especialmente de coleta de dados, sofreu ajustes para que pudesse ser realizada no período previsto. Inicialmente planejamos fazer uma investigação mais ampla em número de

participantes ao mesmo tempo em que combinada com métodos qualitativos, com entrevistas presenciais nas unidades produtivas e outras instituições relacionadas. Para adequar-nos às medidas de segurança contra a COVID-19 e garantir a segurança das/os participantes redesenhamos a estratégia em meados de 2020.

Essa mudança certamente produziu um outro trabalho do que aquele que planejamos, e esperamos que não menos interessante. Optamos em deixar registradas as alterações da pesquisa decorrentes da pandemia porque isso fez parte de um processo de aprendizagem individual e coletivo, a partir do qual foi reforçada a importância de reconhecer a influência do contexto nas pesquisas e no trabalho, de forma geral.

1.2.1 CONTORNANDO A FALTA DE DADOS: PESQUISA EXPLORATÓRIA

Além da revisão de literatura, optamos também em realizar uma etapa exploratória da pesquisa porque, apesar de ter conhecimento acerca do fenômeno em foco na região, não contávamos com muitas informações e dados objetivos. Esse tipo de pesquisa, segundo Gil (2008) é feita quando um tema é pouco explorado, tendo como objetivo proporcionar uma visão geral do fato, possibilitando formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis.

Embora seja mais habitual que as pesquisas exploratórias sejam compostas por revisões bibliográficas e estudos de casos (*ibidem*, 2008), optamos em coletar os dados através de técnicas quantitativas. Nesse sentido, nos desafiamos a realizar um levantamento de campo/*survey* a partir do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), uma vez que seu preenchimento é obrigatório para aquelas/es produtoras/es de base ecológica que desejam comercializar seus produtos.

A base de dados utilizados nesta etapa foi retirada via download do sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 30 de agosto de 2019. A partir disso, selecionamos as informações referentes aos municípios da Região da Grande Florianópolis¹⁵. Esse primeiro filtro resultou em 254

¹⁵ Apesar da região ser composta por 22 municípios, três deles não tinham nenhum agricultor/a cadastrado como orgânico no CNPO (Governador Celso Ramos, São Pedro de Alcântara e Canelinha), de modo que trabalhamos com 19 municípios. De acordo com o IBGE (2017), esses três municípios têm pelo menos 1 estabelecimento orgânico, mas essa é informação autodeclarada,

cadastros, reduzidos a 217 após retirarmos os cadastros de pessoas jurídicas (PJ), e/ou que indicavam realizar apenas processamento¹⁶ e também os cadastros duplicados.

Feito isso, atentamos às similaridades entre as informações de contato e produtos certificados, o que nos possibilitou supor que os 217 cadastros individuais estavam distribuídos em 109 unidades produtivas. Essa organização dos cadastros individuais em unidades produtivas visou otimizar o tempo tanto da pesquisadora, que fez a primeira parte da pesquisa via ligações telefônicas, como o das/os próprias/os agricultoras/es, pois consideramos viável coletar os dados de várias pessoas da mesma unidade com um único informante. Nesse sentido, consideramos a/o informante a pessoa que atendeu o telefone ou quem, após a explicação da pesquisa, foi indicada/o como a/o responsável pelas informações. Nos casos em que havia mais de uma pessoa cadastrada na mesma unidade, procuramos validar as informações pessoais (idade, sexo, profissão, origem, etc) de cada uma delas, mas consideramos as respostas em relação à unidade produtiva a partir do ponto de vista da/o informante, embora possam haver divergências entre os pontos de vista¹⁷.

Como iríamos contatar todas as pessoas cadastradas da região via telefone, aproveitamos a oportunidade para não apenas identificar indivíduos com a característica evidenciada nesta pesquisa (origem urbana), mas também para validar informações do CNPO e verificar outras dimensões da produção orgânica na região. Para tanto, elaboramos um questionário (apêndice A) através da ferramenta de Google Forms, que possibilita a conversão direta das respostas individuais para planilha em formato Excel. Em se tratando de trabalhar com planilhas e dados quantitativos, um exercício importante nesse momento de elaboração do instrumento foi o de organizá-lo de modo que os dados, quando convertidos em planilha, pudessem facilmente gerar informações. Nesse sentido, as questões com

optamos em não considerá-los. Além disso, no município de Tijuca havia apenas uma pessoa cadastrada, cujo contato estava errado.

¹⁶ Não investigamos as experiências que estavam cadastradas apenas como processadoras porque nosso foco está mais especificamente na atividade agrícola primária.

¹⁷ Nesse sentido, nos inspiramos na experiência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quanto à realização dos censos, e sempre identificamos quem foi o informante da unidade. De acordo com o documento do IBGE sobre a metodologia utilizada no Censo de 2010, essa identificação “tem por objetivo subsidiar estudos sobre a qualidade das informações prestadas, comparando as informações fornecidas pelo próprio informante com aquelas obtidas por meio de outra pessoa” (IBGE, 2016, sem página).

“opções” fechadas de resposta são mais aconselhadas e, por isso, tentamos utilizá-las na medida do possível. No entanto, optamos em manter algumas questões abertas para evitar induzir ou restringir possibilidades de respostas, além de deixar as/os participantes mais à vontade para se expressar (BARBETTA, 1998), algo que a pesquisa exploratória nos permite.

Durante a coleta de dados, realizada entre fevereiro e março de 2020, os questionários foram preenchidos exclusivamente pela pesquisadora no momento em que a resposta era dada pela/o informante por telefone, com suporte de um “caderno de campo” para anotações extras. Em dois casos os informantes não tinham condições de responder às questões via telefone (por problemas no aparelho), mas tinham interesse em participar da pesquisa. Por isso, elaboramos um formulário semelhante, que foi encaminhado por email para os mesmos, que retornaram com as respostas. Assim que as respostas dessas/es informantes foram recebidas, a pesquisadora passou os dados para o formulário oficial no qual vinha operando, para reuni-los às demais informações. Apesar de não ser nossa principal opção, abrimos essas exceções para garantir o maior número de participantes possível nessa etapa, inspiradas pelo IBGE quando da realização do Censo 2010 (IBGE, 2016).

Sobre o esforço para o contato, realizamos ao menos 4 tentativas de diálogo em cada unidade e/ou com indivíduo cadastrado, em dias e horários diferentes, todos registrados. Além das chamadas telefônicas para números fixos e celulares, percebemos que em algumas áreas, somente era possível contato através de chamadas pelo aplicativo Whatsapp¹⁸. Salientamos, porém, que a base de dados que utilizamos, o CNPO, havia muitos cadastros com informação de contato errada ou desatualizada, e ainda outras sem nenhuma indicação de contato. Tentamos corrigir isso a partir do diálogo direto com as certificadoras relacionadas aos referidos cadastros, com especial apoio e interesse da Ecocert.

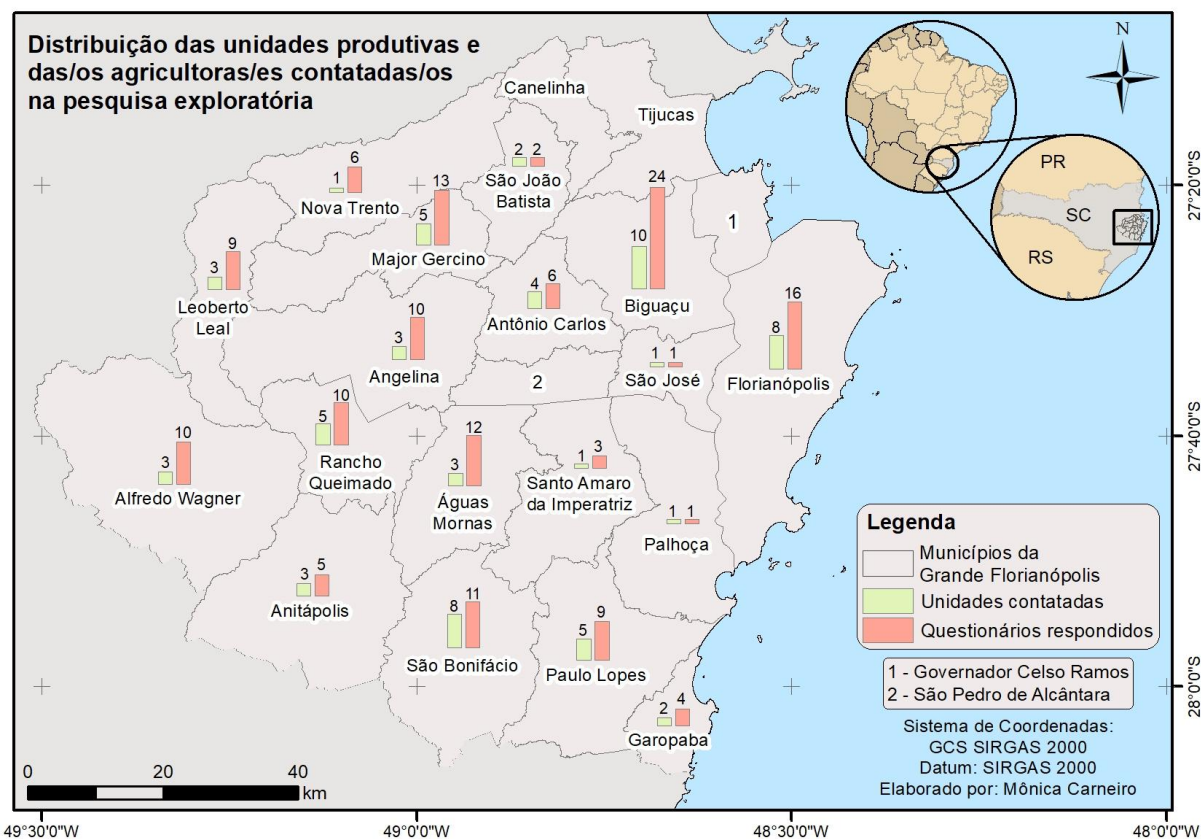
Concluimos a pesquisa exploratória com 152 questionários respondidos (73% dos cadastros dentro das condições estabelecidas na pesquisa)¹⁹, correspondendo

¹⁸ Detalhes sobre o contato com as/os informantes: 47,29% telefone celular, 29,72% chamada via whatsapp, 18,91% telefone fixo, 4,05% mensagens de texto por Whatsapp. (total de contatos finalizados com coleta de informações: 74, tempo em diálogo - excluindo contatos por mensagens: 09h 59 min)

¹⁹ Além desses questionários, onze outros foram preenchidos ou semi-preenchidos, mas optamos em não utilizá-los. Cinco deles eram de agricultores de origem rural que não estão mais produzindo orgânicos (embora ainda constassem no CNPO na data referencial); um está cadastrado em Florianópolis, embora a unidade produtiva seja na Região Serrana de Santa Catarina (origem rural)

a 68 unidades produtivas (59% das unidades previstas). A distribuição das unidades produtivas e das/os agricultoras/es participantes dessa etapa pode ser vista no mapa a seguir.

Figura 1.2 Mapa das unidades produtivas cadastradas no CNPO e agricultoras/es contatadas/os na pesquisa



Fonte: Própria

Sendo nosso objetivo inicial nesta etapa identificar a origem das/os agricultoras/es, categorizamos os 152 questionários preenchidos em dois grupos: a) agricultoras/es de origem rural (109 indivíduos, 71,7% do total de respondentes), e b) agricultoras/es de origem urbana ou com possível origem urbana²⁰ (43 indivíduos, ou seja, 28,3%). Sublinhamos que a consideração de cada pessoa em um desses grupos correspondeu às respostas sobre seu local de origem, sua experiência anterior em atividades agrícolas e a atividade profissional/laboral realizada antes de

confirmada); dois não quiseram responder ao questionário após a apresentação da proposta (origem rural confirmada); três foram resultados de coletas indiretas, ou seja, tratavam-se de pessoas que já haviam trabalhado naquelas unidades produtivas em algum momento, mas quando da entrevista, os informantes afirmaram que não trabalhavam mais, pelo menos não naquela área. Além disso, não souberam como localizá-los (origem não confirmada).

²⁰ Entre os de origem urbana, as entrevistas nos permitiram tal confirmação em 35 casos, enquanto 8 casos deixaram alguma margem de dúvida. Como teríamos a segunda etapa da pesquisa no formato mais qualitativo, mantivemos esses casos para posterior confirmação.

dedicar-se à produção agrícola de base ecológica. Essas/es 43 possíveis novas/os agricultoras/es de origem urbana estavam distribuídas/es em 26 unidades produtivas em 13 dos 22 municípios da Região da Grande Florianópolis, ou seja, em 22,6% das unidades produtivas de base orgânica da região dedicadas à produção primária vegetal (e processamento, quando for o caso) cadastradas no CNPO.

Nessa etapa exploratória, o conjunto de informações acessadas no CNPO (fonte secundária) e coletadas diretamente junto às/aos cadastradas/os (fontes primárias), além de nos aportar mais detalhes sobre o contexto da produção de base ecológica na Região da Grande Florianópolis, nos permitiu qualificar algumas de nossas considerações iniciais sobre as/os novas/os agricultoras e aprimorar os instrumentos de coleta de dados que seriam aplicados na etapa principal da pesquisa. Além disso, contribuiu para o primeiro objetivo específico desta tese, que era quantificar e mapear as experiências na região.

1.2.2 PESQUISA DE CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Desde o início dessa pesquisa, as saídas de campo ocuparam posição privilegiada no planejamento estratégico de coleta de dados na segunda etapa, em que objetivamos analisar o fenômeno em profundidade. Consideramos que as interações com os participantes da pesquisa, especialmente quando realizadas *in loco*, nos possibilitam observar “detalhes” que auxiliam para a compreensão do contexto em que ocorrem as experiências. Entre esses detalhes, por exemplo, podemos observar a localização da unidade produtiva (condições de acesso, distâncias entre municípios, entre unidades produtivas, proximidade de vizinhança), paisagens e aspectos geográficos gerais da região, características da comunidade/região (distribuição espacial, diferenças/semelhanças arquitetônicas e estéticas entre unidades), estruturas e artefatos disponíveis nas unidades. Além disso, a entrevista presencial, mesmo que seja orientada por um roteiro estruturado ou semi-estruturado, é inevitavelmente acompanhada por outras fases de interação mais espontâneas entre as/os participantes, o que nos permite estabelecer vínculos e facilita a calibração do entendimento de termos, bem como observar a/o participante no seu próprio “domínio”.

Foi com base nessas considerações norteadoras que planejamos visitas de campo para os meses de agosto e setembro de 2020 às unidades produtivas de agricultoras/es de origem urbana identificadas/os na fase exploratória²¹. Nosso plano inicial era que em casos onde houvesse mais de uma pessoa de origem urbana na unidade produtiva, faríamos uma entrevista individual com cada uma com foco em questões subjetivas, enquanto os dados sobre aspectos mais gerais da unidade produtiva poderiam ser coletados em grupo. Faríamos registro das entrevistas em áudio para posterior transcrição e análise.

No entanto, logo após realizarmos a primeira etapa da pesquisa (março de 2020), as notícias sobre a pandemia de COVID-19 no mundo, e mais especificamente no Brasil, se multiplicaram e evidenciaram uma crise sanitária, social e econômica sem precedentes, impactando todas as dimensões da vida. No mundo acadêmico, alguns dos impactos foram a suspensão das aulas presenciais, o que exigiu adoção repentina de modalidades de educação a distância, a restrição de acesso aos acervos de bibliotecas e laboratórios, cortes de verbas para bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e de pesquisa em áreas consideradas não prioritárias no combate à pandemia, incertezas quanto à manutenção dos calendários e prazos, entre outros.

Nesta pesquisa, nos afetou especialmente a impossibilidade de realizar saídas de campo, sem que houvesse nenhuma indicação de quando essa estratégia poderia ser retomada com segurança para as/os participantes e a pesquisadora²². Apesar disso, em momento algum nos pareceu razoável interromper o estudo, uma vez que um dos temas centrais concerne à produção agroalimentar e os atores engajados neste setor, o qual foi considerado como atividade essencial desde o princípio das ações de combate à pandemia, o que acabou somando novos objetivos à pesquisa.

Assim, buscamos conhecer alternativas para a pesquisa, como as apresentadas pelo antropólogo inglês Daniel Miller. Miller publicou um vídeo especialmente para estudantes de doutorado com pesquisas de campo em curso

²¹ Ao final do contato durante a pesquisa exploratória, perguntamos a cada participante de origem urbana se haveria possibilidade da pesquisadora visitar o local de produção e fazer entrevista presencial na unidade produtiva. Das 43 pessoas com origem urbana, 38 responderam positivamente para ambas as solicitações. Os demais não moravam nem produziam na unidade no momento.

²² Especialmente porque a pesquisa exploratória revelou que cerca de 30% das/os possíveis participantes na segunda etapa da pesquisa estavam no grupo de risco devido a idade.

nesse período²³, em que apresentou as propostas metodológicas de pesquisas digitais ou “online”²⁴. Algumas ideias nos pareceram factíveis de serem realizada em nossa situação visto que a pesquisa exploratória nos informou que todas/os as/os agricultoras/es, independente da sua origem, tinham acesso a internet²⁵.

Apesar de ser possível realizar a pesquisa, isso demandou uma revisão dos objetivos iniciais levando em conta as restrições para a coleta de dados e acesso a acervos, e, a seguir, reformular a proposta metodológica, optando por instrumentos mais adequados, os quais serão discutidos a seguir.

1.2.2.1 INSTRUMENTOS PARA COLETA REMOTA DE DADOS E EXECUÇÃO

À primeira vista, poderia parecer óbvia a simples substituição das entrevistas presenciais por entrevistas online através de alguma plataforma digital de vídeo-chamada. No entanto, avaliamos que essa proposta poderia dificultar a participação das/os novas/os agricultoras/es uma vez que dependeria de uma qualidade superior da rede de internet disponível para cada um deles, além da necessidade de coordenação de muitas agendas. Por isso, nos preocupamos em elaborar uma estratégia de coleta que privilegiasse o tempo e as condições específicas das/aos participantes em prestar as informações.

Assim, a principal ferramenta para a coleta de informações foi um questionário online (questionário completo) a ser respondido pela/o própria/o participante em cerca de uma hora (apêndice B). Esse instrumento foi planejado de acordo com os objetivos preestabelecidos, mas também com base nas informações coletadas na fase exploratória, o que nos permitiu identificar categorias comuns e recorrentes e incorporá-las como opções em questões fechadas. As questões fechadas que incluem o maior número de possibilidades nos auxilia a organizar em escalas (ou unidades) para mensurar variáveis quantitativas e qualitativas

²³ Vídeo e texto disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller/> Acesso em 27 de maio de 2020.

²⁴ Conforme Ferraz e Alvez (2017, p. 8) a Antropologia vem desenvolvendo metodologias de investigação sobre comunicações online desde o final dos anos noventa, “simultaneamente ao desenvolvimento dos avanços tecnológicos da internet”.

²⁵ Ressaltamos que, desde o início desse projeto, consideramos a internet como um item essencial, de modo que seu uso (ou não), por parte das/os agricultoras/es de origem urbana, seria analisado. Com a impossibilidade de ir presencialmente a campo, a internet deixa de ser apenas objeto de estudo e passa a ser ferramenta essencial para a coleta de dados numa perspectiva qualitativa.

(BARBETTA, 1998). Essa etapa visou tanto confirmar as informações pessoais das/os agricultoras/es de origem urbana como também coletar informações acerca da unidade produtiva, do trabalho agrícola e não agrícola, da certificação e comercialização e dos impactos da pandemia.

Para atender unidades produtivas com mais de uma pessoa cadastrada com origem urbana, criamos uma versão reduzida do questionário. Nela priorizamos a coleta de informações pessoais, em relação ao trabalho realizado por essa pessoa e os impactos da pandemia na sua atividade produtiva, visto que as informações mais técnicas da unidade produtiva, certificação e comercialização seriam coletadas pelo questionário completo.

Além dos questionários, solicitamos que as/os participantes enviassem fotos e vídeos daquilo que achassem interessante na unidade e que nos mostrariam caso fôssemos a campo. Fizemos algumas sugestões amplas do que poderia ser enviado (imagens da casa, da horta, da roça, da entrada da unidade produtiva, do galpão/depósito, das áreas de cultivo e dos produtos prontos para ser comercializados, fotos antigas da unidade, dos cursos e encontros que participaram, entre outros), mas temíamos que as sugestões pudessem induzir ou ser interpretadas como um “roteiro” a ser seguido, deixando de representar os interesses das/os próprias/os participantes. As imagens ainda poderiam ser enviadas com um título, e/ou texto referencial, conforme a disposição das/os participantes, mas como veremos, isso não ocorreu.

Naquele momento, planejamos a análise das fotos e vídeos como metodologia adicional devido ao arcabouço teórico que diversas disciplinas já desenvolveram (FERNANDES, 2011), especialmente a Antropologia e, mais recentemente a Sociologia (MARTINS, 2011). Para Maria Esther Fernandes,

o registro fotográfico permite ao pesquisador ir além da imagem para compreender sua riqueza, uma vez que ela traz subentendida uma gama de significados ocultos, os quais apenas aquele que vivenciou a pesquisa, tem condições de fazer aflorar. (FERNANDES, 2011, p. 43)

Nesse sentido, é fundamental que a análise dos materiais visuais seja feita em diálogo constante com as teorias e as demais informações coletadas, sendo mais um subsídio para “reconstituir e interpretar determinada realidade social”, conforme José de Souza Martins (2011, p. 26). Esse autor, porém, é cauteloso com essa forma de documentação, especialmente quanto à tendência de considerá-la

como um registro fiel do cotidiano. Para ele, a leitura sociológica de registros fotográficos só é possível quando se leva em consideração a contradição entre o que é verossímil, o que é ilusório e a unidade entre esses aspectos. A fotografia, nesse sentido, “contribui para desvendar aspectos do imaginário social e das mediações nas relações sociais” (*ibidem*, 2011, p. 36), não confundindo-se com a realidade em sentido estrito.

A ideia de representação do imaginário social nos atraía especialmente porque as fotos não seriam produzidas pela pesquisadora, mas feitas e/ou escolhidas pelas/os próprias/os participantes da pesquisa, de modo que elas/es teriam o poder de definir aquilo que intencionalmente gostariam mostrar (nada muito diferente daquilo que as pessoas também “escolhem” nos contar durante uma entrevista, mesmo que face a face...). Assim, mesmo que cada fotografia pudesse ser analisada em sua singularidade, nossa ideia era interpretar as imagens em conjuntos, que poderiam ser compostos por todos os registros de uma mesma unidade produtiva, buscando compor uma “narrativa”²⁶, ou a partir de temas comuns em diversas unidades produtivas²⁷.

Para complementar os dados com informações mais técnicas da unidade, solicitamos o envio do último Plano de Manejo Orgânico da unidade produtiva. Por se tratar de um documento público, que deve “estar disponível na unidade de produção para consulta do OAC ou OCS, do órgão fiscalizador e outros envolvidos em processos de controle social” (BRASIL, 2021) bem como ser submetido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) quando da inscrição no CNPO, essa etapa não implicaria uma demanda de tempo extra às/aos agricultoras/es participantes.

Definidos os instrumentos, no dia 07 de outubro de 2020 restabelecemos o contato com todas as pessoas que indicaram ter origem urbana na pesquisa exploratória através do aplicativo whatsapp por ser o canal de mais fácil acesso aos

²⁶ José de Souza Martins (2011) relata uma experiência feita com alunos de Ciências Sociais, onde cada um deveria escolher dez fotos do seu acervo familiar para contar sua própria história. Quando as imagens foram interpretadas pelos colegas, pouco coincidiu com a história que o proponente queria contar: “a fotografia se revelou imprestável como documento biográfico e mesmo de história de situação social do fotografado” (p. 44). Mas o sociólogo indica que isso ocorreu porque os observadores negligenciaram “detalhes propriamente cotidianos” (trajes, cenários e objetos materiais), aos quais nos cabe estar atentos.

²⁷ Um exemplo dessa última proposta, é o trabalho de Lucas de Lima e Cunha (2019), que buscou identificar regularidades e discrepâncias em conjuntos de fotos feitas (também a partir de um roteiro) por diferentes fotógrafas/os (as/os alunas/os da disciplina de Sociologia Ambiental) e cenários.

possíveis participantes. Naquele momento, enviamos um material em PDF que foi produzido com a compilação dos dados preliminares da pesquisa exploratória com o objetivo de estabelecer um vínculo ativo com os possíveis participantes e motivar o seu engajamento. Ou seja, através dos dados e da conversa inicial com cada um, buscamos reforçar a representatividade regional do fenômeno em foco e a intenção de aprofundar a compreensão do mesmo. Além disso, explicamos as alterações na proposta metodológica que havia sido apresentada na primeira etapa da pesquisa (visita à unidade produtiva e entrevista presencial) e reforçamos o convite para a participação no novo formato.

De outubro até o fim de dezembro de 2020 mantivemos o contato aberto com todas/os as/os agricultoras/es para motivá-los a participar, tirar dúvidas e ajudar no que fosse possível em relação à coleta de dados. Houve quatro momentos em que contatamos todas as pessoas no mesmo dia (23/10/20, 09/11/20, 31/11/20 e 15/12/20) para lembrar da participação na pesquisa, e mais uma vez (22/12/20) quando enviamos mensagens a todas/os agradecendo a participação e formalizando o fim do período de coleta de dados.

O registro de atividades (conversas e tentativas de diálogo) bem como os planos de manejo e fotos enviadas foram salvos em pastas digitais separadas por unidade produtiva e sistematizadas em uma planilha para controle da pesquisadora. Nesta planilha foi feita a relação dos nomes de cada participante para a denominação “nova/o agricultor/a nº x”, modo como foram identificados em algumas considerações específicas apresentadas adiante.

Ao final do período da coleta, contabilizamos o recebimento de 16 questionários completos, 3 questionários reduzidos²⁸, 10 planos de manejo e fotos e vídeos de 8 unidades²⁹.

Esses resultados nos indicam que o questionário reduzido não obteve o alcance desejado, visto que das 12 unidades produtivas com mais de uma pessoa de origem urbana cadastrada, apenas uma enviou respostas no modo solicitado. Além daquela que preencheu com as mesmas informações o questionário completo e o reduzido, uma terceira pessoa apenas preencheu questionário reduzido ao invés

²⁸ Serão considerados apenas dois deles, pois um foi preenchido com as informações da mesma pessoa que preencheu o completo

²⁹ Além dos que enviaram as fotos, alguns participantes disseram que poderíamos utilizar as fotos postadas no Instagram (perfil informado na primeira etapa da pesquisa). A análise de fotos nas redes sociais, porém, implicaria uma metodologia diferente, portanto, não seguimos por esse caminho.

do completo, o que nos deixou sem informações específicas sobre a unidade produtiva. Assim, de modo geral, coletamos informações apenas sobre uma das pessoas cadastradas em cada unidade produtiva participante.

Se considerarmos o preenchimento dos questionários de modo individual (18 questionários), atingimos apenas 41,86% das pessoas identificadas como de origem urbana na pesquisa exploratória (total de 43), no entanto, ao considerarmos pelo número de unidades produtivas (17 unidades de 26), esse índice chega a 65,38%.

Ressaltamos ainda que entre o momento da pesquisa exploratória (realizada em fevereiro e março de 2020) e a segunda etapa (entre outubro e dezembro de 2020), pelo menos três unidades produtivas (dentre as que conseguimos restabelecer o contato) deixaram de produzir e por isso não participaram da segunda etapa. Outras duas pessoas optaram por não participar da pesquisa no novo formato, embora tivessem concordado com o formato anterior. Quatro sinalizaram interesse em participar, porém não o fizeram durante o período estabelecido. Não obtivemos resposta de uma pessoa durante o período da pesquisa.

Também avaliamos que, após o recebimento dos materiais, não seria viável nos debruçarmos sobre os planos de manejo e as fotos recebidas conforme planejado, uma vez que não recebemos materiais suficientes para formar um *corpus* para análise. No entanto, recorreremos a eles pontualmente, ora para entender algum ponto específico sobre a produção (plano de manejo) ora para nos inspirar ou ilustrar alguma situação particular (as fotos).

Assim, após a coleta de dados através da ferramenta de formulários do Google, convertemo-os em planilha Excel. Optamos por esse sistema apesar de a amostra não ser grande o suficiente para trabalharmos estatisticamente porque esse tipo de organização facilita a visualização geral dos dados, bem como a estratificá-los e reorganizá-los por categorias e/ou subconjuntos temáticos, por exemplo. Essa possibilidade se compatibiliza com a proposta da análise relacional, uma vez que nos permitiu estabelecer novas e inusitadas conexões entre as informações a partir dos objetivos propostos para essa tese e das referências de outras pesquisas e pesquisadoras/es.

Além disso, com esse tipo de sistematização pudemos elaborar gráficos e tabelas ilustrativas, bem como mapas específicos. Os mapas foram feitos pela geógrafa Mônica Ramos Domingues Carneiro durante os últimos meses de 2021, ou

seja, já na fase de escrita da tese, e a partir dos dados e informações coletadas e compartilhadas pela autora.

Em suma, apesar de todas as mudanças que tivemos que realizar na proposta metodológica de coleta de dados e, conseqüentemente, da redução do número efetivo de participantes na pesquisa e do volume de informações coletadas, consideramos que o resultado final é uma boa amostra representativa da Região da Grande Florianópolis. Além disso, difere-se de outras propostas de pesquisa, em que as/os participantes foram *escolhidas/os* pelo/a pesquisador/a por conta de relações pessoais e/ou redes de interconhecimento (VENTURI, 2020, FREITAS, 2005). Nesse sentido, consideramos que atingimos o objetivo de investigar em profundidade uma região geográfica específica, o que nos revelou mais heterogeneidades e descontinuidades do que semelhanças entre os casos analisados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E ESCOLHAS TEÓRICAS

*“A teoria é um dedo que aponta a lua.
E aí de quem olha o dedo.”*

Frase repetida por Paulilo em muitas reuniões de núcleo

A opção pela perspectiva teórica relacional nos impõe o desafio de analisar o fenômeno enquanto processos fluídos e dinâmicos resultantes das relações sociais entre pessoas interdependentes em contextos temporais e espaciais específicos (DÉPELTEAU, 2008; EMIRBAYER, 1997). Além disso, assumimos que não apenas o fenômeno migratório em si pode e deve ser observado nessa perspectiva, mas também os conceitos usualmente manejados para sua explicação. Ou seja, entendemos que a produção de conhecimento e os conceitos resultantes não são estáticos e/ou isolados do seu contexto, mas condicionados pelas relações das/os pesquisadoras/es com seu objeto de estudo, com outras/os pesquisadoras/es, com suas afiliações teóricas e ainda com o contexto sócio-político mais amplo em que estão inseridos não apenas como cientistas, mas também como cidadãos.

Nesse sentido, nesta seção iremos, primeiramente, apresentar alguns conceitos e modos de análise recorrentes acerca do fenômeno migratório de origem urbana com destino rural, situando-os espacial e temporalmente. A seguir, iremos apresentar alguns debates brasileiros sobre produção agrícola de *commodities* e de alimentos, considerando os diferentes atores e, conseqüentemente, as relações que são estabelecidas em cada uma dessas modalidades. Mesmo que nosso enfoque seja na produção de alimentos orgânicos, ponto esse também abordado em mais detalhes, a discussão sobre o agronegócio nos permite verificar as disputas de poder e as diferentes configurações sócio-políticas no mesmo período. Finalmente, iremos descrever a região onde essa pesquisa foi realizada para que possamos seguir com a análise do material de campo.

2.1 A MIGRAÇÃO DE ORIGEM URBANA COM DESTINO RURAL

Para chegarmos à discussão acerca das/os agricultoras/es de origem urbana, necessariamente passamos pelas leituras sobre neoruralidade, termo esse cunhado na França para descrever a migração de indivíduos (especialmente jovens) urbanos para o meio rural, sobretudo após 1968³⁰. Tomamos como referência inicial o texto “*Les phénomènes néo-ruraux*”, publicado em 1981 pelo geógrafo Michel Chevalier, com a certeza de que é preciso atenção às transposições espaciais e temporais quando adotamos um conceito. Ou seja, logo no início da sua reflexão, Chevalier afirma referir-se à França na década de 1970, considerando-a como uma civilização pós-industrial onde o movimento de êxodo rural secular já estava praticamente encerrado, havendo, portanto, um esvaziamento radical de muitas antigas e tradicionais vilas rurais.

Naquele contexto, o baixo preço das terras em algumas áreas rurais provavelmente facilitou a primeira onda de migração maciça de jovens urbanos, majoritariamente pertencentes à classe média ou rica, contestadores do conservadorismo e dos rumos da sociedade capitalista. Naquele momento, Chevalier ressalta, a ecologia ainda não estava “na moda” e a produção agrícola não era, de fato, o objetivo principal dos recém-chegados, cujo conhecimento neste campo muitas vezes se resumia à idéia de que “a terra só precisa produzir”, lhes dando tempo para viver ao sol com um mínimo de esforço (*ibidem*, 1981, p. 39). Nesse primeiro período, a maior parte das experiências foram coletivas, baseadas no que o autor chama de “utopia comunitária”, as quais não perduraram: observou-se uma desistência de cerca de 95% dos jovens migrantes depois do primeiro ou segundo inverno.

A partir de 1974/75, foram identificadas diferenças significativas no modo de migração, sendo este período compreendido como uma segunda onda migratória. Desta vez, os migrantes, menos intelectualizados e politizados que os anteriores, mas guiados por objetivos ecológicos, estavam organizados em grupos menores (especialmente casais), e buscavam a prática de um ofício e a integração com a sociedade camponesa local. Joan Nogué i Font (1988) afirma que a combinação

³⁰ Existiram experiências anteriores de migração de origem urbana com destino rural, algumas das quais foram definidas como “migrações utópicas” ou “utopias de retorno”. Para Joan Nogué i Font (1988), a neoruralidade seria a expressão moderna do mesmo fenômeno.

desses fatores tornou o fenômeno mais cotidiano, atraindo a atenção de estudiosos de várias áreas. Tanto esse autor catalão como Chevalier, elucidam, porém, que apesar de em níveis nacionais os migrantes urbanos representarem uma pequena porcentagem da população rural, sua concentração em determinados territórios sinalizava uma importância local.

Nogué i Font (*ibidem*, 1988), a partir da experiência na Espanha, sinalizou algumas possíveis formas de classificação dos neorurais. Uma delas seria pelo número de membros participantes da mesma experiência, ou seja, há quem migra sozinho, em casais com ou sem filhos, ou em coletivos. Cada um desses grupos pode ter suas motivações ancoradas em aspectos distintos: religioso, político, ideológico, ambiental, por exemplo. No entanto, o autor adianta-se em concordar com a proposta de Chevalier (1981) de classificação a partir do trabalho realizado³¹, sendo evidente pelo desdobramento dos termos utilizados: neoartesãos e neocamponeses³². Para Joan Nogué i Font (1988, p. 155, tradução nossa), “o trabalho [no neoruralismo] não cumpre só uma função econômica (satisfação das necessidades de consumo e reprodução), mas também social e ainda mais, psico-social”. Na sua perspectiva, os neorurais desejavam experimentar uma nova territorialidade, passando do espaço para o lugar, que se materializaria através do trabalho. Essa importância dada ao trabalho é compartilhada nesta pesquisa, por isso a opção em investigar especificamente agricultoras/es de origem urbana dedicados à atividade agrícola e vinculados ao sistema legal e oficial através do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), e não “neorurais”, de modo mais amplo.

Antes de nos atermos à nossa escolha, retomamos algumas considerações iniciais sobre esse tipo de experiência no Brasil. Segundo Viola (1987) e Carneiro (1998), o fenômeno migratório desse tipo teve origem na década de 1970, expandindo e legitimando-se especialmente a partir dos anos 90 com a divulgação do movimento ecologista. Viola (1987) ressalta o movimento baseado na criação de comunidades rurais alternativas por jovens urbanos de regiões metropolitanas, estes mais influenciados pelo movimento de contracultura norte americano do que

³¹ Embora também tenham sido descritas experiências de migrantes que não se dedicavam a nenhuma atividade de trabalho, mas ocupavam o espaço para residência (especialmente aposentados) e lazer.

³² Esse autor identifica um grupo como “neoagricultores”, os quais correspondem aos mais profissionais e com investimentos maiores. De certa forma, consideramos que isso demonstra a força do conceito de campesinato na França.

pelo movimento europeu. No entanto, é somente a partir do fim dos anos 1980 e início dos 1990 que essas experiências passaram a gerar interesse dos pesquisadores, com reflexões iniciais de Eduardo Viola (1987), que nem mesmo usou o termo “neorural” e Gian Mario Giuliani (1990), que inaugura o termo, tornando-o uma referência.

Um pouco mais de uma década depois, em 2002, José Eli da Veiga chamou a atenção acerca do que, para ele, era um fluxo migratório real de origem urbana com destino rural, apesar de desconhecer os motivos para isso. De acordo com sua análise, porém, caso houvesse melhor infra-estrutura, certamente a classe média buscaria mais abrigo no meio rural. Ou seja, sua ênfase estava no uso do espaço rural como moradia, provavelmente em espaços fechados (murados), a exemplo dos famosos “*countries*” na Argentina.

Focando mais especificamente em experiências agrícolas, trabalhos posteriores ao de da Veiga (2002), começaram a investigar e revelar alguns motivos para a ocorrência da migração urbano-rural, os quais costumam se repetir em torno da insatisfação com a vida nas grandes cidades, com o trabalho e a busca por mais qualidade de vida e tranquilidade (PAFUNDA, 2016; FREITAS, 2005, VENTURI, 2020). Além disso, e como já mencionado, o ponto de concordância entre os pesquisadores sobre a definição da neoruralidade parece ser em relação a uma escolha deliberada e voluntária dos indivíduos urbanos por ocuparem o meio rural e não por uma necessidade material.

Nesse sentido, nos trabalhos que se propõem a descrever e analisar o chamado movimento neorural no Brasil, nunca ou raramente são relatadas motivações relacionadas diretamente ao suprimento de necessidades de base material, mas pelo contrário, afirmam o desejo de “revalorização da ruralidade enquanto tempo-espaço-cultura por indivíduos advindos de círculos urbanos” (FREITAS, 2005, p. 18), o que se alinha mais a uma crítica estética da modernidade. Neste sentido, Carneiro (1998) enfatiza a transformação do rural em bem de consumo através do turismo, em que a manutenção da atividade agrícola pode ser apenas para somar à autenticidade da experiência comercializada.

Essa possibilidade de interpretação foi muitas vezes reforçada ainda durante a elaboração do projeto de pesquisa, quando tive a oportunidade de conversar com muitas pessoas a respeito do tema. Não raro, alguém me relatava alguma experiência que conhecia ou sobre seu desejo próprio de “voltar ao campo” (mesmo

que nunca tivesse vivido no meio rural), de ter uma vida mais “simples” e de “viver do que plantar”. Esse “viver do que se planta” pode significar ao menos duas coisas: uma delas é o consumo imediato dos alimentos produzidos (autoconsumo de alimentos), outra é ter a atividade agrícola como base para financiar a reprodução integral da vida. Em ambos os casos, o sonho precisa ter alguma base material sobre a qual se concretizará. Consideramos dois dos principais elementos da base material.

Um deles é a manutenção de uma retaguarda financeira, como herança, pensão, aposentadoria, aluguéis de imóveis urbanos, continuidade de um trabalho anterior a ser realizado à distância ou com menor tempo de dedicação presencial, apoio financeiro da família, entre outros. Nesse caso, a agricultura não é (nem precisa ser) o principal gerador de renda, mas pode ser entendida também como lazer, descanso, atividade terapêutica, contribuição ao meio ambiente, refúgio, isto é, como uma expressão de subjetividades que deixam de se sentir à vontade no meio urbano.

Já o outro elemento que pode vir a constituir a base material do sonho é um projeto de agricultura economicamente viável. Para que isso ocorra, pode ser necessário algum tipo de preparação/estudo inicial das atividades agrícolas, além de acesso à assistência técnica e extensão rural (ATER) e a políticas públicas de modo geral, investimento no mercado de terras, planejamento de produção/manejo e comercialização, entre outros. Neste caso, a agricultura passa do âmbito do lazer para o do trabalho. É provável a combinação entre os dois fatores, mas sem nenhuma dessas opções, o campo não parece ser um local tão simples para viver.

Nesta tese, chamamos a atenção especialmente para o segundo caso, quando a agricultura é uma atividade de trabalho para os indivíduos de origem urbana, mesmo que não represente a totalidade ou mesmo a maior parte da sua renda. Optamos por essa perspectiva porque compreendemos que, diferente da agricultura como lazer, enquanto trabalho a vontade do indivíduo é apenas um dos fatores que incidem para a efetivação da sua vida no espaço rural. Ou seja, além da vontade pessoal, consideramos que os indivíduos dependem ainda da conjuntura institucional que favorece ou não a formulação e o acesso a políticas públicas (de reconhecimento, crédito, de extensão rural, de infraestrutura, de comercialização); dos artefatos e recursos disponíveis no local e no período histórico; do

conhecimento e adoção das práticas sociais que lhes permitem ingressar e interagir nesse espaço e com os outros atores.

2.1.1 Experiências mais recentes em diferentes contextos

Embora nossa proposta de pesquisa não seja fazer um estudo comparativo com outro ou outros países, as experiências de outras regiões podem contribuir para a compreensão da nossa própria. Para isso, apresentaremos algumas considerações acerca de algumas experiências europeias, norte americanas³³ e latino americanas atuais.

Quanto ao contexto europeu, analisamos o relatório final do Grupo Focal “Novos ingressantes na agricultura: lições para fomentar a inovação e o empreendedorismo”, promovido pela Parceria Europeia para a Inovação, Produtividade e Sustentabilidade Agrícola³⁴ (EIP-AGRI, 2016) sobre as experiências naquele continente. Além disso, daremos ênfase às experiências mais recentes na França, uma vez que esse país conta com experiências mais consolidadas, sendo o principal país da Europa em liderança na formulação de políticas para essa categoria (MAILFERT, 2007).

Já sobre os Estados Unidos, nos baseamos principalmente no relatório do Serviço de Pesquisa Econômica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (AHEARN; NEWTON; 2009), cujos dados são resultados de análises econômicas dos censos agrícolas. Junto a isso, também iremos apontar alguns estudos mais recentes que apresentam considerações mais qualitativas do fenômeno.

Sobre o contexto latino americano, iremos apresentar alguns estudos realizados na Argentina e Colômbia, os quais salientam as diferenças em relação às experiências “originais” ou europeias. Dessa maneira, gradualmente iremos nos aproximando da região estudada nesta tese, e isso objetiva entender o contexto em

³³ Optamos em abordar as experiências dos contextos europeus e norte americanos porque ambas as regiões desempenharam papéis fundamentais tanto no desenvolvimento do setor agrícola brasileiro em si, como também na forma como percebemos e estudamos o meio rural (RAMOS; NODARI, 2020).

³⁴ Focus Group “New entrants into farming: lessons to foster innovation and entrepreneurship” under the European Innovation Partnership Agricultural Productivity and Sustainability (EIP-AGRI)

que ocorrem as experiências, mas também a forma como o conhecimento sobre elas é produzido.

2.1.1.1 Europa e um olhar especial para a França

Ademais de pesquisas dispersas sobre a migração de origem urbana com destino rural no continente europeu, optamos em resgatar especialmente o documento produzido pelo Grupo Focal (GF) sobre “Novos Participantes”³⁵, promovido pelo European Innovation Partnership Agricultural Productivity and Sustainability (EIP-AGRI)³⁶, cujo relatório final foi publicado em maio de 2016. Essa escolha se deu visto a amplitude do Grupo Focal, que pôs em diálogo vinte especialistas com base numa chamada aberta de interesses, em que cada perito foi nomeado a partir dos seus conhecimentos e/ou experiências pessoais sobre a questão específica. Assim, participaram desse grupo focal agricultores, consultores, pesquisadores, empresas e ONGS da Bélgica, Espanha, França, Hungria, Bulgária, Itália, Alemanha, Estônia, Irlanda, Reino Unido, Portugal, Eslovênia, República Tcheca, Finlândia e Países Baixos.

De acordo com a avaliação dos participantes, a maior parte das pesquisas sobre renovação intergeracional na agricultura europeia foca nos processos de sucessão familiar, havendo poucas pesquisas que abordam especificamente os novos participantes de origem urbana na agricultura. Além disso, eles afirmam que há uma dificuldade para a própria definição sobre quem são os “novos participantes”, que se soma a uma questão anterior de definição sobre quem é “agricultor”. Essa imprecisão conceitual leva à impossibilidade de fazer uma avaliação rigorosa sobre o número de pessoas nessa situação, embora sua presença no meio rural seja considerada como uma importante fonte de inovação e

³⁵ O termo adotado por esse grupo para referir-se aos migrantes de origem urbana com destino rural para o trabalho agrícola é “new entrants into farming”.

³⁶ De acordo com o relatório final (EIP-AGRI 2016, p. 40, tradução livre), O EIP-AGRI visa catalisar o processo de inovação nos setores agrícola e florestal, aproximando a investigação e a prática - em projetos de investigação e inovação, bem como através da rede EIP-AGRI. Além disso, os EIPs visam agilizar, simplificar e coordenar melhor os instrumentos e iniciativas existentes e complementá-los com ações quando necessário. São informadas duas principais fontes de financiamento: o quadro de investigação e inovação da UE (Horizon 2020), e a Política de Desenvolvimento Rural da UE. Os Grupos de Trabalho estabelecidos dedicam-se a uma questão estritamente definida, reunindo temporariamente cerca de 20 especialistas com o objetivo de mapear e desenvolver soluções em seu campo.

empreendedorismo para o setor. Enfatizam alguns benefícios da integração de novos participantes nos sistemas agrícolas:

- Apresentação de novos conhecimentos ou técnicas
- Desenvolvimento de novos modelos de negócios baseados em usuários finais
- Desenvolvimento de sistemas agrícolas mais sustentáveis
- Desenvolvimento de novos modelos organizacionais, como agricultura compartilhada, pré-financiamento, *crowdsourcing*
- Aumento das conexões entre a agricultura e a comunidade local (particularmente em áreas onde há abandono substancial de terra e / ou despovoamento)
- Adaptação do conhecimento tradicional para desenvolver inovações de negócios (por exemplo, produção artesanal de alimentos) (EIP-AGRI, 2016, p. 3, tradução nossa)

Enfatizam, também, que há uma heterogeneidade de experiências, mas que de modo geral, os novos participantes buscam ganhar a vida com os negócios agrícolas, sendo sua principal dificuldade o acesso à terra. Por esse motivo, muitas experiências são no âmbito da horticultura, embora a criação animal também seja atrativa para aqueles que conseguem acessar áreas maiores para a produção³⁷. Afirmam ainda que os novos participantes tendem a se envolver em atividades agrícolas alternativas tanto na etapa de produção (estilos de agricultura de base ecológica) como para a comercialização (desenvolvimento de circuitos curtos, CSA, entre outros), buscando agregar mais valor ao produto.

Os especialistas do GF afirmam que, apesar de os novos participantes majoritariamente serem mais jovens do que os agricultores tradicionais na ativa, as definições específicas em diferentes legislações dos países europeus acerca de “jovens agricultores” (*young farmers*) baseadas na idade, não dão conta de tais experiências, sendo necessário considerar nessa categoria pessoas de todas as idades. Os novos participantes da agricultura na Europa também têm um nível educacional mais alto do que a média dos agricultores tradicionais, e os homens são a maioria, embora haja mais mulheres do que normalmente há em sistemas agrícolas convencionais. Pontuam, porém, que essa percepção em relação à maior participação das mulheres pode ocorrer por dois motivos: o primeiro porque a maioria das experiências de novos participantes são no âmbito de sistemas

³⁷ De acordo com pesquisa de Kate Mailfert (2007), especificamente na França, o tamanho médio das unidades produtivas de agricultores de origem rural variava entre 30 e 270 hectares, enquanto os “neo-agricultores”, expressão adotada em seu estudo, tinham unidades produtivas entre 2 e 55 hectares.

alternativos de produção, nos quais as mulheres estão historicamente mais ativas; o segundo porque o sistemas agrícolas convencionais tendem a invisibilizar as mulheres ao considerar os homens nas fazendas familiares como “o agricultor primário”³⁸.

Quanto aos locais escolhidos para se estabelecer, as áreas periurbanas parecem ser as preferidas das/os migrantes, tanto para fazendas de estilo de vida como para empreender negócios diversificados. As áreas mais distantes parecem atrair especialmente aquelas pessoas que já tinham experiências anteriores na agricultura e que estão retornando à atividade. Os especialistas identificaram a partir da literatura disponível e dos seus contatos, oito principais motivos para a entrada (ou retorno) na agricultura, apresentados aqui por ordem de importância: a) busca de estilo de vida, b) ambições de trabalho, c) crises econômicas, d) oportunidades de mercado, e) aspirações de saúde, f) aspirações ambientais, g) aspirações sociais, h) acesso a subsídios, i) oportunidades de investimento.

Dois aspectos enfatizados pelo GT nos parecem particularmente interessantes. Um diz respeito às grandes diferenças que existem entre os países europeus, tanto no que concerne à oportunidades de acesso a treinamentos, subsídios e políticas públicas, como também no próprio reconhecimento social da categoria, visto que em alguns países a atividade tem um baixo status, sendo menos atrativa (especialmente para mulheres) do que em outras regiões. Essas considerações, acerca da expressiva heterogeneidade de experiências e possibilidades, incidem no segundo aspecto, o de falta de representatividade coletiva dos novos participantes junto às instituições e organizações agrícolas europeias, o que pode dificultar o estabelecimento de políticas específicas para a categoria.

Especificamente na França, onde o fenômeno da migração de origem urbana com destino rural denominado como “neoruralidade” teve início e inspirou a proliferação da experiência em outros lugares, é visível na agenda política nacional o apoio à instalação de uma nova geração de agricultores³⁹, conforme indica Kate Mailfert (2007). De acordo com a autora, “os políticos franceses e os líderes

³⁸ Problema semelhante se observa no Brasil ao considerar a categoria “agricultura familiar”: ainda que todos os membros trabalhadores da família possam constar nos documento de certificação, por exemplo, prevalece a prática de indicar apenas o “chefe” da unidade agrícola, que normalmente é o homem (RAMOS, 2016).

³⁹ A autora destaca o nome francês desse subgrupo: “*hors-cadre-familial*”, traduzido como “fora da estrutura familiar”.

agrícolas orgulham-se da sua história de apoio estatal aos jovens agricultores, uma categoria profissional definida pela idade (21 a 40 anos) e não pelo período de tempo na agricultura.” (*ibidem*, 2007, p. 22, tradução nossa). No entanto, ela observa que essa opção em considerar a idade como principal definidor dos novos agricultores excluiu, apenas em 2003, 38% das pessoas que iniciaram atividades agrícolas no país do acesso a políticas públicas específicas.

O acesso a essas políticas, por sua vez, demanda o preenchimento de uma série de requisitos além da idade, como ter um diploma universitário (*baccalauréat*), o comprometimento de permanecer pelo menos dez anos na atividade agrícola, a realização de estágio ou aulas de treinamentos, e a apresentação de um plano de negócios que informe a expectativa de lucro líquido nos três anos seguintes. Esses requisitos receberam uma série de críticas, especialmente por visar formar um quadro de jovens agricultores com mentalidade de gestor de negócios, mais do que como agricultor.

2.1.1.2 Estados Unidos

Diferente do que ocorre no contexto europeu, a agricultura nos Estados Unidos está mais relacionada a uma atividade econômica que a um modo de vida, sendo, portanto, acompanhada de perto por economistas e *experts* em desenvolvimento⁴⁰. Essa característica tem permitido que os órgãos oficiais estabeleçam definições mais técnicas, as quais estão focadas especialmente na produção, e não nos sujeitos da produção.

Podemos perceber esse aspecto nas definições apresentadas por Mary Ahearn e Doris Newton no relatório do Serviço de Pesquisa Econômica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, intitulado “Beginning Farmers and Ranchers” (2009). Para essa análise, as autoras utilizaram dados de cinco censos agrícolas de registro contínuo (de 1978 a 1997), somado ao censo de 2007, o que lhes possibilitou localizar geograficamente as experiências em questão.

⁴⁰ Foi nesse contexto e visando, sobretudo, solucionar problemas práticos, que os primeiros serviços de extensão rural foram criados no início do século XX, dando origem também aos primeiros cursos de sociologia rural nas universidades norte-americanas (RAMOS; NODARI, 2020)

De acordo com o relatório, uma fazenda é definida como qualquer lugar que tenha produzido e comercializado pelo menos mil dólares em produtos agrícolas durante o período de um ano, enquanto “*beginning farmers and ranchers*” são aqueles que operam uma fazenda ou rancho por dez anos ou menos, independente da idade⁴¹. A definição de agricultores e pecuaristas iniciantes foi introduzida em 1992 pela Lei de Melhoria do Crédito Agrícola e respondia diretamente a uma preocupação do Congresso em relação ao aumento da idade dos agricultores e pecuaristas tradicionais. Ou seja, mesmo que a definição da categoria tenha sido elaborada por motivos utilitaristas, podemos afirmar que defini-la permitiu o estabelecimento e o acesso à políticas públicas específicas⁴², o que se mostra como um problema ainda nos diversos países europeus cuja definição é inexistente ou imprecisa.

O relatório apresenta algumas características gerais dos agricultores e pecuaristas iniciantes, mas chamamos a atenção de que os censos utilizados como base coletam informações apenas do “agricultor operador”. Ou seja, não consideram informações dos outros membros (da família ou não) dedicados às atividades nos estabelecimentos agropecuários. Nesse sentido, as autoras afirmam que

(...) como todos os operadores agrícolas, a maioria dos operadores agrícolas iniciais são brancos, não hispânicos e homens. Os agricultores iniciantes, no entanto, têm mais probabilidade do que os agricultores estabelecidos de serem mulheres, não brancas ou hispânicas.” (*ibidem*, 2009, p. 7, tradução nossa).

Quanto à idade, reforçam que nem todos os agricultores e pecuaristas iniciantes são jovens, mas que aproximadamente um terço deles têm mais de 55 anos. Ainda assim, comparando com a média geral, há mais operadores iniciantes com menos de 35 anos (17% em 2007) em comparação com operadores principais

⁴¹ Interessante perceber que as autoras afirmam que alguns empréstimos específicos são direcionados a agricultores iniciantes que operam fazendas de “tamanho familiar”, embora não haja uma definição precisa dessa categoria. No Brasil, a categoria é definida pela Lei da Agricultura Familiar. Iremos abordar futuramente.

⁴² A mérito de exemplo: “a Lei de Segurança Agrícola e Infraestrutura Rural de 2002 exigia que o USDA fornecesse pagamentos mais altos aos agricultores iniciantes pela participação em alguns programas de conservação. Mais recentemente, a Lei de Alimentos, Conservação e Energia de 2008 expandiu o apoio a agricultores e pecuaristas iniciantes para programas de empréstimo e conservação.” (AHEARN; NEWTON, 2009, p. 1, tradução nossa)

total (5%). De modo geral, os iniciantes são mais escolarizados que os agricultores estabelecidos, muitos deles com diplomas universitários.

Da mesma forma que os novos participantes da agricultura na Europa, o acesso à terras agrícolas é o fator que mais afeta a entrada (ou a saída) dos iniciantes, estando estes mais propensos a ter dívidas associadas à propriedade da terra, uma vez que a compra de não parentes é a forma mais comum de acesso. Além disso, apesar das terras disponíveis serem mais escassas nas regiões metropolitanas por conta dos processos de urbanização, estas são as áreas mais atraentes para agricultores e pecuaristas iniciantes, especialmente para quem depende de fontes de renda não agrícolas. A dependência de outras fontes de renda são mais comuns em unidades produtivas menores, tanto em unidades iniciantes quanto estabelecidas.

As autoras chamam a atenção de que em 2017 havia uma grande diferença no tamanho médio das unidades de agricultores e pecuaristas estabelecidos e iniciantes: enquanto para os estabelecidos a média era de 461 acres (186,56 hectares), para os iniciantes era de 174 acres (70,41 hectares). Por esse motivo, afirmam que um dos desafios para os iniciantes é acessar uma grande unidade para ter uma escala de produção eficiente, reforçando o padrão produtivista que também marca o agronegócio brasileiro, como veremos adiante.

Sem fazer menção a atividades produtivas de base ecológica nesse documento, as autoras afirmam que os iniciantes dedicam-se mais à produção de gado do que à produção agrícola (12% e 7%, respectivamente). Sendo a principal ocupação a produção avícola, a qual os iniciantes respondiam em 2007 por cerca de 20% da produção estadunidense.

Alguns estudos mais recentes sobre este país têm se preocupado com análises mais qualitativas das experiências dos agricultores iniciantes, especialmente no que concerne ao treinamento para novos agricultores. É o caso, por exemplo, das pesquisas realizadas por Kim L. Niewolny e Patrick T. Lillard (2010)⁴³, por Laura Schreiner, Charles Levkoe e Theresa Schumilas (2018)⁴⁴ e por Christian Kelly Scott e Robert B. Richardson (2021)⁴⁵. Diferentemente do relatório

⁴³ "Expanding the boundaries of beginning farmer training and program development: A review of contemporary initiatives to cultivate a new generation of American farmers"

⁴⁴ "Categorizing practical training programs for new farmers: A North American scan"

⁴⁵ "Farmer social connectedness and market access: A case study of personal networks among emerging farmers"

apresentado anteriormente, onde não havia nenhuma menção específica à produção de base ecológica, esses três estudos enfatizam a relação entre novas/os agricultoras/es e a busca por projetos mais sustentáveis e ecológicos.

2.1.1.3 América Latina

Além das experiências europeia e norte-estadounidense, a seguir iremos mencionar alguns estudos realizados no contexto latinoamericano, a saber, em Colômbia, Argentina e Brasil. Ressaltamos, porém, que os estudos são restritos a locais muito específicos e não dão conta de toda a dimensão do fenômeno nos respectivos países, uma vez que sua abordagem é incipiente em toda a América Latina (TRIMANO, 2019).

Na Colômbia, nos chamou a atenção a pesquisa do agrônomo Marlon Javier Méndez Sastoque (2013), realizada no município rural de Manizales⁴⁶. Em seu estudo, propõe a consideração das particularidades do contexto local e nacional, propondo, então, o reconhecimento de um “neoruralismo autóctone”. Ou seja, para o autor, as análises do fenômeno migratório de origem urbana com destino rural na América Latina não podem se dar nos mesmos termos em que ocorrem em países pós-industriais do Norte, uma vez que nesses casos o neoruralismo estaria mais relacionado a valores “pós-modernos”, onde o mundo rural é menos agrícola e mais turístico, bem como menos material e mais abstrato. Já nos países do Sul, segundo o autor, devido a fatores estruturais não resolvidos, esse tipo de migração estaria, em sua perspectiva, relacionada também com aspectos da marginalidade social, econômica e cultural.

O ponto de partida de Méndez Sastoque (2013) é a observação de mudanças demográficas no meio rural colombiano, o qual deixa de ser ocupado exclusivamente por agricultores produtores de alimentos e matéria prima para a indústria. Dessa maneira, o autor forja uma tipologia baseada nos diferentes motivos de atração dos novos ocupantes do meio rural daquela região⁴⁷, considerando os

⁴⁶ A principal e tradicional atividade produtiva da região é a cafeeira. Devido ao que o autor chama de “paisagem cultural” (MÉNDEZ SASTOQUE, 2013), a região é considerada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

⁴⁷ Para ele, trata-se de “uma proposta de uma abordagem compreensiva do fenômeno neorural, através do reconhecimento dos referidos atores em sua diversidade, utilizando como meio a

critérios espacial e residencial⁴⁸. Neste trabalho o autor utiliza indistintamente os termos “neorrural” e “novos habitantes do campo” para referir-se àquelas pessoas que anteriormente tinham residência urbana e que, conscientemente optaram em mudar-se para o meio rural, onde concebem outro projeto de vida, relacionados ou não com a produção agrícola.

A primeira categoria delineada por Mendéz Sastoque (2013) diz respeito aos neorurais por atração comparativa. Ou seja, para essas pessoas a principal motivação para a migração seria o esgotamento da vida urbana, sendo o rural entendido como um espaço mais propício para materializar ideias de bem estar e estilos de vida mais saudáveis e próximos da natureza. Esse grupo é formado especialmente por profissionais liberais e suas famílias de classe média-alta, os quais mantêm vínculos com as cidades através do trabalho e estudo. Eles podem ser integracionistas ou escapistas. Segundo o autor, os integracionistas buscam estabelecer laços com a comunidade local, o que se dá principalmente através da atividade agrícola. Ou seja, além da moradia, esses neorurais buscam constituir espaços agro produtivos, mesmo que sem fins comerciais, visando sobretudo a integração e imersão na cultura local através do contato com os habitantes originais, a quem recorrem para aprender. O segundo grupo, dos escapistas, é composto por pessoas que desejam se isolar dos aspectos negativos da vida urbana, mas que não abrem mão da privacidade e conforto daquele espaço. Por isso, suas casas se diferenciam das demais casas do local, por vezes sendo luxuosas, isoladas, com entrada restrita à família e amigos. O rural, para eles, é basicamente um espaço de consumo das amenidades locais, mas não gera interesse para participação das dinâmicas comunitárias.

A segunda categoria, é a de neorurais por atração ético-política. Nesta estão incluídos, em termos gerais, acadêmicos de diversas áreas, ativistas, extensionistas, membros de movimentos sociais e produtores ecológicos, para quem o rural é um “campo de resistência” às dinâmicas puramente produtivistas e mercantis a que estão submetidos os atores rurais historicamente marginalizados. Diferente do grupo anterior, são majoritariamente assalariados de classe média,

classificação por perfis, características peculiares definidas a partir de características compartilhadas e diferenciadoras.” (MÉNDEZ SASTOQUE, 2013, p. 36, tradução nossa)

⁴⁸ Como será visto, a categorização proposta é mais ampla do que a observada nesta pesquisa de doutorado, uma vez que optamos em investigar apenas experiências relacionadas ao trabalho agrícola.

dentre os quais alguns mantêm vínculos de trabalho nas cidades e/ou têm filhos em idade escolar, exigindo-lhes deslocamento diário, enquanto outros prestam seus serviços profissionais no local. Méndez Sastoque (2013) sugere duas subcategorias: neorrurais agroecologistas e altruístas. Os agroecologistas assumiriam valores anticapitalistas como solidariedade, ajuda mútua e fraternidade, por exemplo, em suas relações com os agricultores locais, buscando, sobretudo, recuperar a autonomia das comunidades camponesas contra a ordem dominante, entendendo o rural como um espaço de inovação social. Um de seus objetivos seria aproximar produtores e consumidores, modo pelo qual se tornaria visível a interdependência existente, e possibilitaria o reconhecimento e valorização do trabalho agrícola. Já os neorurais classificados como altruístas teriam a intenção de, através dos seus conhecimentos e experiências profissionais, ajudar a melhorar as condições de vida das populações rurais, inclusive no que concerne à autoestima camponesa. Para eles, a oportunidade de exercer sua atividade profissional nesse espaço não é simplesmente o cumprimento de uma obrigação contratual, mas é entendido como responsabilidade social, constituindo uma forma de realização pessoal.

A terceira grande categoria difere-se das anteriores por tomar o meio rural como local de oportunidades econômicas para investimentos e negócios, sendo, portanto, identificados por Méndez Sastoque (2013) como neorurais por atração econômico-produtiva. Alguns são motivados pelo desejo de tornar-se produtores agrícolas exitosos a partir da aplicação dos seus conhecimentos técnicos em agronomia ou zootecnia, tendo sido classificados como neorurais agroexpertos. Para esses neorurais o meio rural é um espaço para desenvolver e potencializar as atividades tradicionalmente agrícolas, e sua interação com a comunidade local é basicamente funcional através da contratação de mão de obra. Ainda nesse grupo estariam os neorurais inovadores, para quem o rural é visto como um local para realizar negócios diferenciados a partir da identificação do turismo rural como uma tendência contemporânea de consumo. Nessa perspectiva, aproximam-se dos moradores locais especialmente por seus conhecimentos da cultura e tradições, visando oferecê-los como experiências aos seus clientes, embora o atendimento pessoal dos mesmos seja a justificativa para fixar residência no local.

Além destas três categorias, Méndez Sastoque (2013) identifica uma parcela de novos habitantes do rural que buscam garantir meios de sobrevivência

que não encontram ou estão restritos nas cidades de onde saem, sendo classificados por ele como neorurais por expulsão. Esses podem ser refugiados, cujo objetivo é especialmente escapar à violência dos conflitos armados; ou requalificados, quando migram para driblar o desemprego e esperam encontrar condições de trabalho que proporcionem melhores condições de vida. Geralmente as pessoas do primeiro grupo entendem seu processo migratório como temporal, por isso tendem a ser mais pluriativos, combinando suas atividades anteriores com novas habilidades aprendidas no local. Já as pessoas do segundo grupo buscam adquirir as habilidades necessárias para integrar-se às dinâmicas locais de trabalhos, especialmente em relação à atividade agrícola.

Como se pode notar, Méndez Sastoque (2013) inclui na sua proposta tipológica experiências baseadas objetivamente na necessidade, seja para fugir de situações de violência urbana ou para superar a fragilidade econômica. Essa perspectiva difere muito dos estudos realizados no Brasil, incluindo os mais recentes como veremos a seguir, provavelmente por influência do texto inaugural de Giuliani (1990), como já informado anteriormente, mas também pelas dimensões e ênfases dos trabalhos de pesquisa. Ou seja, a maioria das pesquisas no Brasil sobre o tema insere-se no campo sobre estilos alternativos de agricultura de base ecológica⁴⁹ (como também notado pelo grupo europeu), sem considerar todas as experiências migratórias.

Os estudos argentinos consultados (TRIMANO, 2019; QUIRÓS, 2019) são enfáticos em afirmar a falta de dados sistematizados ou uma agenda clara de investigações sobre o fenômeno. Ambos os trabalhos se apresentam como etnográficos e foram realizados na Província de Córdoba, sendo o primeiro mais teórico e o segundo mais descritivo. De acordo com a comunicadora social Luciana G. Trimano (2019, sem página, tradução nossa) o fenômeno migratório em questão é “histórico, emergente, complexo, dinâmico, situado, localizado, multidimensional (temporal, espacial, espiritual e experiencial) e transdisciplinar”. Sendo, portanto, uma das maiores dificuldades das Ciências Sociais superar a oposição semântica

⁴⁹ Difere-se a essa perspectiva especialmente a dissertação em Administração Pública de Yara Tarragó Vargas (2002), que privilegiou a análise de experiências em “agronegócio”. No entanto, depois de enfatizar muito esse termo, afirma que independente da linha produtiva explorada no agronegócio, todos os neorurais sinalizaram estar *impregnados* de ideologia ecológica. (p. 104, grifo nosso)

natureza-sociedade e seu derivado (campo-cidade) quando propõe-se a analisar o fenômeno do neoruralismo.

A antropóloga Julieta Quirós (2019) informa que as primeiras experiências migratórias desse tipo na Argentina ocorreram nas décadas de 1970/80, através da intenção de constituir comunidades alternativas por jovens “hippies”⁵⁰. A segunda onda, que estaria sendo observada atualmente, tem uma composição sociocultural e etária mais diversa, heterogênea, quantitativamente mais ampla e baseada na unidade doméstica familiar. Cabe assinalar, porém, que para os moradores locais, os neorurais constituem uma população homogênea em relação à origem, estilo de vida e aos capitais econômicos e culturais a que têm acesso, como pode ser entendido através da fala de uma antiga moradora local: “*Los que vienen son gente estudiada y platuda*” (QUIRÓS, 2019, sem página).

Sendo a própria autora uma migrante para esse local onde costumava passar férias quando criança, ela afirma que entre os migrantes há pessoas ligadas a todos os tipos de atividades, algumas das quais mantêm suas profissões ao migrarem, outras desenvolvem outros projetos, dentre eles a agricultura (geralmente orgânica ou agroecológica), outros descobrem novas vocações vinculadas a terapias e paradigmas espirituais alternativos, e outros se aventuram em investimentos no setor gastronômico e turístico. Adverte, porém, que a maioria “faz um pouco de tudo”, ou seja, são pluriativos.

Um dos aspectos que a autora mais dá atenção na pesquisa, é sobre o acesso à terra e os impactos desse mercado na dinâmica local. Em sua análise, há um paradoxo porque, se por um lado vender frações da propriedade familiar permite com que famílias nativas possam comprar bens de consumo duráveis ou realizar obras de infraestrutura, por outro, elas ficam descapitalizadas e desapropriadas de um modo incontornável, pois a terra dificilmente voltará para si.

Ambas as pesquisadoras argentinas concordam que os estudos precisam superar a perspectiva estritamente espacial e focada no migrante em si, mas considerar as relações estabelecidas entre os nativos e forasteiros na construção do território. Relações essas não sem tensões, como as oriundas do aumento da especulação imobiliária (QUIRÓS, 2019) ou da construção, confronto e reconhecimento de (novas) identidades (TRIMANO, 2019).

⁵⁰ A autora defende o uso do neologismo “*jipi*” em espanhol

Finalmente chegando ao Brasil, começamos com a dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável de Nádia J. Aun (2012), que etnografou um grupo organizado de agricultores agroecológicos no interior de Minas Gerais (Orgânicos da Mantiqueira), dentre os quais haviam pessoas com origem rural (3) e urbana (7)⁵¹. Todas as pessoas de origem urbana participantes da pesquisa mantinham outra atividade profissional ou fonte de renda, e apenas um participava do grupo desde sua formação, no ano 2000. Aun (2012) verificou que, apesar de atuarem em grupo, ou seja, de planejarem coletivamente a produção, cada unidade estabelecia seus próprios padrões, havendo maior cuidado dos agricultores de origem rural com a produção e entrega dos alimentos, enquanto os de origem urbana se dedicavam mais ao gerenciamento da empresa, abertura de canais de comercialização e no relacionamento com turistas.

Todos os participantes do grupo (e da pesquisa) de origem urbana eram proprietários das unidades produtivas, tendo acessado à terra por meio de compra ou herança. A certificação era coletiva e feita pela Ecocert⁵², havendo mais de 50 espécies de hortaliças e frutas cultivadas de acordo com as normas estabelecidas para a agricultura orgânica. A comercialização através da sua organização ocorria de três maneiras: cestas entregues aos consumidores; venda para o atacado (normalmente distantes entre 70 a 200 km do município), e o abastecimento de hotéis e restaurantes locais, dedicados ao turismo rural. Além disso, mas de forma independente, os próprios agricultores organizavam uma feira local, muito mais frequentada por turistas do que por moradores locais. Os agricultores associados percebiam como vantajosa a diversificação de canais de comercialização, uma vez que poderia lhes trazer mais autonomia. No entanto, no momento da pesquisa, estavam focados em fortalecer as relações comerciais de circuitos curtos e/ou diretos, por serem mais gratificantes e implicarem menos desperdício dos alimentos.

Aun (2012) observou que a diferença básica entre os agricultores associados de acordo com a origem era em relação “a percepção que possuem de seus cultivos e o tempo que dedicam para construir esse conhecimento. No entanto, esta característica também é percebida em agricultores neorrurais com mais tempo

⁵¹ Dentre os sete de origem urbana, cinco eram da cidade de São Paulo.

⁵² A certificação coletiva, conforme indica Aun (2012) é financeiramente mais acessível aos agricultores, uma vez que os custos são divididos. No entanto, a comercialização para fora do município pode ser feita apenas através da instituição que os agrega, no caso, Orgânicos da Mantiqueira.

na atividade” (p. 99). Ou seja, as pessoas de origem urbana teriam menos persistência na atividade, sendo a falta de conhecimento sobre a atividade o principal motivo de desistência. Já entre os agricultores locais, verificou que o preço da certificação, a necessidade de se relacionar com neorrurais e a insegurança decorrente da falta de assistência técnica específica para a produção orgânica são os principais motivos de resistência para a sua entrada no grupo. Para além disso, porém, a autora afirma que “era possível estabelecer claramente as diferenças entre eles, seja pelo modo de produzir, negociar, vender ou ainda de vestir, viver ou falar” (p. 102).

Ainda na região Sul de Minas Gerais, Camila Guedes Codonho (2013) em sua tese de doutorado em Ciências Sociais, buscou descrever o modo como a agricultura orgânica congrega um número crescente de indivíduos com o objetivo de criar novas formas de ser e atuar no meio rural, tendo como referência a discussão acerca das novas ruralidades⁵³. Nesse sentido, a autora afirma “dar uma passo à frente” em relação às classificações usuais e amplia o uso do termo neorurais, considerando não apenas os migrantes de origem urbana, mas também os habitantes do meio rural “convertidos” à prática ecológica. Sua justificativa para isso é de “que embora possuam históricos diferenciados, têm em comum o fato de romper com seus estilos de vida anteriores para iniciar uma nova experiência econômica e social relacionada à produção ecológica no campo” (CODONHO, 2013, p. 40-41). Um dos pontos que faz com que não concordemos com essa proposta classificatória é que nem todos os neorurais estão necessariamente vinculados à produção de base ecológica, embora as pesquisas existentes tenham essa ênfase. Ainda há casos sem qualquer vinculação à atividade agrícola.

A dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe de Rosana Akemi Pafunda (2016), também analisa um grupo organizado na forma de cooperativa⁵⁴ em São Paulo. Seu trabalho aporta contribuições para a reflexão da dualidade urbano *versus* rural, alinhando-se à

⁵³ Adiante iremos discorrer sobre o campo de estudos das novas ruralidades, o qual foi iniciado nos países europeus nos anos 1970 para descrever as aceleradas mudanças percebidas no meio rural.

⁵⁴ O trabalho de campo foi realizado com a Cooperativa dos Produtores Rurais de Juquitiba e Região (COOPJUQUI), no estado de São Paulo. A maioria dos participantes da pesquisa dedicam-se especialmente à produção de cogumelos, mas de modo geral os cooperados participam em sete cadeias produtivas: fungicultura (shimeji e shitake), olericultura, apicultura, floricultura, ranicultura, avicultura e fruticultura. Não há menção sobre certificação.

corrente desenvolvida pelo geógrafo Bernard Kayser de “renascimento do rural”⁵⁵, através da qual seria possível observar a migração de origem urbana com destino rural. Sob essa perspectiva, desenvolvem-se novas ruralidades, onde o rural deixa de ser considerado exclusivamente por uma pretensa “vocação setorial”, e   compreendido por sua dinâmica territorial. Dessa maneira,   possível articular conceitos como multifuncionalidade da agricultura e pluriatividade, os quais correspondem a estratégias de reprodu o social tanto para famílias camponesas, como para neo-rurais.

Entre os participantes da sua pesquisa, na sua maioria com grau de escolaridade elevado, revelaram-se trajetórias bastante distintas, embora suas motiva es tenham algumas similaridades especialmente no que concerne   insatisfa o com a venda da força de trabalho como uma mercadoria qualquer, o individualismo, a aspereza, a pressa generalizada, o estresse, a ansiedade e a artificializa o dos espaços nas grandes cidades. Alguns admitiam intencionar processos de recampesiniza o (ou seja, tornar-se camponês), outros enfatizavam preocupa es ecológicas, outros buscavam satisfa o religiosa. No entanto, como concluiu a autora, os neo-rurais da região estudada “organizam o território em defesa de seus modos de vida a partir de práticas distintas daquelas que os agonizavam no meio urbano” (*ibidem*, 2016, p. 120).

As pesquisas brasileiras comentadas até aqui estão localizadas na região Sudeste do Brasil, e têm como epicentro de migra o a cidade de São Paulo, que atua também como principal destino para a comercializa o dos produtos e   onde uma parte dos migrantes mant m outra atividade laboral. Essa rela o com uma grande cidade   enfatizada desde os primeiros trabalhos sobre o fenômeno (CHEVALIER, 1981; FONT, 1988), seja porque há demanda por produtos ecológicos e meios financeiros para adquiri-los, ou ainda porque permite o ir e vir do migrante, seja a trabalho, estudo, ou acesso a serviços não oferecidos no meio rural. Além disso, mas não menos importante, a proximidade de grandes cidades facilita o acesso de clientes e turistas no sentido contrário, favorecendo o desenvolvimento

⁵⁵ A autora apresenta três posturas teóricas sobre o mundo rural nas sociedades contemporâneas: a primeira baseada em Henri Mendras e Hugues Lamarche, cujo entendimento   de que a industrializa o crescente leva   desintegra o do campesinato enquanto modo de vida, transformando o camponês em agricultor familiar subordinado ao mercado. A segunda corrente simplesmente não reconhece a dualidade rural-urbano. A terceira   a de Kayser, cuja perspectiva   partilhada pela autora (PAFUNDA, 2016)

de atividades como turismo rural e ecológico. Essas mesmas relações encontramos em trabalhos de pesquisa feitos na região Sul do país.

Karen Follador Karam (2004), estudando novas ruralidades na Região Metropolitana de Curitiba no fim da década de 1990, verificou que 44% dos 57 agricultores orgânicos entrevistados⁵⁶ para sua pesquisa de doutorado tinham origem no meio urbano, os quais ela chamou de neorurais, orientada pela noção de Giuliani (1990). Ela identificou que 40% deles praticavam agricultura há menos de cinco anos, e nenhum, naquele momento, tinha mais de 15 anos de experiência. Uma parte deles herdou terras da família (16%), mas a grande maioria comprou as terras nos dez anos anteriores à pesquisa (84%), sendo que 60% das unidades produtivas eram de até 10 hectares. A maioria das pessoas (52%) tinha outras fontes de renda além da agricultura (especialmente proveniente dos cônjuges que mantinham alguma atividade no meio urbano), sendo que 44% tinham renda maior que 20 salários mínimos, ou seja, muito superior à média brasileira no período⁵⁷.

A recente tese em Geografia de Marcelo Venturi (2020) apresenta dez experiências de “permacultura neorrural” nos três estados do Sul⁵⁸. Ele define permacultura neorrural como

uma forma de planejamento sustentável do espaço rural proposta por essas pessoas que migraram da cidade para essas áreas, trazendo suas visões de mundo, valores, culturas e necessidades. Muitas dessas necessidades podem ser novas para os tradicionais rurais, enquanto outras podem ser releituras de culturas ou tradições rurais que foram perdidas pelas pessoas do campo, sendo substituídas por novas técnicas e soluções trazidas da cidade ou por empresas que focaram em atender a esse público rural. (*ibidem*, 2020, p. 85)

Diferentemente da pesquisa realizada na presente tese, em que o foco esteve na migração voltada ao desenvolvimento de atividades agrícolas, Venturi privilegiou, como um dos requisitos para a participação a conclusão de algum Curso de Planejamento em Permacultura (PDC), mesmo que não houvesse produção agrícola na unidade investigada. Ou seja, a permacultura, na maioria das

⁵⁶ Karam usou como principal parâmetro a trajetória de vida do responsável pela unidade produtiva.

⁵⁷ Em 1999 o salário mínimo no Brasil era R\$ 136,00. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego compilados e divulgados pelo IBGE (sem data), em 1999 o rendimento médio nominal anual dos empregados formais era de 5,1 salários mínimos.

⁵⁸ Em detalhe: uma experiência no Rio Grande do Sul, uma no Paraná, e oito em Santa Catarina, das quais seis foram na região da Grande Florianópolis. Dessas seis experiências, quatro eram no município de São Pedro de Alcântara, onde não havia nenhum registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos utilizado como base de dados no presente estudo.

experiências apresentadas pelo autor, possibilitaria um estilo de vida diferenciado, onde o meio rural é entendido como “fonte de qualidade de vida socioambiental”. A diferenciação ocorre tanto em relação ao que os entrevistados tinham acesso na cidade, mas também em relação aos vizinhos, o que é bastante enfatizado na pesquisa com a pergunta “Acha que a sua forma de viver no campo ou o planejamento ou conhecimentos da permacultura adotados por vocês influencia de alguma maneira seus vizinhos ou comunidade? (Sim ou não) Como e por quê?”.

De modo geral, os entrevistados nessa pesquisa dependiam de rendas externas e não se sustentavam exclusivamente pela renda advinda da atividade agrícola (nove das dez unidades contavam com renda externa). Podemos perceber, então, que a agricultura aparece como atividade econômica secundária, mas em alguns casos apenas como atividade de lazer ou terapêutica. De acordo com o autor, a motivação dos permacultores entrevistados era alcançar a sustentabilidade da produção de subsistência e *retornar à natureza*, sem focar na comercialização em si. Isso vai na contramão do que o autor chama de “neorurais convencionais”, os quais, segundo ele, veriam a mudança especialmente como uma forma de investimento em negócios.

Em nossa compreensão, parece que há, no caso, uma perspectiva demonizadora do mercado, como se fosse errado acessá-lo ou disputá-lo, embora os mesmos indivíduos mantenham suas atividades laborais urbanas, através das quais garantem sua reprodução financeira e manutenção de um estilo de vida diferenciado dos moradores mais antigos nos locais que passaram a ocupar. Nossa principal crítica ao trabalho de Venturi, portanto, é em relação à sua própria hipótese central, que propõem refletir acerca das possibilidades que a presença de uma “nova massa crítica” (para ele, os “neorurais permacultores”) poderia, através da “ética, princípios e planejamentos” influenciar a mudança do local. Que tipo de mudança, se é desejado pelas pessoas locais, não sabemos, mas deixa subentendida uma visão um tanto quanto urbano-centrada.

Outro trabalho realizado no sul do país, mas especificamente na Região da Grande Florianópolis, é a dissertação em Sociologia Política de Priscilla Bitencourt Freitas (2005). A autora propõe discutir a neo-ruralidade a partir de aportes da teoria marxista, especialmente a “dimensão romântica” de Marx e seus seguidores, que objetivaria aproximar experiência e utopia. Nesse sentido, as concepções de trabalho e seu papel para as escolhas individuais ganham relevância e, da mesma

forma que nós, a autora foca em casos dedicados à prática agrícola, mesmo que apenas para prover “subsistência”. As três experiências selecionadas para entrevistas desenvolviam técnicas da permacultura, cujas propostas, de acordo com a autora, iriam

(...) na contramão da absolutização da técnica – sem limites, livre de toda relação e fins, livre da produção de sentido – [de modo que] parece ser a técnica permacultural um instrumento, um meio, cuja existência encontra significado na criação de condições para um modo de vida (rural) mais sustentável em suas relações. (*ibidem*, p. 57).

Alguns pontos em comum podem ser observados nas três trajetórias de vida selecionadas naquela pesquisa. Um deles é que todos os entrevistados informaram uma “saga migratória”, saindo de grandes cidades (dois de Porto Alegre e um de São Paulo) passando por diferentes lugares rurais e urbanos, dentro e fora do país, até chegar ao local atual. Todos teceram críticas ao modo como os agricultores locais e vizinhos viviam, produziam e /ou cuidavam da natureza e buscavam, por isso, isolar-se ou distanciar-se dos mesmos. Apesar da pesquisa de Freitas (2005) focar em experiências que desenvolviam atividade agrícola, essas pareciam minoritárias em importância do que a ênfase dada à construção de um estilo de vida específico, o qual se diferencia bastante da experiência rural da região.

2.1.1.4 Síntese dos estudos sobre migração urbano-rural

Como afirma Trimano (2019, sem página, tradução nossa), “os estudos sobre a neoruralidade, como acontece em um campo em exploração, não apresentam uniformidade de critérios, variam de acordo com as particularidades espaço-temporais e a disciplina que as trabalha”. Ou seja, como visto nessa seção, cada pesquisador e pesquisadora aporta diferentes perspectivas e interesses, especialmente de acordo com a sua área acadêmica de origem. Por isso, entendemos que o fenômeno demanda um esforço interdisciplinar, o que consideramos interessante para nossa pesquisa, uma vez que está inscrita em um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar.

Além disso, reforçamos que se escolhemos trabalhos mais “institucionais” para discutir as experiências na Europa e nos Estados Unidos, é porque é nesses

locais onde há estudos conduzidos dessa maneira. Acreditamos que isso se deve a uma percepção mais clara das possibilidades econômicas que tal tipo de migração pode acarretar⁵⁹. Ou seja, enquanto o estudo europeu enfatiza o incremento do empreendedorismo nas regiões rurais, os Estados Unidos já têm consolidadas leis de apoio à categoria após terem observado o processo de envelhecimento dos tradicionais trabalhadores agrícolas.

Já na América Latina, como vimos, o estudo do fenômeno é realizado especialmente de acordo com interesses individuais dos pesquisadores, muitos dos quais se auto-identificam como “neururais” e tentam chamar a atenção para esse tipo de experiência. Percebemos que alguns trabalhos de pesquisa brasileiros também se apoiam na ideia de uma “renovação” do campo através do desenvolvimento de atividades inovadoras, que seriam possíveis graças aos conhecimentos específicos trazidos pelos migrantes de origem urbana. Tais abordagens tendem a ser unidirecionais e urbano-centradas, ou seja, evidenciam as qualidades específicas e possibilidades dos tipos urbanos para transformar o meio rural pré-existente de acordo com a sua própria percepção e vontade. Os conflitos gerados e as resistências locais são menos evidentes nesses trabalhos.

Notamos ainda que a maioria das investigações, mesmo as que se ocupam de coletivos, focam na agência dos indivíduos e nas suas escolhas pessoais que justificam e que se acredita produzirem integralmente suas trajetórias de vida. Nesse sentido, há uma tendência interpretativa de que a auto-ação individual seja capaz de realizar algo por conta própria, independente do contexto. A “ideia” porém, de ocupar o rural e buscar nele a “liberdade”, a “autonomia” e a “qualidade de vida” indisponível no ambiente urbano, muitas vezes (mas não sempre) traz como referência as experiências de outros atores em diferentes contextos, especialmente europeu, experiências essas que os migrantes buscam reproduzir no meio rural brasileiro.

Essas tentativas de transposição da prática de outros contextos às vezes é carregada de frustrações por não gerar os efeitos esperados. Isso pode ocorrer porque, embora no meio rural brasileiro sejam observadas taxas crescentes de envelhecimento e masculinização, bem como intensos processos de êxodo rural

⁵⁹ Como enfatizado por Niederle (2014, p. 84), a indústria de alimentos orgânicos nos Estados Unidos está em um processo acelerado de concentração, o que seria um “reflexo de novos entrantes que visam uma parcela da demanda em expansão, mas também de fusões e aquisições, inclusive com o ingresso dos principais impérios alimentares”.

durante algumas décadas (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; COSTA, 2014, STROPASOLAS, 2002), não há um total “esvaziamento” ou “desertificação” do espaço rural, diferente dos países europeus, especialmente na França como assinalado por Chevalier (1981). No Brasil, ainda há intensas disputas pela terra e por reconhecimento social e econômico do trabalho agrícola, especialmente no que concerne à produção familiar e de alimentos.

Além disso, notamos que as experiências migratórias estudadas e publicadas pelos investigadores estão circunscritas, sobretudo, em dinâmicas produtivas de base ecológica. Estas não são privilegiadas no país em termos de políticas públicas, embora seja um campo diferenciado especialmente na ponta do consumo. Como veremos a seguir, o modelo hegemônico de agricultura no país é o agronegócio, defendido abertamente por representantes políticos alinhados aos interesses dos proprietários rurais e reunidos sob uma “bancada ruralista” ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Nessa perspectiva conservadora, o meio rural não é um espaço de vida, importando apenas sua dimensão setorial, onde a produção agrícola tem o objetivo econômico de gerar divisas. Essa agricultura depende menos da figura do “agricultor” e da “agricultora” e mais das máquinas e trabalhadores rurais descartáveis (e há muitos, indo e vindo), bem como mais de insumos do que da própria natureza.

2.2 AGRICULTURAS NO BRASIL: *COMMODITIES* X ALIMENTOS

A agricultura no Brasil sempre teve, ao menos, dois lados bem distintos: um voltado para a produção de mercadorias para exportação e outro, voltado à produção de alimentos para o autoconsumo e abastecimento interno. Ou seja, de modo geral, estão as grandes fazendas (latifúndios) onde muitas pessoas (escravizadas até 1888, e trabalhadores “livres” a partir de então) produzem, de um lado (e oficialmente) as *commodities* e, de outro (e marginalmente) alimentos para o autoconsumo e para o mercado local⁶⁰.

⁶⁰ Além disso, há também outras experiências de ocupação e uso da terra ao longo do território, mas que da mesma forma que a produção de alimentos para o autoconsumo e para o mercado local, foram e são marginalizadas na história, na política, na economia e, em certa medida, no imaginário popular.

Mesmo que ao longo do tempo o modo de produção e as percepções sobre essas agriculturas tenham passado por transformações, observamos a permanência do caráter hegemônico da primeira sobre a segunda, esta última muitas vezes considerada como “residual” e de menor importância para a economia nacional. A distância prática e ideológica entre essas agriculturas se tornou evidente especialmente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no final dos anos 1990, em paralelo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (GRISA; SCHNEIDER, 2015; BOSETTI, 2013). O MDA, instituição com foco específico na agricultura familiar, foi⁶¹, de certa forma, fruto das lutas sociais para o reconhecimento dos atores e das agriculturas voltadas sobretudo à produção de alimentos, afirmando o meio rural como um espaço de reprodução da vida, o que demandava uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, ora chamada de alternativa, ora de sustentável.

Não caberia, aqui, uma revisão profunda sobre as agriculturas desde os primórdios da ocupação do território brasileiro ou dos mais recentes projetos de ampliação da fronteira agrícola⁶². Sendo nosso objetivo refletir acerca da produção de alimentos na atualidade e os atores (e novos atores) envolvidos, inicialmente iremos resgatar alguns pontos para esboçar considerações sobre o modelo hegemônico que se tornou convencional, para que possamos entender em relação a que se propõe a “alternatividade”. A seguir, iremos demonstrar que por “desenvolvimento alternativo” não se pode considerar um modelo único, mas uma miscelânea de modos de produção, de espaços e de atores.

2.2.1 O modelo hegemônico de agricultura no Brasil

Marcado pela concentração fundiária, pelo sistema de trabalho escravocrata e pela produção de mercadorias primárias voltadas ao mercado externo, o passado brasileiro é a base para a compreensão mais profunda do modelo hegemônico de

⁶¹ Nos referimos a esse Ministério no passado, visto que o mesmo foi extinto através da medida provisória nº 726, em 12 de maio de 2016, mesmo dia em que o Senado Federal aprovou a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (RAMOS; NODARI, 2020). Sem nos determos muito nesse tema, a extinção deste Ministério pode ser entendida como uma clara mudança na política nacional que vinha sendo realizada nas últimas décadas.

⁶² Um trabalho interessante sobre processos de expansão da fronteira agrícola é o da geógrafa Ignez Costa Barbosa Ferreira (1988).

agricultura atual. Para garantir tal hegemonia, porém, algumas mudanças foram efetuadas ao longo do tempo, especialmente após a década de 1930, quando Getúlio Vargas pôs em andamento projetos nacional-desenvolvimentistas com o objetivo de alterar o caráter agrário-exportador do Brasil para o urbano-industrial.

Para executar tais projetos, inicialmente era preciso distinguir pela força da lei o que era “rural” e o que era “urbano”, o que ocorreu através do Decreto-Lei nº 311 de 1938 (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Nesse contexto, as cidades passaram a ser evidenciadas como o símbolo da modernidade, inclusive pelo meio acadêmico, que nos anos 1940 reforçava um consenso teórico do mundo rural brasileiro como um “(...) espaço de dominação das forças sociais tradicionais, politicamente atrasadas, baseadas na propriedade latifundiária e em relações sociais não capitalistas.” (*ibidem*, 2013, p. 431-432). Essas interpretações se devem à observação de que os rendimentos do setor agrícola eram decorrentes muito mais por conta da extensão das terras e pela exploração do trabalho manual do que pela produtividade em si.

Na tentativa de superar esse ponto, foi iniciado um intenso processo de modernização tecnológica da agricultura, especialmente a partir dos anos 1960, visando um “ajuste” entre o setor agrícola e a industrialização da economia no país (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Em outras palavras, modernizar a agricultura significava submetê-la ao processo industrial, criando, assim, os chamados “complexos agroindustriais”: de um lado, como consumidora de insumos, de outro, como fornecedora de matéria prima.

Enquanto consumidora de insumos externos, as unidades produtivas estavam “convidadas” a adquirir pacotes tecnológicos compostos por fertilizantes, sementes, agrotóxicos e maquinários de origem industrial. Não sendo barato participar da festa da “Revolução Verde”, o Estado entrou como principal financiador, tendo normatizado sua intervenção através do Estatuto da Terra de 1964 (Lei nº 4.504), especialmente no item Política de Desenvolvimento Rural:

Art. 73. Dentro das diretrizes fixadas para a política de desenvolvimento rural, com o fim de prestar assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agropecuária, de forma a que ela atenda não só ao consumo nacional, mas também à possibilidade de obtenção de excedentes exportáveis, serão mobilizados, entre outros, os seguintes meios:

I - assistência técnica;

II - produção e distribuição de sementes e mudas;

III - criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial;
IV - mecanização agrícola;
V - cooperativismo;
VI - assistência financeira e creditícia;
VII - assistência à comercialização;
VIII - industrialização e beneficiamento dos produtos;
IX - eletrificação rural e obras de infra-estrutura;
X - seguro agrícola;
XI - educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional;
XII - garantia de preços mínimos à produção agrícola.
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm acessado em 02/02/21)

Apesar desse compromisso do estado brasileiro com a modernização do setor agrícola, é sabido que as suas ações foram canalizadas em benefício de um segmento específico, o dos grandes proprietários (WANDERLEY, 2011), especialmente das regiões sul e sudeste do país⁶³, mantendo a base conservadora do poder político e aumentando a desigualdade social e econômica no meio rural. Do ponto de vista ecológico, a proposta também foi bastante seletiva, uma vez que focava em determinadas culturas vegetais e animais, com o objetivo de obter aumento da escala e produtividade.

Além da exclusão parcial ou total das pequenas unidades agrícolas do conjunto de políticas públicas de modernização, a especialização produtiva dispensava trabalhadores rurais de suas tradicionais funções dentro da grande propriedade, sendo estes substituídos por máquinas quando possível. Essa dupla situação intensificou o êxodo rural, ou “liberou” mão de obra para o setor industrial nos centros urbanos, o que, segundo Niederle e Wesz (2018), não foi uma consequência imprevista da modernização, mas orquestrada pelo Estado. Esses novos trabalhadores urbanos, por sua vez, que anteriormente produziam tudo ou boa parte dos alimentos que consumiam, passaram a ser exclusivamente consumidores de alimentos, os quais deveriam ser oferecidos a baixos preços nas cidades para que se pudesse manter baixos os salários pagos à eles. Assim, abriu-se um novo e lucrativo mercado para as indústrias alimentícias, que compram matéria-prima do setor primário, as processam e fornecem os alimentos para o meio urbano. Tudo padronizado e dentro das “normas de qualidade”.

⁶³ Não coincidentemente entre 1950 e 1980 as regiões Sul e Sudeste foram responsáveis por um volume expressivo do êxodo rural. A partir desse período, houve um aumento no número de migrantes da região Nordeste, mas também Centro-Oeste e Norte, acompanhando as áreas de expansão da fronteira agrícola nessas duas últimas regiões (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Observando esse período, notamos que não houve, de fato, modernização do meio rural, mas de parte do setor agrícola⁶⁴. No entanto, mesmo diante das crises políticas (fim do regime militar) e econômicas (esgotamento dos financiamentos do Estado) entre os anos 1970-80, consolidou-se uma determinada configuração do poder no país, o qual segue operando no sistema político através de uma bancada parlamentar ruralista. Por outro lado, esse mesmo período teve um efeito propulsor sobre as classes total ou parcialmente excluídas do processo de modernização, que permaneceram ou que gostariam de permanecer no campo. Organizadas através de sindicatos e movimentos sociais, essas classes heterogêneas se mobilizaram pelo reconhecimento dos seus trabalhos e das suas realidades (NIEDERLE *Et al.*, 2014), reunindo-se em torno da noção de agricultura familiar e da ideia-força de que são os responsáveis pela produção de alimentos do país.

2.2.2 A agricultura familiar

Na seção anterior, demos ênfase a uma parte do setor primário que dedica-se à produção de mercadorias (*commodities*). Insistimos nesse termo, “mercadoria”, porque é exatamente disso que se trata: um produto qualquer que tenha valor no mercado internacional. Para esses produtores, ou ainda, para esses empresários/investidores rurais, pouco importa se o produto é um alimento ou venha a compor um alimento, ou que seja necessário para garantir a segurança alimentar da população próxima⁶⁵, sua preocupação está na geração de riquezas a serem apropriadas individualmente, embora discursivamente seja para a nação.

Nesse processo de modernização, apesar dos valores alcançados na balança comercial pelas mercadorias dos grandes estabelecimentos agropecuários,

⁶⁴ Ou seja, essas alterações não ocorreram de modo homogêneo no país, nem mesmo no auge dos projetos de modernização com apoio do Estado. Como demonstram Niederle e Wesz (2018, p. 85-86) os complexos agroindustriais espalhados pelo país correspondiam a determinados produtos em cada região: soja e milho, nas Região Centro-Sul; trigo e fumo, na Região Sul; cana de açúcar, nas Regiões Sudeste e Nordeste; e mais especificamente no estado catarinense (sobretudo região Oeste), focada em suínos, aves, e, atualmente, em laticínios.

⁶⁵ Não iremos entrar na polêmica discussão sobre a produção de biocombustíveis, mas sinalizamos que há debates sobre a destinação do uso de terras agricultáveis e de culturas alimentares para a produção dos mesmos (PEREIRA, 2017)

a alimentação interna da população dependia (e ainda depende⁶⁶), em grande medida, do trabalho de agricultores e agricultoras pulverizados em todo o território nacional, em uma infinidade de situações: nas áreas marginais dos latifúndios onde trabalhavam e viviam, em pequenas e médias unidades produtivas, sendo estas próprias, arrendadas, cedidas ou ocupadas, em áreas de floresta e territórios tradicionais, por exemplo. De acordo com Maria Isaura de Queiroz (1967, p. 287, *apud* Lopes, 2014, p. 291), “admitia-se sem maior exame que se tratava de gente vivendo à margem da economia global do país, e nela entrosando-se muito pouco”. Ou seja, a produção de alimentos para o abastecimento interno permanecia oculta nas análises econômicas especialmente quando a maior parte da população vivia no meio rural e provia a própria alimentação, articulando-se com a população próxima através de um comércio de excedentes.

Mesmo que o projeto modernizador afirmasse que o aumento da produtividade agrícola era necessário para atingir seu objetivo principal de “acabar com a fome no mundo”, foi desconsiderado que a maior parte dos alimentos consumidos internamente no país eram produzidos justamente pelas pessoas que o projeto excluía. A indústria até poderia produzir certos tipos de alimentos baratos para a crescente população urbana-industrial, mas não o suficiente e/ou acessível a todos, de modo que a alimentação, mesmo nos grandes centros urbanos, ainda dependia em grande medida da produção calcada, sobretudo, no trabalho agrícola familiar.

Reforçamos que o projeto de modernização atingiu direta e indiretamente todas as unidades agrícolas - pequenas, médias e grandes - em diferentes níveis. Ou seja, se eram as grandes propriedades que conseguiam adquirir o pacote tecnológico integral devido aos incentivos dos altos investimentos públicos, as pequenas e médias unidades faziam o que podiam para integrar-se mesmo que parcialmente, incentivados sobretudo pelos serviços de assistência técnica e extensão rural (RAMOS, NODARI, 2020). Nesse sentido, a parcela das/os agricultoras/es de base familiar que permaneceu no campo foi daquelas/es que conseguiram aderir a algumas inovações tecnológicas (em especial agrotóxicos e fertilizantes químicos) e adotaram certa especialização produtiva, vinculando-se às

⁶⁶ De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), mesmo com a retração do segmento familiar em relação ao Censo anterior (realizado em 2006), ainda mantém-se responsável por 48% do valor da produção de café e banana, 80% do valor de produção de mandioca, 69% do abacaxi e 42% de feijão.

agroindústrias (especialmente na região sul⁶⁷), vindo a ser “consolidados” ou “em transição”, conforme classificação elaborada nos anos 1990 pela FAO/Incrá⁶⁸ (PICOLOTTO, 2015). Outra parcela, esta constituída pelas pessoas que não conseguiram acesso às políticas públicas modernizantes, tiveram basicamente dois destinos: ou migraram para os centros urbanos em busca de trabalho ou permaneceram no meio rural, mantendo-se através da produção para autoconsumo/subsistência combinada com outras atividades agrícolas e não agrícolas, tendo estes sido classificados como “periféricos”.

Essa consideração reforça, mais uma vez, a dificuldade de tratar do tema como se fosse um todo homogêneo, pois reconhecemos as múltiplas realidades e experiências por todo o território brasileiro. No entanto, é geral que o trabalho realizado por camponeses, agricultores, parceiros, colonos, meeiros, posseiros, entre tantas categorias, era tido como de menor importância, o que podemos observar através do adjetivo “pequeno” utilizado para identificá-los (pequenos produtores em pequenas produções). Esse “adjetivo” passou a ser considerado pejorativo pelo setor sindical dos trabalhadores rurais (PICOLOTTO, 2015), conforme demonstrado no texto do assessor sindical Dino Castilho (1999, p. 4 *apud* Picolotto, 2015, p. 79):

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista incompleta e não desenvolvida. Ou seja, os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola [...]

Até os anos 1980, o meio acadêmico brasileiro contribuiu em grande medida para essa percepção, conforme salienta Everton L. Picolotto (2015, p. 67), uma vez que

(...) os trabalhos tomavam um enfoque teórico negativo sobre a pequena produção (inspirados em concepções marxistas, em especial em Lênin e Kautsky), vindo a identificar que estava em vias de desaparecimento com o avançar das relações capitalistas no campo.

⁶⁷ De acordo com Buainain (2006), no estado de Santa Catarina 85,7% dos agricultores familiares adotaram o modelo produtivo da revolução verde.

⁶⁸ Essa classificação refere-se a três tipos de unidades familiares: “consolidada”, área de terra média de 50 ha); em “transição” (com área média de 8 ha); e “periférica” (com área média de 2 ha).

Foi a partir dos anos 1990 que as interpretações do meio rural brasileiro tomaram outra direção, inspirados, sobretudo, nas análises que estavam sendo feitas nos países de economia avançada na Europa, os quais passaram a evidenciar a importância e permanência da agricultura de base familiar. Assim, estudiosos do meio rural brasileiro, num primeiro momento, passaram a refletir acerca destas ruralidades na perspectiva de suas capacidades para gerar emprego e renda, seguido pelo reconhecimento da sua importância para a produção de alimentos.

Algumas mudanças também começaram a ocorrer diante do processo de redemocratização do país em meados dos anos 1980, o que conferia uma abertura para a articulação de novos movimentos sociais e da sociedade civil. Até então silenciados, os representantes da agricultura familiar, especialmente através do setor sindical, colocaram-se em disputa com o setor patronal durante a constituinte para garantir a consideração de suas especificidades na Lei Agrícola. Sem histórico de atender a categoria familiar, o reconhecimento e a previsão de uma política agrícola diferenciada por parte do Estado não resultou em grandes mudanças efetivas naquele momento, permanecendo o setor à margem das ações do estado⁶⁹ (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Durante o período, tanto os estudiosos do meio rural quanto o setor sindical (não sem conflitos, uma vez que representa uma heterogeneidade de interesses e grupos), trabalharam para a positivação da identidade dos trabalhadores rurais. Um dos elementos articulados para isso foi o volume da produção no seu conjunto e sua importância para a manutenção da sociedade brasileira. A agricultura familiar, enquanto *ideia-força* (PICOLOTTO, 2015), era responsável por garantir a produção de alimentos para o abastecimento interno em um país de dimensões continentais, o que certamente não é pouco, mas pelo contrário, é uma potência produtiva.

Cada vez mais organizada através dos sindicatos e movimentos sociais e apoiada pela mudança constitucional de 1987, a categoria familiar passou a pressionar o governo para ser incluída na pauta governamental sobre políticas de crédito (TURPIN, 2009). Assim, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) e no ano seguinte, foi instaurada de fato a

⁶⁹ É considerável que durante os primeiros anos da redemocratização, o Estado se contraiu tanto por falta de recursos financeiros (resultado de uma crise econômica estrutural das décadas anteriores) como também do processo de liberalização econômica.

primeira política pública direcionada especialmente para a “agricultura familiar”, conforme previsto na Lei Agrícola: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Picolotto (2015) explica que essa política considerou a recomendação proposta no estudo coordenado por Carlos Guanzioli através do convênio de cooperação técnica da Fao/Incra em 1994, na qual, entre os três tipos de unidades familiares identificadas e já mencionadas acima, o público alvo das políticas públicas deveria ser as unidades produtivas em transição. Ou seja, aquelas que precisariam apenas de um incentivo para se tornarem economicamente viáveis ou consolidadas. Quanto às unidades periféricas, não se reconhecia nelas as possibilidades de tornarem-se de fato produtivas através da agricultura, portanto deveriam ser beneficiadas especificamente com políticas sociais de combate à pobreza. Isso de fato ocorreu nos anos subsequentes, na “segunda geração das políticas públicas para a agricultura familiar”, conforme a classificação geracional enfatizada por Catia Grisa e Sergio Schneider (2015).

Ou seja, se por um lado o Pronaf consolidou institucionalmente a categoria “agricultura familiar” (ainda não definida por lei, o que ocorreria em 2006), por outro, contribuiu para a desarticulação de diferentes atores do meio rural ao ser construída a partir de um viés estritamente setorial e ao privilegiar unidades agrícolas com maiores possibilidades de inserção no mercado tradicional a partir de um “novo processo de modernização”. Dessa maneira, deixou-se de reconhecer como “agricultoras/es” uma grande parcela de pessoas, que seguiram marginalizadas das políticas de desenvolvimento rural. A análise de José Eli da Veiga (2000) no Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, realizado em 1998 no Ceará, evidencia essa situação:

Em outras palavras, em vez de falar de ‘um’ público alvo, parece mais correto entender que existem, na verdade, pelo menos ‘dois’: o minoritário, que pode responder de pronto a uma política de modernização da agricultura familiar, e o majoritário, que não tem essa capacidade de resposta. (DA VEIGA, 2000, p. 15)⁷⁰

⁷⁰ Ainda segundo da Veiga (*ibidem*, 2000, p. 15) “cerca de três quartos dos estabelecimentos agrícolas não-patronais do Nordeste, somados a cerca de metade de seus congêneres nas outras regiões, constituem uma massa de agricultores tão fragilizados que seria ilusório esperar que possam ser ajudados, por exemplo, pelas linhas de crédito de custeio e investimento oferecidas pelo Pronaf. Ou seja, o pacote convencional dos programas de modernização voltados para a agricultura familiar (crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, etc.) só poderá atingir essa grande massa de desvalidos se estiver acoplado (ou for precedido) ao binômio essencial da estratégia de erradicação da pobreza rural: redistribuição fundiária e educação”.

José Eli da Veiga, naquele contexto, faz um apelo para que se tivesse em conta a forma como os países “desenvolvidos” apoiaram a agricultura familiar e propôs algumas ideias para uma reorientação das políticas públicas agrárias, o que poderia “fazer emergir uma estratégia de desenvolvimento rural, *ou melhor*, a vertente rural da agenda de desenvolvimento” (*ibidem*, 2000, p. 29, grifo nosso). A primeira sugestão do autor era melhorar o ambiente educacional⁷¹, seguido por diversificações das ações fundiárias, e, finalmente, com expansão e/ou reformulações do Pronaf original. Focando especificamente neste último ponto, ele afirma que haveriam de ser consideradas vias de fortalecimento da agricultura familiar que não estivessem no âmbito específico da política agrícola. No entanto, “(...) nesta perspectiva, o papel do programa deve ser o de promover preferencialmente as oportunidades não-agrícolas que estão associadas à dinamização da própria agricultura” (*ibidem*, 2000, p. 22).

A partir de 1998 foram efetuadas algumas alterações no Pronaf original, sendo incorporadas ações sociais e assistenciais pelo Governo Federal. No entanto, se de um lado, as organizações da agricultura familiar temiam que houvesse uma desconfiguração total do programa, afastando-o das políticas de desenvolvimento rural; por outro, elas próprias perceberam que o PRONAF, tal como tinha sido inicialmente proposto, iria gerar mais desigualdade no interior da categoria, e demandaram a criação de grupos e linhas específicas para atender a diversidade de

⁷¹ Para ele (da Veiga, 2000, p. 16, grifos nossos), “a resolução do problema da educação rural começa por uma questão de persuasão. É preciso *convencer as famílias rurais* a não aceitarem um ensino tão ruim e *ajudá-las* a cobrar bons resultados. Esse é o primeiro desafio.” Apesar de não ser a temática desta tese, trouxemos esse comentário pois nos parece reproduzir algumas das mesmas diretrizes para os pobres do meio rural do período da modernização, onde a Extensão Rural assumiu o papel da educação no primeiro momento (Humanismo Assistencialista), baseado em pedagogias liberais. Timmer (1954), extensionista norte-americano de grande influência nesse período no Brasil, escreveu: “Já vimos que a extensão deve *esclarecer os agricultores* no conhecimento dos diversos elementos que podem constituir um elevado nível de vida, isto é: melhor agricultura, melhores casas, melhor nutrição, inclusive cultura mental e espiritual” (*ibidem*, 1954, p. 24, grifos nossos); “*Se não persuadirmos* as populações rurais a empregar um método de produção e se não lhes dermos os meios indicados, *a educação será apenas instrução* (...)” (*ibidem*, 1954, p. 22, grifos nossos). No entanto, entendemos que a demanda por educação é uma demanda popular, mas que não basta apenas que as pessoas e comunidades queiram melhores condições de ensino: é um jogo de poder onde a população, especialmente a população rural pobre, tem força extremamente restrita. Segundo INEP, 80 mil escolas rurais foram fechadas de 1997 até 2018 (<https://www.brasilefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fecha-das-em-21-anos>). Atualmente há denúncias do MST acerca de ameaças do setor patronal e do próprio presidente Jair Bolsonaro para acabar com as escolas em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sendo que a educação é uma das bases consolidadas deste movimento.

agricultores, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Percebemos que as compreensões e ações realizadas no âmbito do governo, até esse momento, mantinham estritamente o viés setorial, entendendo o rural basicamente como espaço de produção agrícola, embora na academia alguns pesquisadores estivessem começando a enfatizar outras dinâmicas, como as chamadas “novas ruralidades”. Por ora, cabe reconhecer que até esse momento, a maioria das representações dos agricultores familiares, sejam sindicato ou movimentos sociais, demandava por inserção produtiva basicamente nos mesmos moldes da modernização, objetivando adentrar nos mercados tradicionais por meio do aumento da produtividade, especialização produtiva e uso de insumos de origem industrial⁷². Isso demonstra a força que teve a ideia de modernização, impondo-se como a melhor e talvez única forma possível para permanecer no meio rural com “dignidade”.

Foi a partir dos anos 2000, com as crescentes discussões acerca de sustentabilidade e ecologia combinadas com reflexões sobre soberania e segurança alimentar e anticapitalismo, que houve uma reorganização dos movimentos sociais, especialmente em torno da agroecologia (LUZZI, 2007). Um dos elementos importantes para isso foi a divulgação do volume de produção da agricultura de base familiar e sua importância para o conjunto da sociedade brasileira pelo Censo Agropecuário de 2006, cujos dados mostraram que 70% da alimentação interna do país era proveniente desse tipo de agricultura⁷³. Nesse mesmo ano de 2006, foi

⁷² Apesar disso, os saberes e práticas tradicionais permanecem fundamentais e foram preservados nas unidades de base familiar que mantinham produção para o autoconsumo. As mulheres agricultoras são reconhecidas pelas correntes agroecológicas como as principais guardiãs dessas práticas tradicionais e das sementes crioulas. Vários autores comentam que isso ocorre porque, enquanto os homens se dedicavam mais às culturas de valor comercial ou à outras atividades remuneradas, cabiam às mulheres a produção para o autoconsumo, especialmente em hortas e quintais produtivos, bem como o cuidado integral da família, o que as fez evitar o uso de agrotóxicos por reconhecer os problemas acarretados pelos mesmos, por exemplo (RAMOS, 2016)

⁷³ Em trabalho recente sobre as novidades no mercado da agricultura familiar durante a pandemia de Covid19, Gazolla e Aquino (2021), demonstram que a principal estratégia adotada pelos agricultores para a qualificação dos alimentos comercializados via sites e plataformas digitais é a ênfase à produção familiar de alimentos. De acordo com os autores, “São mobilizados argumentos de que a AF é a forma de agricultura que produz alimentos em formatos sustentáveis, com qualidade, diversificados e com produção, comercialização e consumo que estimulam o desenvolvimento econômico e social local e regional” (*ibidem*, 2021, p. 450). A segunda estratégia é a ênfase nas qualidades ambientais dos produtos. Ou seja, os autores chamam a atenção de que a construção das narrativas de qualidade dos alimentos indicam uma tendência da agricultura familiar em afirmar que esta não apenas produz os alimentos para alimentar o país, mas que os produz com qualidade diferenciada, ou seja, sustentável e saudável.

criada a Política Nacional de Agricultura Familiar, que oficialmente definiu quatro critérios para sua caracterização⁷⁴, possibilitando a articulação de políticas específicas para o setor.

Além disso, nesse processo de valorização da agricultura familiar, buscou-se evidenciar que o esforço produtivo desta categoria é diferenciado do método “moderno”, mesmo entre aquelas unidades produtivas que aderiram parcialmente o pacote tecnológico da Revolução Verde. De acordo com Maria Elena Turpin (2009) foi possível para a categoria preservar certa independência do modelo de produção capitalista

por não haver separação total entre o capital e os demais fatores de produção; pelo trabalho não ser totalmente alienado; pela subordinação do capital não estar no mesmo patamar que os demais setores produtivos; e pela divisão social do trabalho não estar consolidada (*ibidem*, 2009, p. 25-26)

Ou seja, de modo geral, a produção agrícola de base familiar manteve pelo menos parte do trabalho baseado na sua própria força de trabalho e em consonância com os ritmos impostos pela natureza e com os recursos naturais disponíveis. Nos interessa fazer essa breve revisão acerca da consolidação da categoria familiar porque, embora ela seja heterogênea na prática, ideologicamente ela rivaliza com as técnicas e os discursos articulados pelos defensores do agronegócio.

2.2.3 Novas Ruralidades e propostas de agriculturas ecológicas

Ademais do aumento da produtividade agrícola nas grandes propriedades através das políticas de modernização implementadas a partir dos anos 1960 no Brasil, outros efeitos vieram a reboque, como o aumento da dívida externa, a concentração de terra e de renda, o êxodo rural, a perda de fertilidade dos solos e da biodiversidade como um todo. A discussão e a crítica a tais efeitos, por sua vez, não podiam ser feitas livremente e por isso, não tinham grande expressão até o

⁷⁴ A saber: “I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006)

processo de reabertura política e de redemocratização do país, em meados da década de 1980.

Muitos profissionais das ciências agrárias, os quais estiveram presentes em campo durante todo o período de modernização atuando como extensionistas, perceberam essas consequências especialmente no que diz respeito aos impactos ambientais, sendo por isso os pioneiros na proposição de projetos de agricultura alternativa ao modelo hegemônico (ou convencional)⁷⁵. No entanto, como vimos, durante as décadas de 1980 e 90, estava em curso ainda o próprio reconhecimento social e político da agricultura familiar, de modo que, nesse primeiro momento, a preocupação maior era inserir os agricultores familiares na dinâmica de produção hegemônica e tornar suas unidades economicamente viáveis.

Mesmo observando os processos de afirmação da identidade dos agricultores enquanto produtores de alimentos por parte dos movimentos sociais e sindicatos, os investimentos via políticas públicas permaneceram, em um primeiro momento, com o viés setorial, e num segundo momento, com viés assistencialista, sem preocupação com reais melhorias em infraestrutura, lazer, educação e saúde, por exemplo⁷⁶. Assim, a chamada inclusão produtiva dos agricultores de base familiar acentuou o processo de dependência tecnológica e financeira, e não ocorreu melhoria na qualidade de vida conforme esperado, provando que desenvolvimento agrícola não leva, necessariamente, ao desenvolvimento rural, tese já defendida por José Graziano da Silva e a equipe coordenada por ele no projeto Rurbano (DA SILVA *Et al.*, 2002).

O projeto Rurbano⁷⁷, iniciado na década de 1990, foi de grande importância para identificar e entender as mudanças ocorridas no meio rural brasileiro a partir dos anos 1980, integrando um campo de pesquisa sobre “novas ruralidades”. Esse campo foi inicialmente desenvolvido nos países europeus sob diferentes matizes a

⁷⁵ Entre os anos de 1981 a 1989, ocorreram quatro Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), com público crescente, não apenas em número (de 400 no primeiro encontro a 4000 no último), mas na sua diversidade, que inicialmente era composto por profissionais das ciências agrárias, mas passou a abarcar movimentos sociais, experiências autônomas de agricultores e organizações governamentais e não-governamentais (LUZZI, 2007)

⁷⁶ Isso, além de manter a imagem do rural atrelada ao atraso e uma certa dependência do meio urbano, dificultava a apropriação do espaço rural como um lugar “para ser vivido”.

⁷⁷ Rurbanização foi o termo utilizado por Maria José Carneiro, integrante também do projeto Rurbano, em seu estudo na França para descrever a inter-relação entre uma cultura urbana e uma aldeia, sem que essa fosse substituída (RATIER, 2002). Sublinhamos aqui a influência da sociologia rural francesa para a interpretação e compreensão do meio rural brasileiro, como já abordado em outros trabalhos (RAMOS; NODARI, 2020)

partir dos anos 1970, momento de mudanças aceleradas no meio rural. Em texto do início dos anos 2000, o antropólogo argentino Hugo Ratier (2002) introduz algumas destas perspectivas europeias, como da “contraurbanização” na Inglaterra e de “neo-ruralismo” e “rurbanização” na França, mas busca demonstrar quais os sentidos das novas ruralidades na América Latina. De acordo com o autor, no México e na Argentina, os estudos sobre as novas ruralidades teriam um tom mais descritivo acerca dos resultados de imposições estruturais. Já na Colômbia, emergia como projeto ou como um instrumento analítico para propor novas políticas para o meio rural. Naquele momento Ratier considera que a perspectiva adotada por Graziano da Silva era mais descritiva, embora reconheça que suas pesquisas, destacassem o papel ativo dos sujeitos sociais envolvidos, como veremos a seguir.

Tendo como ponto de partida a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), os pesquisadores brasileiros vinculados ao projeto Rurbano se voltaram para as ocupações e as rendas das famílias rurais em diferentes regiões do país (SCHNEIDER, 2010). Essa qualificação do PNAD revelou, entre outras coisas, que o espaço rural não era exclusivamente agrícola e que a pluriatividade era uma estratégia utilizada pelos camponeses para sua permanência em campo. Além disso, identificaram três conjuntos de atividades que estariam sendo operadas nesse “Novo Rural”, a saber: a) agronegócio ou agropecuária moderna; b) atividades não agrícolas ligadas à moradia, lazer, indústria e serviços, enfatizando a multifuncionalidade da agricultura; c) atividades agropecuárias diferenciadas, focadas em nichos de mercado⁷⁸ (DA SILVA; DEL GROSSI, sem data).

Além dos tradicionais atores do meio rural, os pesquisadores observaram outros atores presentes, dentre eles, os neorurais - caracterizados então como “profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo” (*ibidem*, sem data, p. 2), os assentados da reforma agrária e o que denominaram de “sem-sem”: “sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram” (*ibidem*, sem data, p. 2).

⁷⁸ Graziano da Silva e Mauro del Grossi afirmam que muitas das atividades focadas em nicho de mercado, porém, já eram atividades comumente realizadas no país, como a floricultura, artesanato, criação de animais exóticos, por exemplo, mas sem valor comercial real. Eles explicam essa transformação a partir da “mercantilização do tempo livre” das famílias rurais (DA SILVA, DEL GROSSI, sem data)

No início dos anos 2000, houve uma importante mudança no cenário político brasileiro com a saída do presidente Fernando Henrique Cardoso, alinhado ao pacto neoliberal, e a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva, figura derivada do movimento sindical de trabalhadores e politicamente mais à esquerda. Sem nos ater aos detalhes políticos de cada um deles, cabe apenas reconhecer que a assunção de Lula promoveu um maior contato entre o governo, os movimentos sociais e a sociedade civil (TUMELERO, 2019). Isso trouxe à tona discussões que foram marginalizadas pelos governos anteriores, como dinamização dos territórios rurais e segurança e soberania alimentar⁷⁹, temas importantes para os programas de redução e combate à fome instaurados por esse governo⁸⁰.

Destacamos que o agrônomo José Graziano da Silva, acima mencionado como coordenador do Projeto Rurbano, foi figura chave na elaboração do Programa Fome Zero, principal elemento da campanha eleitoral de Lula em 2002, tendo assumido o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome nos anos 2003 e 2004. Após esse período, foi assessor especial da Presidência da República e posteriormente assumiu cargos de chefia na FAO /ONU, onde manteve atividades e projetos visando a garantia da segurança alimentar e desenvolvimento integral do meio rural. Nos interessa essa consideração porque podemos perceber que “o governo” ou “as estruturas” são feitas por pessoas que carregam consigo experiências referentes às suas trajetórias, estas construídas, sobretudo, através de redes de relações complexas. Além disso, essas constatações nos permitem entender que o marco conceitual das novas ruralidades tal como desenvolvido pelos pesquisadores do projeto Rurbano no Brasil, não foi utilizado apenas para descrever a realidade, mas para projetar o futuro baseado em informações. Ou seja, o conhecimento profundo do campo pode ter sido fundamental para orientar ideologicamente projetos voltados à promoção da agricultura familiar.

⁷⁹ Catia Grisa e Sergio Schneider (2015, p. 37) mostram que, desde o início dos anos 1990, houve um chamado “Governo Paralelo”, que buscava defender a implementação de medidas para promover a segurança alimentar. A exemplo, houve a mobilização “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993. Cabe ressaltar que o Consea é, desde então, alvo de disputa no campo político brasileiro, tendo sido extinto em 1995, no início do governo FHC, restabelecido em 2003, no início do governo Lula, e novamente extinto em 2019, na gestão de Jair Bolsonaro.

⁸⁰ Recordamos que no primeiro discurso de Luiz Inácio Lula da Silva após eleito, em outubro de 2002, ele afirmou categoricamente: “Se, ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida”. Em 2014 o Brasil saiu do chamado Mapa da Fome, tendo retornado em 2020, sob a gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro.

Voltando às políticas de dinamização dos territórios e desenvolvimento rural integral criadas especialmente a partir dos anos 2000, podemos citar como exemplos o Programa Garantia Safra de 2002, o Programa de Habitação Rural (PNHR), o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) de 2003⁸¹ e o Programa Territórios da Cidadania (PTC) de 2008. Como afirmam Catia Grisa e Sergio Schneider (2015), essas ações compõem uma geração de políticas de cunho social e assistencialista que reduziram a pobreza e a desigualdade no meio rural, o que não teria sido possível apenas com políticas de viés produtivo.

Já no marco da segurança e soberania alimentar, a agricultura familiar enquanto setor produtivo foi entendida como peça fundamental para a melhoria das dietas em quantidade e qualidade. Nesse sentido, a principal ação foi a abertura de mercados institucionais especialmente através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, cujo objetivo era suprir a demanda institucional. A participação dos agricultores e agricultoras familiares, de pessoas assentadas da reforma agrária e comunidades tradicionais, foi incentivada pela dispensa de licitações, pois como explica Grisa e Porto (2015), a Lei de Licitações e Contratos Administrativos vigente a partir de 1993 privilegiava a participação dos segmentos empresariais por seu poder de escala e redução de custos. Nesse novo referencial, para participar da comercialização pública bastava que os preços praticados não fossem superiores ao mercado regional, mas permitia a comercialização de alimentos produzidos em menor escala, alguns dos quais eram excedentes do autoconsumo, e em grande diversidade, o que privilegiou as dietas locais, tradicionais bem como a sazonalidade. De acordo com Rozane Triches (2015)

a visão do Estado sobre aquisições públicas passa para o patamar de avaliar não somente o menor preço e a concorrência (*value for money*), mas também de considerar outros valores, como o social, ambiental e a saúde (*best value*), considerando o melhor uso do dinheiro público no longo prazo. (*ibidem*, 2005, p. 191)

⁸¹ Nesse mesmo ano de 2003 foi lançado também o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos (LPT). Após dez anos de programa, 15 milhões de pessoas haviam sido beneficiadas (fonte: <https://eletrobras.com/>). De acordo com Buainain (2006, p. 32), energia elétrica é “insumo-chave para a adoção de técnicas de produção e de conservação dos produtos para o bem-estar das famílias. A disponibilidade de energia facilita a irrigação, o uso de máquinas de beneficiamento, a capacidade de aprendizagem (por causa da luz), entre outros benefícios.”. Esse autor indica que, de acordo com o Censo de 1995-1996, apenas 38% dos estabelecimentos rurais de base familiar tinham energia elétrica em casa.

Outro passo importante que reuniu os ideais de promoção de desenvolvimento rural e de segurança alimentar foi a alteração do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁸² através da Lei nº 11.947 de junho de 2009 (BRASIL, 2009). Dentre os muitos pontos possíveis de análise, ressaltamos três aspectos. O primeiro foi a ampliação do público beneficiário do PNAE, que além de instituições de Educação Básica, passou a incluir também o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O segundo refere-se à obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem utilizados para a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, com dispensa licitatória (seguindo os mesmos critérios aplicados à PAA). Essa mudança na lei é interessante porque alguns municípios já vinham utilizando os mecanismos de dispensa licitatória disponíveis através do PAA para abastecer tais instituições com alimentos comprados diretamente da agricultura familiar (TRICHES, 2015; TURPIN, 2009). E o terceiro é o incentivo específico à compra de alimentos ecológicos ou orgânicos da agricultura familiar, os quais poderiam ter um incremento de até 30% em relação ao mesmo alimento produzido de modo convencional (BRASIL/MDA, sem data).

Esse conjunto de ações observou três objetivos simultaneamente: o fortalecimento da agricultura familiar em suas diferentes características, o fomento da produção de base ecológica e a disponibilização de alimentos para os mais vulneráveis.

2.2.4 Alimentos ecológicos: da produção ao consumo

Os alimentos ecológicos são aqueles alimentos produzidos por diferentes modalidades de agriculturas que buscam, de modo geral, preservar os ecossistemas e o meio ambiente⁸³, e cujos produtos devem ser livres de elementos químicos sintéticos ou geneticamente modificados (SOUZA-SEIDL; BILLAUD,

⁸² A política de alimentação escolar é uma das mais antigas do Brasil no âmbito alimentar, tendo sido iniciada na década de 1930 embora sem muita aplicação prática nesse período (TURPIN, 2009). Transformou-se em Programa Nacional em 1954 e passou por diversas fases, mas até o início do século XXI, caracterizou-se especialmente pelo assistencialismo e pela promoção da padronização alimentar, especialmente a partir de alimentos industrializados. Para uma trajetória do programa, ver Triches, 2015.

⁸³ Estão em oposição ao sistema convencional (ou moderno) de agricultura, este "caracterizado pela artificialização e simplificação dos agroecossistemas" (LOPES; LOPES, 2011, p. 2)

2015). Dentre as diversas modalidades de produção ecológica, estão a agroecologia⁸⁴, a agricultura biodinâmica, a agricultura orgânica, a permacultura, a agricultura natural, a agricultura ecológica, entre outras. A essa diversidade de modalidades, estão relacionados diferentes atores, com motivações e interesses específicos, tendo colocações diversas nos mercados.

Como vimos, no Brasil o movimento contestatório da agricultura convencional começou na década de 1980, especialmente através da ação de agrônomos e extensionistas, devido a sua visão “privilegiada” do campo que os permitiu identificar mais rápida e qualificadamente os problemas resultantes da adoção do pacote tecnológico a partir dos anos 1960. Porém, nos países onde houve uma popularização mais precoce da indústria química agrícola moderna, as mobilizações ocorreram antes, como é o caso da Alemanha, onde foi desenvolvida a proposta de agricultura biodinâmica em 1924; da Inglaterra, onde surgiu a corrente de agricultura orgânica a partir de observações na Índia no início do século XX; do Japão, que nas décadas de 1930-40 sob liderança de Mokiti Okada propôs a agricultura natural; e França, que a partir dos anos 1960 sistematizou os preceitos da agricultura biológica (LOPES; LOPES, 2011). De acordo com Assis (2005), essas iniciativas foram ridicularizadas até os anos 1960, sendo seus defensores acusados de retrógrados desejosos de voltar ao passado. Nos anos 1970, surgem duas propostas unificadoras das correntes não industriais: a primeira foi de “agricultura alternativa” e a segunda de “agricultura ecológica”, cujo objetivo era “corrigir” uma possível imprecisão que o termo “alternativo” poderia assumir, uma vez que “este significa apenas algo diferente, podendo até mesmo significar um manejo agrícola mais devastador do que aquele a que inicialmente se pretendia contrapor” (*ibidem*, 2005, p. 19).

Além das diferentes modalidades de agriculturas não industriais, nos anos 1970 é estabelecida a agroecologia como uma ciência destinada a oferecer um suporte multidisciplinar para identificar e implementar projetos de agriculturas de base ecológica de acordo com as condições específicas de cada agroecossistema e

⁸⁴ Parte da literatura brasileira rejeita a agroecologia como uma modalidade ou estilo de agricultura, afirmando-a sobretudo como uma ciência multidisciplinar orientada ao desenvolvimento de base teórica para as diversas modalidades e estilos de produção ecológicos (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; ASSIS; ROMEIRO, 2002). No entanto, em alguns países como a França, a agroecologia não é estabelecida como disciplina científica, mas tem sido inserida nos debates através dos movimentos sociais (ABREU, *Et al.*, 2015).

as necessidades socioculturais locais⁸⁵. Com uma abordagem mais ampla do que a oferecida pelas ciências agrônômicas, e mais crítica em relação aos efeitos ambientais, econômicos e socioculturais decorrentes da Revolução Verde, a agroecologia foi adotada como bandeira de luta de diversos movimentos sociais do campo especialmente a partir dos anos 1990-2000, como MST, MMC e Via Campesina. A força e a expressão desses movimentos foram significativas também para o reconhecimento político da agroecologia no Brasil, resultando na sua adoção como base para políticas públicas posteriores, cujo enfoque, como visto acima, era a promoção do desenvolvimento territorial integral e a garantia da segurança alimentar⁸⁶.

Tais políticas públicas somente puderem ser formuladas a partir do estabelecimento de uma legislação própria para a matéria, o que começou a ser discutido no Brasil a partir de 1994, após a Eco92, realizada no Rio de Janeiro. Naquele mesmo período ocorria a aprovação da legislação europeia para produtos orgânicos e observou-se o aumento nas exportações brasileiras de produtos de base ecológica (SANTOS, 2005). Ou seja, a movimentação para a criação da legislação brasileira ocorreu, pelo menos em partes, como resposta e em consonância com os desdobramentos internacionais, especialmente no que diz respeito às demandas de mercado, como enfatizado por Maria Célia Martins de Souza, do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (2001, sem página):

Estas iniciativas surgiram em resposta a exigências de alguns países como o Japão e da Comunidade Européia, que passaram a condicionar a importação de alimentos à existência de certificação de qualidade ambiental, o que se constitui em barreira não-tarifária por parte dos países importadores. Outro fator importante para promover a regulamentação relaciona-se ao Mercosul. Argentina, Uruguai e Paraguai já dispõem de regras para produção orgânica, que serão impostas ao país, caso o Brasil não possua sua própria legislação.

Porém, além de atores empresariais com interesses na aprovação da legislação para promover a exportação de produtos de base ecológica, havia

⁸⁵ De acordo com Abreu *Et al.* (2005), o trabalho de pesquisa de Miguel Altieri para o desenvolvimento das bases da agroecologia inicialmente era dirigido aos sistemas tropicais, mas atualmente já está desenvolvido também para sistemas temperados. Esse “sentido” do desenvolvimento da agroecologia é o oposto das demais correntes de agricultura de base ecológica mencionados.

⁸⁶ Por exemplo, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), lançada através do Decreto 7.794 de 20 de agosto de 2012.

também diferentes grupos de agricultores organizados em torno dessas propostas diferenciadas. Essa heterogeneidade de interesses impossibilitou que fosse estabelecido um consenso entre os atores participantes do campo durante os anos subsequentes, especialmente no que concerne à certificação: de um lado, o setor empresarial e patronal pressionava para a certificação por auditoria nos moldes internacionalmente reconhecidos pela facilidade para a exportação de produtos, e por outro lado, os movimentos de base da agricultura familiar defendiam outras formas de garantia de qualidade, especialmente baseadas nas relações de proximidade e de confiança. Após alguns anos de debate, foi instituída a Instrução Normativa de 07 de maio de 1999, que propunha acomodar essas diferentes perspectivas a partir da consideração das especificidades regionais. Na prática, as instituições, organizações e movimentos de agricultores familiares dedicados à produção de base ecológica pelo país sentiram-se prejudicados pelo crescente predomínio de orientações voltadas ao mercado externo e que dificultavam a inserção das organizações de pequeno porte (SANTOS, 2005). Como ressalta Julia Guivant (2003), em 2001 as exportações absorveram 70% do volume total de produtos certificados no Brasil⁸⁷.

Nesse contexto de insatisfação, foram retomadas as mobilizações para a construção de um marco legal abrangente e baseado no consenso entre as distintas modalidades e interesses das agriculturas de base ecológica. Isso se deu especialmente através do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), composto por dezenas de organizações públicas e da sociedade civil, e que teve o reconhecimento do Senador Aelton Freitas, então responsável pela matéria no Congresso Nacional. Tal reconhecimento possibilitou proposições ativas do grupo à formulação da Lei n. 10.831 de 23 de dezembro de 2003 (SANTOS, 2005), que dispõe sobre agricultura orgânica no Brasil.

Embora tenha-se optado pelo termo “orgânico” como um guarda-chuva conceitual, a lei foi formulada a partir do conceito de agroecologia. Assim, teve como objetivo reconhecer a diversidade sociocultural dos atores envolvidos e

⁸⁷ Embora não houvesse legislação nacional sobre certificação de conformidade orgânica até 2003, a partir da década de 1980 começaram a surgir iniciativas privadas que definiram algumas normas para credenciamento de unidades produtivas. Em 1990 tiveram início as primeiras exportações de produtos orgânicos certificados pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), credenciada pela International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) (SOUZA, 2001).

consequentemente seus diferentes modos de produção, organização e certificação, como se verifica no primeiro artigo:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003)

Aqui não temos o objetivo de aprofundar sobre a polarização do debate entre agricultura orgânica *versus* agroecologia, visto que essa discussão já está bem consolidada na academia (ASSIS, 2002; ABREU *Et al.*, 2015) e também pelos movimentos sociais. Mas cabe ressaltar esse entrelaçamento dos termos "orgânico" e "agroecologia", porque isso sinaliza a coexistência de diferentes interesses em um mesmo instrumento legal. Ou seja, embora a agricultura orgânica tenha se consolidado mundialmente como um sistema agrícola que produz alimentos "saudáveis" por não admitir o uso de fertilizantes, pesticidas ou aditivos sintéticos, bem como de organismos geneticamente modificados (OGMs), não há em suas bases teóricas limitações para produção em escala industrial ou ainda a previsão ou incentivo para o desenvolvimento de tecnologias sociais ou a valorização dos saberes locais e tradicionais. Assim, com o aumento da demanda por alimentos "limpos", tem-se observado o processo de convencionalização dos orgânicos, que, segundo Niederle (2014, p. 84)

fundamenta-se na crescente especialização, no aumento de escala produtiva e na substituição de insumos sintéticos por outros de 'origem orgânica' (...) a convencionalização não transcorre apenas no âmbito da produção, mas também envolve a crescente participação das grandes redes de processamento e distribuição no setor de alimentos orgânicos.

O incremento na demanda por alimentos orgânicos é um fenômeno mundial e que podemos verificar também a nível nacional e local. De acordo com Vilela *Et al.* (2019), baseado em dados da *Research Institute of Organic Agriculture* sobre a produção mundial de orgânicos entre 2015 e 2018, verificou-se uma ampliação de 15% em áreas dedicadas à produção orgânica e 12,8% em número de produtores.

No Brasil, cruzando os dados disponibilizados pelo IBGE e pelo Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, os autores ainda afirmam que as unidades produtivas de base ecológica representavam 0,3% dos estabelecimentos brasileiros em 2017, ou seja, 15.865 unidades, com taxa de crescimento anual de 14,5% entre 2014 e 2017.

Especificamente sobre Santa Catarina, em 2017 o estado ocupava o 4º lugar no ranking nacional em quantidade de Unidades Produtivas Orgânicas (UPOs), havendo 1.129 produtores cadastrados⁸⁸, o que, segundo análises da Comissão Estadual da Produção Orgânica em Santa Catarina (CPOrg-SC), correspondia a 7,69% do total. Já a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri, 2018), avalia que o número de produtores certificados no estado catarinense cresceu 211% de 2010 a 2018. O aumento de produtores certificados pode estar relacionado com o desejo de inserção no mercado, visando atender uma crescente parcela de consumidores que estão preocupados, sobretudo, com a sua saúde, conforme revela a primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos⁸⁹ (ORGANIS, MARKET ANALYSYS, 2017) e sua atualização (ORGANIS, BRAIN, 2019). Ou seja, entre os participantes das duas pesquisas, respectivamente 82% e 84% das pessoas informaram a saúde como principal motivo para o consumo desse tipo de alimento.

De acordo com a pesquisa de 2017, a região Sul do Brasil era a maior consumidora de alimentos de base ecológica do país, e a saúde era apontada como o principal fator de motivação (para 57% dos participantes), seguido, de longe, por preocupações com o meio ambiente (17%)⁹⁰. Outra característica revelada por este primeiro estudo, era a preponderância dos supermercados como local de aquisição, como pode ser visto no quadro abaixo:

⁸⁸ Observando o CNPO atualizado em 30 de agosto de 2019, verificamos 1618 registros, o que corresponde a um aumento de 43,31% no número de produtores em relação ao período indicado na pesquisa da Comissão.

⁸⁹ A pesquisa foi realizada entre março e abril de 2017, em quatro regiões do país (exceto região Norte), em 9 cidades, com 905 entrevistas domiciliares. Considera-se a margem de erro +/- 3,3% com 95% de confiança.

⁹⁰ A atualização da pesquisa, feita em 2019, desta vez nas cinco regiões do país, revelou a permanência da região sul como a maior consumidora de orgânicos, com taxa de 23%.

Quadro 2.1: Locais de compra de alimentos orgânicos no Brasil, por regiões.

	Supermercados	Feiras
Sul	71%	20%
Sudeste	69%	22%
Centro-Oeste	52%	36%
Nordeste	53%	42%

Fonte: ORGANIS; MARKET ANALYSIS, 2017: Consumo de produtos orgânicos no Brasil: primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos.

Na pesquisa realizada em 2019 (ORGANIS, BRAIN, 2019), 56% do total dos entrevistados em todo o país disseram comprar alimentos perecíveis no supermercado ou hipermercado, enquanto apenas 9% informaram comprar em feiras. Ampliando as questões em relação à primeira pesquisa, perguntaram também quais os locais preferidos para a compra de alimentos orgânicos. E isso nos chamou a atenção, porque 87% dos entrevistados indicaram a feira, seguido pelos supermercados, com 61%.

As informações levantadas nessas pesquisas, nos permitem verificar uma certa continuidade na tendência do estilo de vida “ego-trip”, conforme indicado por Julia Guivant (2003) a partir de Guillon e Willequet. Nessa tendência identificada a partir dos anos 1990, os consumidores teriam maior propensão a comprar alimentos de base ecológica em supermercados, motivados por informações midiáticas, sistemas peritos, amigos e familiares sobre saúde. No entanto, a compra e consumo desses alimentos poderia ser apenas mais uma entre outras práticas em busca de uma determinada qualidade de vida. Já preocupações mais integrais com o meio ambiente, com o consumo responsável e/ou com formas alternativas de produção de alimentos, corresponderiam ao estilo de vida denominado “ecológico-trip”.

A partir da análise das ordens alimentares (NIEDERLE; WESZ JR., 2018), notamos que há uma convergência entre os fatores que favoreceram o surgimento da tendência ego-trip no país a partir dos anos 1990. Ou seja, se por um lado estava ocorrendo o avanço do capital financeiro e das corporações transnacionais no setor agroalimentar, gerando a “revolução dos supermercados”, por outro, observou-se um aumento das preocupações em relação à saúde, sustentabilidade, qualidade, tradição e procedência. Como bem colocado pelos autores, esses últimos fatores

podem ser, e de fato o são, apropriados pelo agronegócio e pela indústria alimentícia, levando ao seu “esverdeamento” superficial.

Como visto, a consolidação e expansão da produção de alimentos em bases ecológicas fez parte de uma luta mais ampla que envolveu movimentos ecologistas, profissionais das ciências agrárias, mas também agricultores familiares organizados. Estes últimos demonstravam preocupações, sobretudo, com a sua segurança alimentar e com as possibilidades de reprodução social e econômica no meio rural. Além disso, estavam em busca de um modelo de desenvolvimento rural integral que evidenciasse sua categoria social e sua participação expressiva na produção dos alimentos consumidos cotidianamente em todas as regiões do país. Nesse período, porém, mesmo que a distância social entre campo e cidade timidamente começasse a ser revista pela academia, as populações urbanas que estavam na ponta do consumo não pareciam demonstrar preocupações consistentes acerca do desenvolvimento rural, deixando de notar as vinculações com as causas ecológicas, as quais já tinham mais adeptos nesse meio. Assim, nesse período o consumo de alimentos de base ecológica surge como um nicho de mercado bem específico de classes médias e altas, e/ou parcelas da população que poderiam considerar o acesso a alimentos “saudáveis” como seu direito individual.

De certa modo, atualmente o consumo permanece segmentado por classes sociais, uma vez que a principal barreira para sua ampliação é o preço desses alimentos⁹¹, conforme demonstram as pesquisas sobre consumo (ORGANIS; MARKET ANALYSIS, 2017; ORGANIS, BRAIN, 2019). Não podemos deixar de fazer pelo menos duas considerações sobre esse ponto. A primeira em relação ao local de compra dos alimentos, pois isso interfere diretamente no preço final pago pelos consumidores, bem como no valor recebido pelos agricultores.

Consideramos que essa questão pode ser melhor esclarecida com os dados apresentados nos boletins de preços compilados pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC), cujo objetivo é entender a formação de preços de alimentos de base ecológica a partir de uma análise microeconômica no município de Florianópolis. Considerando uma cesta básica

⁹¹ Schneider *Et al.* (2020) reafirma essa situação durante a pandemia de Covid-19. Segundo os autores, pesquisas têm mostrado um aumento no consumo de alimentos “saudáveis” (frutas, legumes e verduras) entre as classes mais altas, justificado pela busca de saúde. Por outro lado, as pessoas de classes mais baixas aumentaram seu consumo de alimentos ultraprocessados uma vez que tiveram perda de renda durante o período.

mensal de 8,4 kg de alimentos⁹², pode-se notar que há uma diferença considerável entre os valores praticados em feiras e em supermercados:

Quadro 2.2: Compilação dos preços da cesta básica de base ecológica da RGF

	Feira	Supermercado
Junho de 2018	R\$ 81,77	R\$ 193,22
Julho de 2018	R\$ 93,53	R\$ 216,53
Janeiro de 2019	R\$ 91,15	R\$ 208,99
Fevereiro de 2019	R\$ 86,61	R\$ 213,10

Fonte: Boletins de Preços dos Alimentos Orgânicos no Varejo de Florianópolis, LACAF/UFSC.

Embora nem todas as feiras sejam organizadas e/ou atendidas pelos próprios agricultores e agricultoras, há uma chance maior de que nelas haja a prática de venda direta ou com um número menor de atravessadores do que nos supermercados. Esse tipo de comercialização garante às agricultoras e agricultores um melhor retorno financeiro com a venda dos seus produtos. Além disso, e como identificado por Verano e Medina (2021), as feiras também são um espaço importante para a agricultura familiar porque possibilitam a venda de produtos sazonais e/ou disponíveis em pequena escala, o que reduz o desperdício de alimentos nas unidades produtivas e aumenta a oferta para os clientes em termos de diversidade⁹³.

Além disso, há outras dimensões que se desenvolvem a partir das relações de proximidade, como a confiança, o interconhecimento, a troca de saberes, de receitas, entre outras. Apesar de não termos essas informações na pesquisa da Organis (ORGANIS, BRAIN, 2019), é muito provável que a preferência dos consumidores em adquirir seus alimentos nas feiras seja justificada pelo melhor preço mas também pela qualidade das relações que geram a confiança acerca dos

⁹² A metodologia aplicada pelo LACAF definiu a cesta básica de 8,4kg família/mês, sendo composta por: 2,4kg de raízes, tubérculos e bulbos (aipim, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura e alho); 1kg de frutos hortícolas (berinjela, abobrinha, tomate); 3kg de folhosas e hortaliças flores (alface, alho poró, cebolinha, salsinha, brócolis ramoso, couve flor, couve folha, repolho e rúcula) e 2kg de frutas (maçã e banana). Veja mais em: <https://lacaf.paginas.ufsc.br/boletim-de-precos-dos-alimentos-organicos-no-varejo-de-florianopolis/>

⁹³ Verano e Medina (2021) ainda chamam a atenção para a importância das feiras para mulheres e jovens, as quais passaram a ter acesso a renda com produtos que anteriormente não tinham valor monetário, como frutas e hortaliças do quintal.

alimentos. A mérito de exemplo, segue fala de uma agricultora do litoral catarinense sobre o tema, em entrevista concedida à autora em 2015:

(...) por isso eu acho interessante a feira, pelo contato também com o consumidor. É bem legal. Gosto de ver o pessoal comentando, e daí um vai ensinando o outro. O outro vai explicando pro outro... um outro vai ensinando receita. É bem interessante. Os pais vão com os bebês, comprar comida pros bebês. E a gente cuida bastante para não faltar nada e o consumidor confia (RAMOS, 2016, p. 117-118)

O segundo aspecto a ser evidenciado, é que as pesquisas de consumidores consideram apenas o consumo a partir da compra dos alimentos, seja em supermercados, feiras ou em outros espaços. Mas essa é uma opção que pode distorcer a realidade em relação ao acesso aos alimentos de base ecológica, no país, uma vez que nem todo o consumo é derivado necessariamente da compra mercantil pelos consumidores finais. Ou seja, as políticas públicas de compra e distribuição de alimentos implementadas a partir de meados dos anos 2000 tiveram um papel fundamental na popularização desses alimentos entre camadas sociais mais heterogêneas. Nesse sentido, temos os mecanismos de compras públicas já mencionadas, com o PAA e PNAE, que estão intimamente relacionadas com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado através da Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006) e a publicação do Primeiro Guia Alimentar para a População Brasileira em 2008 (BRASIL, Ministério da Saúde, 2008).

3 LOCALIZANDO O ESTUDO: A REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, SC

Como já sinalizado, realizamos a pesquisa empírica desta tese na Região da Grande Florianópolis (RGF) majoritariamente durante o ano de 2020. Em concordância com Mito et al (2010), consideramos ao analisar processos migratórios, (...) a dimensão espacial tem papel fundamental, já que ela não é apenas palco das diversas mudanças, mas interfere nelas através de seus aspectos naturais, históricos e organizacionais.” (MIOTO; LINS; MATTEI, 2010, p. 285). Nesse sentido, nesta seção nos dedicamos a esclarecer as particularidades da região para uma melhor compreensão do fenômeno em foco, situando o local do estudo a partir de suas características gerais.

Além da formação histórica e das condições naturais, as dinâmicas socioeconômicas regionais também influenciam nos processos migratórios e por isso serão apreciadas na sequência. De acordo com o objeto dessa pesquisa, nos dedicamos especialmente a delinear o setor agrícola e o contexto da produção de alimentos de base ecológica. Para tanto, além de informações coletadas e analisadas por outros pesquisadores, iremos apresentar os dados mais atualizados a partir do levantamento de campo feito para essa tese durante os meses de fevereiro e março de 2020.

3.1 Características gerais

A RGF está localizada na parte litorânea central do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil, sendo composta por 22 municípios. Destes, nove fazem parte da Região Metropolitana de Florianópolis (RM) e treze - todos com menos de 50 mil habitantes - compõem sua área de expansão (AE), conforme Lei Complementar Estadual de Santa Catarina 495 de 2010⁹⁴. Em 2018, a região tinha

⁹⁴ O estado de Santa Catarina é considerado um caso exemplar da chamada proliferação casuística de regiões metropolitanas (MORAES; GUARDA; ZACCHI, 2018). O estado, 20° em dimensão territorial do país, atualmente é composto por 11 regiões metropolitanas, que ocupam a totalidade do seu território. Isso ocorre porque, diferente dos outros estados brasileiros, em Santa Catarina as regiões metropolitanas englobam não apenas o município pólo e as áreas conurbadas, mas também áreas rurais e pequenos municípios nas áreas de expansão. Para os autores, a motivação para ampliar o número de regiões metropolitanas decorreu da possibilidade de acesso a verbas públicas específicas para esse tipo de ordenamento, facilitada pelo fato de o próprio Estado definir as suas

uma população de 1.189.947 habitantes, o que correspondia a 16,82% da população catarinense de acordo com os dados do IBGE compilados pelo Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas⁹⁵.

Embora essa seja a região com menor extensão territorial do estado catarinense (cerca de 7.470 km²), é a segunda maior receptora de população migrante do Estado, estando apenas atrás da região Norte (Joinville/Jaraguá do Sul), também localizada no litoral (MIOTO *Et al.*, 2010). Esse movimento migratório rumo ao litoral, ou litoralização, tem sido perceptível no estado pelo menos desde os anos 1980 (DESCHAMPS; DELGADO, 2014)⁹⁶, de modo que em 2016 quase $\frac{2}{3}$ da população do estado estava concentrada na faixa leste (ESPÍNDOLA, 2020).

A Região da Grande Florianópolis é ainda subdividida em três microrregiões, a saber, de Florianópolis (capital e seu entorno), de Tijucas (a noroeste de Florianópolis) e do Tabuleiro (sudoeste de Florianópolis), as quais têm características diferentes, inclusive no que concerne às dinâmicas migratórias (SILVA; MATTEI, 2013). Cabe mencionar que a maior concentração populacional está na microrregião de Florianópolis, onde a economia é mais dinâmica em torno das atividades de serviços, privados e públicos, turismo e tecnologia. A região como um todo, porém, acolhe ainda atividades industriais e é reconhecida como grande produtora de hortifrutigranjeiros (ESPÍNDOLA, 2020).

Esse aspecto econômico está relacionado com o fato de que a grande maioria dos municípios da Região da Grande Florianópolis são pequenos e, como afirma Maria de Nazareth Wanderley (2001, p. 34), “o pequeno município é parte integrante do mundo rural” e dependente dele. Isso fica claro em nosso estudo quando estabelecemos um corte dos municípios pelo número de habitantes: dos dez municípios com maior número de estabelecimentos agropecuários, oito são municípios com menos de 10 mil habitantes. Combinando os dados acerca do número de habitantes de cada município (segundo estimativas do IBGE em 2018) e o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (segundo IBGE 2017), percebemos que quanto menor o município em número de habitantes, maior é a

regiões. No entanto, “apesar da existência legal das regiões metropolitanas, em Santa Catarina elas mostram-se em termos propositivos e organizacionais pouco operantes” (*ibidem*, 2018, p. 54).

⁹⁵ <https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-florianopolis-sc/>

⁹⁶ Espíndola (2020) enfatiza que houve uma maior aceleração no processo de litoralização a partir dos anos 2000 devido a uma série de investimentos produtivos nessa área, mas recomenda que deve-se observar que tal processo tem raízes históricas, ou seja, o maior contingente populacional sempre esteve concentrado nessa região.

porcentagem de pessoas dedicadas a atividades em estabelecimentos agropecuários (ver anexo A).

Ainda, podemos perceber que na Região da Grande Florianópolis os onze municípios com menos de 10 mil habitantes têm em média 32,91% do pessoal ocupado com atividades em estabelecimentos agropecuários. Nos oito municípios entre 10 mil e 100 mil habitantes, a taxa de ocupação em estabelecimentos agropecuários cai para 2,75%. Já nos três municípios com mais de 100 mil habitantes, os quais pertencem a uma área de intensa conurbação que concentra 75,98% da população regional, essa taxa é de apenas 0,15%. Assim, mesmo com o decréscimo da população rural desde 1960, e conseqüentemente do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários⁹⁷, mantém-se a produção agrícola para o abastecimento regional, especialmente com a oferta de alimentos frescos, como frutas, verduras e legumes (GELBECK et al, 2018). A representação visual desses dados revela o chamado cinturão verde em torno da capital, como pode ser visto no mapa a seguir.

⁹⁷ De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996, haviam 34.028 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários nesses municípios (com exceção de São Pedro de Alcântara, que naquele momento era um distrito do município de São José), ou seja, 21,23% a mais do que revelou o Censo Agropecuário de 2017.

Grande Florianópolis⁹⁹, enquanto o IBGE, através do Censo Agropecuário de 2017, identificou 377 unidades¹⁰⁰ nos municípios indicados nesta pesquisa, um crescimento de cerca de 550%.

Pelo lado da comercialização e consumo de produtos de base ecológica na região, também se observa um claro incremento. Em 2002 um estudo feito em parceria pelo Instituto Cepa e o CEPAGRO buscou identificar locais de comercialização de produtos agroecológicos¹⁰¹ em quatro municípios da Região da Grande Florianópolis (Florianópolis, São José, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz), encontrando apenas 31 locais de venda, praticamente todos em Florianópolis e alguns em São José (KARAN; ZOLDAN, 2003). Entre esses pontos, 12 eram pequenas unidades varejistas como armazéns, empórios e quitandas, 11 eram supermercados, e 8 barracas de feiras. Os autores identificaram ainda que as hortaliças eram a principal fonte de faturamento nos locais pesquisados, sendo estas, junto a outros alimentos frescos (frutas e derivados de animais) produzidas na própria região ou em outros locais do estado catarinense, diferentemente dos produtos como cereais, açúcares e bebidas, proveniente principalmente de outros estados.

Já em 2014 o Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF), sob coordenação do prof. Oscar Rover (ROVER *Et al.*, 2015), identificou 91 pontos de varejo que comercializavam produtos orgânicos apenas na Ilha de Santa Catarina (parte insular do município de Florianópolis), dentre as quais constavam 46 lojas especializadas em alimentos, 26 supermercados, 10 mercados,

⁹⁹ Neste documento não é informado quais municípios foram considerados como parte da Região da Grande Florianópolis, porém por apresentar os dados a partir dessa divisão, optamos em trazê-los aqui para uma comparação mesmo que superficial. O mesmo não pôde ser feito com as informações do levantamento “Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina”, realizado pela mesma instituição em 2012, uma vez que as informações foram apresentadas apenas segundo as regiões produtoras definidas pela estrutura regional da Epagri, ou seja, em Unidades de Gestão Técnica (UGTs).

¹⁰⁰ Entre estas: 181 dedicam-se apenas à produção vegetal, 98 apenas à produção animal e 98 à produção vegetal e animal. (IBGE, Censo Agropecuário 2017, tabela 6853)

¹⁰¹ “Definiu-se como produto agroecológico aqueles que são cultivados, beneficiados, processados artesanal e industrialmente segundo os sistemas de produção da agricultura sustentável, conhecida como agroecologia, agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, permacultura, entre outras, contendo um selo de certificação reconhecido nacional e estadualmente, para o caso dos equipamentos como supermercado e pequena unidade varejista, ou que eram garantidos pelo agricultor, no caso das feiras” (KARAN; ZOLDAN, 2003, p. 14)

6 feiras e 3 sacolões¹⁰². Os autores afirmam que os produtos *in natura*¹⁰³ tinham menor participação nos mercados estudados do que os alimentos processados, estes comercializados exclusiva ou predominantemente em 81% dos estabelecimentos. A maior ocorrência de alimentos *in natura* ocorreu em feiras e sacolões, sendo provenientes de agricultoras/es e grupos de agricultoras/es do estado catarinense, o que evidencia uma tendência à comercialização em circuitos curtos desse tipo de alimento. Além da questão referente à sazonalidade, os autores elaboraram outras hipóteses para a menor oferta de alimentos orgânicos *in natura*, tais quais:

a existência de uma produção e distribuição limitada, tanto do ponto de vista da diversidade, quanto da escala; o excesso de exigências para a certificação; e a pouca organização dos produtores para venda conjunta, o que lhes permitiria otimizar os custos com a logística de distribuição. Entretanto, estes fatores poderiam ser explicados em conjunto, pela ausência de uma estratégia voltada ao desenvolvimento das cadeias de produção e distribuição dos alimentos orgânicos. Apesar da crescente demanda por eles, não se verificam ações públicas consistentes, que de forma articulada estimulem a produção, a organização dos agricultores, e gerem um suporte efetivo para inovações na distribuição em geral e, particularmente, em formas de venda direta, que permitiriam maior agregação de valor aos produtores. (ROVER *Et al.*, 2015, p. 43-44)

A seguir, iremos apresentar os dados coletados durante o levantamento de campo junto aos agricultores e agricultoras de base ecológica da região no início de 2020. Com isso, pretendemos atualizar as informações apresentadas por outros pesquisadores e instituições, a fim de esboçar o contexto a partir do qual o fenômeno estudado nesta tese ocorre.

¹⁰² Sacolões são definidos por Rover *Et al.* (2015) como “estabelecimentos comerciais que fazem a venda no varejo de produtos *in natura* e coloniais. Tem este nome porque desde sua criação praticam um único preço para vários produtos, os quais são pesados e pagos em conjunto, numa mesma sacola. Assemelham-se às feiras, porque alguns funcionam apenas um dia por semana e por ter forte ênfase da venda em produtos *in natura*. Porém, hoje funcionam como estruturas privadas, algumas das quais funcionam todos os dias da semana.”

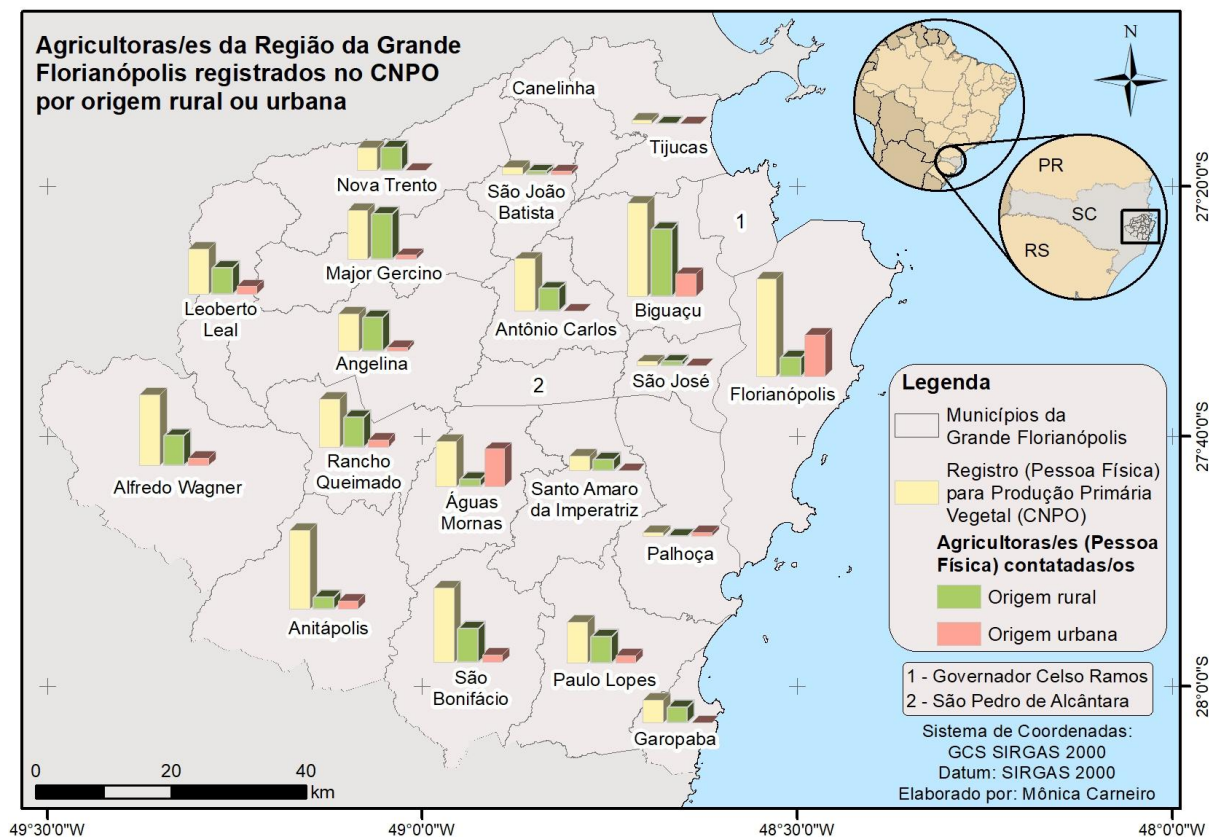
¹⁰³ A definição dos autores para alimentos “*in natura*” refere-se a “frutas, verduras e legumes (FLV) sem transformação por processamento, bem como, alimentos beneficiados como arroz embalado, feijão embalado e outros grãos e cereais” (ROVER *Et al.*, 2015, p. 16)

3.2 O contexto da agricultura de base ecológica na região através do levantamento de campo

As informações contidas nessa seção foram coletadas através do levantamento de campo realizado nos meses de fevereiro e março de 2020 junto a 152 pessoas cadastradas no CNPO e dentro das condições delimitadas para esta pesquisa, conforme especificado na seção metodológica. Essas pessoas estavam distribuídas em 68 unidades produtivas, o que corresponde a 59% das unidades estimadas inicialmente (115 unidades). De acordo com tema central desta tese, nosso objetivo principal era identificar se a origem das/os agricultoras/es era rural ou urbana, de modo que esse será o fio condutor da apresentação que se segue.

Assim, identificamos que das/os 152 agricultoras e agricultores participantes da pesquisa, 109 tinham origem no meio rural, enquanto 43 pessoas eram do meio urbano, conforme pode ser visto no mapa abaixo (figura 3.2).

Figura 3.2: Mapa da distribuição das/os agricultoras/es cadastradas/os no CNPO e contatadas/os na pesquisa exploratória, por origem (rural/urbana)



Fonte: Própria

Em nível de unidades produtivas, das 68 com que tivemos contato, 42 delas eram compostas apenas por pessoas de origem rural, 20 apenas por pessoas de origem urbana e seis por pessoas com ambas as origens. As 26 unidades produtivas com pessoas de origem urbana estavam localizadas em 13 dos 22 municípios da Região da Grande Florianópolis, e correspondiam a 23,85% das unidades produtivas de base orgânica da região de acordo com CNPO de agosto de 2019¹⁰⁴.

Quant à certificação, verificamos que cinco diferentes instituições certificaram as 68 unidades produtivas participantes da pesquisa: a Rede Ecovida de Agroecologia em 51 unidades; a Ecocert em 12 unidades; a Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD) em duas; a Associação Biodinâmica do Sul (ABDSul) em duas, KIWA em uma¹⁰⁵.

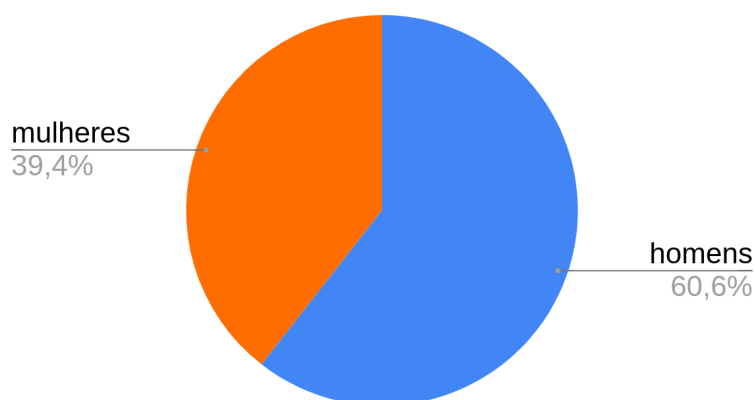
Esse dado reforça a importância da Rede Ecovida de Agroecologia nessa região, representando 71% das certificações em unidades compostas exclusivamente por pessoas de origem rural, 75% em unidades compostas apenas por pessoas de origem urbana (75%) e 100% nas unidades com pessoas com ambas as origens. Essa tendência de engajamento aos sistemas de produção de base ecológica através de OPAC's é observada em todos os estados do Sul do Brasil e acredita-se que se dê especialmente pela importante trajetória de entidades não governamentais de apoio à agricultura orgânica nessa região (VILELA *Et al.* 2019).

Quanto ao gênero das pessoas participantes da pesquisa, identificamos que 59,2% dos participantes eram homens e 40,8% mulheres. Separando em grupos de acordo com a origem dos indivíduos, notamos que há um equilíbrio maior entre o grupo com origem urbana, como pode ser percebido nos gráficos 2 e 3.

¹⁰⁴ Essa verificação inicial nos permitiu seguir a argumentação proposta por Font (1988) e Chevalier (1981) quanto à representatividade e importância local do fenômeno migratório de origem urbana com destino rural, o que favorece a justificativa desse estudo. Ou seja, mesmo que a migração de pessoas de origem urbana para o meio rural, dedicadas ao trabalho agrícola, possa representar uma pequena fração dentro do mundo rural (o que não sabemos em absoluto, visto a falta de pesquisas nesse campo), na região estudada há uma certa representatividade do fenômeno, cujas particularidades serão discutidas em profundidade no capítulo seguinte.

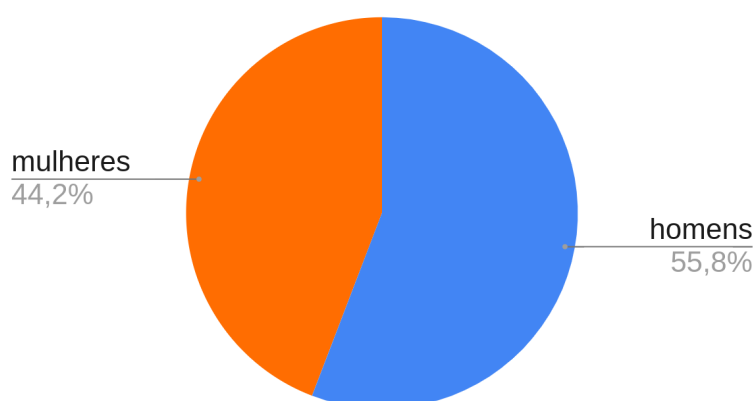
¹⁰⁵ Na planilha original, havia 18 cadastros da KIWA sem informação de contato e sobre o município da unidade produtiva, portanto, foram desconsiderados na pesquisa.

Gráfico 3.1: Distribuição de gênero entre agricultoras/es de origem rural da Região da Grande Florianópolis em fevereiro e março de 2020



Fonte: Produção própria.

Gráfico 3.2: Distribuição de gênero entre agricultoras/es de origem urbana da Região da Grande Florianópolis em fevereiro e março de 2020



Fonte: Produção própria.

Quanto à idade das/os agricultoras/es de base ecológica da região estudada, observamos a média de 43,62 anos. O grupo com maior média era o de homens de origem urbana, com 49,79 anos e o grupo com a menor média era o de mulheres de origem rural, com 40,66 anos. Ou seja, o conjunto de pessoas de origem urbana, independente do gênero/sexo, era mais velho do que o conjunto de pessoas de origem rural, com cerca de $\frac{1}{3}$ delas com mais de 55 anos, mesma proporção indicada para o fenômeno nos Estados Unidos (AHEARN; NEWTON, 2009)¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Notem que há uma dificuldade de comparar os dados uma vez que nos Estados Unidos considera-se apenas as informações do “operador” da unidade, e não de todos os participantes das

Sabendo, porém, que as médias não permitem visualizar a variação e que a dispersão pode ser significativa, distribuimos as informações por faixa etária e origem (quadro 3,1). Assim, observamos que pessoas cadastradas nas duas primeiras faixas etárias (até 19 anos e 20 a 29 anos), representavam 23,84% entre os de origem rural, enquanto apenas 9% para os de origem urbana. Já nas duas últimas faixa etárias categorizadas¹⁰⁷ (60 aos 69 e 70 aos 79 anos), havia 13,75% no grupo de pessoas de origem rural e 30,23% no grupo das de origem urbana. Observamos que caso a idade fosse utilizada como definidor da categoria “neururais”, como o é na França - até 40 anos (MAILFERT, 2007), por exemplo, apenas 37,2% dos entrevistados nessa etapa da pesquisa e com origem urbana, seriam considerados como novos agricultores.

Quadro 3.1: Faixa etária estratificada, por origem rural e urbana. Frequência total e porcentagem

Faixa etária	Origem rural		Origem urbana	
	Frequência	porcentagem	Frequência	porcentagem
até 19 anos	5	4,58%	0	0%
20-29	21	19,26%	4	9,30%
30-39	21	19,26%	12	27,90%
40-49	18	16,51%	7	16,27%
50-59	23	21,10%	7	16,27%
60-69	14	12,84%	11	25,58%
70-79	1	0,91%	2	4,65%
não informado	6	5,66%	0	0%
total	109	100%	43	100%

Fonte: Produção própria.

Duas hipóteses interligadas podem ser estabelecidas a partir da análise das faixas etárias. A primeira é de que as/os agricultoras/es de origem urbana são mais velhos porque esperam ter alguma condição financeira consolidada (renda de

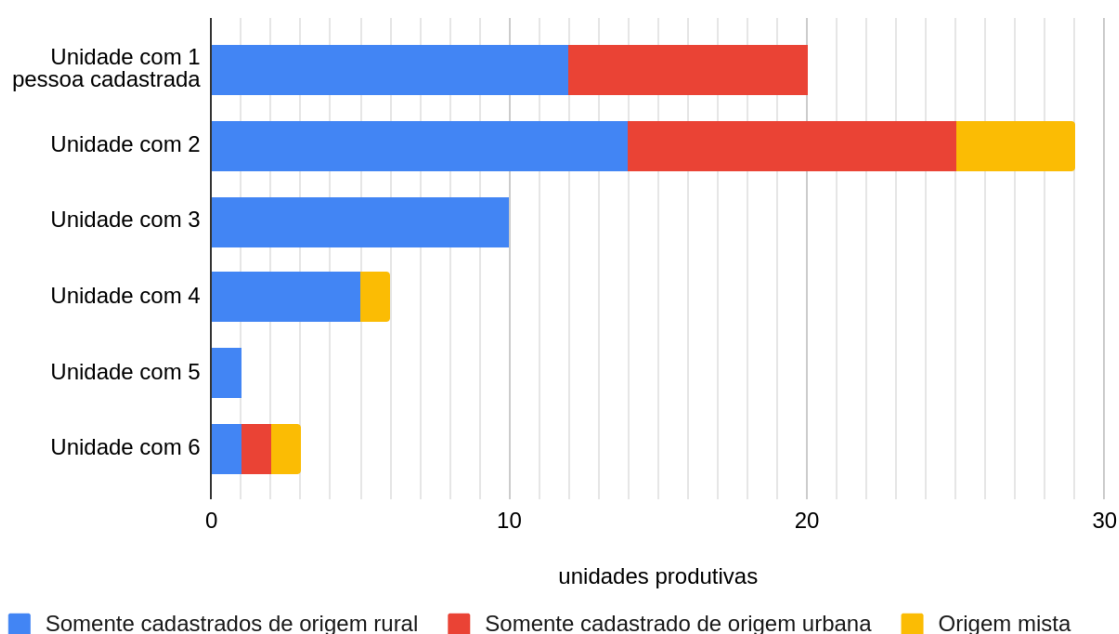
atividades. Isso fica expresso quando comparamos a informação de que nos EUA, indica-se que 17% dos novos operadores têm até 35 anos, contra apenas 5% dos operadores tradicionais. Nossos dados revelaram que 38% das/os agricultoras/es de origem rural têm até 35 anos, contra 34,88% das/os agricultoras de origem urbana, mas como iremos mostrar a seguir, há maior tendência de que os filhos e filhas das/os agricultoras/es rurais sejam incluídos como membros trabalhadores nos documentos de certificação.

¹⁰⁷ A maior idade encontrada neste grupo de pessoas foi 75 anos, o que justifica esse recorte.

trabalho e/ou aposentadoria, capital), para tomar a decisão de migrar. E a segunda, que justifica a menor idade entre as pessoas de origem rural, pode ser oriunda da inscrição conjunta de mães/pais e filhas/os na certificação das unidades produtivas. Tal ideia nos ocorreu ao observarmos que entre as 68 unidades participantes da pesquisa, 17 delas tinham inscritas no CNPO mães/pais junto com suas/seus filhas/os (25% das unidades), e que destas, 15 unidades eram constituídas exclusivamente por pessoas de origem rural. As demais referiam-se uma unidade constituída por pessoas apenas de origem urbana e uma por pessoas de origem mista.

Adentrando, assim, no tema da composição humana das unidades produtivas, verificamos que a maioria delas tinham duas pessoas cadastradas no CNPO (28 unidades), seguido por unidades com apenas uma pessoa cadastrada (20), como pode ser visto no gráfico abaixo. Além disso, é notável que as unidades produtivas com agricultoras/es de origem urbana cadastradas/os se concentravam especialmente nessas duas opções, com raras exceções.

Gráfico 3.3: Número de pessoas cadastradas no CNPO, por unidade produtiva



Fonte: Produção própria.

Quanto às unidades com apenas uma pessoa cadastrada, identificamos que das 20 delas, apenas três realmente trabalhavam sozinhas (sendo duas de origem

rural e uma de origem urbana), enquanto dezessete compartilhavam as atividades com outras pessoas. Oito informantes - apenas de origem rural - afirmaram que outros membros da família também se dedicavam às atividades agrícolas, como companheiras/os, filhas/os, irmãs/ãos, além de diaristas eventuais. Outras oito pessoas informaram que, além de si, contratavam mão de obra externa de modo regular, dentre estes, seis têm origem urbana e dois, origem rural. Apenas uma pessoa (de origem urbana) indicou que, apesar de ser a pessoa cadastrada no CNPO, ela mesma não trabalhava nem morava na unidade, mas arrendava a terra para terceiro.

Ainda observando as unidades com apenas uma pessoa cadastrada, notamos nessas a prevalência de homens (dezesseis de vinte), tanto de origem rural (nove) quanto de origem urbana (sete). Quando cruzamos essas informações com a certificadora a que estão vinculados, percebemos que a maioria era vinculado a empresas de auditoria externa, especialmente à Ecocert. Em contato com a empresa, perguntamos se havia algum tipo de custo para incluir outras/os trabalhadoras/es na mesma certificação¹⁰⁸. A isso, nos foi dito que não há custos adicionais mas que é uma decisão que cabe unicamente aos clientes.

Nesse sentido e por decisão do cliente, 91% das unidades certificadas por essa empresa eram individuais, contra 11% das unidades certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia. Consideramos que isso é uma consequência da própria ideologia do movimento agroecológico do qual a Rede Ecovida / Associação Ecovida faz parte, ou seja, além do aspecto produtivo, a dimensão social é considerada um de seus pilares. Assim, é notável que as questões relativas a gênero e valorização do trabalho de todos os membros da família são debatidas há algum tempo nessa rede, havendo incentivo por parte da organização para que todos os membros trabalhadores da família constem na certificação (RAMOS, 2016).

Referente às 28 unidades com duas pessoas certificadas, verificamos que 26 delas estavam compostas por casais, sendo 12 casais de origem rural, 10 de origem urbana e 4 de origem mista, ou seja, uma pessoa de origem rural e uma de origem urbana. As demais unidades em que havia duas pessoas certificadas referiam-se a situações diversas: uma delas composta por mãe e filha de origem urbana, e a

¹⁰⁸ Em contato com a empresa, foi reforçado que a mesma não certifica a unidade produtiva, mas os produtos.

segunda, por um casal separado, de origem rural, que continuaram a parceria nas atividades agrícolas.

Os dados indicaram que o trabalho agrícola de base ecológica na região era realizado, sobretudo, a partir da mão de obra familiar. Ou seja, em 56 das 68 unidades participantes da pesquisa, as atividades agrícolas eram realizadas com a participação de mais de um membro da família.

Sobre contratação de mão de obra externa, essa prática foi relatada em 18 unidades produtivas, de modo eventual ou regular (26,5% das unidades). Observando as contratações por grupos a partir da sua origem, verificamos que essa prática era adotada em 19% das unidades compostas apenas por pessoas de origem rural, em 40% das unidades compostas apenas por agricultoras/es de origem urbana, e em 30% das unidades de origem mista. No entanto, não sendo nosso objetivo específico, não temos condições de afirmar sobre os tipos de acordos trabalhistas estabelecidos nessas relações, mas identificamos que a nomenclatura utilizada pelas/os informantes variava entre “contratados” e “diaristas”¹⁰⁹.

Quanto ao regime de dedicação às atividades produtivas, 108 pessoas informaram ter dedicação em tempo integral (71,10% dos participantes dessa etapa de levantamento), com média de idade de 43,35 anos. Em regime parcial de dedicação, haviam 29 pessoas (19,10%), com média de 44,73 anos. Além dessas, 15 pessoas que estavam cadastradas em 30 de agosto de 2019, não estavam trabalhando na unidade no momento da entrevista, esses representam 9,90%.

Quando estratificamos essas informações por origem das/os agricultoras (quadro 3.2), percebemos que cerca de metade das/os agricultoras/es de origem urbana se dedica em período integral à unidade produtiva, enquanto são quase 80% de pessoas de origem rural. Além disso, notamos que a média de idade das pessoas de origem urbana que se dedicavam parcialmente ou não trabalhavam na unidade no momento da pesquisa, é significativamente superior em relação aos seus equivalentes rurais, ou seja, cerca de 13 e 21 anos a mais, respectivamente.

¹⁰⁹ Há também casos em que foram indicados “parceiros”, esses não contabilizados aqui pois, pelo informado, são vizinhos com troca de dias de trabalho ou pessoas que estão morando na unidade e trabalham na mesma.

Quadro 3.2: Distribuição por tempo de dedicação ao trabalho da unidade produtiva e média de idade, por origem rural ou urbana

Regime de dedicação	Origem Rural (109)	Origem Urbana (43)
tempo integral	86 (78,68%)	22 (51,16%)
média de idade	44,08 anos	42,63 anos
tempo parcial	14 (12,84%)	15 (34,88%)
média de idade	38,21 anos	51,26 anos
não trabalha	9 (8,25%)	6 (13,95%)
média de idade	30,62 anos	51,83 anos

Fonte: Produção própria.

Esses resultados estão em diálogo direto, em termos de equivalência, com as fontes de ingresso. Ou seja, para 82,6% das/os agricultoras/es de origem rural e para 51,2% de origem urbana, a agricultura é responsável pela renda principal. Nos demais casos, o acesso à aposentadoria aparece significativamente para os dois grupos, mas também há outras atividades. No caso das/os agricultoras/es de origem rural cuja principal fonte de renda não era a produção agrícola orgânica da unidade, as atividades produtivas estavam mais relacionadas ao próprio município e à agricultura mesmo, como por exemplo: serviços públicos municipais nas áreas da saúde, educação e agricultura, transporte escolar, emprego em processadora de produtos orgânicos e produção de eucalipto.

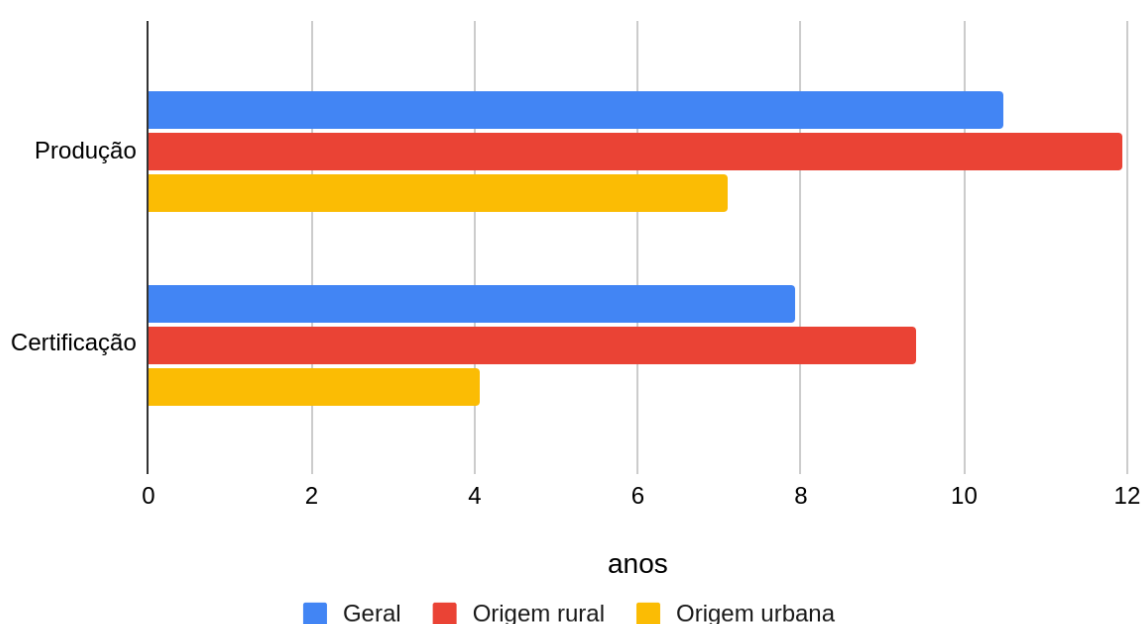
Entre as/os agricultoras/es de origem urbana, doze indicaram depender financeiramente da manutenção do seu trabalho urbano ou da/o companheira/o (dentre os quais, constam a docência, serviços de alimentação, serviço público, profissionais liberais), três diversificaram suas fontes de renda com atividades não-agrícolas nas próprias unidades produtivas (com projetos de educação ambiental, pousada e café), e um alugava uma residência na cidade.

Observando mais especificamente a atividade agrícola, verificamos o tempo de produção e certificação de cada unidade produtiva. Sublinhamos que já esperávamos uma diferença entre essas duas etapas, uma vez que temos em conta o decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, que define como período de conversão o “tempo decorrido entre o início do manejo orgânico, de extrativismo, culturas vegetais ou criações animais, e seu reconhecimento como sistema de produção orgânica” (BRASIL, 2007). As informações coletadas nos permitiram

calcular uma diferença média geral de 2,89 anos entre o início da produção de base ecológica e a efetivação dos processos de certificação.

Nas unidades compostas apenas por pessoas de origem rural, essa média era de 2,21 anos, enquanto naquelas formadas apenas por pessoas de origem urbana era de 3,25 anos. Essa diferença era maior nas unidades onde haviam pessoas com origem mista, chegando a 4,18 anos, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 3.4: tempo médio de produção e certificação orgânica, por unidade produtiva, em anos



Fonte: Produção própria.

Nos chamou atenção, porém, o fato de que 25% das unidades participantes da pesquisa (17 unidades) indicaram o mesmo tempo de produção de base ecológica e de certificação na unidade em questão. Dentre elas, 11 estavam certificadas até 13 anos, ou seja, foram certificadas após o decreto nº 6.323. Como pode ser visto abaixo, o artigo sexto deste decreto, de fato, não especifica o tempo necessário para a conversão, mas afirma sua necessidade:

Art. 6º Para que uma área dentro de uma unidade de produção seja considerada orgânica, deverá ser obedecido um período de conversão.

§ 1º O período de conversão variará de acordo com o tipo de exploração e a utilização anterior da unidade, considerada a situação socioambiental atual.

§ 2º As atividades a serem desenvolvidas durante o período de conversão deverão estar estabelecidas em plano de manejo orgânico da unidade de produção. (BRASIL, 2007)

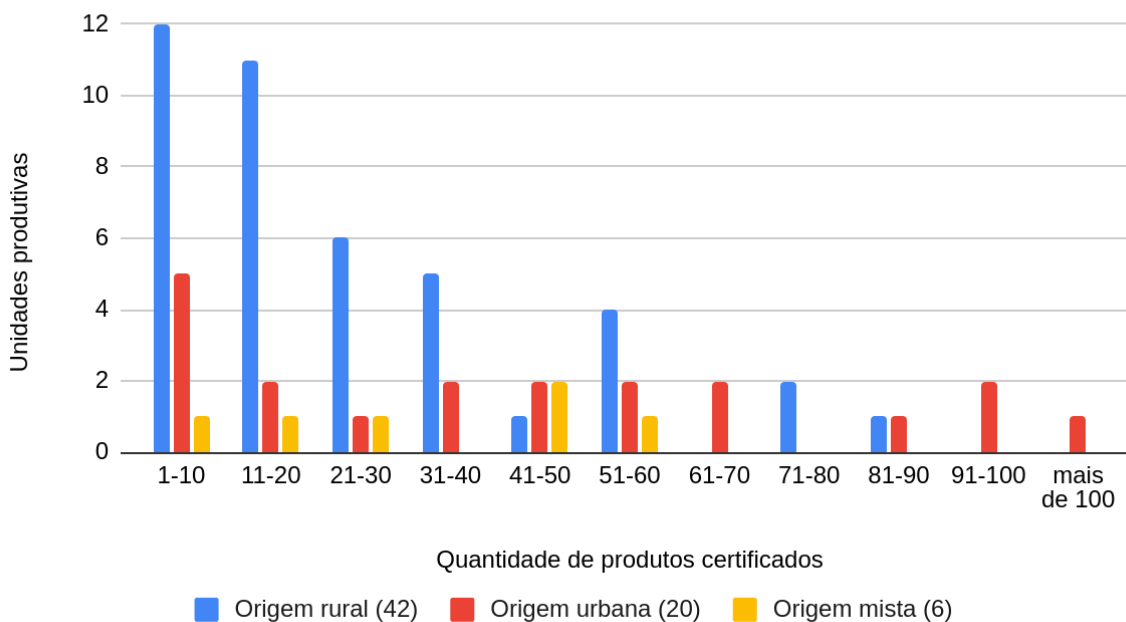
Não descartamos a possibilidade de ter havido entendimentos equivocados sobre as questões por parte das/os informantes, embora tenhamos feito perguntas diferentes com o objetivo de sermos claros: uma questão era sobre quanto tempo produzia alimentos ecológicos, outra sobre quanto tempo a produção estava certificada, e, em sequência, sobre que tipo de produção havia antes. Entre essas onze unidades que indicaram o mesmo tempo de produção e certificação orgânica, seis informaram que não produziam nada antes dos cultivos orgânicos, sendo quatro de agricultoras/es de origem urbana que acessaram a terra quando iniciaram suas atividades, e dois com origem rural, mas que trabalhavam em outras unidades como empregados. Não sabemos informar, porém, que tipo de manejo e cultivo havia na terra antes do início da produção orgânica dessas/es participantes, ou quanto tempo a terra ficou em “descanso” antes disso. Quanto aos demais casos de compatibilidade de tempo entre produção e certificação, com mais de treze anos de produção e certificação, todos tinham origem rural: três indicaram que produziam especialmente tabaco (um combinado com banana e outro com produção leiteira) e dois afirmaram que produziam “o mesmo” (principalmente verduras e hortaliças), mas de maneira convencional.

Também questionamos as/os informantes sobre a quantidade de produtos que tinham certificados no momento da entrevista¹¹⁰, e verificamos uma grande variação, especialmente entre as unidades produtivas exclusivamente compostas por pessoas de origem urbana. Entre essas unidades (20), a variação observada foi de 1 produto até 124, com uma média de 43,7 produtos (mediana 42,5). Já entre as unidades formadas apenas por pessoas de origem rural (42), a variação foi de 1 produto até 82, com média de 26 produtos (mediana 19,5). Entre as unidades mistas (6), o mínimo de produtos certificados foi de 2 e o máximo 53, com média de 32,66

¹¹⁰ Há de se considerar que as entrevistas por telefone ocorreram no mês de fevereiro e março de 2020, período em que muitas unidades estavam atualizando seu plano de manejo anual, conforme muitas/os informantes sinalizaram, de modo que pode haver divergências entre as informações do CNPO de agosto de 2019.

(mediana 39). O gráfico 3.5 apresenta informações mais detalhadas acerca da quantidade de produtos certificados por tipo de composição de unidade produtiva.

Gráfico 3.5: Quantidade de cultivos/produtos certificados, por unidade produtiva, por origem



Fonte: Produção própria.

Quando elaboramos essa questão esperávamos encontrar um resultado diferente, isto é, tendo como referência a literatura sobre “neurais”, imaginamos que as/os agricultoras/es de origem urbana teriam menos variedades de cultivos, tendendo a maior especialização produtiva de itens diferenciados. Nos ocorreu pensar nisso por dois motivos, o primeiro relacionado aos conhecimentos necessários para manter uma maior variedade de cultivos simultaneamente, o que está relacionado ao saber tradicional e camponês¹¹¹. E o segundo por um possível foco das/os agricultoras/es de origem urbana nos mercados especializados e diferenciados, aos quais poderiam ter acesso facilitado por um conhecimento prévio

¹¹¹ Mesmo nos casos em que a unidade produtiva camponesa tenha dedicado maior parte dos seus esforços para alguma cultura comercial após a modernização da agricultura, quase sempre foi mantida pelo menos uma horta, especialmente pelas mulheres da família, visando o consumo interno, embora muitas vezes sua produção tenha sido considerada como de “miudezas”. Em nossas observações, porém, percebemos que a produção diversificada tende a ser retomada por todos os membros trabalhadores da família após a decisão de converter a produção convencional para orgânica, especialmente quando é percebida a real possibilidade de manutenção econômica da família por meio dessa atividade (RAMOS, 2016).

do perfil e interesses dos consumidores (ou capital social). No entanto, ao verificar os dados coletados, notamos uma tendência contrária à hipótese preliminar, especificamente no que diz respeito à diversidade produtiva certificada, ou seja, considerando apenas as unidades formadas por agricultoras/es de origem rural (42) ou urbana (20), percebemos que 16,66% das de origem rural têm mais de 51 produtos certificados, enquanto as de origem urbana somam 40%¹¹².

Quanto à comercialização dos produtos certificados, perguntamos às/aos informantes das unidades produtivas, quais eram os locais e/ou formas de transição mais comumente utilizadas. Tínhamos uma lista com opções que eram marcadas pela entrevistadora, mas também havia uma opção de “outros”, sendo possível acrescentar novas possibilidades. Na compilação dos dados, todas as opções foram consideradas, resultando em 13 formas de comercializar (ou não), conforme o quadro abaixo:

Quadro 3.3: Canais de comercialização utilizados em unidades produtivas de base ecológica da Região da Grande Florianópolis: total de unidades, unidades formadas por agricultoras/es de origem rural, de origem urbana, de origem mista, em porcentagem

Opções apresentadas e incluídas por indicação das/os informantes	% das unidades totais (68)	% do total de unidades com agricultoras/es de origem rural (42)	% do total de unidades com agricultoras/es de origem urbana(20)	% do total de unidades com agricultoras/es de origem mista (6)
feira	36,76%	35,71%	35%	50%
venda direta CSA, CCR, cestas	19,11%	16,66%	20%	33,33%
compras institucionais	23,52%	33,33%	0%	33,33%
mercados, supermercados, lojas de produtos org./naturais	41,17%	40,47%	45%	33,33%
entrega a domicílio	17,64%	11,90%	15%	66%
entrega a restaurantes/cafés/pousadas (comercio final)	10,29%	7,14%	15%	16,66%
venda em casa	29,41%	26,19%	35%	33,33%

¹¹² Chamamos a atenção, porém, de que essa diversidade trata-se estritamente daquilo que estava certificado no momento da pesquisa, e pode não corresponder com o que era produzido de fato. Em outras oportunidades de estar em campo, observamos que não é incomum que as/os agricultoras/es da região produzam alguns itens apenas para o seu uso doméstico e por isso não incluem na certificação.

atravessador (ceasa/ outros agricultores/feirantes)	20,58%	28,57%	10%	0%
empresa/agroindústria	11,76%	11,90%	10%	16,66%
cooperativas	13,23%	19,04%	5%	0%
loja virtual	1,47%	0%	5%	0%
Circuito de distribuição Rede Ecovida	1,47%	0%	5%	0%
Escolas particulares	1,47%	0%	5%	0%
não comercializa	4,41%	0%	15%	0%

Fonte: Produção própria.

Os dados reforçam a leitura de Niederle e Almeida (2013) de que o mercado de alimentos orgânicos é caracterizado atualmente por um processo de diversificação e segmentação dos canais de comercialização, de modo que “não raro, a trajetória social deste produto começa na mesma unidade familiar de produção e, a partir dela, desdobra-se em diferentes redes (mercados), com intermediários e destinos distintos” (*ibidem*, p. 38). É nesse sentido de diversificação que a maioria das unidades produtivas investigadas atuavam para escoar seus produtos. Ou seja, de acordo com as indicações das/os informantes, 32,35% das unidades acessavam dois canais de comercialização de forma recorrente, enquanto 27,94% das unidades acessavam três canais. Aquelas unidades que indicaram apenas um canal de comercialização somaram 22%, sendo em maior proporção nas unidades com pessoas de origem rural que urbana e/ou mista (26,19%, 15% e 16,66%, respectivamente). Em três unidades, todas formadas exclusivamente por pessoas urbanas, foi indicado não ser feito nenhum tipo de comercialização, embora em um dos casos a produção seja integralmente utilizada para abastecer o restaurante do proprietário, em Florianópolis.

Quanto aos tipos de espaços de comercialização, as redes de supermercados e outras lojas de varejo foram indicadas como os principais canais acessados por 41,17%¹¹³ das unidades produtivas, seguido pela feira, com 36,76%¹¹⁴. A seguir, estava a venda na própria unidade, sendo esta um pouco mais

¹¹³ A crescente participação das grandes redes varejistas na comercialização de alimentos orgânicos é apontada como o principal elemento do processo de convencionalização dos alimentos orgânicos (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

¹¹⁴ Chegamos a esse mesmo percentual se somarmos duas modalidades propostas: a) venda direta através de CSA, CCR e cestas, e b) entregas a domicílio. Como veremos, essa última modalidade substituiu várias formas de comercialização comuns durante a pandemia de Covid-19, informações coletadas apenas entre as/os agricultores de origem urbana na segunda etapa da pesquisa.

representativa nas unidades formadas por pessoas de origem urbana e origem mista, o que nos sugere que o próprio espaço produtivo poderia estar sendo utilizado como forma de valorizar os produtos e atrair consumidores¹¹⁵. Nas unidades formadas exclusivamente por pessoas de origem rural, em terceiro lugar apareceu a venda para atravessadores, incluídos aí Ceasa e outras/os agricultoras/es/feirantes, o que nos sugere a manutenção de formas tradicionais de venda dos produtos convencionais. Observamos ainda, que a parceria comercial com cooperativas locais e a participação em compras institucionais¹¹⁶ eram muito mais significativas entre as unidades de origem rural.

Assinalamos a importância do município de Florianópolis para a comercialização dos alimentos, seja para o consumidor final (através de cestas de produtos, entregas a domicílio, experiências de CSA e CCR's, feiras) ou não (supermercados, lojas de varejo, sacolões). Isso reafirma a atuação da região como cinturão verde da região metropolitana, bem como nos sugere que a prática de agricultura de base ecológica na região encontra respaldo financeiro por parte da demanda, o que pode ser um fator de atração para a migração espacial e laboral nesta região.

Ainda no quesito comercialização, nos pareceu pertinente investigar acerca do uso da internet e redes sociais para a divulgação da unidade produtiva e dos produtos. Nesse sentido, identificamos que 45,58% das unidades produtivas investigadas utilizavam naquele momento algum tipo de recurso digital para comunicação com consumidores, sendo mais recorrente nas unidades produtivas de agricultoras/es de origem urbana, somando quase 70% do total. Entre as unidades formadas apenas por agricultoras/es de origem rural, 30,95% utilizam alguma tecnologia desse tipo. Dentre os recursos digitais mais indicados, o Instagram era a plataforma mais utilizada por todos os tipos de unidades produtivas (16% nas unidades compostas por pessoas de origem rural, 60% nas de origem urbana, 33% nas de origem mista), seguido do Facebook (14%, 35% e 16%, respectivamente). Apenas sete unidades produtivas, das 68, utilizavam site próprio. As unidades compostas exclusivamente por agricultores de origem rural superavam os demais

¹¹⁵ Algumas unidades de pessoas de origem urbana informaram oferecer atividades de “colha e leve” ou serviços de alimentação com os próprios alimentos produzidos, incentivando os consumidores a interagir com o local e a produção. Mais detalhes serão expostos no capítulo seguinte.

¹¹⁶ Especificamente sobre as compras institucionais, identificamos que apenas 7,69% das unidades formadas por agricultoras/es de origem urbana ou mista participam. Essa modalidade nos interessa visto que, futuramente, iremos discutir o acesso dessas/es agricultoras/es às políticas públicas.

grupos apenas no uso do Whatsapp, apesar de sua indicação não ter sido muito expressiva entre todos os grupos, visto que apenas 10,29% indicou seu uso para esse fim¹¹⁷.

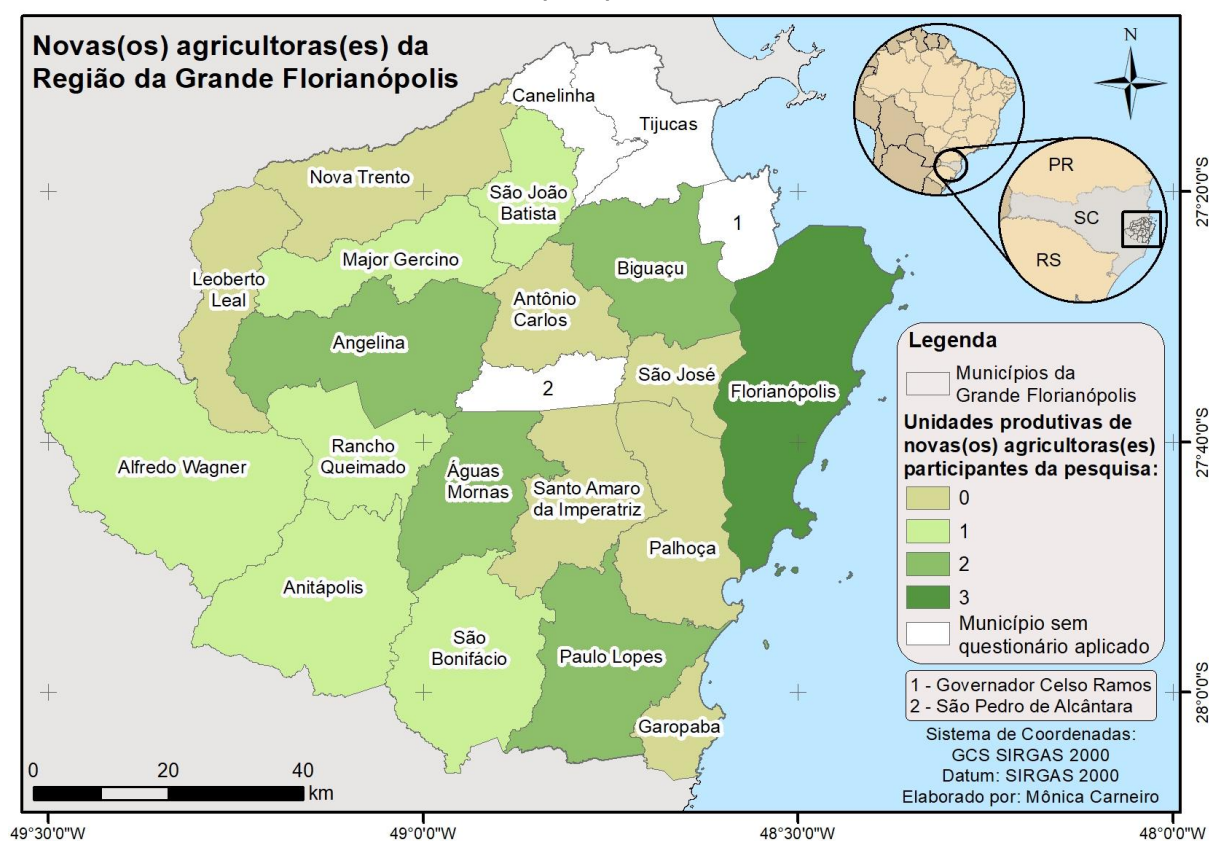
Essas informações gerais, em certa medida já categorizadas a partir da origem dos participantes, formam o contexto mais amplo da produção de base ecológica na Região da Grande Florianópolis, onde iremos situar as experiências mais específicas das/os novas/os agricultoras/es.

¹¹⁷ Esse dado diverge daquele encontrado em pesquisas sobre plataforma de vendas da agricultura familiar na América Latina e Caribe durante a pandemia da Covid-19 (Cubides Zuñiga, Cubides Zuñiga e Lugo, 2020, *apud* Gazolla e Aquino, 2021), em que o whatsapp foi identificado como a ferramenta tecnológica mais utilizada no período.

4 AS/OS NOVAS/OS AGRICULTORAS/ES DA RGF

Nesta seção, iremos nos dedicar à análise dos dados coletados junto às/aos novas/os agricultoras/es de origem urbana no fim de 2020 a partir dos objetivos estabelecidos para esta tese e a partir da perspectiva relacional, distribuídos na região conforme o mapa 4.1. Nesse sentido, analisamos os dados coletados à luz de diferentes contextos (regional, setorial, sócio-histórico, político-institucional) a fim de identificar as generalidades e particularidades de um fenômeno pouco conhecido em profundidade, mas reconhecidamente heterogêneo e em curso.

Figura 4.1 - Mapa de distribuição das/os novas/os agricultoras/es participantes da pesquisa



Fonte: própria.

Além das características gerais das/os novas/os agricultoras/es e das suas unidades produtivas, iremos ao longo deste capítulo verificar suas motivações e seus processos de decisão e de preparação para a mudança no tipo de atividade produtiva realizada e/ou para a migração, além de as estratégias de permanência e

perspectivas de futuro. Também dedicamos uma seção para as considerações acerca dos impactos da pandemia de Covid19 e as estratégias das/os novas/os agricultoras/es nesse período.

Antes de avançar, porém, reforçamos que as/os novas/os agricultoras/es não são um “grupo” ou categoria específica consolidada ou institucionalizada, como bem afirma Nádia Aun (2013), ou seja, “os novos atores que emergem de um processo social não foram criados a partir de políticas públicas, mas surgiram em respostas a situações sociais diversas” (*ibidem*, 2013, p. 25-26). No presente trabalho, mesmo que a maioria das/os novas/os agricultoras/es façam parte de grupos (produtivos) consolidados, os quais vinculam tanto pessoas de origem rural como pessoas de origem urbana, nós os reunimos em um grupo distinto a partir dos recortes operados nessa pesquisa, com o objetivo unicamente metodológico de pô-los em evidência.

O adjetivo “nova/o” utilizado aqui, portanto, além de ser uma indicação relacional que se constitui na diferença de origem espacial e laboral dos sujeitos que dedicam-se à produção agrícola e/ou outras atividades no meio rural, é o marcador do “grupo” que constituímos teoricamente. Consideramos esse esforço necessário para não cair em análises individualistas das experiências, focadas exclusivamente em trajetórias de vida.

Nesse sentido, tomamos a referência de Donati (2020, p. 186, tradução nossa) de que “a identidade do grupo não corresponde a características individuais, mas sim a características relacionais”, as quais se revelam a partir de três operações também indicadas pelo autor: a) o reconhecimento do grupo de pessoas; b) a verificação de quais estruturas e mecanismos são gerados pela interação e relações entre os membros do grupo; c) a identificação de estruturas e mecanismos potenciais não revelados, mas que podem estar subjacentes à dinâmica desse grupo. Guiados por essas referências, seguimos com a análise dos dados coletados.

4.1 Perfil geral

De modo mais geral e por comparação com o conjunto de agricultores de origem rural, algumas informações sobre as/os novas/os agricultoras/es da Região da grande Florianópolis já foram apresentadas. Na presente etapa da pesquisa,

especificamente com pessoas deste grupo, tivemos a participação de dezoito pessoas, distribuídas em dezessete unidades produtivas em onze municípios, conforme visto no mapa anterior (4.1). Entre elas, onze homens e sete mulheres, ou seja, 61,1% e 38,9% respectivamente - índice semelhante ao identificado no levantamento de campo.

De acordo com os anos de nascimento informados, calculamos que, em 2021, a média de idade das/os novas/os agricultoras/es era de 50,44 anos, distribuindo-se igualmente em três faixa etárias definidas: seis tinham entre 21 e 40 anos; seis entre 41 e 60 anos; e seis com mais de 61 anos. A média de idade dos homens em 2021 era 56,72 anos e das mulheres 40,57 anos.

Verificamos que a média de idade quando essas pessoas iniciaram a trabalhar na unidade agrícola era de 42,08 anos (relação entre idade atual e período de trabalho informado na unidade), sendo para os homens 48,25 anos e para as mulheres 33,28 anos. Nessa perspectiva, a distribuição pelas faixas etárias:

Quadro 4.1: Faixa etária das/os novas/os agricultoras/es no início das atividades na unidade produtiva

Faixas etárias no início das atividades na unidade (resposta de 17 pessoas)	frequência
0-20 anos	0
21-40 anos	9
41-60 anos	7
61 anos ou mais	1

Fonte: Produção própria.

Entre os 18 respondentes do questionário, quinze indicaram ser casados, dois separados ou divorciados e um solteiro. No entanto, dezessete pessoas indicaram morar com companheira/o afetiva/o, dentre os quais, treze casais moram na unidade produtiva e quatro moram em local distinto. Treze pessoas indicaram ter filhas/os, mas apenas em seis casos as/os filhas/os ainda moram com os pais, em quatro desses casos, moram todos nas unidades produtivas. Apenas uma pessoa indicou morar sozinho na unidade produtiva.

Podemos perceber que prevalece, entre as/os agricultoras/es de origem urbana, a organização em núcleos familiares, especialmente em casais. Essa tendência foi igualmente verificada por Chevalier (1981) e Font (1988) na França e Espanha, em especial a partir da chamada segunda onda migratória. A migração

em “casais”, naqueles casos, foi apontada como mais sólida e persistente ao longo do tempo, tornando o fenômeno mais cotidiano.

Seguindo uma tendência migratória já detectada para a Região da Grande Florianópolis (MATTEI; SILVA, 2013), a maioria dos participantes da pesquisa (dez dos dezoito) eram oriundos do próprio estado catarinense. Especificamente cinco eram da Região da Grande Florianópolis mesmo, dois nasceram na Região Serrana, dois na Região Norte e um no Vale do Itajaí. Os outros sete vieram dos estados do Rio Grande do Sul (três pessoas), de São Paulo (duas), do Rio de Janeiro (uma) e Ceará (uma). Além desses, um dos respondentes era europeu. Essa amostra é compatível com as informações coletadas na pesquisa exploratória.

Quadro 4.2: Comparação entre os percentuais referentes aos locais de origem informados no levantamento de campo e na pesquisa direcionada

Local de origem	Pesq. Exploratória (42 resp)	Pesquisa II (18 resp)
Santa Catarina	59,52%	55,50%
Região Sul do Brasil (incluindo SC)	76,19%	72,22%
Reg. Sudeste do Brasil	11,9%	16,66%
Reg. Nordeste do Brasil	7,14%	5,55%
Fora do Brasil	4,76%	5,55%

Fonte: Produção própria.

4.1.1 Sentidos e tempos migratórios

Como já mencionado, a ênfase nesta pesquisa foi dada mais às situações de engajamento à atividade agrícola de base ecológica e menos à migração ao meio rural, de modo que optamos em nomear o grupo como “novas/os agricultoras/es” ao invés de “neururais”. Dessa forma, pudemos incluir situações em que as/os participantes não tivessem migrado definitivamente para as unidades produtivas, embora tivessem um vínculo de trabalho nela. Quatro dos dezoito respondentes estavam nessa situação por diferentes motivos que posteriormente serão abordados. Por ora, cabe reter que mesmo entre aquelas pessoas que não moravam na unidade produtiva no momento da pesquisa, a migração fazia parte de

suas trajetórias de vida: apenas uma pessoa informou que nunca morou em outro município, embora tenha mudado de residência onde passou a trabalhar com agricultura. Ou seja, as dezessete outras pessoas, distribuídas em dezesseis unidades produtivas tiveram alguma circulação antes de fixar sua última residência.

Os dados coletados junto a eles nos revelaram a importância de Florianópolis como ponto de saída imediato para a maioria das experiências no mundo rural e agrícola da Região da Grande Florianópolis analisados nesta pesquisa: nove pessoas moravam na capital catarinense antes de mudar-se para a unidade produtiva¹¹⁸, além de outras duas situações em que as pessoas continuam morando nesse mesmo município enquanto mantêm a unidade produtiva em outro. Destas onze pessoas, apenas uma era natural dali.

Quanto aos demais casos, três pessoas indicaram que sua última moradia antes do município da unidade produtiva era na própria Região da Grande Florianópolis e uma que veio da região oeste catarinense. Quanto aos outros dois que não moram na unidade, um mora na Região da Grande Florianópolis e outro não, mas ainda no estado catarinense.

Buscamos entender essa importância simultânea de Florianópolis como ponto de atração e de expulsão a partir das reflexões sobre migrações. Fernando Gomes Braga (2011) em uma proposta de análise relacional dos novos padrões de migração interna no Brasil avalia que

os movimentos internos da população brasileira durante o século XX se estabeleceram como um dos fenômenos sociais determinantes das sucessivas reconfigurações do território nacional, seja na construção dos espaços econômicos, seja na expansão do tecido social (*ibidem*, 2011, p. 15).

Dentre eles, sem dúvidas, o movimento mais substancial ocorreu no período de modernização da agricultura, entre 1960 e 1980, com o deslocamento de mais de 43 milhões de pessoas de origem rural com destino urbano, sendo, portanto, classificado como êxodo rural¹¹⁹. Em Santa Catarina, a taxa de urbanização passou

¹¹⁸ Excluímos aqui a única situação em que a pessoa é natural deste município e permaneceu nele, já mencionado acima.

¹¹⁹ Em uma busca rápida na internet é possível verificar que se fala cada vez mais em “êxodo urbano”, especialmente em decorrência da pandemia de Covid-19. Mesmo em trabalhos de pesquisa anteriores a pandemia e que abordaram a migração de origem urbana com destino rural também utilizam o termo, por exemplo: “Dentre essas transformações ocorridas no campo, àquela que podemos considerar matriz de nossa investigação e indispensável à geração de todas as demais mudanças é o *êxodo da cidade para o campo*” (PAFUNDA, 2016, p. 117, grifo nosso). No entanto,

de 37,44% em 1960 para 78,72% no ano 2000, sendo esse o estado sulista com a maior densidade demográfica a partir de 1991 (MIOTO, 2008).

No município de Florianópolis, o crescimento populacional foi de 567,06% entre 1950 e 2010 (IBGE). Esse aumento está relacionado não apenas ao crescimento vegetativo¹²⁰, mas também aos processos migratórios combinados de êxodo rural e de litoralização do próprio estado, o que sublinha a capital do estado como um local de oportunidades¹²¹ (embora ainda em desenvolvimento) e ainda processos relacionados à atração de pessoas de outras regiões metropolitanas mais antigas e maiores. Ou seja, diferente da análise das dinâmicas migratórias centradas nas grandes regiões metropolitanas brasileiras, em que se notou sinais de desconcentração espacial a partir dos anos 1970, seja por migração de retorno (ao local de origem) ou por migrações das grandes cidades para cidades de médio e pequeno porte (BRAGA, 2011), a região estudada se estabeleceu como região metropolitana no fim dos anos 1990¹²², sendo ainda considerada como uma “cidade pequena” por aqueles que migraram dos grandes centros urbanos.

Focando a explicação nesse último tipo de migração, Barcellos (1995) afirma que a mudança no sentido migratório no sentido de desconcentração espacial pode estar relacionada às crises das grandes cidades observadas a partir dos anos 1970, como a redução das oportunidades de empregos privados e públicos e a exclusão de segmentos sociais menos capacitados. Além disso, a interiorização estaria relacionada com a desconcentração industrial e com o aumento da agroindustrialização.

Essas reflexões referem-se mais a situações de migração por busca direta dos meios de sobrevivência e nelas não são considerados ou evidenciados fatores ambientais como motivos para a migração. Essa última perspectiva aparece em Hogan (2005), para quem o fator ambiental tem uma importância considerável para a qualidade de vida das populações contemporâneas, sendo a busca por “qualidade

devemos atentar que “êxodo” significa a migração em massa, o que não pode ser afirmado atualmente em relação à migração de origem urbana com destino rural.

¹²⁰ De acordo com Girardi (2008) a partir da análise dos censos do IBGE, a população brasileira teve um crescimento de 226,4% entre 1950 e 2000.

¹²¹ Entre os principais fatores de atração dessa região, consideram-se o amplo setor de serviços, especialmente relacionado ao turismo, e a concentração de postos de trabalho na administração pública estadual (MIOTO, 2008).

¹²² Lei complementar estadual nº 162 de 1998

(<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-162-1998-santa-atarina-institui-as-regioes-metropolitanas-de-florianopolis-do-vale-do-itajai-e-do-norte-nordeste-catarinense-e-estabelece-outras-providencias>)

ambiental” um dos motivos para a migração das grandes cidades para lugares menores. O autor cita o estudo de Izazola e Marquette, datado de 1995, no qual analisam famílias de classe média da Cidade do México que migraram para pequenas cidades interioranas por conta da poluição do ar na capital. No entanto, afirma que antes disso, os primeiros estudos demográficos que incluíram a questão ambiental em suas reflexões sobre migração, focaram na escassez dos recursos naturais, especialmente aqueles necessários à produção, como terra e água, o que em determinadas regiões levou à formulação de políticas para ampliação das fronteiras agrícolas. Com o passar do tempo, a dimensão ambiental passou a ser mais cotidiana em estudos demográficos, que assumem, ainda conforme Hogan (2005), que todos os processos de mobilidade populacional carregam uma dimensão ambiental.

Observamos que tal dimensão é relatada como motivação em outras pesquisas sobre migrações de origem urbana com destino rural, como de Pafunda (2016) e de Venturi (2020). Esse último autor, analisando a região Sul do país, revelou que 20% dos participantes da sua pesquisa migraram das cidades para o meio rural motivados pelo “estresse” (das cidades), 30% indicaram violência e insegurança, e 70% escolheu ainda a opção “qualidade de vida em geral ou fuga por outros motivos”.

Em nossa pesquisa a dimensão ambiental ficou evidente quando perguntamos em questão aberta sobre os benefícios e dificuldades de morar no meio rural e/ou na unidade produtiva (catorze das/os dezoito participantes estavam nessa condição). A maioria mencionou como benefícios itens que podem ser reunidos em torno da noção de “qualidade de vida”: saúde física e emocional, tranquilidade, melhoria na alimentação, paz (de espírito), beleza, entre outros. Muitos desses itens foram combinados com características ambientais, seja por contraste em relação ao que tinham vivenciado anteriormente nas suas cidades de origem ou de onde migraram a última vez, como “livre do trânsito e do estresse da cidade” e “ar poluído”, mas também pelo o que encontraram disponível no novo local, como a proximidade da natureza, da floresta e contato com a terra e água limpa. As respostas, de modo geral, nos permitem afirmar que, segundo a percepção das/os migrantes, o novo local de residência no meio rural garante uma qualidade ambiental superior daquela que experimentaram no meio urbano.

Figuras 4.2 e 4.3: Paisagem e recursos naturais de uma unidade produtiva de novas/os agricultoras/es



Fonte: fotos enviadas pela/o informante da unidade 3

Como mencionado acima, das/os dezoito participantes, catorze moravam na unidade produtiva no momento da pesquisa, enquanto quatro não moravam.

Numa escala de 1 a 5 para adaptação à vida local, sendo 1 nem um pouco adaptado e 5 plenamente adaptado, doze pessoas indicaram estar plenamente adaptadas, dentre as quais quatro afirmaram não ter nenhuma dificuldade em viver nesse local. Obtivemos duas respostas diferentes quanto ao nível de adaptação (uma no nível 3 e uma no nível 4), cujas pessoas, sinalizaram que a principal dificuldade de viver nesse local refere-se a baixa qualidade das estradas, indicando um fator estrutural mas também ambiental desfavorável. A acessibilidade também foi mencionada como uma dificuldade por três pessoas que disseram estar plenamente adaptadas, enquanto a distância de um “Centro maior/mais completo” (citação direta da/o respondente) e a distância da família foram mencionados por outras duas. Uma pessoa indicou que o volume de trabalho também é uma dificuldade. Quatro pessoas incluíram, entre as suas dificuldades, a relação com os vizinhos, como pode ser visto através dos comentários transcritos aqui:

- a) “vizinhos motocrosseiros com escapamento infernalmente alterados!”;
- b) “A outra vizinhança”;
- c) “a maneira diferente da vizinhança (pelos visto a maioria das pessoas no meio rural) de se relacionar com o meio ambiente e seus habitantes”;
- d) “poucas pessoas engajadas na agroecologia e o conservadorismo, machismo e preconceito das pessoas”.

Apesar do tom negativo, os dois primeiros comentários foram feitos por pessoas que informaram na sequência que entre os benefícios de morar no local, está a integração comunitária e a vizinhança, respectivamente, o que pode significar que nem tudo nessas relações é tão ruim ou que há uma diferenciação entre as pessoas do local, que infelizmente não pudemos apurar em profundidade. Já observando mais atentamente os dois últimos comentários, fica mais claro que há uma certa concepção por parte destas pessoas de como deveria ser o meio rural e a relação das pessoas com o meio ambiente, provavelmente baseados em uma visão urbano-centrada.

Entre as quatro pessoas que indicaram não morar na unidade de produção, uma informou que vai ao local todos os dias, percorrendo uma distância de cerca de 29 quilômetros¹²³ em relação ao seu município de residência (58 km se considerarmos ida e volta). Duas pessoas informaram ir até a unidade algumas vezes por semana, uma delas percorrendo 14 quilômetros (ou 28 km) e a outra cerca de 63 quilômetros para chegar até o local (ou 126 km). A pessoa que menos vai à unidade, ou seja “apenas algumas vezes por ano”, é a que mora mais distante do local da produção, a cerca de 120 km. Essa pessoa afirmou que morou no local por cerca de cinco anos, mas optou em acompanhar a esposa quando esta mudou-se para outro município, reforçando a importância da organização em pares (casais) para a permanência na unidade.

A pessoa que mora mais perto da unidade de produção foi a única a informar que talvez algum dia decida por morar no local, enquanto todas as outras afirmaram esse desejo. É provável que essa resposta tenha sido dada porque a unidade em questão não é própria, mas arrendada, o que pode sinalizar uma dificuldade de estabelecer planos e projetos a longo prazo. Os que desejam mudar-se para a unidade são proprietários da terra, item que será aprofundado adiante, e os impedimentos para efetivar esse desejo relacionam-se às questões de saúde na

¹²³ A quilometragem foi calculada pela autora tendo como base os municípios informados, não a localização exata da moradia e da unidade produtiva.

família e às atividades dos outros membros da família, como trabalho do cônjuge e escola das/os filhas/os. Em todos os casos há alguém que cuida e/ou trabalha na unidade durante a ausência das/os respondentes.

4.1.2 Escolaridade, profissão anterior e auto identificação em relação à atividade agrícola

Em acordo com o que foi observado em outras pesquisas sobre esse tipo de fenômeno, a média escolar das/os novas/os agricultoras/es participantes dessa pesquisa é bastante superior à média nacional e estadual para a área rural, mas também para a área urbana. Doze dos dezoito informantes completaram o ensino superior, com a metade desses com títulos em pós-graduação (quatro títulos de mestrado e dois de doutorado). De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), apenas 0,20% das pessoas no meio rural tinham completado o nível superior no Brasil, chegando esse índice a 0,37% no estado catarinense. Entre a população urbana, a porcentagem era de 8,11% e 9,32% respectivamente. Os dados nos permitem concluir que o processo migratório analisado mobiliza especialmente uma classe social mais elevada do que aquela que participou do êxodo rural nas décadas anteriores.

Quanto às atividades profissionais realizadas antes do trabalho agrícola, e/ou mantidas concomitantemente, encontramos uma diversidade de campos, destacando-se especialmente a atividade docente, em cinco casos (dois enfatizaram ser no ensino superior), e na área da agronomia, com quatro indicações, a maioria dos quais formados pela Universidade Federal de Santa Catarina. Essa informação nos confirma a importância dessa instituição para a atração de estudantes e professores de outras regiões e estados para Florianópolis, alguns dos quais, posteriormente, seguiram para o meio rural próximo¹²⁴.

Além das atividades acima mencionadas, também apareceram jornalista e editor, assistente social, revisora de calçados, estudante, artista, fotógrafo, administrador, consultor financeiro, técnico de laboratório, eletrotécnico, empresária.

¹²⁴ A UFSC foi fundada em 1960 na capital catarinense, sendo a única instituição de ensino superior federal por muitas décadas. Apenas a partir da segunda metade dos anos 2000 passou por um processo de interiorização, abrindo campi em outras regiões do estado, baseado, sobretudo, nas suas “vocações econômicas”.

Das dezoito pessoas, doze informaram que não exercem mais a profissão ou atividade anterior. Destas, nove se dedicam exclusivamente às atividades da unidade agrícola, dois estão aposentados e um não informou o motivo. Entre os seis que mantêm algum vínculo com a atividade profissional anterior, três são pessoas formadas em agronomia que atuam em atividades de assistência técnica e extensão rural¹²⁵.

Entrando no tema da identificação profissional em relação à atividade agrícola, nos interessou saber quais categorias eram mobilizadas pelos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, a partir dos contatos iniciais realizados no levantamento de campo, elencamos no questionário seis categorias que apareceram mais frequentemente para referir-se às/aos novas/os agricultoras/es, a saber: a) agricultor/a; b) produtor/a rural; c) empresário/a rural; d) trabalhador/a rural; e) camponês/a; f) neo rural¹²⁶. Dentre elas, as/os respondentes deveriam escolher aquela ou aquelas opções com a qual mais se identificavam ao definir-se em relação à atividade agrícola.

Doze dos dezoito respondentes assinalaram apenas uma categoria. As opções indicadas foram: “agricultor/a”, em quatro casos, “produtor/a rural” e “neo rural” com três indicações cada, “empresária/o rural” com uma indicação e “colono”, que foi adicionado na opção “outros” por um respondente.

Essa última categoria incluída pelo respondente nos pareceu bastante curiosa devido ao caráter polissêmico do termo. Em um sentido, o termo é utilizado como um sinônimo de camponês na região Sul do país (BRANDEMBURGO, 2010), o qual é frequentemente entendido como o migrante europeu, especialmente alemão e italiano, que participou dos projetos estatais de colonização nessa região nos séculos XIX e XX, diferenciando-se dos nativos brasileiros, chamados de “caboclos”¹²⁷ (SEYFERTH, 1992). Em tal sentido, “a identidade desse campesinato tem como suportes fundamentais o pioneirismo dos antepassados, a propriedade privada da terra, o trabalho familiar e a policultura” (*ibidem*, 1992, p. 4). Voltando especificamente para a resposta do participante da nossa pesquisa, verificamos que

¹²⁵ Apesar de um agrônomo não ter indicado que mantém atividades profissionais nesse campo, outra informante indicou que eventualmente contrata seus serviços de consultoria privada. Ou seja, podemos considerar que os quatro sujeitos agrônomos dedicam-se mesmo que parcialmente e/ou pontualmente à extensão rural.

¹²⁶ Além dessas, deixamos uma sétima opção em aberto, caso houvesse outro termo não previsto.

¹²⁷ Giralda Seyferth (1992) afirma que a categoria colono também era utilizada para diferenciação em relação a identidade de “operário” (trabalhador assalariado), o que, “paradoxalmente, também marca um grande número de pessoas classificadas como colonos” (*ibidem*, 1992, p. 3)

o município em que está situada sua unidade produtiva, é remanescente de uma Colônia Nacional fundada em 1860. Diferente de outras colônias da região, porém, sua ocupação inicial foi majoritariamente por luso-brasileiros, havendo o incremento no número de imigrantes europeus devido a migrações internas de colônias próximas (BISSIGO, 2009). Consideramos possível que a auto identificação do respondente corresponda com a identificação dos demais agricultores e agricultoras da região em que está localizado, buscando uma aproximação aos mesmos no sentido proposto por Emirbayer (1997) de que “as identidades individuais se constituem dentro de “círculos de reconhecimento”.

Observando também as respostas daquelas/es que indicaram mais de uma opção, notamos que os três termos mais frequentes foram “agricultor/a”, somando oito indicações, “neo rural”, com sete indicações e “produtor/a rural” com seis indicações. Essas respostas coincidem, respectivamente, a) com o termo central escolhido para categorizar as experiências nesta tese (agricultoras/es), b) com o termo mais comum na literatura acadêmica para definir as/os migrantes (neorurais) e c) ao termo utilizado no cadastro que tomamos como base na pesquisa exploratória (produtores). Apenas uma pessoa indicou identificar-se enquanto trabalhador/a rural (combinado com agricultor/a), sendo esta a única vinculada ao assentamento da reforma agrária e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

4.2 Sobre as unidades produtivas

Nesse tópico iremos apresentar e analisar as informações coletadas acerca das características das unidades produtivas conduzidas por novas/os agricultoras/es de origem urbana, como por exemplo a localização das unidades e o regime de posse da terra; as principais características de atração para determinadas unidades e regiões; a estrutura física e material disponível e acessada; os principais investimentos referentes à unidade a à produção, por exemplo.

Essas observações levam em conta o local de residência, pois como já indicado, na maioria dos casos, a unidade produtiva também é o local de moradia fixa/principal das/os participantes da pesquisa, embora não seja para todas/os.

4.2.1 Localização das unidades e regime de posse da terra

As 17 unidades produtivas participantes da segunda etapa da pesquisa estavam distribuídas em onze municípios da Região da Grande Florianópolis. Destas, catorze informaram estar na área rural do município, das quais treze afirmaram pagar ITR (Imposto Territorial Rural). As respostas divergem apenas para as três unidades localizadas no município de Florianópolis, visto que oficialmente não há mais áreas rurais neste município de acordo com o Plano Diretor de 2014¹²⁸ (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2014). Nesse sentido, uma das unidades informou estar em área urbana e por isso, contribui através do IPTU, e outra em área de conservação ambiental (sem pagamento de imposto territorial). Não tivemos essa informação sobre a terceira unidade.

Recuperando as informações da pesquisa exploratória sobre esse ponto, das 148 pessoas que responderam essa questão, 131 afirmaram pagar o ITR, onze pagavam o IPTU¹²⁹, enquanto seis pagam ambos, um referente à casa (IPTU) e outro ao terreno (ITR). Notamos que apenas os moradores da capital catarinense utilizaram a opção “outros” para tentar explicar as peculiaridades do local, às vezes referenciando o Plano Diretor, como por exemplo: a) “Apesar de ser zona rural, pago IPTU”; b) “Legalmente zona urbana, mas pago ITR”; c) “Ambos, depois da mudança do plano diretor do município”; d) “imóvel está em local de características rurais mas é considerado urbano (divergências do plano diretor)”¹³⁰.

Essas divergências sinalizam contradições e interesses envolvidos nas definições legais dos espaços, como por exemplo, a disputa pela competência tributária entre município e União, ou a definição pelo Estado da vocação econômica da região. O primeiro caso refere-se ao fato de que os municípios têm o poder de

¹²⁸ O território foi categorizado em a) Macro Áreas de Usos Não Urbanos (sub categorizados como Área de Preservação Permanente - APP; Unidade de Conservação (UC); Áreas de Elementos Hídricos - AEH), b) Macro Áreas de Transição (subdivididas em: Áreas de Preservação com uso limitado - APL; *Área Residencial Rural* - ARR; Área de Urbanização Especial - AUE), c) Macro Áreas de Usos Urbanos.

¹²⁹ Das quais oito eram de Florianópolis, uma de Palhoça, uma de São José e uma de Paulo Lopes.

¹³⁰ Recentemente observamos o desenrolar de uma ação judicial impetrada por um agricultor do município de São Paulo contra o Departamento de Rendas Imobiliárias e Secretaria de Finanças daquele município, objetivando a nulidade da cobrança de IPTU sobre o imóvel, uma vez que destinado exclusivamente à exploração agrícola. A decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi favorável ao agricultor, baseado em jurisprudência que afirma que o critério da localização do imóvel não é o bastante para definição da competência tributária em última instância, devendo-se ter em conta a destinação econômica. (Acórdão disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decisao-itr-iptu.pdf>, acesso em 09 de novembro de 2021)

definição de suas áreas urbanas e rurais, sendo interessante expandi-las para recolher os impostos da área urbana (IPTU), uma vez que lhe compete. Já nas áreas classificadas como rurais, o destino do imposto territorial (ITR) é a União. Quanto ao segundo caso, bastante específico da capital catarinense, trata-se de uma ação estatal coordenada para criar características e condições para o desenvolvimento de atividades econômicas específicas, como pode ser lido no documento do Plano Municipal de Saneamento Básico (2010)

O pico de crescimento populacional em Florianópolis na década de 1980 foi da ordem de 3,47% a.a em decorrência da expansão acelerada da população urbana que foi de 4,48%a.a, semelhante a da década de 1960 que foi de 4,55% a.a. Essa taxa foi provocada pela *expansão da atividade turística nos balneários na década de 80*, que foi refletida na *inclusão de antigas comunidades agrário-pesqueiras como balneários urbanos*” (p. 10, grifo nosso)

Nesse trecho percebemos aquilo que a geógrafa Ana Fani A. Carlos (2003) quer dizer quando afirma “que estamos diante da produção do espaço pela sociedade e sob a égide do Estado esta produção ganha um caráter estratégico” (p. 182), sendo o Estado responsável por impor as relações de produção no espaço. Com a supressão artificial das áreas rurais do município, tanto as/os moradoras/es como as/os trabalhadoras/es rurais perdem apoio em suas demandas específicas, ficam desprotegidos da especulação imobiliária predatória, entre outras questões.

O reconhecimento antecipado desse tipo de situação também influenciou na escolha do termo utilizado nesta tese para indicar o grupo pesquisado: “novas/os agricultoras/es” ao invés de neorurais. Ou seja, tínhamos em conta que os partícipes do setor agroalimentar de base ecológica da Região da Grande Florianópolis não estavam limitados ao espaço rural, mas dispersos em territórios em disputas conceituais, legais e de uso¹³¹.

Quanto ao regime de posse da terra, obtivemos informações de dezesseis unidades produtivas. Dentre elas, dez eram propriedades adquiridas por meio de compra individual e uma era herança da família, o que sinaliza o caráter predominantemente individual (no máximo familiar) do fenômeno. Duas experiências são mais coletivas: uma é propriedade adquirida em sociedade e outra é concessão de uso pelo processo de reforma agrária via movimento social (assentamento).

¹³¹ Razão pela qual também não optamos por “agricultoras/es urbanas/os e periurbanas/os”.

Entre as unidades que não são propriedades das/os novas/os agricultoras/es, estão duas unidades arrendadas ou alugadas, e uma emprestada.

É necessário investigar mais profundamente os impactos no mercado de terras decorrentes desse tipo de migração analisada, uma vez que é um aspecto praticamente ignorado nas pesquisas brasileiras. Apesar de não termos condições de contribuir especificamente para essa questão a partir dos dados coletados nesta pesquisa, consideramos válido apresentar alguns pontos sugeridos pela antropóloga argentina Julieta Quirós (2019) acerca da região das Serras de Córdoba. Segundo a autora, o neoruralismo na região tem um papel crucial como “força dinamizadora” do mercado de terras “basicamente porque levou à multiplicação e molecularização das interações de oferta, demanda, negociação e compra-venda de (frações de) terras” (*ibidem*, 2019, sem página, tradução nossa). Ou seja, Quirós revela que os migrantes de origem urbana buscam imóveis menores do que investidores imobiliários (também comuns na região do seu estudo), o que tem incentivado os moradores locais a venderem parte das suas propriedades aos primeiros, o que gera efeitos contraditórios. Ou seja, se de um lado é uma oportunidade através da qual as famílias autóctones podem acessar um capital para investimento em bens de consumo duráveis ou em infraestrutura, por outro, a redução da área da unidade familiar dificulta o acesso à terra pelas novas gerações, bem como a realização de um rol de atividades agrícolas tradicionais (produção de aves e gado, plantações para alimentação animal, colheita de lenha, produção de alimentos). Outro aspecto enfatizado por Quirós, é que essas transformações do meio rural aprofundam condições de desigualdade no que tange à regularização de posse da terra e ao acesso e usufruto de espaços e bens comuns de alto valor econômico e social.

4.2.2 Motivo da escolha da região e características de atração da unidade

Perguntamos às/aos participantes da pesquisa os motivos pelos quais elas/es optaram por determinada região para instalar seu projeto produtivo, tendo recebido respostas de dezesseis pessoas. Oito dessas pessoas mencionaram, entre outros motivos, a proximidade com Florianópolis. Isso nos remete a Maria José Morillo Rodríguez (2013), que em sua pesquisa sobre o fenômeno migratório de origem urbana com destino rural em Andaluzia (Espanha) chamou a atenção de que

mesmo quando o discurso engendrado pelos migrantes é de rompimento com a cidade, na verdade, trata-se mais de um afastamento, físico e simbólico, uma vez que a consideram como necessária. Em suas palavras, “em alguns casos, não mostram uma rejeição absoluta da cidade, mas ficam “encantados” que a cidade esteja ali, por perto e que possam aproveitá-la para ir com regularidade, principalmente para fazer compras, ou desfrutar certos serviços” (p. 786, tradução nossa).

Nesse sentido, perguntamos com que frequência as/os informantes costumavam ir a um município maior ou ao centro (no caso daqueles que moram em Florianópolis). Dos dezesseis respondentes, um informou que vai todos os dias, sete informaram ir uma vez por semana, uma pessoa disse ir mais de uma vez por semana, duas indicaram ir uma vez por mês e cinco pessoas costumam ir mais de uma vez por mês. Nas faixas de frequência mais espaçadas (mais de uma vez por ano, uma vez por ano, nunca), não houveram indicações, reafirmando que a cidade/centro é um ponto de referência essencial, sendo visitada em base semanal pela maior parte das/os novas/os agricultoras/es investigadas/os.

Dentre as opções de motivos¹³² que fazem com que as /os novas/os agricultoras/es tenham que ir à cidade ou a um centro urbano com frequência, o mais indicado foi a compra de itens pessoais e domésticos, o que corresponde à observação feita por Morillo Rodríguez. Sete informaram que vão com alguma frequência à cidade para visitar família e amigos e cinco para ter acesso a serviços de saúde. Três pessoas especificaram passeio e lazer, enquanto duas vão para trabalhar (uma delas também vai estudar). Quanto às idas para atividades relativas à unidade, dez pessoas indicaram que vão com frequência à cidade para entrega ou comercialização da produção, e nove enfatizaram a compra de itens para a produção e unidade produtiva. A maioria das pessoas escolheu uma combinação de motivos pessoais e relacionados à unidade produtiva, mas três pessoas escolheram apenas as opções relacionadas à unidade produtiva (compra de insumos, comercialização, etc), enquanto quatro pessoas indicaram apenas motivos pessoais.

¹³² As opções no questionário, com possibilidade de múltipla escolha, eram: trabalhar; estudar; levar filhas/os na escola; serviços de saúde; passeio e lazer; visitas a família e amigos; entregar e/ou comercializar a produção; compras de itens pessoais e domésticos; compras de itens para produção e a unidade; outros (ver Apêndice B)

Esses dados evidenciaram que além da manutenção de relações pessoais e do acesso aos recursos e serviços encontrados mais frequentemente no meio urbano, a proximidade das cidades viabiliza a própria atividade agrícola, seja para a compra de insumos ou para a participação em circuitos de comercialização. Além disso, essa adjacência possibilita a realização de outras atividades no espaço rural, como o turismo ou esportes, por facilitar o acesso dos clientes. Essa intenção de combinar “o melhor dos dois mundos” foi expressa por um participante em nossa pesquisa:

Pergunta: Por que escolheu este local/região?

“A região por ser relativamente próxima a capital (escoamento dos orgânicos produzidos por nós; intenção de explorar a atividade de turismo rural; proximidade com os parentes), porém com características de interior bem marcada (atividade humana descentralizada; pouco fluxo de pessoas; grande parte da população trabalha com agricultura; população muito entrosada;...)” (informante unidade 4)

Ainda quanto aos motivos de escolha da região, também foram mencionadas relações pessoais de interconhecimento. Entre elas, há uma situação vinculada à relação conjugal (uma das pessoas do casal já morava no local, tendo origem rural), e outra de amizade. Também nesse contexto, duas experiências informaram a importância do interconhecimento com o proprietário anterior da unidade, o que facilitou o acesso ao imóvel (um por meio de compra individual, outro por arrendamento). Outras motivações correspondem ao preço da terra (dois casos), local de origem da família (um caso), processo da luta pela terra (um caso) e as condições climáticas e naturais favoráveis em quatro casos.

Quanto às características de atração para a unidade específica, a facilidade de acesso foi novamente citada como aspecto decisivo para sete informantes, os quais enfatizaram a proximidade com o mercado consumidor, com a capital, mas também a qualidade das estradas (pavimentada). O preço da unidade e a existência de uma infraestrutura básica, especialmente de casa residencial, foram aludidas pontualmente. Além disso, e como já reportado em tópico anterior, catorze pessoas mencionaram o acesso aos recursos naturais de modo geral, especificando água e nascentes dentro da unidade produtiva (cinco indicações), floresta (uma indicação) e incidência de sol em abundância (uma indicação). Tais características ambientais estão diretamente relacionadas às necessidades das atividades agrícolas, mesmo no caso da floresta, pois a agrofloresta foi indicada como uma das modalidades

desenvolvidas nessa unidade, embora também sejam

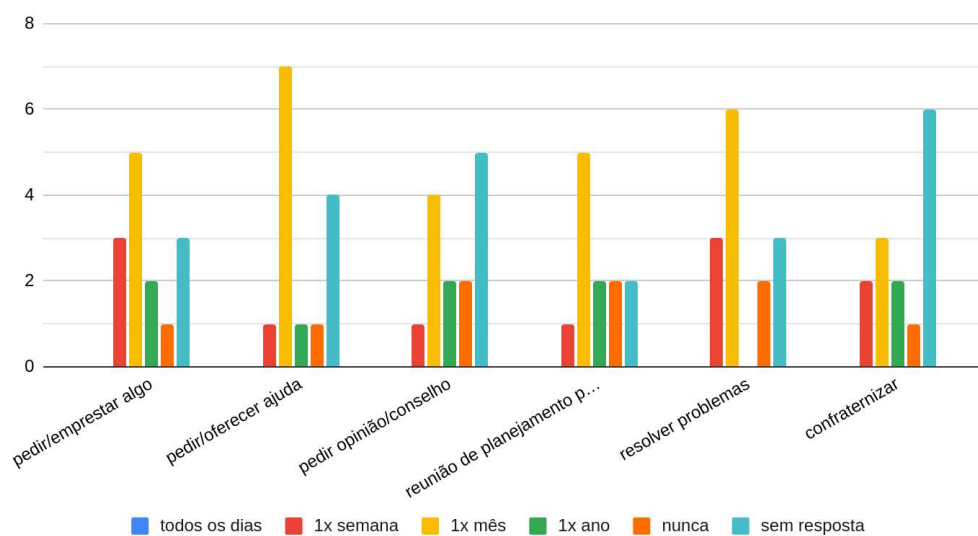
Outras indicações, como proximidade da natureza, existência de áreas preservadas e belezas naturais do local sinalizam também aspirações estéticas e ambientais específicas, as quais podem estar diretamente vinculadas às atividades desenvolvidas. Ou seja, nessa perspectiva os fatores ambientais parecem ser considerados necessários de formas variadas e mais amplos do que tradicionalmente, uma vez que além dos recursos naturais comuns e essenciais à produção agrícola e ao extrativismo, esses fatores ambientais citados produzem paisagens e experiências específicas e diferenciadas daquelas possíveis no ambiente urbano, sendo um atrativo extra para clientes que vão para passar o dia, fazer um lanche ou comprar no local. No entanto, mais do que a venda de produtos e serviços, essas interações no próprio local também servem como divulgação de um determinado estilo de vida possível e desejável, alimentando sonhos e embasando projetos futuros.

4.2.3 Relações com a comunidade no entorno

A relação com a comunidade local pode ser um fator positivo ou negativo para a experiência das/os novas/os, como vimos no tópico anterior. Nesse sentido, buscamos verificar a frequência de relacionamento através de uma questão em grade¹³³. Separamos as respostas entre os que moravam e os que não moravam na unidade no momento da pesquisa para verificar se havia alguma diferença na frequência de relacionamento com a vizinhança, como pode ser visto nos gráficos abaixo:

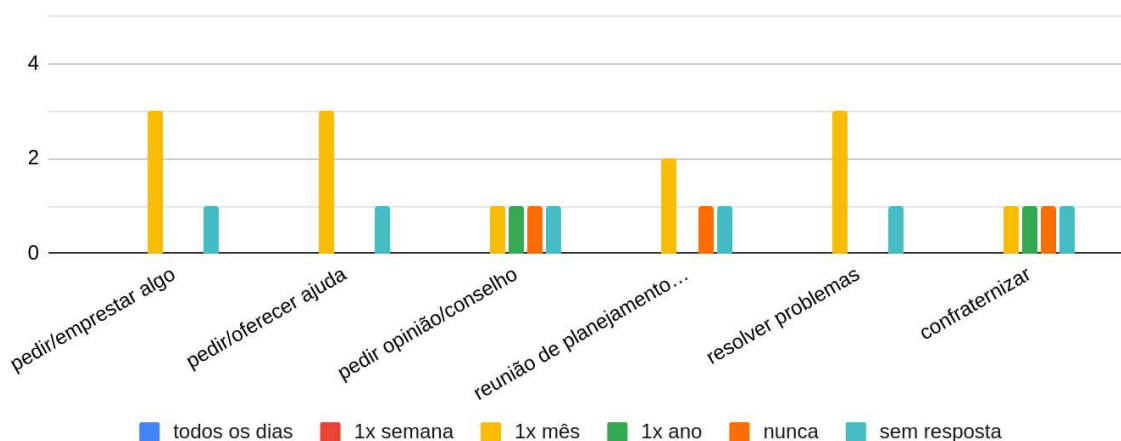
¹³³ A sentença inicial da questão era “com que frequência você se relaciona com seus vizinhos da unidade produtiva para...”. Nas linhas constava as variáveis a) pedir/emprestar algo (para uso pessoal ou produtivo); b) pedir/oferecer ajuda; c) pedir opinião/conselho; d) reunião de planejamento produtivo; e) resolver problemas; f) confraternizar; e nas colunas as variáveis de frequência (todos os dias, pelo menos uma vez por semana, pelo menos uma vez por mês, pelo menos uma vez por ano, nunca). A/o respondente (dezoito pessoas) deveria marcar a opção que correspondesse às suas experiências, mas não era obrigatório assinalar qualquer resposta, de modo que notamos que a maioria assinalou apenas as opções em que tinham algum contato (poucos usaram a opção “nunca”).

Gráfico 4.1: Frequência de interação das/os novas/os agricultoras/es que moram na unidade produtiva com a vizinhança



Fonte: produção própria.

Gráfico 4.2: Frequência de interação das/os novas/os agricultoras/es que não moram na unidade produtiva com a vizinhança



Fonte: produção própria.

De modo geral, notamos que ninguém mantém um contato diário com a vizinhança. Os que não moram na unidade também informaram não manter contatos semanais, embora entre as pessoas que moram na unidade há algumas interações nessa frequência, especialmente para pedir algo emprestado e resolver problemas (ambas com três indicações), bem como confraternizar (duas indicações).

A frequência de contato mais comum com a vizinhança é mensal, tanto daquelas/es que moram como os que não moram na unidade. Somados, dez pessoas informaram se reunir pelo menos uma vez por mês com os vizinhos para

pedir ou oferecer algum tipo de ajuda, nove para resolver problemas comuns, oito para pedir ou emprestar algo, sete para fazer planejamento produtivo, cinco para pedir opiniões e conselhos e quatro para confraternizar.

Quanto aos casos específicos, nos chamaram a atenção as respostas de duas pessoas. Uma delas porque assinalou a opção “nunca” em todas as alternativas. Essa pessoa é uma das três cuja unidade produtiva é em Florianópolis, em área considerada urbana (embora com características rurais). Recuperamos nosso diálogo na etapa exploratória da pesquisa e outras informações prestadas para entender um pouco mais essa realidade. Não podemos deixar de considerar esse um caso especial, visto que se trata de uma unidade dedicada especialmente à produção frutífera, que, como já comentado, é uma modalidade que pode exigir, de um lado, mais tempo entre a sua implantação e a produção de fato, mas por outro, menos processos diários que a horticultura, por exemplo. De acordo com a informante, a terra foi herdada da família nas condições atuais de produção, ou seja, as “árvores já existiam” antes da exploração econômica da atividade, sendo que apenas há alguns anos o casal decidiu comercializar as frutas que eram produzidas ali, as quais até então serviam apenas para o autoconsumo familiar. Além disso, a informante dessa unidade relatou ter feito os menores investimentos - apenas caixas de feira para comercialização - visto que a unidade já tinha tudo o que era necessário. Com essas observações, supomos que a falta de relacionamento com a vizinhança, ao menos nos termos colocados nessa pesquisa, não são tão importantes ou necessários porque a produção ocorre de maneira mais independente. Também pode estar relacionado ao fato de não haver vizinhos que produzam o mesmo ou pelo menos não em base ecológica (na pesquisa exploratória conseguimos contato com oito unidades neste município, de pessoas com ou sem experiência anterior em atividade agrícola, mas apenas essa está localizada nessa região da ilha).

Outro caso que nos toca comentar, foi de uma pessoa que preferiu não responder nenhuma das alternativas, tendo feito o mesmo na questão sobre participação em algum grupo ou associação (embora tenha informado que frequentemente compra alimentos orgânicos dos vizinhos). Esse caso refere-se à única pessoa dessa etapa da pesquisa não certificada por um mecanismo participativo, mas por auditoria externa especializada em uma modalidade de agricultura (biodinâmica), a qual o informante faz questão de reforçar ser “a forma

mais pura da agricultura orgânica”. Pode ser que haja um certo isolamento - intencional ou não - em relação à vizinhança, uma vez que essa unidade era a única cuja condução é realizada por alguém com origem urbana (conforme dados coletados na pesquisa exploratória)¹³⁴. Além disso, não podemos deixar de notar que essa unidade difere-se bastante das demais experiências do município, uma vez que investe em divulgação focada no público urbano para a promoção de atividades diferenciadas de turismo rural, bem como na produção e comercialização de alimentos que não são comuns na região, tendo o dobro de produtos certificados que os demais agricultores do município, conforme verificado no levantamento de campo.

4.2.4 Tamanho das unidades e área utilizada para cultivos

De acordo com as dezesseis respostas dos questionários, a área média das unidades era de 29,77 hectares, totalizando 476,4 hectares. No Brasil, além da dimensão objetiva da área em hectare¹³⁵, é necessário considerar a dimensão relativa da mesma, contabilizada como “módulo fiscal”, o que é definido a partir da região em que se localiza o imóvel e das atividades produtivas desenvolvidas localmente. Essa noção foi introduzida pela Lei n 6.746/1979 com o objetivo de regular direitos e obrigações concernentes à promoção da Política Agrícola e Reforma Agrária. De acordo com a Embrapa,

“Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>

¹³⁴ Entre o período da pesquisa exploratória e a segunda etapa, aqui enfatizada na análise, outro novo agricultor mudou-se para esse município.

¹³⁵ Um hectare equivale a 10.000m²

Observando as diferenças no tamanho do módulo fiscal definidos para cada município¹³⁶, calculamos que oito unidades têm até um módulo fiscal, ou minifúndio, conforme definido no artigo 4 da Lei nº 8.629/1993 (BRASIL, 1993). Três unidades têm até 2 módulos fiscais, duas unidades têm até três e outra até quatro módulos fiscais cada. Assim, somam-se seis unidades definidas como “pequenas propriedades”¹³⁷. Três unidades se categorizam como “médias propriedades”, pois tem mais de 4 módulos fiscais, sendo o assentamento da reforma agrária a maior unidade com 130 hectares (equivalente a 7 módulos fiscais naquele município), utilizados, porém, por oito famílias.

Quando analisamos as informações dos dez planos de manejo recebidos, o tamanho das unidades diverge um pouco do que nos foi informado via questionário em seis unidades, as quais aparecem menores no plano de manejo. Ou seja, somando a área indicada no questionário, as unidades dos dez participantes que nos enviaram o Plano de Manejo totalizam 159,2 hectares, enquanto pelo plano de manejo são 90,41 hectares.

A análise destes planos de manejo nos permitiram também captar alguns detalhes interessantes, como o fato de que em sete unidades a área protegida (APP + reserva legal + matas nativas, lagoas naturais) é maior do que a área utilizada para os cultivos orgânicos (cultivos anuais e perenes + sistemas agroflorestais + reflorestamento + florestamento + pastagens + áreas de pousio)¹³⁸. Além disso, considerando apenas as informações do plano de manejo, dez unidades utilizam, juntas, 27,87 hectares para a produção orgânica, resguardando 62,54 hectares de áreas preservadas. Nenhuma dessas unidades mantém produção do tipo convencional.

¹³⁶ Assim, dos onze municípios em que novas/os agricultoras/es participantes da pesquisa, Florianópolis é o que tem o menor módulo fiscal, equivalente a 7 hectares. Em dois municípios, Paulo Lopes e Biguaçu, 1 módulo fiscal equivale a 12 hectares. Nos demais municípios, Alfredo Wagner, Major Gercino, Angelina, Rancho Queimado, Anitápolis, São João Batista, Águas Mornas e São Bonifácio, um módulo corresponde a 18 hectares.

¹³⁷ Utilizamos o termo “propriedades” aqui porque é como está no documento legal, embora tenhamos preferido utilizar “unidades produtivas” uma vez que há diferentes formas de acesso à terra, não sendo todas propriedades das/os agricultoras/es.

¹³⁸ Essas categorizações são do próprio plano de manejo padrão da Ecovida.

4.2.5 Estrutura física/material da unidade

Em tempos “normais” (em contraposição ao período pandêmico), realizaríamos uma visita *in loco* na unidade, onde iríamos reparar na estrutura física disponível, bem como os artefatos usados no local. Para Niederle e Wesz Júnior (2018, p. 67) os artefatos são definidos como “todas as entidades materiais que contribuem à conformação e estabilização das práticas de produção e consumo”. Nesse sentido, a consideração analítica das “coisas” disponíveis na unidade produtiva é essencial porque elas afetam diretamente as trajetórias sociotécnicas e as práticas sociais, reforçando a noção de que “não existem práticas sociais conformadas apenas por objetos, mas poucas práticas são levadas a cabo sem eles” (*ibidem*, 2018, p. 68).

Nesse sentido e tentando minimizar os prejuízos da mudança metodológica de coleta de dados, solicitamos que as/os participantes da pesquisa nos informassem sobre os equipamentos, dispositivos e estruturas disponíveis nas suas unidades produtivas a partir de uma lista de dezesseis itens. Para essa elaboração, partimos dos itens mais comumente encontrados nas unidades produtivas da região, mas também agregamos outros mencionados em pesquisas específicas junto a novas/os agricultoras/es (VENTURI, 2020), de modo que chegamos às seguintes opções: sistema de irrigação; estufa; trator; cozinha industrial; galpão de armazenamento; freezer (horizontal ou vertical, mas separado do refrigerador); veículo de trabalho; veículo de passeio; internet wireless; painéis solares; poço artesiano; banheiro seco; composteira; galinheiro; ordenhadeira mecânica; e gerador de energia elétrica.

Dentre estes, notamos que o único item presente em todas as unidades respondentes é a internet (*wireless*), que como já visto na etapa comparativa entre os agricultores de origem rural e urbana, é um importante meio para divulgação das atividades e dos produtos. Além disso, a internet é indicada como principal meio de contato com os consumidores, família e amigos.

Doze das dezesseis unidades que responderam essa questão, informaram ter veículo de passeio, e onze afirmaram ter veículo específico para trabalho, sendo que seis têm as duas opções e todas têm ao menos uma das opções. Um dos informantes reforçou que acessou uma modalidade do Pronaf para a aquisição do

veículo para transporte de mercadorias, mas como veremos adiante, o acesso a políticas públicas ainda é excepcional entre as/os novas/os agricultoras/es.

Quanto aos itens vinculados diretamente à produção primária vegetal, onze unidades contam com sistema de irrigação, dez fazem compostagem, oito têm galpões de armazenamento, sete têm trator a disposição, seis relataram ter estufa para a produção e em três unidades há poço artesiano (não especificado se para consumo da produção ou uso pessoal).

Figura 4.4: Estufa em unidade produtiva



Fonte: Foto enviada pela/o informante da unidade 8

Além disso, cinco novas/os agricultoras/es indicaram ter freezer separado da geladeira na unidade, sendo que quatro deles moram no local. Chamamos atenção para esse item por ser um artefato que permite a conservação dos alimentos por mais tempo, seja para consumo ou para futuro processamento e/ou comercialização dos mesmos, sendo bastante comum nas casas da região rural de Santa Catarina¹³⁹. Essa baixa frequência entre as/os novas/os agricultoras/es nos sugere

¹³⁹ Por outro lado, observamos através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE, 2001; 2015) que em quinze anos houve uma queda de cerca de 10% nos domicílios catarinenses que tinham freezer em casa (de 47,05% para 37,32%) (fonte: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=0&vcodigo=PD277&t=domicilios-particulares-permanentes-posse-freezer>). Embora os dados do IBGE não nos permitam verificar essas informações separadas para rural e urbano, nossa hipótese é de que essa queda esteja mais relacionada às transformações do meio urbano, como o aumento da rede de supermercados e a mudança do comportamento dos consumidores (compras menores, sem formação de estoque pessoal), a redução no tamanho das famílias, mas também dos espaços domésticos, o que pode ter favorecido a popularização dos eletrodomésticos combinados.

pelo menos duas possibilidades: uma de que não há grande produção a ser armazenada e outra de que há rápida saída dos produtos.

Outros itens de baixa frequência entre as/os participantes da pesquisa foram cozinha industrial e ordenhadeira mecânica, itens indicados uma vez cada. Isso pode estar relacionado ao fato de termos priorizado as unidades dedicadas à Produção Primária Vegetal (PPV) durante a etapa de levantamento de campo a partir do CNPO, evitando assim as unidades dedicadas exclusivamente ao processamento ou a produção primária animal (PPA). Apesar disso, onze informantes disseram ter galinheiro na unidade¹⁴⁰.

Destacamos ainda que a utilização de vários desses itens mencionados na pesquisa só é possível onde há disponibilidade de energia elétrica (Schaeffer *Et al.*, 2003). Como colocado por Buainain (2006), a energia elétrica é um

(...) insumo-chave para a adoção de técnicas de produção e de conservação dos produtos para o bem-estar das famílias. A disponibilidade de energia facilita a irrigação, o uso de máquinas de beneficiamento, a capacidade de aprendizagem (por causa da luz), entre outros benefícios. (*ibidem*, 2006, p. 32)

Sabendo, porém, que todas as unidades tinham acesso a rede convencional de distribuição de energia, questionamos sobre a existência de formas alternativas de geração de energia. Entre as dezessete unidades, duas informaram ter gerador de energia e uma dispõe de painéis solares. A baixa presença desses itens nos sugere que não há dificuldades significativas de acesso à rede de energia elétrica fornecida pelos municípios, o que pode ocorrer pela proximidade dessas unidades às áreas urbanas ou pela expansão da rede de energia nas zonas rurais nas últimas décadas, especialmente a partir de 2004 com o Programa Luz para Todos, do Governo Federal. Segundo informações da Empresa Brasil de Comunicação (AGÊNCIA BRASIL, 2005), até agosto de 2005 o governo federal havia repassado R\$ 1,5 milhões para obras no estado Catarinense, atendendo assim 8.384 domicílios e cerca de 42 mil pessoas. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 170.809 estabelecimentos agropecuários catarinenses (93,30%) tinham acesso a energia elétrica.

¹⁴⁰ Entendemos que criação de aves pode ser mais comum devido ao custo de investimento inferior se comparado a gado de leite e/ou corte.

Como dito, criamos a lista de itens a partir das nossas experiências em outras pesquisas no meio rural catarinense, mas também a partir da experiência de outras/os pesquisadores especificamente em investigações sobre novas/os agricultoras/es migrantes do meio urbano. Um dos itens que adicionamos a partir da “sugestão” de outras pesquisas, foi o banheiro seco, que foi observado em cinco das dez unidades de “neorurais permacultores” investigadas por Marcelo Venturi (2020) na região Sul do Brasil. Na nossa pesquisa, três das dezessete unidades informaram dispor de banheiro seco, dentre as quais nenhuma indicou praticar especificamente permacultura.

4.2.6 Investimentos realizados e plano de sucessão

Para verificarmos os investimentos realizados nas unidades produtivas solicitamos que as/os novas/os agricultoras/es indicassem quais as maiores ou principais inversões realizadas, se possível, por ordem de importância. Como se tratava de uma questão aberta, fizemos um esforço para reunir as respostas em conjuntos, e observamos que, entre os dezesseis respondentes, cinco indicaram que o maior investimento foi em algum tipo de construção para o trabalho, como galpões, salas de cultivo, estufa ou local para processamento/manipulação dos alimentos. A seguir, com quatro apontamentos, aparece o investimento na formação de pomares, hortas e outros cultivos, e com três apontamentos a construção de casas para moradia.

Figura 4.5: Sala subterrânea para cultivo de cogumelos



Fonte: foto enviada pela/o informante da unidade 10

O investimento em maquinários, como aquisição de trator, ferramentas e instalação de sistemas de irrigação, por exemplo, foi apontado por uma pessoa como o maior investimento realizado, mas por seis outras foi indicado na segunda posição. Dessa forma, entendemos que depois da infraestrutura, esse é o item em que as/os novas/os agricultoras/es da região estudada mais aplicaram.

Considerando todas as respostas, identificamos que dez tipos de investimentos foram citados como importantes e/ou significativos nessas unidades, especialmente no que se refere à atividade agrícola.

Quadro 4.3: Investimentos realizadas pelas/os novas/os agricultoras/es na unidade produtiva

Investimentos mais importantes	Frequência
Infraestrutura de trabalho (galpões, salas de cultivo, estufa, local para processamento, galinheiro, pousada)	9
Maquinário (trator, irrigação)	7
Implantação de pomar, horta ou outros cultivos	4
Veículo de trabalho	3
Construção para moradia	3
Construções não especificada	3
Cercas	3
Terraplenagem e estradas	2
Material para comercialização (caixas de feira)	1
Aquisição de animais (bovinos)	1

Fonte: Produção própria.

Além dos investimentos já realizados, nove pessoas afirmaram ter a expectativa de realizar (novos) investimentos na unidade produtiva nos doze meses seguintes à pesquisa, o que pode ser um indicador de confiança no futuro e na viabilidade dos negócios empreendidos. Por outro lado, cinco pessoas sinalizaram que apenas talvez fizessem novos investimentos, enquanto dois afirmaram que não investiriam ou não pretendiam fazê-lo no próximo ano. No mesmo sentido da leitura anterior, poderíamos considerar que aquelas/es que não têm intenção de aplicar recursos financeiros estejam receosos em relação ao futuro do negócio, mas não descartamos a possibilidade de que talvez não haja condições para aplicação ou mesmo que a situação atual seja considerada adequada.

Uma outra possível fonte de motivação para realizar investimentos na unidade é a possibilidade de haver herdeiros interessados em dar continuidade nas atividades. Assim, perguntamos às/aos participantes se haviam planos de sucessão ou mesmo algum desejo de que alguém da família ou indicado pela pessoa desse continuidade à atividade agrícola desenvolvida atualmente. Oito das dezoito pessoas afirmaram o plano ou desejo de sucessão (embora não saibamos com detalhes se são planos factíveis ou apenas esperanças), seis disseram que não há nenhum plano nesse sentido e quatro não souberam informar. Entre esses últimos, duas pessoas enfatizaram que a escolha caberá aos filhos e filhas, mas que esses,

no momento, não demonstram interesse em trabalhar com a terra, tendo outras atividades profissionais.

A dificuldade de planejar e efetuar a sucessão familiar não se restringe apenas às/aos novas/os agricultoras/es, mas é observada também entre as famílias tradicionalmente alocadas no meio rural e dedicadas ao trabalho agrícola (SILVESTRO, *Et al.*, 2001; STROPASOLAS, 2002). Nestes casos, entre os motivos estão a redução no tamanho das famílias, a busca por melhores oportunidades de trabalho e renda (especialmente em famílias mais pobres e com unidades produtivas pequenas) e a crescente liberdade individual que leva a uma desobrigação moral de continuidade à atividade familiar, por exemplo¹⁴¹. Com isso não estamos afirmando que os filhos e filhas das/os agricultoras/es atualmente têm total liberdade de escolha ou mesmo que suas escolhas sejam bem aceitas pelas famílias, comunidade ou pela sociedade em geral: em muitos espaços para além do âmbito doméstico, se discutem estratégias sobre como “manter” os jovens no campo, discussão essa que não iremos aprofundar aqui. Mencionamos apenas porque, por outro lado, não parece razoável esse tipo de discussão nos meios urbanos, pelo menos não a nível de sociedade. Ou seja, não há apelo para que os filhos de engenheiros sejam engenheiros, ou que os filhos de professores se tornem, necessariamente, professores. Um dos motivos para isso pode estar na própria dinâmica que caracteriza o campesinato, a saber, a articulação das categorias terra, trabalho e família¹⁴² (STROPASOLAS, 2002). No meio urbano, o trabalho não está vinculado da mesma maneira à família e à propriedade, o que permite maior liberdade de escolha individual, inclusive a de se trabalhar com agricultura.

Dessa forma, consideramos que o fato de mais da metade das/os participantes da pesquisa não ter plano de sucessão ou mesmo o desejo de tê-lo reforça o caráter individual do fenômeno. Ou seja, ele é uma escolha particular, cuja pessoa que decidiu por esse caminho não importa-se em que haja continuidade do mesmo após seu afastamento por tratar-se da sua experiência individual. Desse

¹⁴¹ Tais problemas são observados em muitos outros locais. Em texto de 1986 sobre a situação na França, Patrick Champagne (p. 41, tradução nossa) indica que “onde costumávamos falar de “sucessão familiar”, tendemos hoje a falar de “instalação profissional”.”

¹⁴² A atividade agrícola é multidimensional e exige uma série de conhecimentos e habilidades as quais, tradicionalmente, se aprende desde criança, durante a socialização, no dia a dia. Adiante iremos discutir como as/os novas/os agricultoras/es se prepararam para suas experiências.

modo, da mesma forma que foram livres para decidir, expressam a vontade de preservar o direito de liberdade e escolha das suas filhas e filhos.

4.3 O trabalho agrícola e não agrícola desenvolvido nas unidades produtivas

Após as considerações mais específicas sobre as pessoas e suas motivações para adentrar na atividade produtiva e migrar (em alguns casos), e também às características mais gerais das unidades produtivas, voltamos nossa atenção ao trabalho agrícola realizado. Nesse sentido, nesse bloco iremos discutir a intensidade da dedicação às atividades, a contratação de mão de obra externa, os tipos de atividades e as tarefas executadas especialmente pelas novas/os agricultoras participantes da pesquisa, o modo pelo qual elas/es se preparam para assumir suas novas atividades, e o acesso aos serviços de ATER e às políticas públicas para o meio rural e/ou setor produtivo.

4.3.1 Dedicção às atividades da unidade agrícola e outras/os trabalhadoras/es

Como enfatizamos anteriormente, a moradia na unidade produtiva pode ser entendida como uma etapa a mais na experiência das/os novas/os agricultoras/es. Da mesma forma, observamos que o desenvolvimento de atividades agrícolas não foi iniciado imediatamente após a compra ou arrendamento na maioria das unidades investigadas, havendo o que poderíamos denominar como um período de adaptação ou de aprendizagem. Nesse sentido, analisamos a informação sobre quanto tempo as/os novas/os agricultoras/es têm e/ou estão na unidade e o tempo em que produzem na mesma (mesmo sem comercialização) e notamos que cinco dos dezoito respondentes indicaram o mesmo período, enquanto onze pessoas indicaram que demoraram um período entre seis meses e quatro anos para começar a produzir no local.

Quanto ao regime de dedicação às atividades da unidade produtiva, dez das dezoito pessoas que responderam o questionário afirmaram ter dedicação em

tempo integral, sete em tempo parcial e uma que não trabalha na unidade¹⁴³.

A fim de entender o conjunto da força de trabalho da unidade, contratada ou não, solicitamos que os participantes indicassem todas as pessoas que haviam trabalhado na unidade no mês anterior à pesquisa, de acordo com as modalidades estabelecidas. As respostas revelaram que em onze unidades, a/o companheira/o afetiva/o da/o respondente havia trabalhado e em duas delas as/os, além das/os esposas/os, as/os filhas/os também trabalharam. Seis unidades produtivas indicaram que outros moradores do local também trabalharam no mês anterior à pesquisa. Três destas unidades são de pessoas que responderam não morar no local. Notamos, assim, que a maioria das experiências se baseia na mão de obra familiar, especialmente baseada no casal, com alguma participação dos filhos e filhas nas atividades. Tenhamos em conta que treze dos dezoito participantes informaram ter filhas/os, mas em apenas seis casos elas/es ainda moravam com os pais no período da pesquisa, e em dois desses casos, a residência não era na unidade produtiva. Ou seja, das quatro famílias que moram na unidade com os respectivos filhos e filhas, metade delas teve seu apoio nas atividades da unidade.

No caso de trabalhadores externos, três unidades em que os respondentes afirmaram ter dedicação integral à unidade produtiva, indicaram também a contratação formal via CLT, uma com três contratados, uma com dois e uma com um, totalizando seis trabalhadores com carteira assinada. Também trabalhando em tempo integral na unidade, outras três novas/os agricultoras/es indicaram ter tido a colaboração regular de trabalhadores, mas sem CLT: em duas unidades havia uma pessoa contratada cada, e em uma, duas pessoas, totalizando quatro pessoas. Uma pessoa ainda ressaltou que no mês de referência contratou serviços especializados de eletricitistas e pedreiros.

Essa constatação indica que as experiências das/os novas/os agricultoras/es (como a dos agricultores familiares) têm potencial para gerar empregos no meio rural, inclusive de caráter formal, algo não muito comum no meio rural brasileiro, cuja média em 2017 ficou em torno de apenas 10% (BERNARDELLI *Et al.*, 2020). Interessante notar que as unidades que mais contrataram trabalhadores de maneira regular eram aquelas em que os respondentes tinham dedicação integral à unidade,

¹⁴³ Nesse caso, é uma das quatro pessoas que não mora na unidade e a que mora mais longe. Essa unidade fica aos cuidados de outro casal de estrangeiros que mora lá e constam também no CNPO, sendo um de origem urbana. Ambos participaram da pesquisa exploratória, mas a pessoa de origem urbana não pôde participar da segunda etapa da pesquisa por motivos pessoais.

o que pode sinalizar que estes estavam mais engajados no sucesso do seu empreendimento rural. No entanto, caberia aqui investigar mais profundamente quem são as pessoas contratadas para trabalhar em unidades conduzidas por novas/os agricultoras/es, ou seja, se as oportunidades de emprego geradas estão disponíveis para a comunidade local ou se são direcionadas especialmente à interessadas/os de origem urbana¹⁴⁴.

Outras duas práticas comuns no meio rural catarinense apareceram nas respostas sobre mão de obra externa, a saber, a contratação de diaristas e a troca de dias de serviço. No primeiro caso, a contratação de diaristas foi feita em cinco unidades produtivas, das quais três eram de respondentes dedicadas/os em período parcial e dois em período integral. Em uma unidade foram contratados dois diaristas no período analisado, enquanto nas outras quatro unidades, foram contratados um trabalhador/a em cada.

Quanto às trocas de dias de serviço, essa foi sinalizada por três das/os respondentes, todas/os em regime de dedicação parcial às atividades agrícolas. Um quarto respondente, dedicado em tempo integral, que não marcou nada na opção “troca de dias de serviço”, descreveu, porém, a relação com o vizinho, o que nos deixou em dúvida sobre o arranjo estabelecido entre as partes:

Temos a colaboração de um vizinho para os trabalhos mais pesados. Pelo acordo que temos, ele dedica em torno de 8 horas semanais para nós e a frequência está subordinada ao que precisa ser feito aqui e ao que ele produz em sua propriedade. E como as safras das duas propriedades não são em períodos coincidentes, ele vem mais vezes durante a nossa safra e menos durante a safra dele. (informante unidade 1)

Esse tipo de relação, bem como a adoção de formas tradicionais de acesso à mão de obra no meio rural catarinense, como a troca de dias de serviço com vizinhos e a contratação de diaristas, podem ser lidas como algum grau de integração com a comunidade. Ou seja, podemos sugerir que há diálogo entre os vizinhos e que as/os novas/os agricultoras/es se adequam aos arranjos locais.

Um caso bastante específico e único no que concerne a auto suficiência em mão de obra, é o do assentamento da reforma agrária, em que a respondente

¹⁴⁴ Essa questão se colocou a partir do acompanhamento das redes sociais de algumas das unidades participantes da pesquisa durante os anos da pesquisa, onde observamos anúncios de vagas de empregos e estágios que se apresentavam também como oportunidades de viver no campo.

ênfatiou que o trabalho é realizado coletivamente por nove pessoas que moram no local, sem a necessidade de outras contratações externas ou troca de serviços com vizinhos.

4.3.2 Atividades desenvolvidas na unidade e tarefas executadas pelas/os novas/os agricultoras/es

Das dezessete unidades produtivas que participaram dessa etapa da pesquisa, dezesseis constavam no CNPO como certificadas apenas para produção primária vegetal (PPV), e apenas uma era certificada para PPV, Produção Primária Animal (PPA) e para processamento. No entanto, consideramos que outras atividades poderiam ser executadas no local, certificadas ou não¹⁴⁵, o que se confirmou, como pode ser visto no quadro a seguir:

Quadro 4.4: Atividades realizadas nas unidades produtivas das/os novas/os agricultoras/es

Opções de atividades realizadas na unidade	Frequência (16 unidades produtivas)
produção primária vegetal	16
produção primária animal	8
processamento	8
venda no local	7
hospedagem	4
serviços de alimentação	4
serviços ambientais	4
extrativismo	3
atividades educacionais	3
sem resposta	1

Fonte: Produção própria.

Separámos essas atividades em dois grupos: um que envolve atividades sem atendimento direto ao público na unidade, onde incluímos PPV, PPA, extrativismo, processamento e serviços ambientais; e outro que agrega as atividades que

¹⁴⁵ Nem todas as atividades são certificáveis

demandam atendimento ao público na unidade, como serviços de alimentação, hospedagem, atividades educacionais e venda no local. Visto os dados a partir dessa distinção, cinco das dezesseis unidades respondentes não realizam tarefas que demandam necessariamente atendimento ao público na própria unidade, ou pelo menos não de forma recorrente. As outras onze realizam mais atividades com atendimento ao público e clientes no local.

Figura 4.6: Atividades educacionais em unidade produtiva de novas/os agricultoras/es



Fonte: foto enviada pela/o informante da unidade 10

Visto a inviabilidade de ir a campo no período e verificar *in loco* as estruturas existentes e serviços oferecidos, alguns participantes incentivaram que acompanhássemos suas atividades através das redes sociais, especialmente pelo Instagram e Facebook. Mesmo que não tenhamos nos proposto a realizar uma análise sistemática dessas ferramentas, pudemos observar casualmente a partir delas que algumas unidades produtivas participantes dessa etapa da pesquisa

oferecem diferentes tipos de experiências em suas unidades, algumas das quais se afastam do cotidiano local-rural mais tradicional, como atividades terapêuticas e de gastronomia mais sofisticada. Também percebemos que, em alguns casos, o tipo de construção (e decoração) dos espaços de recepção de visitantes e hóspedes se diferencia bastante das casas de agricultoras e agricultores da região que visitamos em outras oportunidades.

Essas características, a partir do estudo de Daniele Gelbcke (2006), nos sugerem uma correspondência maior das experiências enquanto *turismo no espaço rural* do que *turismo rural* ou *agroturismo*, uma vez que refere-se a qualquer atividade de lazer no meio rural, independente do vínculo com as atividades agrícolas em si (necessário na conceituação de turismo rural) ou das/os prestadoras/es de serviço (a família agricultora, no caso no agroturismo). A autora ainda chama a atenção de que

Além de incluir várias modalidades, o termo "turismo no espaço rural" as classifica por finalidade de consumo, ou seja, turismo verde, cultural, esportivo, de aventura, gastronômico, histórico, rural, agroturismo, etc. Mesmo utilizando-se do mesmo espaço (o rural) como base e recurso para o seu desenvolvimento, as modalidades atraem públicos diferentes - tanto do ponto de vista do consumidor, como do ponto de vista do produtor ou prestador de serviço. (*ibidem*, 2006, p. 53)

Com essa observação não estamos afirmando que haja uma desconexão total entre os serviços oferecidos e o espaço produtivo rural e/ou aos membros da família que prestam os serviços, porque esses elementos são evidenciados como qualidades diferenciais da atração. Para mencionar um exemplo, uma das unidades regularmente organiza eventos gastronômicos incomuns no meio rural da região, como "brunchs" e almoços "farm to table"¹⁴⁶, estes servidos no espaço *gourmet* construído para esse fim (se trata da única unidade que informou ter cozinha industrial). A proposta se baseia no que eles chamam de "menu confiança", explicado em suas próprias palavras em uma postagem de divulgação no Instagram (fevereiro/março de 2021):

¹⁴⁶ Apesar de o autoconsumo ser uma prática comum no meio rural catarinense (cozinhar o que se planta e colhe na horta e na roça), colocamos como atividade diferenciada porque, além da sua grafia em inglês, a experiência ofertada pelas/os novas/os agricultoras/es propõe aos clientes um estranhamento pedagogicamente orientado quanto às práticas de consumo comuns no meio urbano, estranhamento esse sentido por eles próprios, como ficará mais claro a seguir.

Neste mês nosso Brunch está de volta. Para as duas primeiras datas, as vagas estão esgotadas, mas depois continuamos até a primavera. Então tem muito tempo para quem quiser vir. Se você ainda não conhece, trabalhamos com menu confiança, ou seja, só é revelado no dia. Pq? Para explicar vou contar uma historinha dos nossos primeiros Brunch. Foi bem no início, e muito pouca gente nos conhecia. Os convidados eram em geral amigos e pessoas que conhecemos na feira. A gente sempre acreditou na sazonalidade e quando começamos a receber visitantes, fizemos um menu sazonal, com base no nosso calendário de plantio. O objetivo era trocar uma vez a cada estação do ano. Num certo momento, tínhamos uma entrada que usava bastante brócolis. Era época de brócolis, no calendário. E eles estavam plantados na horta. No dia anterior ao Brunch, desci para colher. Tinha uns meio feinho num canteiro aqui, outros florescidos num ali e um canteiro bem longe da hora da colheita. O Brunch estaria cheio e tinha brócolis no menu. No outro lado da horta tinha um canteiro lindo de funcho, pedindo para serem colhidos. Mas não tinha funcho no menu. Faziam dois anos que mudamos para o sítio e ainda estávamos aprendendo a consumir nossos produtos ao invés de ir no mercado. Para as pessoas que vivem na roça, isto é bem óbvio, mas para nós não era. E foi um dos principais aprendizados da época. No mercado a gente escolhe o que vai comer. Já na horta, a lógica é outra. Eu que gosto de cozinhar, até costumava escolher receitas e depois comprar os ingredientes da semana. Mas horta não é mercado. Não é a gente que decide. É a natureza. Você olha para um canteiro, para o outro, e vê o que está no momento de ser colhido. Com a colheita, agradece e então decide o que vai fazer. Assim, depois de refletir e pesquisar, concluímos que para oferecer uma experiência completa do campo para a mesa, não há melhor opção. Mas é claro, como dizem, a fruta nunca cai longe do pé, e o que plantamos, normalmente colhemos. Então temos uma noção boa do que terá em cada época. Por exemplo, agora tem: amora, morango, berinjela, pera, abóbora, physalis, abobrinha, saladas, ervas e brócolis (eu acho...). (reprodução integral de postagem publicada no perfil da unidade produtiva participante da pesquisa, no Instagram, 2021)

É interessante notar que a experiência, nesse caso, não se propõe autêntica na perspectiva dos tradicionais habitantes da região, mas é clara quanto aos seus próprios processos de interação e aprendizagem com e no meio rural. Nesse pequeno texto, podemos notar que a família afirma sua condição de novatos no local, ou de migrante (*“Faziam dois anos que mudamos para o sítio e ainda estávamos aprendendo a consumir nossos produtos ao invés de ir no mercado. Para as pessoas que vivem na roça, isto é bem óbvio, mas para nós não era”* - grifos nossos). Também notamos que reconhecem que suas expectativas mais teóricas podem ser frustradas pela realidade (*“Era época de brócolis, no calendário. (...) A gente sempre acreditou na sazonalidade (...) Mas horta não é mercado. Não é a gente que decide. É a natureza”* - grifo nosso).

Esses elementos constituem a base da experiência gastronômica proposta, tornando-a também pedagógica para o público participante (*“depois de refletir e pesquisar, concluímos que para oferecer uma experiência completa do campo para*

a mesa, não há melhor opção” - grifo nosso). Quanto ao público, afirma-se que, pelo menos inicialmente, se tratavam de pessoas com alguma proximidade social (“Os convidados eram em geral *amigos e pessoas que conhecemos na feira*” - grifo nosso), o que nos remete a Giuliani (1990). Ou seja, de acordo com as observações iniciais desse autor sobre o fenômeno migratório no Brasil, “não é difícil traçar um perfil de seus potenciais consumidores. Basta-lhes pensar em pessoas como eles próprios, em seus familiares e amigos, nos amigos dos amigos, no mundo que eles bem conhecem porque sempre o freqüentaram.” (*ibidem*, 1990, p. 6), sendo a quantidade e a qualidade das relações sociais dos produtores um componente crucial para o sucesso (ou não) de seu empreendimento, pelo menos inicialmente.

Como indicado anteriormente, acreditamos que abertura das unidades produtivas para o recebimento de clientes e hóspedes (em alguns casos), não apenas vende produtos e serviços, mas também apresenta um estilo de vida diferente do que há disponível nas cidades. Sem uma observação mais cuidadosa, alguns poderão confundir o estilo de vida das/os novas/os agricultoras/es com a realidade do meio rural (o que pode ser muito diferente), e a partir de uma visão parcial, ou porque não dizer, romantizada por ter se construído sobre uma experiência específica, elaborar projetos próprios de migração.

Como sabemos que o trabalho nas unidades produtivas são exigentes, extensivos e intensivos, nos interessou saber quais eram as atividades executadas pelas/os próprias/os respondentes. Para isso criamos uma questão aberta para que elas/es pudessem especificar suas tarefas mais recorrentes e depois fizemos uma categorização mínima a partir das respostas de 18 novas/os agricultoras/es, buscando manter o máximo de detalhes informados, pois nos permitem verificar a importância dada às tarefas específicas.

Quadro 4.5: Principais tarefas realizadas pelas/os novas/os agricultoras/es nas unidades produtivas

Atividades que realiza	frequência
cultivo (plantar e colher)	11
administração / gerenciamento / contabilidade	7
comercialização / entregas	7
planejamento	4
processamento	4
compra de insumos	4
"todas"	4
preparação da terra	2
atividades domésticas /alimentação família	2
manutenção da unidade	2
cuidado com animais	2
embalagem	1
assistência técnica	1
comunicação	1

Fonte: Produção própria.

Uma primeira consideração acerca das respostas é de que elas correspondem às tarefas realizadas apenas pela/o respondente, de modo que algumas atividades realizadas pela unidade podem ser executadas por outras pessoas que não responderam a pesquisa, como companheiras/os ou pessoas contratadas¹⁴⁷. A segunda é que o fato de algumas atividades terem sido menos indicadas, não quer dizer necessariamente que não sejam realizadas pela pessoa respondente. Ou seja, talvez não tenham sido evidenciadas na resposta por esquecimento, ou por não considerá-las suficientemente relevantes, ou ainda por considerá-la incluída em outras atividades informadas. Também verificamos que, de modo muito amplo, quatro pessoas optaram em responder que executam “todas” as atividades da unidade, o que não nos dá a dimensão exata, mas sugere a auto representação do trabalho para tais pessoas. Entre essas quatro pessoas que indicaram realizar todas as atividades, duas haviam informado ter regime parcial de

¹⁴⁷ A mérito de complementação, verificamos que quatro unidades oferecem serviços de hospedagem e quatro serviços de alimentação, sendo que três oferecem ambos, totalizando cinco casos de “e/ou”. Embora não tenham sido mencionadas tarefas especificamente relacionadas à tais serviços, percebemos que há contratação de serviço externo em quatro dos cinco casos, sob os seguintes arranjos: a) uma contratação sem CLT; b) três contratações CLT; c) duas contratações CLT e duas de diaristas; d) uma contratação CLT, uma sem CLT e uma de diarista.

dedicação às unidades, mas todas moram no local. Apenas uma pessoa indicou não realizar nenhuma atividade, o que coincide com o fato dela não morar na unidade.

As atividades relacionadas ao cultivo e ao processamento foram as únicas (além das quatro respostas “todas”), indicadas exclusivamente. Ou seja, o “cultivo” como única atividade realizada foi indicado por duas pessoas, ambas moram nas unidades e têm regime integral de dedicação. Já o “processamento” como única atividade foi indicado por uma pessoa que não mora na unidade e tem regime parcial de dedicação.

Novas/os agricultoras/es que moram na unidade e têm regime de dedicação integral foram as/os que mais listaram atividades, chegando a oito em dois casos. Nos chamou a atenção que as atividades consideradas domésticas, como o cuidado com a casa e a alimentação da família, foram indicadas apenas por duas das mulheres participantes, o que denota a importância que elas dão a essas atividades como parte do trabalho realizado.

4.3.3 Preparação para atividade agrícola

Como visto, as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas na mesma unidade produtiva demandam muitas etapas de trabalho, com diferentes tarefas que exigem determinadas habilidades, as quais podem ser executadas pela mesma pessoa ou não. Algumas dessas atividades podem ser mais facilmente assimiladas pelas pessoas de origem urbana de acordo com suas funções laborais ou experiências de vida anteriores, no entanto, parece haver outras dimensões mais subjetivas ou de conhecimentos tácitos necessários para algumas dessas atividades.

Entre as populações camponesas tradicionais, a socialização das crianças se dá por meio do trabalho realizado pela família, sendo dessa forma que elas aprendem sobre os cultivos, as atividades e aquilo que é necessário para sua reprodução social e econômica. Ou como melhor definido por Valmir Stropasolas (2002) a partir de sua pesquisa na região Oeste de Santa Catarina,

(...) nesta economia peculiar, característica da agricultura familiar, em que os mesmos agentes que planejam são os que decidem e executam, a

transmissão do conhecimento e das atribuições é feita, para as crianças, no âmbito do trabalho. (*ibidem*, 2002, p. 177)

Não tendo essa formação precoce em “vida rural” - pois que não se aprende apenas sobre o trabalho, em si, mas sobre o modo de vida como um todo -, nos interessou saber como as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana se prepararam para as atividades a serem realizadas na unidade produtiva.

Para isso, elaboramos uma lista com algumas opções de modos de preparação mais frequentemente indicados nas pesquisas consultadas, entre elas: cursos presenciais de curta duração; cursos presenciais de longa duração; cursos a distância (internet ou outro); estágios de vivência; por conta própria (internet e/ou livros). Além desses havia a opção “não me preparei”, e “outros”, onde poderia ser adicionado novas formas de preparação não previstas.

Todos os participantes da pesquisa responderam essa questão, dentre eles, dez informaram que realizaram cursos presenciais de curta duração (de um dia a dois meses); três fizeram cursos presenciais de longa duração (mais de dois meses); quatro se preparam através de cursos a distância (pela internet ou outro meio); três participaram de estágios de vivência; nove estudaram por conta própria na internet (sites, blogs, vídeos no youtube); onze estudaram através de livros; e dois informaram que não se prepararam. Na categoria “outras”, surgiram cinco itens, dentre os quais uma pessoa informou que manteve contato direto com técnicos especialistas no cultivo que pretendia desenvolver; dois informaram realizar pequenos testes e ensaios; dois recorreram à memórias da infância; e um disse que informou ter cursado agronomia na graduação. Como cada pessoa podia marcar todas as opções que correspondiam a sua experiência, o número de tipos de preparações variou de zero (consideramos “zero” àqueles que afirmaram que não se prepararam para a atividade) a seis.

O estudo “por conta própria”, de modo geral, foi a forma de preparação mais indicada, especialmente através de livros, que foi assinalado onze vezes. Das dezoito pessoas, apenas seis não assinalaram nenhuma dessas categorias (“por conta própria” - livros ou internet), duas das quais informaram não ter se preparado, e as outras quatro que marcaram apenas uma opção cada (duas marcaram cursos de curta duração, uma o curso de agronomia e uma a troca de experiência).

Os cursos de curta duração parecem ser importantes para a formação das/os novas/os agricultoras/es, pois como vimos acima, foram indicados por dez participantes. Infelizmente não temos detalhes de quais cursos foram realizados ou por quem foram ministrados, mas temos algumas pistas pois perguntamos se as pessoas já haviam participado de algum curso de formação da Epagri ou de outro órgão público, obtendo resposta positiva em metade dos dezoito casos analisados¹⁴⁸. Voltaremos a falar da Epagri a seguir, especificamente sobre o acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural.

Além da preparação, perguntamos às/aos novas/os agricultoras/es se havia sido elaborado um plano de negócios antes do início das atividades produtivas. Das dezessete unidades participantes nessa etapa da pesquisa, seis afirmaram ter elaborado algum tipo de plano de negócio, dentre estas, cinco disseram estar conseguindo aplicá-lo, mesmo que com algumas adaptações. A forma de interação com o mercado consumidor apareceu entre as principais dificuldades, enfatizando-se a importância de um mercado de proximidade junto às/aos consumidoras/es finais:

O plano se resumia em produção com autonomia de dependência majoritariamente da própria produção familiar e de escoamento direto ao consumidor final. O maior desafio é sair da lógica competitiva do mercado que nivela os preços para baixo, pela simples competição entre os concorrentes; motivo para apostar na venda direta e consequente vinculação humana e APRECIAÇÃO dentro do mercantilismo. (informante unidade 4 - grifo original)

O único participante cuja resposta foi negativa em relação às condições de aplicação do plano previamente elaborado, informou que isso ocorreu porque inesperadamente deparou-se com dificuldades quanto à qualidade do solo, tendo que investir em sua recuperação por um ano antes de conseguir levar adiante seus planos. Essa unidade, arrendada, informou em questão anterior, essa mesma diferença entre estar nesse local e começar a produzir de fato. Superada essa dificuldade inicial, porém, encontraram outras no que compete a comercialização.

¹⁴⁸ Ressaltamos que para essa observação incluímos duas pessoas a partir das suas respostas dissertativas, que não coincidiam com a resposta fechada: uma pessoa que havia indicado não ter se preparado de nenhuma maneira antes da mudança e que acrescentou à resposta que “a preparação está acontecendo desde a mudança”, ou seja após a transição; e outra que mencionou apenas ter se preparado com o curso de agronomia

Dez outras unidades afirmaram não ter elaborado um plano de negócios, mas uma entre elas - o assentamento da reforma agrária, informou que foi realizado um estudo de viabilidade técnica para a produção. Na metade dessas unidades sem plano de negócios, a/o informante disse ter regime de dedicação integral às atividades no momento da pesquisa, quatro informaram regime parcial e um que não trabalha na unidade. Não obtivemos resposta acerca de uma unidade.

4.3.4 Acesso às políticas públicas para o meio rural e/ou setor produtivo e à Assistência Técnica e Extensão Rural

Até os anos 1990 não havia nenhuma política pública de caráter nacional que contemplasse as necessidades específicas de um conjunto heterogêneo e numeroso de agricultores familiares. Ou seja, as políticas públicas direcionadas ao meio rural tinham, sobretudo, caráter setorial e focavam no segmento patronal (e mais capitalizado), o qual se acreditava ser capaz de dar uma resposta satisfatória no sentido de equilibrar a balança comercial através da exportação de produtos primários (MATTEI, 2001). Como indicado na primeira parte desta tese, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi a primeira política pública de desenvolvimento rural direcionada especificamente para o segmento da agricultura familiar, tendo passado por ajustes e reformulações ao longo do tempo.

Atualmente, para acessar o Pronaf é imprescindível a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), cujos requisitos são:

- I - possuir, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (BRASIL, 2018)

Examinando as informações coletadas para esta pesquisa, verificamos que treze unidades produtivas têm menos de quatro módulos fiscais, dentre as quais oito afirmaram que 50% ou mais da sua renda é derivada das atividades desenvolvidas na unidade. Nenhuma dessas unidades informou ter contratado mais de 50% de

força de trabalho externa no mês anterior da pesquisa¹⁴⁹. Nesse sentido, poderíamos considerar que das 17 unidades¹⁵⁰, oito estariam aptas a acessar alguma linha do PRONAF.

No entanto, apenas cinco pessoas informaram ter DAP, dentre as quais apenas duas em algum momento acessaram o PRONAF. Uma terceira pessoa que informou não ter DAP e que contrata mais de 50% da mão de obra, afirmou, porém, ter acessado o PRONAF Mais Alimentos¹⁵¹, informação essa que não temos condições de qualificar devido à metodologia utilizada nesta pesquisa, mas que supomos que possa ter sido um acesso indireto através de outras/os agricultoras/es, talvez pelo grupo produtivo.

Entre as três unidades produtivas consideradas médias (entre 4 e 15 módulos fiscais), nenhuma informou ter acessado o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP. No entanto, essa política foi indicada por uma unidade cuja área era de apenas 1,5 módulos fiscais e o valor da renda gerada pelo trabalho agrícola informado era de 30%, sendo que a exigência mínima é de 80%.

Outras políticas mencionadas foram o Projeto de Diversificação de Tabaco, Microbacias II, Juro Zero e Programa Terra Boa, sendo estes três últimos em nível estadual. No total, seis pessoas indicaram ter acessado uma das políticas mencionadas acima, e uma pessoa acessou duas. No outro sentido, cinco pessoas afirmaram não ter acessado nenhum tipo de política pública. Quatro não responderam a questão, o que pode sugerir que não tenham acessado, enquanto um indicou que “não se aplica”, sendo o único não certificado pela Ecovida.

Ainda no campo das políticas públicas, verificamos o acesso das/os novas/os agricultoras/es aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). Sabemos que a Extensão Rural acompanhou os processos políticos, econômicos e sociais (SANDES; TENÓRIO, 2020), tendo seu início no Brasil após a Segunda

¹⁴⁹ Consideramos também que todas as unidades participantes são administradas pela própria família.

¹⁵⁰ De acordo com as informações prestadas, essa análise pôde ser feita em apenas 16 unidades produtivas.

¹⁵¹ De acordo com a cartilha informativa ao produtor rural (sem data), “O Programa Mais Alimentos foi criado em 2008 com o objetivo de fomentar a produção de alimentos e incrementar a produtividade da agricultura familiar. O Mais Alimentos garante produção, tecnologia para os produtores, financiamento e, ao mesmo tempo, assistência técnica. Tudo isso por meio de linhas de crédito direcionadas à modernização da infraestrutura das unidades produtivas do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e da realização de parceria com a indústria nacional para ofertar produtos de qualidade a preços mais acessíveis.” Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/credito-rural/programa-mais-alimentos/CartilhaMaisAlimentosAgricultor.pdf> acesso em 30/11/2021)

Guerra Mundial por replicação do modelo norte-americano, esse criado no fim do século XIX e início do século XX com objetivo central de transferir tecnologia das universidades e centros de pesquisas para os agricultores (WAGNER, 2011).

No Brasil, inicialmente com orientação descendente e centralizada e financiada por recursos públicos, esse modelo de ATER possibilitou a chamada Revolução Verde. Se por um lado a modernização da agricultura garantiu o aumento na produtividade geral, de outro, reproduziu e ampliou desigualdades sociais e impactou negativamente no meio ambiente (MUSSOI, 2011), efeitos esses que levaram ao questionamento dos objetivos e métodos difusionistas e à proposição de ferramentas mais participativas de educação popular (FREIRE, 1983). No período em que o país se aproximou das ideologias neoliberais, na década de 1990, o financiamento pelo Estado de diversos serviços públicos, dentre eles a própria Extensão Rural, foram retraídos, sendo retomados posteriormente a partir da década seguinte. Nesse sentido, em 2003 foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER (Decreto Nº 4.739, de 13 de junho de 2003), sob responsabilidade do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com ampla participação da sociedade civil e com enfoque agroecológico (CAPORAL, 2005). Em 2010 foi elaborada uma nova PNATER instituída pela Lei Federal nº 12.188/2010, praticamente sem participação popular e sem a ênfase na agroecologia, apenas sinalizando que os princípios da agricultura de base ecológica deveriam ser adotados preferencialmente (CAPORAL, 2011). Em 2013 foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), e a responsabilidade quanto ao processo de qualificação dos profissionais de ATER no país passou do MDA para o Departamento de Transferência de Tecnologia da EMBRAPA.

Como pode ser observado nesse breve resumo sobre a atividade de ATER no país¹⁵², foi bastante curto o período em que oficialmente estiveram incluídos os princípios agroecológicos na orientação oficial dos serviços públicos de ATER. Como já mencionado, estes princípios são mais amplos do que os de agricultura orgânica por integrarem necessariamente as dimensões econômicas, sociais e ambientais (ALTIERI; NICHOLLS, 2000), implicando, dessa forma, numa abordagem continuada e participativa de Extensão Rural. Essa descontinuidade na

¹⁵² Para mais detalhes sobre a trajetória da ATER, ver Mussoi (2011), Wagner (2011), Ramos e Nodari (2020)

orientação nacional é refletida nas ações adotadas pelas agências estaduais de extensão rural que dependem de financiamento.

É a partir desse contexto que verificamos que entre as dezessete unidades produtivas participantes dessa etapa da pesquisa, dez informaram não ter recebido nenhum tipo de serviço de assistência técnica e extensão rural, seja de caráter público ou privado nos 12 meses anteriores à pesquisa¹⁵³. Entre as outras seis unidades que responderam à pergunta, duas pessoas informaram ter recebido o serviço da Epagri, e uma terceira informou que, apesar de não ter recebido qualquer visita presencial, se apoiou nos profissionais dessa empresa:

“Apenas consultas para casos específicos. (...) apenas contatos telefônicos para sanar dúvidas. Me apropri, regularmente, do conhecimento de dois engenheiros da Epagri especializados em citros. Um da estação experimental de Itajaí e outro da estação de Chapecó.” (informante unidade 1)

Um informante indicou que no período em questão teve acesso a serviço privado, contratado diretamente por ele. Esse é o caso que a/o participante se identifica exclusivamente como empresária/o rural e vende sua produção especialmente para supermercados. Já duas outras pessoas informaram que realizam o serviço por conta própria, uma por ser engenheiro agrônomo e outra pela situação específica em que há mais pessoas com essa mesma formação na unidade em questão. Quanto aos outros dois agrônomos que participaram da pesquisa, um informou receber ATER da Epagri e o outro não respondeu a questão.

Entedemos que a pouca menção da Epagri pelas/os participantes da pesquisa¹⁵⁴ nesse item é uma informação importante, uma vez que esse é o órgão oficial de extensão do estado¹⁵⁵ e a executora das políticas públicas estaduais para o meio rural e pesqueiro. Para atender essa responsabilidade, a empresa informa ter 1687 colaboradores, dentre os quais 40,4% atuam especificamente na Extensão

¹⁵³ Obtivemos dezesseis respostas a essa questão.

¹⁵⁴ Na pesquisa exploratória não tínhamos uma questão sistematizada sobre ATER, mas algumas pessoas mencionaram receber o serviço da Epagri. Nos chamou mais a atenção as críticas que agricultoras/es, independente da sua origem, fizeram à empresa, especialmente no que concerne à inexperience dos técnicos acerca da produção base ecológica. Diante disso, outras formas de assistência técnica mencionadas como mais efetivas foram o próprio grupo produtivo, o Cepagro (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) e a contratação particular de serviço.

¹⁵⁵ A empresa foi criada em 1991 a partir da fusão entre outras instituições agropecuárias desse mesmo estado. Em 2005, além de incorporar o Instituto CEPA (Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola), os acionistas aprovaram a transformação da Epagri em empresa pública, conforme indicado no site da instituição (<https://www.epagri.sc.gov.br/>)

Rural, 26,7% no apoio à Extensão e Pesquisa, e 25,4% na pesquisa (EPAGRI, 2018).

Na publicação “O valor da Epagri - O trabalho que impulsiona o agronegócio catarinense” (*ibidem*, 2018), a empresa afirma que há extensionistas em todos os municípios catarinenses, tendo atendido 66% das famílias agricultoras em 2017. O documento celebra os números expressivos do agronegócio catarinense, como “somos o número 1 na produção nacional de cebola”, “SC é o 2º produtor nacional [de arroz]” ou “SC é o 2º estado em produtividade: cada vaca produz 4 mil litros [de leite] por ano”, entre outros, detalhando algumas informações sobre quantidades produzidas e os lucros correspondentes. Afirma ainda que as “tecnologias de produção, cursos, dias de campo, Unidades de Referência Tecnológica (URTs), excursões, oficinas, visitas técnicas, palestras, atendimentos e outras ações da Epagri ajudam a profissionalizar o trabalho dos produtores e impulsionam o agronegócio”, tendo como resultado “mais produtividade, mais dinheiro no bolso de quem produz alimentos e mais força nas engrenagens que movem a economia catarinense” (*ibidem*, 2018, p. 19). Em todo o documento, há apenas uma pequena menção sobre a produção de base ecológica, reproduzida aqui na íntegra:

O crescimento na produção de orgânicos é notável. O número de produtores certificados cresceu 211% de 2010 a 2018. A Epagri dá suporte a essa evolução, graças às tecnologias que permitem produzir alimentos seguros de forma competitiva e à orientação técnica oferecida às famílias” (*ibidem*, 2018, p. 20)

Como podemos perceber desde o título desta publicação, mobiliza-se a narrativa do agronegócio, mesmo quando refere-se ao setor de base ecológica. Esse enfoque da empresa pode ser um dos motivos pelos quais há pouco diálogo entre os extensionistas da empresa e as/os participantes dessa pesquisa, sendo um pouco mais significativa quanto ao oferecimento de cursos. Além disso, é considerável que essa deficiência de acesso ao serviço de ATER esteja relacionada também ao contexto nacional de desmonte de políticas públicas. Acompanhando o Painel de Políticas Públicas da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário¹⁵⁶, percebemos que nos últimos anos houve uma brutal redução no número de atendimentos de ATER em nível nacional: em 2015 foram

¹⁵⁶ <http://nead.mda.gov.br/politicas>

1.343.518, enquanto em 2018 apenas 99.901. Nos dois primeiros meses de 2019, foram registrados 1.574, quando da última atualização do site¹⁵⁷.

Gráfico 4.3 - Número de atendimentos de ATER no Brasil de 2010 a 2019



Fonte: Painel de Políticas da Sead

4.4 Certificação

Neste item, iremos analisar as informações relacionadas à certificação dos produtos, ou seja, sobre o processo de acreditação da produção orgânica de acordo com as normas de conformidade estabelecidas, condição necessária para a inscrição no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Como já mencionado, no Brasil há três mecanismos que visam garantir a qualidade orgânica dos produtos comercializados:

- a) por auditoria externa, através da contratação de uma empresa desvinculada do processo produtivo e credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);
- b) pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), que pode ser feita pelos próprios agricultores, técnicos, consumidores e outros interessados que verificam e atestam a conformidade orgânica, e cuja representação jurídica se dá através de Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC).
- c) pelo Controle Social de Venda Direta, que permite apenas a venda dos produtos pelas/os agricultoras/es aos consumidores finais. Não se

¹⁵⁷ A última atualização do Painel foi feita em 01/03/2019 com dados extraídos do Sistema Informatizado de ATER (SIATER).

trata especificamente de uma certificação, mas exige que as/os agricultoras/es estejam vinculadas/os a Organizações de Controle Social (OCS) cadastradas no Mapa¹⁵⁸.

A certificação pelas duas primeiras modalidades dá o direito de as/os agricultoras/es utilizarem o Selo “Brasil Orgânico” nos produtos que não serão comercializados diretamente por elas/es. No nosso estudo, encontramos apenas casos de certificação por auditoria e participativa, realizadas por duas entidades, como será detalhado adiante. Considerando, porém, a diversidade de modalidades e estilos de agricultura admitidos dentro da matriz ecológica, tanto legal como ideologicamente, iniciamos pela identificação das diferentes práticas entre as/os novas/os agricultoras/es.

4.4.1 Modalidades (ou estilos) de agricultura

Como já dito, a legislação vigente sobre produção de base ecológica no Brasil e, conseqüentemente, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, permitem diferentes práticas agrícolas desde que em acordo com as diretrizes ecológicas estabelecidas. Durante o levantamento de campo, várias modalidades foram mencionadas pelas/os agricultoras/es de ambas as origens, as quais nos baseamos para listar as alternativas para uma questão específica junto aquelas/es de origem urbana. Assim, nossa questão sobre quais eram as modalidades de agricultura praticadas na unidade tinha como opções de resposta: orgânica, biodinâmica, agroecologia, agrofloresta, natural, permacultura, alternativa, além da opção de produção convencional (uma vez que é admitida a combinação dentro de uma mesma unidade produtiva) e da opção “outras”, sendo possível assinalar mais de uma opção. No quadro abaixo pode-se observar a frequência de indicação de cada uma:

¹⁵⁸ Para mais detalhes, ver o “Guia prático de organizações de controle social (OCS)” (BRASIL; MAPA, 2020)

Quadro 4.6: Modalidades e estilos de agriculturas praticadas nas unidades produtivas das/os novas/os agricultoras/es

Opções de estilo de agricultura no questionário	frequência
orgânica	15
agroecológica	13
agrofloresta	5
permacultura	4
biodinâmica	3
natural	2
alternativa	1
sem resposta	1
convencional	-
outros	-

Fonte: Produção própria.

Foi marcante que apenas duas unidades produtivas indicaram apenas uma modalidade cada (orgânica e agroecológica), enquanto as demais fizeram uma combinação variada. Ou seja, sete unidades informaram uma combinação entre duas modalidades: cinco delas combinaram as modalidades agroecológica e orgânica; uma escolheu a combinação orgânica e natural; e outra, orgânica e biodinâmica. Três e quatro modalidades foram indicadas por três unidades cada. Apenas uma unidade marcou as sete modalidades de base ecológica disponíveis na lista.

Essa mobilização de distintas formas de cultivos, as quais incluem diferentes ideologias cujos valores interagem de formas complexas e mesmo contraditórias, foram indicados já por Paulo Niederle e Wesz Junior (2018). Para esses autores, “identificar certa correspondência entre um formato específico de rede social e um valor distintivo que define o conteúdo das trocas” (p. 36) trata-se mais de uma situação analítica do que real, visto que normalmente há sobreposição das redes, bem como lógicas híbridas de produção e consumo.

Figura 4.7: Horta em sistema de mandala



Fonte: foto enviada pela/o informante da unidade 14

Já quanto aos motivos para optar por essa ou essas modalidades de prática agrícola, indicados em questão aberta/dissertativa, as/os participantes demonstraram interesse pela produção de alimentos “saudáveis”, “de verdade”, “honesto” e “puro”. Entre as dezesseis unidades que responderam essa questão, notamos que quinze enfatizaram uma preocupação ou busca ideológica, usando palavras como responsabilidade, solidariedade, respeito, consciência, aprendizagem, integração com a vida e a natureza e proteção do meio ambiente. Apenas uma resposta não indicou motivação nesse sentido, informando que a escolha pelo modo de produção orgânico (única modalidade indicada por essa unidade) se deu porque notaram que não havia ninguém na região que cultivava dessa forma o produto específico cultivado em sua unidade.

4.4.2 Certificadoras e período de vinculação

A venda de alimentos e outros produtos de base ecológica no Brasil está subordinada à certificação desde a implementação da Lei n.º 10.831, em 2003. Como visto anteriormente, os processos que culminaram na acomodação dessa lei e a regulamentação dessa exigência específica, envolveu distintos atores e interesses. Nesta disputa, a região Sul do Brasil através de entidades não governamentais de apoio à agricultura orgânica, desempenhou um papel

fundamental para a consolidação da possibilidade fundada em sistemas participativos de garantia (SPG), sendo, ainda hoje, a principal forma de certificação da região.

Na primeira etapa da pesquisa, identificamos através do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, que as 68 unidades participantes da pesquisa eram certificadas por cinco certificadoras, duas das quais pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), a saber Ecovida¹⁵⁹ e ABDSul¹⁶⁰, e três por empresa de auditoria externa, entre elas Ecocert¹⁶¹, IBD¹⁶² e Kiwa¹⁶³. Na segunda etapa da pesquisa, apenas com as/os novas/os agricultoras/es, 16 das 17 unidades participantes eram certificadas pela Associação Ecovida de Certificação Participativa e uma era certificada pelo IBD, como pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 4.7: Certificadoras presentes na RGF

Etapa da pesquisa	Tipo e quantidade de unidades	Certificadoras									
		Ecovida		Ecocert		IBD		ABDSul		KIWA	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
exploratória	todas (68 unidades)	51	75%	12	17,64%	2	2,94%	2	2,94%	1	1,47%
	apenas com pessoas de origem rural (42 unidades)	30	71,42%	8	19,04%	1	2,38%	2	4,76%	1	2,38%
	com pessoas de origem urbana (26 unidades)	21	80,76%	4	15,38%	1	3,84%	0	0	0	0
2ª etapa	17 unidades	16	94,11%	0	0	1	5,88%	0	0	0	0

Fonte: Produção própria.

Uma hipótese para a expressiva participação nesta pesquisa de pessoas que têm certificação pela Ecovida em detrimento das pessoas que optaram pela certificação por auditoria externa, é a de que as primeiras podem estar mais

¹⁵⁹ <http://ecovida.org.br/>

¹⁶⁰ <https://www.abdsul.org.br/>

¹⁶¹ <https://www.ecocert.com.br/>

¹⁶² <https://www.ibd.com.br/>

¹⁶³ <https://www.kiwa.com/lat/pt-br>

familiarizadas com o compartilhamento das informações devido à própria dinâmica da rede participativa que fundamenta a certificação. Ou seja, diferente de uma certificadora externa que é contratada para garantir a qualidade orgânica do produto, a certificação pela Ecovida demanda, antes de tudo, a presença ativa em grupos produtivos, cujo objetivo não estaria restrito à certificação do produto, mas ao desenvolvimento integral da comunidade baseado nos pilares da agroecologia.

Isso fica mais claro quando observamos que há a Rede Ecovida de Agroecologia, enquanto movimento social, e a Associação Ecovida de Certificação Participativa enquanto OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade). A rede, em si, foi oficialmente formada em 1998, articulando agricultoras/es, técnicas/os, consumidoras/es, ONG's e comerciantes que já vinham se organizando anteriormente, orientados, sobretudo, pelos ideais do movimento agroecológico. A formalização da Rede, porém, ocorreu com o objetivo de fazer frente às pressões políticas para a regulamentação das certificações no Brasil, que, conforme propostas governamentais da época, deveriam seguir os protocolos internacionais, sendo realizadas por auditoria externa, por sua suposta neutralidade. A contraproposta dos movimentos sociais era a aceitação de “um sistema solidário de geração de credibilidade para os produtos orgânicos” (DOS SANTOS, 2003, p. 2), a qual foi incorporada pela Instrução Normativa 007 do MAPA em 1999 sob o termo “certificação participativa”.

Mesmo com a conquista legal da possibilidade de certificar participativamente, durante toda a década seguinte a Rede Ecovida não efetivou processos objetivos para a certificação (ROVER, 2011). Dessa forma, o selo usado para identificar o “produtor orgânico” não tinha registro no MAPA, e possibilitava a comercialização dos produtos apenas nos mercados locais e regionais, posicionamento esse que gerou um gargalo para a expansão da produção na região, conforme Rover (2011). Essa situação foi tolerada pelos órgãos oficiais até o fim do ano de 2010, quando se oficializou a Associação Ecovida de Certificação Participativa como OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade), criando as condições legais para a emissão dos documentos de garantia orgânica (*ibidem*, 2011).

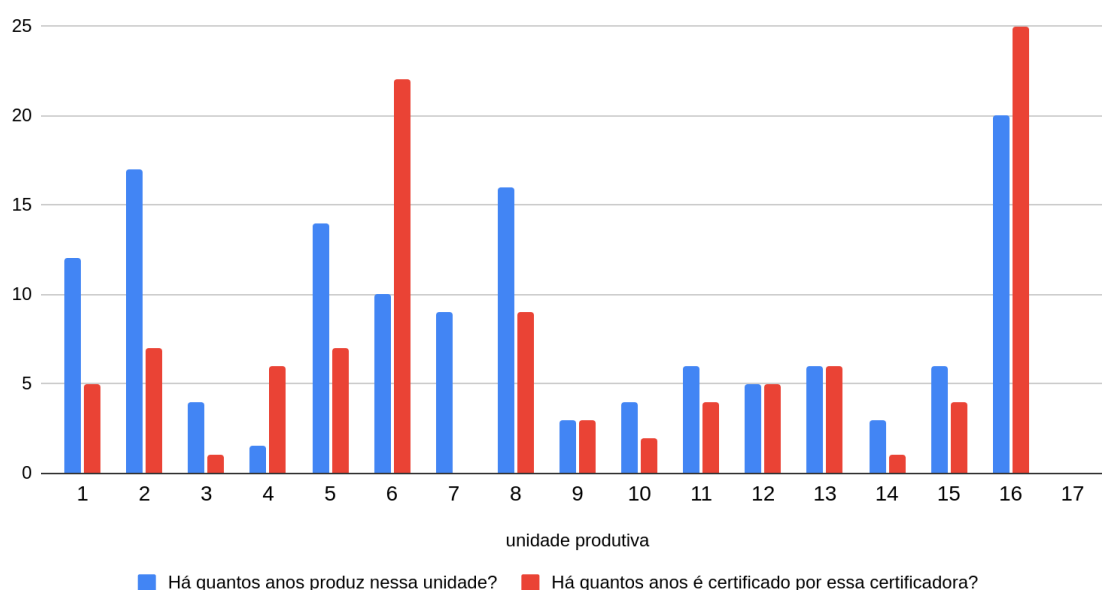
Esse aspecto da história da Rede, enquanto movimento social e associação, parece entrelaçado para as/os participantes, especialmente para aqueles que estão engajados desde seu início na década de 1990. Considerando as respostas dos

catorze participantes que responderam à questão sobre quanto tempo estão certificados (pela Ecovida, nesse caso) e tendo como referência o ano 2020, duas pessoas disseram estar certificadas há mais de 20 anos. Em um dos casos, a pessoa informou que é certificada desde 1998, ou seja, período de formalização da própria Rede Ecovida, embora tenha afirmado produzir apenas há 10 anos. No segundo caso, foi afirmado que a certificação ocorreu desde 1995, o que nos leva a pensar que essa pessoa tenha participado dos movimentos iniciais de formação da Rede. Essa suspeita é corroborada pela resposta sobre as motivações para optar por essa certificadora, em que informou que “no município havia grande entusiasmo com a Rede Ecovida” (informante da unidade 16). As outras doze pessoas informaram um período menor do que 10 anos, correspondendo ao período de existência da Associação.

Em linhas gerais e considerando todos os respondentes independente da certificadora (15 unidades), oito pessoas informaram que suas unidades estão certificadas pela mesma certificadora entre 0-5 anos; cinco informaram um período entre 6-10 anos e duas mais de 20 anos.

No gráfico abaixo apresentamos a relação entre o período de tempo que as/os informantes desenvolvem atividades agrícolas nas unidades e o tempo de certificação pela mesma certificadora.

Gráfico 4.4: Relação entre o período de produção na unidade e certificação atual, em anos (ano referência: 2020)



Fonte: Produção própria.

A maioria das experiências guardam um período entre o início da produção e a primeira certificação, sendo provável, porém, que todas/os as/os novas/os agricultoras/es com certificação pela Ecovida (ou pelo menos a grande maioria) tenham participado do movimento antes de formalizar a certificação. Um dos depoimentos explicita essa situação: “Na caminhada até chegar ao certificado (participando de reuniões) fomos fazendo amigos, o processo foi gostoso.” (informante da unidade 3).

4.4.3 Motivos, benefícios e prejuízos da certificação

Perguntamos às/aos informantes em questão aberta/dissertativa os motivos pelos quais optaram pela certificadora a que estão vinculados. O único respondente vinculado à outra certificadora que não à Ecovida, respondeu que sua opção ocorreu porque buscava especificamente a certificação de produção biodinâmica, sendo a IBD a única no momento que trabalhava com o sistema DEMETER¹⁶⁴.

Quanto aos demais informantes certificados pela Associação Ecovida de Certificação Participativa, oito indicaram justamente a característica da participação (enfaticamente: “por ser participativa”). Seis, por sua vez, não usaram esses termos exatamente, mas outros que reforçam as questões de pertencimento, de grupo, das trocas de saberes, de organização social e política. Apenas um dos depoimentos enfatizou a facilidade que essa rede participava aporta em termos de custos, indicando ser essa forma a mais acessível à sua realidade econômica.

Em contrapartida, na questão sobre os possíveis prejuízos dessa opção, duas pessoas certificadas pela Ecovida indicaram “despesas” de modo geral, e “consumo de combustível e tempo de trabalho” mais especificamente. Ou seja,

¹⁶⁴ Demeter é uma marca registrada por agricultores alemães em 1928 para o primeiro protocolo de produção da agricultura biodinâmica, desenvolvido a partir da aplicação de preceitos antroposóficos de Rudolf Steiner. Em 1997 dezenove países tinham organizações que seguiam o protocolo Demeter, incluindo o Brasil, tendo sido unificada como “Demeter International” em 1999. Em fevereiro de 2020, foi criada a Biodynamic Federation – Demeter International, que une todas as organizações de Biodinâmica e Demeter no mundo. (<https://www.demeter.net/about/history/>). No site do IBD Certificações está disponível o documento com as “Normas Internacionais para o uso e certificação das marcas Demeter, Biodinâmico e outras relacionadas”, produzido originalmente na Alemanha em 2019 e traduzido para vários idiomas.

mesmo que a certificação participativa não tenha um custo em si como aquela feita por auditoria externa, a participação tem, especialmente no que concerne ao investimento de tempo e para o deslocamento para participar de reuniões dos grupos produtivos, formações técnicas, vistorias, entre outras atividades¹⁶⁵.

Considerando esses fatores, é inegável que qualquer tipo de certificação tem algum custo para as/os agricultoras/es. Essa constatação nos sugere que a escolha por um ou outro tipo de certificação ou de certificadora pode ocorrer mais por alinhamento às perspectivas ideológicas do que por outros motivos. Quando avançamos para a questão sobre os benefícios aportados pelo vínculo com a certificadora escolhida, isso se delinea melhor.

Nesse sentido, onze respondentes (de catorze) enfatizaram como benefício as redes de relacionamento e de trocas de experiência com outras/os agricultoras/es, o que realmente pode ser muito útil e interessante para pessoas que não tinham experiência prévia com atividades agrícolas e o meio rural. Essa observação nos impulsiona a considerar a própria participação nos grupos produtivos como uma etapa ou um modo de preparação e de contínuo aprendizado, junto aos demais métodos mencionados anteriormente. Entre esses onze, cinco também acrescentaram benefícios relacionados à comercialização em diferentes termos, como no quesito de agregação de valor, do reconhecimento social e da geração de confiança.

Ainda quanto aos benefícios, uma das informantes chamou a atenção para dois aspectos interessantes: as possibilidades de ampliação dos conhecimentos técnicos e de promover a discussão sobre a convencionalização dos alimentos de base ecológica, que será melhor abordada no tópico a seguir.

A nossa inserção na rede ecovida ampliou contatos com a possibilidade de ampliar técnicas e troca de experiências, um dos agricultores do assentamento se tornou verificador, isso contribui para que não cometemos erros que possam colocar em risco a certificação e a própria produção. Outro fator é que começamos a observar com críticas os processos de produção orgânica e a transformação do alimento em produto. a Rede tem espaço aberto para que possamos ampliar as discussões acerca do tema.“
(relato da/o informante unidade 11)

¹⁶⁵ Em 2016, a então coordenadora do Núcleo Litoral Catarinense (que congrega vários grupos produtivos da região), informou que eram realizadas reuniões a cada dois meses, além de oficinas, treinamentos técnicos e reuniões dos próprios grupos produtivos (RAMOS, 2016)

4.5 Consumo e comercialização de alimentos de base ecológica

Nesta tese temos em conta que o mercado se constitui a partir de um conjunto de operações antes e depois dele e que envolve uma série de participantes além dos vendedores e compradores (CARNEIRO, 2019), através de “fóruns/coletivos híbridos”. Nessa perspectiva, entende-se que a ação não se restringe apenas a agência de um ator ou alguns atores, mas envolve acordos, dispositivos sociotécnicos, regras e normas, ou seja, tudo que é mobilizado na ação coletiva e que vai conformar (não determinar) os resultados do fenômeno analisado.

Nesse sentido, concordamos com Callon (TADJEDDINE, 2018) que uma operação comercial não pode ser analisada apenas a partir do mercado em si, uma vez que o mercado é a última fase do processo de transformação de um objeto em mercadoria. Esse processo seria constituído por etapas que se definem em relação à sua finalidade, a saber: objetificar o item, qualificá-lo, organizar sua circulação, incitar o apego/desejo a ele, e colocar um preço. Essa proposta de Callon permite um desvio ao chamado fatalismo de mercado, o qual refere-se à crescente dominância da lógica econômica sobre a sociedade. Através de ações coletivas, seria possível, então, a contestação das etapas de transformação de um item qualquer em mercadoria, culminando em outras formas de participação no mercado.

Esse caminho nos permite verificar o fenômeno migratório (espacial e/ou laboral) não apenas na perspectiva dos próprios interesses de um ator/grupo ou de estruturas morais que os orientam, mas como um conjunto de agenciamentos na relação entre eles, com o mercado e com as regras que estão instituídas.

Assim, antes de falarmos propriamente da comercialização, vamos nos ater um pouco sobre outros processos anteriores, dentre eles aspectos da produção para autoconsumo e o consumo de alimentos orgânicos em si, visto que além de produtores, as/os novas/os agricultoras/os são também consumidores de alimentos, seja da sua produção ou de outras pessoas. Tendo havido produção para auto-consumo antes da comercialização, nos interessou saber se foi necessário efetuar mudanças no produto e/ou apresentação do mesmo para que pudesse ser aceito pelos consumidores, que supomos ser tão diversos quanto às formas mais e menos frequentes de comercialização das/os novas/os agricultoras/es.

Mais uma vez atentamos que a comercialização é principalmente o momento “da porteira para fora” e por isso é um tópico mais delicado de análise em se tratando do ano base da pesquisa (2020), pois coincidiu com o ano zero da pandemia de Covid 19. Como já informado, o levantamento de campo ocorreu entre fevereiro e março daquele ano, ainda no início da pandemia¹⁶⁶, enquanto a pesquisa específica junto às/aos novas/os agricultoras/es identificados na primeira etapa, ocorreu entre os meses de outubro e dezembro daquele mesmo ano. Considerações mais específicas sobre os impactos da pandemia nas atividades e nas vidas das/os participantes da pesquisa estão em seção posterior, mas aqui apresentamos algum esforço comparativo das informações sobre comercialização indicadas nas duas etapas da pesquisa, a fim de identificar possíveis mudanças nas relações comerciais estabelecidas ao longo de 2020.

4.5.1 Produção para autoconsumo e acesso a alimentos de base ecológica

Buscando compreender os padrões de consumo de alimentos ecológicos das novas/os agricultoras/es, iniciamos nossa investigação pelo histórico em relação a esse aspecto. Ou seja, perguntamos às/aos informantes se antes de comercializar os alimentos produzidos na unidade, houve algum período em que elas/es produziram apenas para o consumo pessoal e familiar, ou autoconsumo¹⁶⁷.

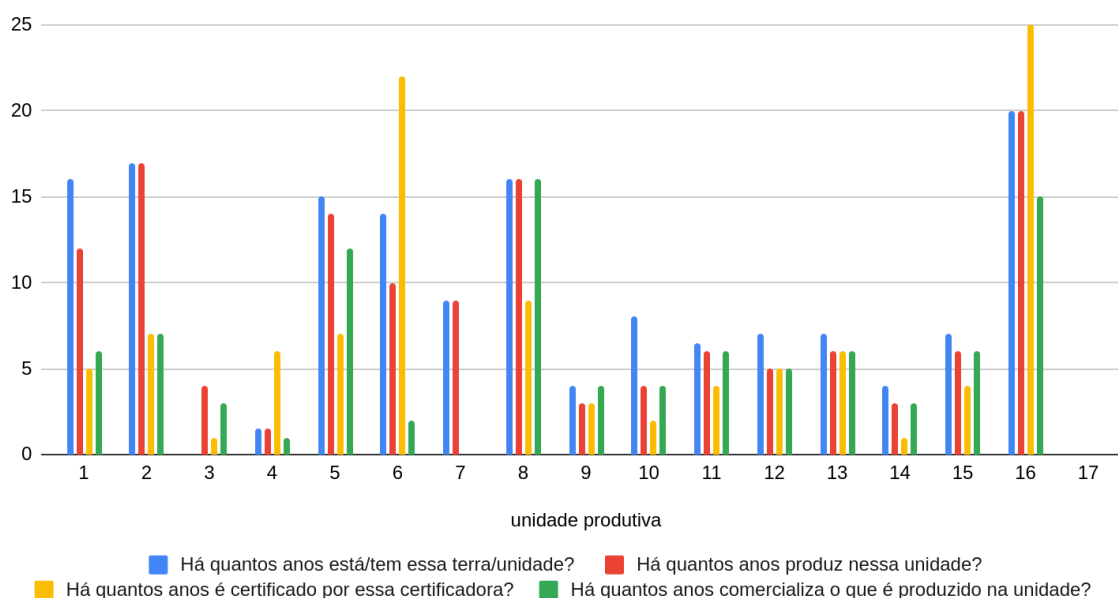
Entre as dezessete unidades produtivas participantes dessa etapa da pesquisa, nove afirmaram que produziram alimentos para o consumo antes de efetivar qualquer modalidade de comercialização. Seis responderam que não produziram anteriormente para o autoconsumo e dois não responderam à questão. Quando reunimos essa informação às outras coletadas através do questionário (gráfico 4.5, a seguir), percebemos que sete unidades disseram produzir há mais tempo do que comercializam, enquanto outras sete informaram o mesmo período de produção e comercialização.

¹⁶⁶ O primeiro caso de Covid19 foi registrado no Brasil em 26 de fevereiro de 2020. Em Santa Catarina os dois primeiros casos foram confirmados em 12 de março de 2020.

¹⁶⁷ Apesar de serem tratados como sinônimos, produção de autoconsumo e de subsistência são diferentes. Segundo Grisa e Schneider (2008), o autoconsumo refere-se, de fato, àquilo que é consumido pela família, enquanto subsistência “envolve ainda a produção destinada à circulação mercantil, a partir da qual são adquiridos recursos igualmente importantes para a reprodução social” (*ibidem*, p. 485), sendo, portanto, mais ampla.

Supomos que essa diferença tenha ocorrido pela própria percepção acerca de produção e autoconsumo, ou seja, quando perguntamos “há quanto tempo você produz nessa unidade” é provável que algumas pessoas tenham desconsiderado a produção para autoconsumo, o que foi informado apenas em uma questão objetiva sobre o tema. Relacionando as informações, duas das sete unidades que produzem há mais tempo do que comercializam afirmaram não ter produzido antes para autoconsumo. Enquanto três das sete que informaram mesmo tempo de produção e comercialização afirmaram ter produzido para autoconsumo anteriormente.

Gráfico 4.5: Relação entre período de posse/uso da terra, produção, certificação e comercialização, em anos (ano referência: 2020)



Fonte: Produção própria.

Entre os nove que produziram para autoconsumo antes de acessar mercados, cinco disseram não ter feito qualquer alteração no produto final quando decidiram comercializá-lo, dois não responderam à questão e dois informaram que foi necessário fazer alterações. Entre estes últimos, um deles sinalizou que a alteração se deu na quantidade produzida (o que não corresponde à alguma mudança qualitativa) e outro foi mais específico, revelando um problema na relação produtor-consumidor:

"Aparência e apresentação seguem sendo um dos principais determinantes para o comportamento dos compradores. Sempre há uma quebra de

produção devido à aparência de algumas unidades colhidas, ainda que sigam tendo valor nutritivo." (informante unidade 4)

Em relação ao consumo recente de alimentos orgânicos pelas pessoas participantes da pesquisa, questionamos o modo como acessam (compra, troca, doação), qual a procedência e a frequência em que esses são acessados, como pode ser visto no quadro abaixo. No quadro a seguir (4.8), apresentamos as categorias e alternativas conforme apresentadas para as/os participantes, mas adicionamos o item “sem resposta” para os casos que não marcaram nenhuma das opções. Duas pessoas não marcaram opção alguma em nenhuma das modalidades apresentadas. As demais pessoas que escolheram alguma opção de frequência em algum item/itens mas não em outros nos levam a pensar que, talvez, a não marcação corresponda a “nunca”, mas isso é apenas uma suposição que não pode ser sustentada pelos dados.

Quadro 4.8: Tipos e frequência de acesso a alimentos de base ecológicas pelas/os novas/os agricultoras/es

		sempre	frequente	às vezes	raro	nunca	sem resposta
compra	mercados/ supermercados	1	3	4	3	3	3
	feira	1	2	5	1	2	6
	de agr. da rede	2	8	3	0	0	4
	de vizinhas/os	1	4	3	2	2	5
troca	com vizinhas/os e rede de agr.	1	2	1	5	0	8
doação	de vizinhas/os e rede de agr.	1	1	7	0	0	8

Fonte: Produção própria.

Como demonstrado, entre as/os novas/os agricultoras/es, o modo mais usual para acessar alimentos orgânicos produzidos por outras pessoas e unidades é pela compra, especialmente direto de agricultoras/es da rede produtiva e vizinhos, os quais não correspondem, necessariamente, às mesmas pessoas. Ou seja, a “rede” formada pelas/os agricultoras/es (nesse caso específico a “Rede Ecovida”, considerando que das dezessete unidades participantes dessa pesquisa, dezesseis estavam vinculados à ela) supera a dimensão/restrrição espacial, conectando as

pessoas a partir das suas orientações ideológicas em comum, podendo formar novos tipos de comunidades.

Analisando mais especificamente essas informações, das dez pessoas que responderam tanto comprar de agricultoras/es da rede como de vizinhos, sete indicaram uma frequência maior de compra na rede ao invés da vizinhança, enquanto três indicaram a mesma frequência de consumo nas duas modalidades. Entre os cinco que responderam apenas uma das questões, três informaram comprar na rede produtiva (dois “frequentemente” e um “às vezes”) e dois responderam apenas sobre compras de vizinhos (um “frequentemente” e um “sempre”).

Esses dois últimos casos, porém, merecem algumas observações, porque se tratam de situações um pouco diferenciadas. O informante que disse comprar de vizinhos frequentemente, sem informar nada sobre compras na rede produtiva, é o único participante da pesquisa não certificado pela Ecovida. E o que informou comprar sempre de vizinhos, sem mencionar compras de agricultoras/es da rede produtiva, é quem está vinculado à Rede Ecovida há mais tempo (desde antes da sua formalização em 1998). Como já mencionado anteriormente, nos chamou a atenção que ele tenha sido o único a enfatizar o espaço territorial na questão sobre os motivos por ter optado por determinada certificação, em suas palavras, "que no município havia grande entusiasmo com a rede ecovida" (informante unidade 16), o que pode indicar que nesse município haja forte adesão à rede na própria vizinhança¹⁶⁸.

De todo modo, essas informações, em conjunto, nos sugerem que a maioria das/os participantes buscam comprar alimentos orgânicos de mercados de proximidade, baseados no interconhecimento e na confiança, reforçando, ainda, as redes de relacionamento e produção em que estão inseridas/os, sejam elas territoriais ou ideológicas. Essas redes, por sua vez, demonstram um papel importante para a segurança alimentar das/os suas/seus integrantes, o que, se somado às situações de troca e doações entre pessoas, remete às práticas tradicionais das comunidades rurais. De acordo com Catia Grisa e Sergio Schneider (2008), a troca nas comunidades rurais não se trata apenas de “alimentar” as

¹⁶⁸ Das sete unidades produtivas vinculadas ao CNPO em agosto de 2019, todas eram vinculadas à certificadora Ecovida (havendo em uma, dupla certificação com a ABDSul)

necessidades vitais, mas comporta um sentido de fortalecimento das relações sociais e consolidação da vida comunitária.

Um último aspecto a ser enfatizado ainda nesse ponto, é que na categoria “compra em mercados ou supermercados”, as frequências mais altas foram assinaladas por três das pessoas que não moram na unidade produtiva, mas em municípios mais urbanizados. Entre elas, duas pessoas assinalaram a opção “frequentemente” e uma escolheu a opção “sempre”. Essa última situação refere-se à unidade que comercializa seus produtos majoritariamente em redes de supermercados, conforme discutiremos a seguir. Ainda quanto à compra de alimentos orgânicos em supermercados, três informantes fizeram questão de marcar a opção nunca e três a opção raramente.

4.5.2 Canais de comercialização e renda

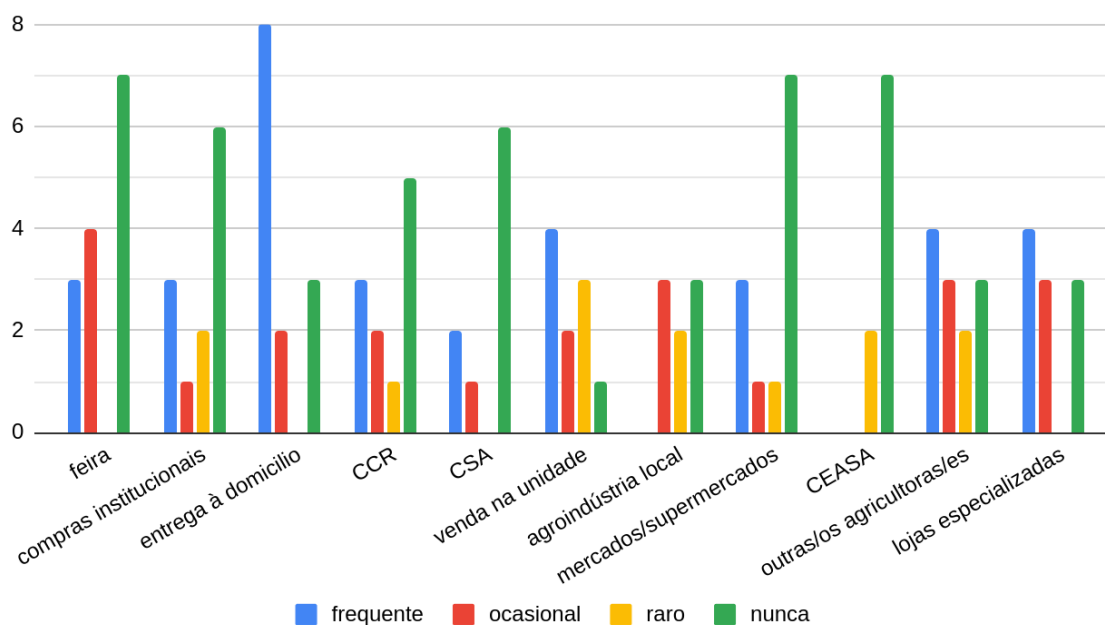
Nessa pesquisa optamos em identificar as/os participantes a partir do CPNO porque gostaríamos de investigar experiências que envolvessem pessoas de origem urbana vinculadas ao trabalho agrícola, ainda que em período parcial. Como já informado, a adesão ao cadastro é obrigatória para aquelas/es agricultoras/es que desejam comercializar sua produção de base ecológica, por isso, consideramos que quem se submete à esse cadastro tem o objetivo de comercializar a produção, mesmo que não o faça regularmente.

Assim, para verificar as modalidades de comercialização e a frequência com que cada uma é acessada pelas/os novas/os agricultoras/es, elaboramos uma questão em grade, onde nas linhas constavam as modalidades identificadas na primeira etapa da pesquisa¹⁶⁹ e nas colunas as unidades de periodicidade¹⁷⁰, não sendo obrigatório assinalar alguma opção para passar a questão. Duas das dezessete unidades não responderam essa questão, portanto, no gráfico abaixo (4.6) pode ser visto quais as relações de mercado de quinze unidades produtivas conduzidas por pessoas de origem urbana:

¹⁶⁹ As opções eram: feira; compra institucional; entrega de cestas/produtos à domicílio; Células de Consumidores Responsáveis (CCR); Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA); venda em casa; agroindústria local; para supermercados e/ou mercados; CEASA; para outros agricultores; lojas de produtos naturais e orgânicos (especializadas); e uma opção de não comercializa

¹⁷⁰ A saber: frequente; ocasional; raro; nunca

Gráfico 4.6: Locais e frequência de comercialização de produtos das/os novas/os agricultoras/es



Fonte: Produção própria.

Dentre as opções apresentadas, há aquelas de venda direta ao consumidor final, como feira, entrega a domicílio, CCR, CSA e venda em casa, e modalidades de venda indireta, ou seja, para algum tipo de atravessador, nesse caso, consideramos agroindústria, supermercados e mercados, Centrais de abastecimentos (CEASA¹⁷¹), outros agricultores e lojas especializadas. Também consideramos como indireta a compra institucional, pois mesmo que o consumidor final não pague diretamente pelo alimento, a compra dele é mediada pelo governo.

De todas as modalidades apresentadas, notamos que duas das que não se destinam ao consumidor final não foram apontadas como de acesso frequente por nenhum/a participante, a saber a venda para agroindústrias locais e a Central de Abastecimento (CEASA). A Ceasa, de todo modo, constou como a forma de comercialização menos utilizada dentre as opções, o que não nos surpreende uma vez que a trajetória e a finalidade da mesma está intimamente relacionada com os

¹⁷¹ As Centrais de Abastecimento começaram a surgir no Brasil a partir dos anos 1960 para suprir as demandas de abastecimento nos centros urbanos, reduzir os custos e padronizar os preços e a produção. O estado de Santa Catarina possui três Centrais de Abastecimento, uma em Laguna, uma em Blumenau e uma em São José, a qual atende a região estudada, tendo sido fundada em 1976. É uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. <http://www.ceasa.sc.gov.br/index.php/institucional/a-ceasa>

projetos de desenvolvimento à qual as agriculturas de base ecológica se colocam como alternativa.

Outras três modalidades que não são de venda direta para o consumidor final são mais utilizadas pelas/os novas/os agricultoras/es, como a venda para outras/os agricultoras/es, para lojas especializadas em produtos naturais e/ou orgânicos e para mercados e/ou supermercados. Quanto à venda para outras/os agricultoras/os, isso ocorre frequentemente em quatro unidades e de modo ocasional em três, todas certificadas pela Ecovida. Nossos dados não nos permitem saber exatamente o destino dos alimentos comercializados nessa modalidade, mas entendemos que essa prática pode ser estratégica em dois sentidos, quantitativo e qualitativo. Ou seja, de um lado pode objetivar aumentar o volume de produtos ao somar com outras/os agricultoras/es, seja para negociar melhores preços, cumprir acordos pré-estabelecidos de entrega ou mesmo acessar determinados mercados que tenham exigência de volume. Por outro, é estratégico para a diversificação de alimentos oferecidos aos clientes finais através de cestas ou nas feiras: entre os sete que informaram vender frequentemente ou ocasionalmente para outras/os agricultoras/es, cinco têm produção minimamente especializada, quatro em frutas e um em cogumelos.

No caso das frutas, notamos que esse é um ponto crítico da produção regional. Isso pode estar relacionado à necessidade de um investimento maior de tempo em relação à horticultura, atividade mais comum entre as/os agricultoras/es de base ecológica da região (ZOLDAN; MIOR, 2012), como confirmamos nas duas etapas da pesquisa. Ou seja, muitas das culturas de frutas, como as de uvas e de cítricos podem demorar anos até começarem a produzir, sendo sua produção restrita a épocas do ano, quando geram, ocasionalmente, grandes volumes¹⁷².

¹⁷² Para evitar a perda, duas das pessoas participantes informaram, ainda na pesquisa exploratória, que processavam ou vendiam as frutas para serem processadas.

Figura 4.8: Colheita de tangerinas em unidade produtiva de novas/os agricultoras/es



Fonte: foto enviada pela/o informante da unidade 1

A oferta de frutas é uma das dificuldades enfrentadas pelas/os agricultoras/es da região que participam de grupos de produtores e consumidores, como podemos observar em 2019 em uma Célula de Consumidores Responsáveis (CCR) em Florianópolis. Das 45 cestas entregues no período de um ano, com média de 10 itens cada, a variedade de frutas foi restrita a nove tipos, sendo a banana a fruta mais recorrente, tendo sido recebida pelos consumidores 39 vezes¹⁷³, oito das quais foram ofertadas duas qualidades diferentes de banana na mesma semana. No quadro abaixo esses casos aparecem contabilizados apenas uma vez:

¹⁷³ Dados sistematizados em planilha Excel durante a participação nessa CCR, e compartilhados com as/os demais consumidoras/es e com o LACAF, Laboratório que ajudou na criação das células como projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quadro 4.9: Tipos de fruta e frequência que foram entregues às/aos consumidores de uma Célula de Consumidores Responsáveis de Florianópolis no ano de 2019

Fruta	Frequência	Fruta	Frequência
banana	39	lima	2
limão	13	goiaba	2
laranja	6	abacate	2
bergamota	4	caqui	1
pera	2		

Fonte: registro pessoal da pesquisadora, compartilhado com grupo de consumidores e LACAF

Quanto à comercialização para lojas de produtos especializados em orgânicos e/ou naturais, quatro informantes disseram fazê-lo frequentemente e três ocasionalmente. Um dos respondentes afirmou, por sua vez, que é o local onde mais gosta de realizar transações comerciais, “porque é menor e já existe uma relação estabelecida” (informante unidade 5), sendo esse canal o mais acessado por essa unidade (quase exclusivamente). Especificamente, este informante tem apenas um produto certificado, o *goji berry*, alimento esse não usual na culinária regional, mas visado em dietas diferenciadas e disponível especialmente em lojas especializadas.

Em pesquisa realizada pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) em 2015 sobre a comercialização de alimentos orgânicos no varejo em Florianópolis (SC), foi identificada expressiva presença de lojas de especializadas nesse município (correspondendo a 51% dos espaços de comercialização de alimentos orgânicos naquela época). No entanto, devido ao porte dos estabelecimentos, geralmente pequenos e com pouca ou nenhuma infraestrutura de armazenamento e conservação, mas também com volume de vendas reduzido, a oferta de alimentos *in natura* é baixa. De acordo com os dados apresentados no relatório, 76% delas trabalhavam somente com alimentos orgânicos processados, e 24% com predomínio de processados (ROVER *Et al.*, 2015).

Já a comercialização de alimentos para mercados e supermercados foi indicada como frequente por três respondentes, dois certificados pela Ecovida e um pela IBD. Nos chamou a atenção, porém que, mesmo não sendo obrigatório preencher nenhuma alternativa de frequência nessa questão (o que foi feito em

relação às outras modalidades), sete respondentes fizeram questão de assinalar que nunca vendem para esse tipo de estabelecimento. Esse posicionamento parece estar diretamente vinculado à crítica desenvolvida dentro da Rede Ecovida, principalmente no seu início (ROVER, 2011), a qual percebe que a lógica de mercado desses canais não valoriza os agricultores e seu trabalho (preços baixos, exigências estéticas e de padronização do produto, embalagem, entre outros fatores), ao mesmo tempo em que superfaturam os preços praticados aos consumidores. Porém, como indica Rover, esse posicionamento gerou um gargalo para a expansão da produção de alimentos de base ecológica na região, o que buscou ser contornado através da criação de circuitos curtos alternativos de comercialização a partir de 2006.

Dentre os circuitos curtos encontramos especialmente os mecanismos de venda direta. Dentre eles, as modalidades de entrega de cestas e produtos à domicílio e a venda na própria unidade produtiva foram apontadas como as mais frequentes, seguidas pela feira, CCR, compras institucionais e CSA.

Figura 4.9: Alimentos organizados para serem entregues



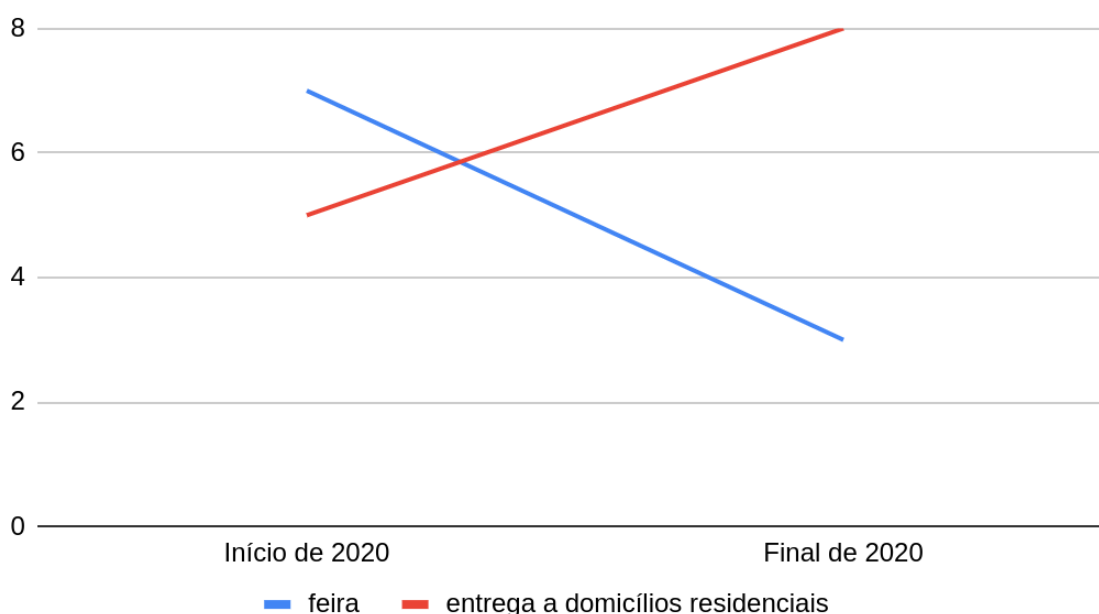
Fonte: foto enviada pela/o informante da unidade 12

É preciso atentar-se que a pandemia de Covid-19 impactou as formas de contato com os consumidores e, conseqüentemente, de comercialização. Assim, comparando as informações das quinze unidades que responderam as questões no início e no final de 2020, observamos que a comercialização nas feiras foi reduzida enquanto aumentaram as entregas a domicílio, como pode ser visto no gráfico 4.7, mais adiante. Salientamos que para essa comparação, consideramos apenas as respostas da segunda etapa (final do ano) que informaram “frequentemente” para o tipo de comercialização analisado.

O aumento no número de unidades comercializando através da entrega de cestas e produtos na residência dos consumidores foi uma estratégia adotada no período de pandemia, em substituição de outras práticas de comercialização direta, como explicitado no depoimento em resposta à questão sobre qual modalidade era mais importante financeiramente:

A entrega de cestas, apenas com citros, foi feita apenas este ano em função da pandemia. Todas são importantes, mas os valores mais substanciais, este ano, vieram das entregas domiciliares, para os mercados e para lojas de orgânicos. Até o ano passado realizávamos "colhe e paga", que por causa da pandemia foi substituído pelas entregas domiciliares (informante da unidade 1)

Gráfico 4.7: Alterações nas formas de comercialização com a pandemia de COVID-19 em 2020



Fonte: Produção própria.

Em questões dissertativas, as formas de comercialização para o consumidor final foram indicadas majoritariamente como sendo as modalidades preferidas de comercialização, mas também as que aportam melhor retorno financeiro para as unidades. Nesse sentido, as feiras foram indicadas por quatro novas/os agricultoras/es como sendo a modalidade mais importante financeiramente, seguido pela entrega a domicílio, CSA e CCR, com três indicações cada. Houve apenas uma indicação para o modo de comercialização via supermercados e uma para lojas especializadas.

Quanto às modalidades que são mais apreciadas pelas/os informantes, a feira manteve-se em primeiro lugar, com três indicações, sendo enfatizada a relação de proximidade com as/os consumidoras/es a troca de saberes. Venda em casa, entrega de cestas, CCR e CSA foram indicadas duas vezes cada uma, além de duas indicações para “consumidor final” sem especificar qual modalidade. Os motivos, por sua vez, são bastante variados, como podemos ver em alguns dos depoimentos transcritos a seguir sobre a venda em casa:

“Vender em casa, a pessoa vem comprar a fruta e conhece o nosso lugar. Gosto desse comércio local” (informante unidade 3)

“Em casa - os custos diminuem e uma grande interação com os clientes” (informante unidade 15)

Sobre a entrega de cestas, essas podem ser montadas e entregues individualmente pelas/os agricultoras/es, sem impedimento de aquisição de produtos complementares de outras/os agricultoras/es, ou coletivamente, como é o caso das experiências das Células de Consumidores Responsáveis - CCR:

“A entrega de cestas, conforme nossa modalidade/canal de comercialização, une a liberdade de nossos clientes receberem na frequência desejada e nos permite atender um dos parâmetros/ação de possibilitar o recebimento de produtos biodinâmicos nas famílias/comunidade próximas de nossa produção” (informante unidade 9)

“Cestas fechadas, pois evitam desperdícios e conseguimos ser abundantes. Sempre vai mais e mais diversificado do que prometemos” (informante unidade 12)

“Tanto a cesta quanto a feira, que ficou prejudicada por conta da pandemia. Mas a experiência com a cesta tem possibilitado contribuir na mudança de alimentação de nossos parceiros etc.” (informante unidade 11)

Especificamente sobre o CSA, além da sua importância financeira para as/os agricultoras/es, estas/es informaram gostar do incentivo para que as/os consumidoras/es conheçam as unidades produtivas e colaborem nas suas atividades produtivas como “co-agricultoras/es”, sendo por isso apontada como uma possibilidade educacional para a parte do consumo:

P: Qual é a modalidade de comercialização que você mais gosta? Por que?
“CSA. Pois há um APREÇO pelo trabalho e um entrosamento/integração e cooperação entre os consumidores, gerando outros "produtos" - invisíveis, porém muito mais valiosos que as mercadorias, que é a consolidação de uma cultura de protagonismo, responsabilidade, afetuosidade, solidariedade e empoderamento cívico” (informante da unidade 4, grifo original)

“CSA porque garante que nossa produção não será perdida, nosso trabalho é valorizado, temos uma relação mais próxima com nossos consumidores (co-agricultores), o pagamento é antecipado, a garantia de uma renda fixa permite melhor planejamento e administração” (informante da unidade 14)

Compreendemos que a comercialização direta em circuitos curtos são mais exploradas pelas novas/os agricultoras/es não apenas porque consegue-se um melhor retorno financeiro, mas porque as diferentes modalidades garantem maior liberdade de ação das/os mesmas/os e colocam em evidência as suas experiências. Ou seja, quando se opta por comercializar diretamente para as/os consumidoras/es finais, seja na unidade ou por meio de entregas ou feiras, a presença e o trabalho da/o agricultora pode ser melhor percebido do que quando a comercialização se dá através de supermercados, por exemplo. Nestes casos, mesmo que haja um selo de identificação dos produtos orgânicos e a indicação específica das/os produtoras/es e o local de produção, o produto é mais facilmente anonimizado. Por sua vez, e como já mencionamos, é notável que o contato com as/os consumidoras/es promovem não apenas a valorização dos produtos por sua qualidade ecológica e especificidade regional, mas difunde um determinado estilo de vida diferenciado, que passa a ser desejado pelas/os clientes.

Analisando de modo geral, a maioria das/os novas/os agricultores acessam mais de um canal de comercialização frequentemente, como pode ser visto no quadro abaixo. A diversificação dos canais de comercialização pode ser uma prática bastante estratégica para garantir diferentes fontes de renda, mas também para dar vazão a diferentes tipos de produtos para diferentes tipos de consumidoras/es.

Quadro 4.10: Frequência de acesso aos canais de comercialização

quantidade de canais acessados por unidade	Frequência de acesso por unidade	
	frequente	ocasional
1	1	5
2	7	4
3	1	1
4	4	0
5	0	0
6	0	1
Sem resp.	2	2

Fonte: Produção própria.

Sobre como se dá o processo de definição do preço dos produtos, avaliamos que nossa questão não foi bem compreendida pela maioria das/os participantes devido à inexatidão na formulação da mesma. Assim, à pergunta “Como você define o preço final do seu produto?”, recebemos as seguintes respostas: “bom” (uma vez), “sim” (uma vez), “justo” (duas vezes), “acessível” (uma vez) e “lucrativo” (uma vez). A questão não foi respondida por duas pessoas. Apesar de divergências interpretativas nesta questão, retemos das respostas que entre as principais estratégias estão a identificação dos custos operacionais (em quatro casos) e pesquisas de mercado (em cinco casos), enquanto uma das unidades informou fazer uma relação entre as duas maneiras.

O trabalho na unidade produtiva e a comercialização dos produtos gera 100% da renda para pelo menos cinco participantes da pesquisa, dentre estes, todos moram na unidade e têm regime integral de dedicação à unidade. Observamos a quantidade de canais de comercialização acessados por eles, e notamos que um indicou utilizar frequentemente quatro canais (entrega de cestas, venda em casa, lojas de produtos especializados, para outros agricultores), dois informaram três canais (feira, venda em casa, lojas especializadas, em um caso, e entrega de cestas, venda em casa e para outros agricultores, em outro). Duas unidades informaram dois canais de modo mais frequente: entrega de cestas a domicílio e grupos de CSA. Essas respostas nos indicam que o circuito curto de comercialização em suas diferentes modalidades mostra-se viável para a geração

de renda para as/os agricultoras/es da região, incluindo aqui as/os novas/os agricultoras/es.

Quatro informantes não responderam à questão sobre a porcentagem da renda oriunda do trabalho agrícola, sendo que dois deles tinham dedicação parcial e dois dedicação integral às atividades. Entre aquelas que responderam, contabilizamos que oito unidades geram mais de 50% da renda e cinco até 50%.

4.6 2020: A PANDEMIA DE COVID-19 E A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL

Acreditamos que no futuro breve, teses inteiras serão dedicadas aos impactos da pandemia de Covid-19. Estando ainda curso, não pretendemos esgotar ou mesmo nos propor a cobrir uma vasta dimensão desse fenômeno em relação ao objeto de pesquisa desta tese. Porém, reforçamos que da mesma forma que nos foi imperativo replanejar a estratégia metodológica da pesquisa por conta deste contexto, surgiram também questões urgentes sobre a produção e distribuição de alimentos, as quais estavam no eixo central da presente investigação. Visando contribuir com o registro e reflexões sobre os impactos da pandemia no setor agrícola e no meio rural, neste tópico apresentamos as informações coletadas junto às/aos novas/os agricultoras/es de base ecológica da Região da Grande Florianópolis no ano um da pandemia (2020).

Quanto ao contexto mais amplo, inicialmente cabe observar que apesar da descrença do então presidente da república (Jair Bolsonaro) em relação à periculosidade da doença, ao longo do referido ano houve a publicação de uma série de normativas estatais¹⁷⁴ a fim de garantir a manutenção de serviços essenciais, dentre os quais consta a produção e distribuição de alimentos. Ainda em resposta às leis e decretos federais, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representado pela ministra Tereza Cristina Correa da Costa Dias, publicou a Portaria n° 116 de 26 março de 2020, que dispõe sobre as especificidades da cadeia produtiva de alimentos, bebidas e insumos agropecuários.

¹⁷⁴ Lei n° 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020a), regulamentada pelos seguintes decretos federais: Decreto n° 10.282 de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020b), Decreto n° 10.329 de 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020c), Decreto n° 10.344 de 11 de maio de 2020 (BRASIL, 2020d). A Lei n° 13.797 foi posteriormente alterada/ampliada pela Lei n° 14.023 de 08 de julho de 2020 (BRASIL, 2020e).

O objetivo afirmado pela portaria era de “(...) assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19” (BRASIL, 2020f).

Observando mais atentamente, nota-se que o referido documento privilegiava a manutenção da logística de transporte, tanto de produtos e insumos como de funcionários, sinalizando a preocupação especialmente com as cadeias longas de produção, vinculadas, sobretudo, ao agronegócio e à exportação de produtos. Não por acaso, esse setor observou recordes de vendas de diversos produtos agrícolas (alimentícios ou não) no período e indica uma performance de crescimento no futuro (SCHNEIDER *Et al.*, 2020).

Essa perspectiva dominante do agronegócio foi muito bem representada na primeira conferência online promovida pela FAO sobre o tema Covid-19 e Sistemas Alimentares, em nove de abril de 2020, pelo Secretário de Política Agrícola do MAPA Eduardo Sampaio, que representou o Brasil. Diferente dos participantes dos outros países latinoamericanos que enfatizaram as estratégias para o abastecimento interno, Sampaio enfatizou o “êxito” brasileiro no que concerne às exportações naquele período: “conseguímos manter o mesmo patamar de exportação do mesmo período do ano passado”, “em março exportamos quantidade de recordes de soja, carne, algodão e sucos”, “o comércio agrícola segue exportando bem mesmo com menos caminhões e demora nos portos” (transcrições nossa)¹⁷⁵. De modo geral, não surpreende a defesa do agronegócio pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), visto que, como dito anteriormente, essa instituição “assumiu” a pauta da agricultura familiar após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016, sem ter, de fato, políticas específicas ou sem demonstrar interesses na manutenção daquelas existentes.

Schneider *et. al* (2020), pondera que se de um lado poderia haver crescimento no agronegócio, por outro, corria-se riscos em relação ao abastecimento interno, ou seja,

a pandemia poderá ter efeitos benéficos e aumentar a oferta da produção e a inserção internacional do agronegócio do Brasil. A demanda por alimentos está aumentando e é possível que o acirramento da disputa comercial Estados Unidos da América *versus* China amplie as exportações. A análise

¹⁷⁵ A conferência foi transmitida ao vivo e a seguir disponibilizada na íntegra na internet: https://www.youtube.com/watch?v=QOwkCB5k2ik&ab_channel=FoodandAgricultureOrganizationoftheUnitedNations

também indica problemas potenciais no abastecimento do mercado interno e eventuais aumentos de preços, assim como inflação de alimentos, que decorre tanto do aumento da demanda como dos custos de produção em razão da desvalorização cambial, que representa estímulo à exportação (*ibidem*, 2020, p. 187).

Essa percepção era similiar em outros setores. Assim, entendendo que as ações tomadas até então eram insuficientes para garantir a manutenção da agricultura familiar, e logo, a produção de alimentos para o abastecimento interno, em julho de 2020 foi apresentado o Projeto de Lei (PL) 735 pelo deputado Ênio Verri (PT-PR), tendo sido integralmente aprovado pelo Senado Federal¹⁷⁶. No entanto, em agosto o presidente Jair Bolsonaro vetou doze dos dezessete artigos¹⁷⁷, dentre eles os referentes ao Fomento Emergencial de Inclusão Produtiva Rural (art. 4º); ao Benefício Garantia-Safra (art. 8º); à autorização para que o Conselho Monetário Nacional pudesse criar linhas de crédito rural no âmbito do Pronaf (art. 9º); ao Programa de Atendimento Emergencial à Agricultura Familiar, com as finalidades de apoiar a geração de renda e promover o abastecimento emergencial de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (art. 10º). Além desses, foi vetado o auxílio emergencial especial para as/os agricultoras/es familiares no valor de R\$ 3.000,00 dividido em cinco parcelas de R\$ 600,00, tendo o presidente afirmado que os agricultores poderiam acessar o benefício na categoria de trabalhador informal¹⁷⁸ (AGÊNCIA SENADO, 2020), o qual previa, naquele momento, o pagamento de três parcelas de R\$ 600,00.

Essa falta de apoio à agricultura familiar pelo governo federal foi na contramão da declaração de compromissos e medidas assinada pela Ministra Tereza Cristina em abril de 2020 juntamente com outros 24 ministros e/ou secretários de países latinoamericanos e caribenhos (anexo B). Na declaração intitulada “*El COVID-19 y los Riesgos a las Cadenas de Abastecimiento de Alimentos*”, há menção explícita quanto ao fornecimento de assistência técnica e financeira a pequenos e médios produtores agrícolas, uma vez que se entende que

¹⁷⁶ O PL integral pode ser visto em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8867375&ts=1599164023408&disposition=inli ne>

¹⁷⁷ Há de se considerar que entre os cinco artigos aprovados, estão o primeiro, onde apenas informa a matéria sobre a qual dispõe a lei, e o último, que afirma que a lei entra em vigor na data da publicação, resultando em três artigos com algum conteúdo específico para a categoria.

¹⁷⁸ Essa narrativa de “trabalhadores informais” é conveniente para o então presidente Jair Bolsonaro, pois justifica alguns pontos da reforma da previdência, dentre os quais as medidas que dificultam o acesso à aposentadoria para muitos agricultores, especialmente para as agricultoras.

estas categorias são responsáveis por uma alta proporção dos alimentos básicos destinados ao consumo nacional, no contexto latinoamericano.

O desabastecimento alimentar interno em decorrência da pandemia é uma preocupação geral, sendo tema de discussão e análise pela FAO em parceria com países latinoamericanos desde seu início. No informe da CEPAL/FAO de junho de 2020, (2020, p. 2, tradução nossa), afirmou-se categoricamente que “a pandemia também mostrou que só o Estado tem capacidade para facilitar, coordenar e intervir para garantir a disponibilidade de alimentos.”

Nesse mesmo documento, foram apresentados os sinais de alerta nos mercados nacionais de alimentos em três diferentes níveis. O primeiro, quanto à oferta de alimentos, enfatiza que setor alimentar tem melhores condições de adaptação à crise do que outros setores da economia, mas chama a atenção para a importância das ações públicas que assegurem o financiamento das atividades produtivas em países, como ocorrido no Chile, Equador e México. O documento também evidencia que a oferta de alimentos pode ser afetada pela interrupção de cadeias de abastecimento por falhas logísticas, o que parece afetar especialmente as cadeias longas.

O segundo nível, na perspectiva da demanda, apresenta três pontos principais. O primeiro refere-se à redução da capacidade de compra de alimentos, especialmente em áreas urbanas, visto que a produção de alimentos para autoconsumo é uma prática que ameniza as necessidades das famílias rurais durante a interrupção das atividades econômicas. O segundo aspecto se relaciona com as mudanças nos padrões de consumo e uso dos alimentos, pois nesse contexto há substituição de alimentos mais nutritivos (e caros) por alimentos mais baratos e de menor qualidade, como os ultraprocessados.

O terceiro sinal de alerta refere-se ao aumento dos preços locais dos alimentos, apresentando dados de que os aumentos mais generalizados na América Latina foram observados no Uruguai, Colômbia e Brasil (locais em que houve maior inflação no preço dos alimentos).

Especificamente em relação ao Brasil, foi publicado em março de 2021, ou seja, um ano depois do início da pandemia, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil (2021) pela Rede

PENSSAN¹⁷⁹. Os dados para esse relatório foram coletados no último mês de 2020 e revelaram que o acesso aos alimentos foi reduzido em grandes dimensões no país, de modo que 55,2% dos domicílios brasileiros estavam enfrentando algum grau de insegurança alimentar (cerca de 116,8 milhões de pessoas), sendo em estágio grave em 9% dos domicílios, mas aumentando para 12% nas áreas rurais¹⁸⁰.

4.6.1 As/os novas/os agricultoras/es da RGF durante a pandemia de Covid-19

Entre a etapa de levantamento de campo (em fevereiro e março de 2020) e a etapa de coleta de dados específica junto às/aos novas/os agricultores¹⁸¹ (outubro a dezembro de 2020), pelo menos quatro pessoas de origem urbana em duas unidades deixaram de produzir alimentos. Certamente caberia uma investigação mais profunda dessas situações, o que não pôde ser feito no âmbito desta pesquisa, mas em um dos casos a pandemia foi mencionada como principal motivo da desistência quando retomamos o contato para a segunda etapa da pesquisa. Transcrevemos abaixo a fala dessa pessoa que à época do levantamento de campo produzia alimentos de base ecológica há 8 anos, sendo certificada há 4 anos¹⁸²:

“(...) eu tive que mudar da minha área de produção, tô morando numa casa bem menor, com terreno pequeno e não estou produzindo nem fazendo entrega de orgânicos como antes. Nós demos uma parada em função da pandemia, primeiro que afetou todo mundo, eu tive que deixar meu espaço grande por custos, e acabei vindo pra um lugar menor, é gostoso, mas é menor.” (transcrição de áudio enviado por Whatsapp em 20/12/2020)

Esta agricultora, que em fevereiro de 2020 tinha mais de cinquenta produtos certificados, afirmou ter paralizado a produção e a entrega de alimentos em setembro daquele ano, mas sinalizou o desejo de retomar algum tipo de produção a partir de janeiro de 2021. Reiterou, porém, que não seria no mesmo patamar

¹⁷⁹ A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) foi criada em 2012 e atualmente é coordenada por Renato Maluf.

¹⁸⁰ O estudo mostra, porém, que há diferenças regionais, de modo que no Norte e Nordeste do país a área rural tem maior proporção de insegurança alimentar do que na área urbana, enquanto nas demais regiões é o inverso.

¹⁸¹ Sabemos especificamente desses casos porque as pessoas retornaram nosso contato e afirmaram tal situação, mas acreditamos que pode ter havido outros casos de desistência entre as pessoas que não retornaram nosso contato.

¹⁸² No ano de 2019, a trajetória dessa agricultora em relação a migração e a agroecologia foi registrada em um vídeo produzido em uma parceria entre Cepagro, University of British Columbia e Inter-American Foundation.

produtivo anterior, mas que estava estudando possíveis culturas que correspondessem ao seu atual espaço disponível.

Avançamos agora sobre os dados coletados na segunda etapa da pesquisa junto às/aos dezoito novas/os agricultoras/es de origem urbana. Dentre elas/es, seis informaram fazer parte do grupo definido como “de risco”, que, naquele momento, era entendido como pessoas idosas e com doenças crônicas¹⁸³. Outros dois, apesar de não estarem no grupo de risco, informaram que nas suas unidades, haviam pessoas nesse grupo.

O isolamento social / distanciamento físico foi seguido pela maioria das pessoas, exceto por três pessoas que indicaram não ter cumprido essa recomendação em nenhum momento até a data da pesquisa (entre outubro e dezembro de 2020). Entre eles, nenhum estava no grupo de risco, mas um deles informou ter pessoas do grupo de risco na unidade. Doze pessoas afirmaram não ter recebido qualquer orientação técnica específica para a produção e comercialização de alimentos, seja de órgãos públicos, da certificadora, e/ou da agroindústria ou mercado para quem comercializava. Entre as seis pessoas que responderam ter recebido orientação técnica específica para a produção e comercialização de alimentos durante a pandemia, duas receberam apenas da certificadora, uma do grupo produtivo vinculada a certificação, uma recebeu orientações apenas da Epagri, uma recebeu da certificadora e da Epagri, e uma última unidade recebeu orientações específicas da certificadora a que está vinculado, da Epagri e dos mercados para quem comercializa. Dentre esses, quatro disseram ter seguido as recomendações integralmente e duas parcialmente (incluindo aqui duas das pessoas que informaram não ter cumprido o isolamento).

Além das orientações externas, onze novas/os agricultoras/es afirmaram ter implementado medidas de segurança por conta própria, dentre as quais constavam as orientações mais básicas recebidas por toda a população, como o uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento físico. Essa última medida implicou na restrição de atividades com o público em pelo menos duas unidades.

¹⁸³ No ano de 2021, houve uma mudança quanto à ênfase do “grupo de risco” para “comportamento de risco”, uma vez que o perfil das pessoas internadas por complicações da COVID-19 mudou, aumentando o caso de pessoas mais jovens com complicações. Dois elementos contribuíram para essa mudança: a vacinação em massa da população (tendo iniciado com o grupo de risco originalmente identificado) e o surgimento e rápida evolução de novas variantes do vírus. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/17/nao-existe-mais-grupo-de-risco-para-a-covid-19-entenda-por-que-cientistas-defendem-alerta-amplo-sobretudo-para-os-mais-jovens.ghtml>

Quanto à atividade produtiva, treze das dezessete unidades afirmaram ter observado aumento na demanda dos alimentos no período, embora uma pessoa tenha enfatizado que foi apenas volátil e no início das notícias, “reduzindo conforme as medidas de isolamento foram se flexibilizando” (informante unidade 4). Três pessoas afirmaram não ter tido qualquer alteração na demanda no período após o início da pandemia de Coronavírus. Uma pessoa não respondeu à questão.

Entre os treze que tiveram aumento de demanda, seis disseram ter conseguido atender totalmente à procura, tendo um informante evidenciado que isso foi possível por ter tido complemento com produtos de outros agricultores, e outro porque alterou a forma de comercialização (passando a fazer entregas). Seis pessoas afirmaram que conseguiram atender apenas parcialmente o aumento da demanda e uma pessoa afirmou que não pôde atender o aumento por não ter condições de entregar os alimentos.

Considerando as informações sobre DAP e acesso a políticas públicas de compra pública e distribuição de alimentos, especialmente via PNAE e PAA, observamos que houve dificuldade para três informantes que já haviam comercializado através dessas modalidades. Ou seja, dois deles não venderam nada nessa modalidade entre março e dezembro de 2020, e um afirmou ter conseguido fornecer somente no mês de agosto, com valor inferior a 50% do contrato. Nenhum/a das/os novas/os agricultoras/es acessou qualquer benefício público ou crédito especial da Secretaria Estadual de Agricultura ou do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

É possível afirmar que a pandemia de Covid-19 gerou uma série de consequências para as/os novas/os agricultoras/es da região estudada, sendo que nem todas foram necessariamente negativas. Ou seja, observou-se um aumento na demanda pelos alimentos de base ecológica na maioria dos casos, o que fortaleceu as redes de comercialização de proximidade para aquelas/es que já operavam através delas, e ampliou a participação de outras/os que ainda não participavam ou tinham uma participação mais tímida. No entanto, foram prejudicados especialmente aquelas/es poucas/os agricultoras/es que comercializavam através de compras institucionais, visto a instabilidade do governo no cumprimento dos contratos. Também sofreram com os impactos negativos as unidades produtivas que ofereciam

serviços de turismo ou de atendimento público presencial, pois essas atividades precisaram ser interrompidas por um período.

5 Considerações finais

Desde os nossos primeiros trabalhos de pesquisa com agricultores e agricultoras familiares no meio rural catarinense, notamos a presença de pessoas de origem urbana trabalhando com agricultura. Mesmo sem nunca ser um foco especial de pesquisa, nos era claro que haviam diferenças em relação às suas expectativas, formas de organização e trabalho e as das pessoas com origem rural com as quais costumeiramente trabalhávamos. O interesse específico em compreender melhor quem eram essas pessoas de origem urbana no meio rural surgiu tanto pelo desejo de refletir sobre os impactos da sua presença no meio rural, mas também entender como elas se envolviam nas comunidades, aprendiam as atividades agrícolas e delas viviam.

A revisão inicial da literatura nos deu algumas direções, a começar por um termo para identificá-los - neorurais. Ao longo da pesquisa, notamos que esse tornou-se muito polissêmico a ponto de não contribuir muito para nossa proposta. No Brasil, por exemplo, essa noção geral foi utilizada por diversos pesquisadores para referir-se a diferentes experiências que estavam observando no meio rural: de pessoas com origem urbana que passaram a trabalhar com agricultura ou outra atividade no espaço rural, ou que apenas foram morar no local sem desenvolver nenhuma atividade vinculada a ele, ou que tinham origem rural e/ou sempre moraram no rural mas se converteram à produção agroecológica, entre outras. Analisando alguns documentos mais recentes produzidos na Europa e nos Estados Unidos, porém, encontramos abordagens mais específicas para referir-se às pessoas de origem urbana dedicadas ao trabalho agrícola, como “new farmers” e “new entrant into farm”, os quais nos direcionaram para estabelecer a definição do grupo em foco em torno das/os novas/os agricultoras/es de origem urbana.

Essa definição derivada do trabalho (agricultura), e não pelo espaço (rural) teve outras consequências, como a de nos permitir explorar o fenômeno especialmente a partir da dimensão do agenciamento. Com o decorrer da pesquisa, cada vez mais essa perspectiva se mostrou adequada para a compreensão dos dados, pois, de modo geral, notamos que as pessoas não se envolvem com o rural como um todo, mas se comprometem com partes dele, normalmente com aquilo que corresponde à sua ideologia e seus interesses particulares. No caso analisado,

a agricultura de base ecológica com comercialização direta é onde as/os novas/os agricultoras/es parecem encontrar as possibilidades de satisfação de suas necessidades por liberdade e qualidade de vida.

Outra consequência da definição do conceito central em torno de novas/os agricultoras/es foi que isso nos possibilitou explorar uma região heterogênea (e em alguns pontos, conturbada) no que diz respeito a áreas rurais e urbanas. Especificamente optamos em realizar a pesquisa na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, onde anteriormente havíamos realizado pesquisa junto às agricultoras agroecológicas e onde havíamos observado pessoas com origem urbana (RAMOS, 2016). Essa escolha do local também foi motivada por algumas sugestões da literatura: de que os migrantes preferem locais próximos às grandes cidades e majoritariamente se dedicam à produção de base ecológica. Ou seja, escolhemos a RGF porque o município de Florianópolis, sendo a capital estadual, oferece uma variedade de serviços, muitos dos quais inexistentes em outras regiões do estado, e por isso costuma atrair muitas pessoas, as quais têm contribuído não apenas para o aumento populacional neste município mas também com a conurbação em seu entorno. A capital catarinense também é apontada como uma grande consumidora de alimentos orgânicos e conforme pesquisa realizada na parte insular de Florianópolis por Rover *Et al.* (2015), a maior parte dos alimentos *in natura* comercializados em feiras e sacolões eram provenientes de unidades produtivas do próprio estado catarinense.

Essas escolhas foram orientadas pelo objetivo central desta pesquisa, a recordar, investigar como projetos individuais são articulados pelos atores sociais às condições materiais, socioculturais e político institucionais, conformando, assim, diferentes possibilidades de reprodução social destas/os novas/os agricultoras/es e como essas experiências se articulam ao mesmo tempo que ajudam a compor as dinâmicas do setor agroalimentar local e regional.

Tendo direcionado nosso olhar para as/os novas/os agricultoras/es de base ecológica, definimos os instrumentos de pesquisa mais adequados para a coleta de dados. Assim, como gostaríamos de fazer um levantamento de campo que cobrisse toda a região, consideramos que o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos era um ponto de partida interessante, pois nele consta ou deveria constar, todas/os as/os agricultoras/es de diferentes sistemas produtivos de base ecológica que comercializam ou pretendem fazê-lo. A inscrição nessa base de dados do governo

federal depende da certificação, e como a certificação é um processo temporal (BRASIL, 2007) que demanda investimentos (financeiros e/ou sociais, no caso da certificação participativa) entendemos que poderíamos tomar a inscrição como uma indicação do comprometimento (no sentido de um projeto de médio e longo prazo) destas pessoas de origem urbana com a atividade agrícola.

Nos meses de fevereiro e março de 2020 realizamos centenas de chamadas telefônicas para cada uma das pessoas cadastradas na região, dedicadas sobretudo à produção primária vegetal. Dessa forma, coletamos informações de 152 pessoas, dentre as quais identificamos 46 de origem urbana, as quais foram convidadas a participar da etapa seguinte da pesquisa, em que pretendíamos realizar entrevistas na própria unidade produtiva.

Ainda sobre a fase de levantamento de campo, aproveitamos a oportunidade de contatar tantas pessoas em 19 dos 22 municípios da região, para aplicar um questionário e coletar informações sobre eles, a unidade produtiva, a certificação e a comercialização, material este que foi utilizado para atualizar o contexto da produção de alimentos de base ecológica na região. Além disso, os dados coletados naquele momento nos possibilitaram replanejar a pesquisa, o que foi indispensável devido a pandemia de Covid19. Isto é, mesmo não podendo de ir a campo como tínhamos planejado desde o início, conseguimos criar um instrumento para coleta remota de dados considerando que as informações do *survey* inicial revelaram que todos os agricultores e agricultoras da região, independente da sua origem, tinham acesso à internet.

Considerando que o convite para participar da segunda etapa havia sido bem recebido pelas/os novas/os agricultoras/es identificadas/os na etapa de levantamento, reconhecemos que a abrangência do estudo específico esteve aquém das nossas expectativas. Ou seja, das 46 pessoas que identificamos ter origem urbana naquela etapa, apenas 18 participaram efetivamente da etapa de coleta de dados remota, representando 17 unidades produtivas. Foram vários os motivos para a redução no número de participantes previstos: alguns deixaram de trabalhar com agricultura no período, por conta da pandemia ou não, outros não se sentiram confortáveis em participar do formato remoto, ou quiseram, mas não tiveram tempo hábil para isso, entre outros. Entretanto, quando começamos a analisar as informações coletadas, percebemos que de certa forma conseguimos reunir uma amostra proporcional ao que tínhamos identificado na fase anterior no

que diz respeito ao gênero, idade e locais de origem das pessoas de origem urbana. A mesma proporção não foi atingida quanto às certificadoras a que estavam vinculadas/os, onde observamos a redução de cinco para duas organizações representadas. Especificamente, observamos que 94% das/os novas/os agricultoras/es participantes da etapa remota da pesquisa tinham seus produtos certificados pela Ecovida, organização essa que certificou 80% entre as pessoas de origem urbana identificadas na etapa de levantamento. Em ambos os casos, porém, notamos a preponderante representação desta instituição na região.

Percebemos que a adesão a uma entidade participativa de certificação confere uma oportunidade pedagógica reconhecida pelas/os próprias/os novas/os agricultoras/es, uma vez que a obrigatoriedade de participar de grupos ou associações produtivas os colocam necessariamente em contato com outras/os agricultoras/es, como que aprendem através do compartilhamento de informações e conhecimentos¹⁸⁴. A rede formada através dos ideais da agroecologia, neste caso, revelaram-se mais intensas para as/os novas/os agricultoras/es do que as redes que poderiam se formar pela proximidade geográfica.

Os dados também nos revelaram que há algumas similaridades com outras experiências analisadas por outros pesquisadores e pesquisadoras. Dentre elas, mencionamos que as/os novas/os agricultoras/es não são necessariamente jovens, de modo que a definição da categoria por idade deixaria de incluir uma boa parte delas/es caso fosse adotada para fins de definição de políticas públicas, por exemplo. Também verificamos que o nível educacional do grupo analisado é mais alto do que entre as/os agricultoras/es de origem rural, mas no caso específico, esse índice era também maior do que a média urbana no estado (66% dos participantes da pesquisa tinham concluído o nível superior, contra apenas 9,32% em Santa Catarina). A presença da Universidade Federal de Santa Catarina na região desde o início dos anos 1960 provavelmente está relacionada a isso, bem como com a grande quantidade de profissionais anteriormente dedicados à docência universitária, sinalizando um viés de classe da categoria estudada.

As motivações indicadas pelas/os participantes da nossa pesquisa também correspondem, de modo geral, a uma “busca por qualidade de vida”, que parece se

¹⁸⁴ Não desconsideramos que a participação em grupos seja uma oportunidade pedagógica baseada em trocas de saberes para todas/os as/os participantes, independente da sua origem, apenas enfatizamos aqui de acordo com a direção tomada pela pesquisa,

materializar a partir de determinados fatores ambientais presentes no meio rural. Nesse sentido, a qualidade ambiental buscada pelas/os novas/os agricultoras/es se revela em contraste com aquilo que o urbano não tem ou deixou de oferecer: natureza, ar puro, água, paisagem, floresta. No entanto, o meio rural não oferece os serviços essenciais para a maioria, o que faz com que as/os novas/os agricultora/es se desloquem frequentemente até alguma cidade ou centro mais estruturado para atender às suas necessidade de compras de itens pessoais, domésticos e para a produção e a unidade, ou para ter acesso a serviços de saúde e educação.

Nessa busca pelo “melhor dos dois mundos”, unidades produtivas em áreas mais próximas à capital são preferidas em detrimento de áreas mais afastadas, como observamos em comum com outros estudos. Tal proximidade com um centro urbano, porém, não é indicada apenas como uma necessidade pessoal, mas favorece as atividades produtivas da própria unidade, seja pela facilidade para entrega de produtos nas cidades, onde está concentrado o público consumidor, ou de atendimento ao público urbano que visita a unidade.

Nem sempre é possível conciliar todos anseios de uma só vez, e por isso, notamos que a migração muitas vezes ocorre em etapas: é comum haver um período entre a aquisição da unidade (por compra ou arrendamento) e a mudança para o local. Pessoas que têm filhos em idade escolar, e/ou que mantêm algum vínculo profissional presencial e/ou que dependam de serviços de saúde, são aquelas que têm mais dificuldade para mudar-se para o meio rural definitivamente. Entendemos que os dois primeiros motivos dificultam especialmente a migração de pessoas mais jovens, enquanto o último, o de pessoas com mais idade. Essa observação sustenta a ideia de que pode haver um momento intermediário mais favorável para viver no meio rural na perspectiva das/os novas/os agricultoras/es, mas também de que elas/es não consideram os serviços locais suficientes para o atendimento de suas necessidades.

Ainda em comum com outras pesquisas, percebemos que quando migram, as/os novas/os agricultoras/es o fazem principalmente em casais e na maioria dos casos, ambos dedicam-se em alguma medida às atividades agrícolas. Porém, diferente dos primeiros neorurais analisados por Giuliani (1990) no Rio de Janeiro, consideramos que as/os novas/os agricultoras/es de base ecológica da região da Grande Florianópolis reproduzem, em sua maioria, o modelo de produção familiar,

embora o acesso a políticas públicas destinadas a esse setor seja pouco frequente, bem como a participação em sindicato da categoria.

Quanto às formas de comercialização, identificamos que há uma tendência maior à diversificação dos canais e que as principais e preferidas formas de comércio são aquelas de proximidade e de venda direta ao consumidor final. Considerando que 2020 foi um ano de incertezas e que demandou ajustes nas formas de relacionamento, observamos que ao passo em que o espaço da feira foi interrompido ou reduzido, houve aumento nas entregas de produtos a domicílio, algumas das quais em modalidades específicas como CSA's e CCR's. Reforçamos a importância da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente através do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC), e também do CEPAGRO, no apoio direto à articulação entre as famílias agricultoras e grupos produtivos na região e consumidores através das Células de Consumidores Responsáveis. Experiências desse tipo já vinham se organizando há alguns anos, mas com o novo contexto derivado da pandemia, sua importância foi reforçada tanto para as/os agricultoras/es como para as/os consumidora/es.

O mesmo não se pode dizer das compras institucionais, as quais foram interrompidas ou drasticamente reduzidas no período, prejudicando as/os poucas/os novas/os agricultoras/es adeptos a esse mercado, mas provavelmente muitas/os agricultoras/es em toda a região e no país. Sentimos que a instabilidade por parte dos governos estaduais e federais em manter contratos de compra institucional pode ser um estímulo negativo para a participação de outras/os agricultoras/es no futuro, bem como um sinal de descompromisso com a agenda da segurança alimentar.

No que tange ao acesso à renda, cinco novas/os agricultoras/es informaram que 100% dos seus rendimentos são decorrentes das atividades agrícolas. Entre eles, em comum, observamos a combinação entre o uso da mão de obra familiar e dedicação em tempo integral à unidade produtiva. Mas cabe reforçar que há uma variedade de arranjos internos nas unidades estudadas, de modo que mesmo quando a/o respondente informou que se dedicava integralmente à unidade, a renda familiar poderia ser composta com outras entradas, como por exemplo, pelo emprego do seu respectivo companheiro, ou aposentadoria (sua e/ou de outra pessoa da unidade), ou aluguel de outros imóveis. De todo modo, não podemos deixar de enfatizar que aquelas/es que se dedicam exclusivamente às unidades

produtivas, também são os que mais contratam trabalhadores em regime de constância, com ou sem CLT, diferente daquelas/es com dedicação parcial, as/os quais apenas indicaram contratar diaristas ou fazer trocas de dias de serviço com os vizinhos.

À exceção da experiência do assentamento da reforma agrária, reafirmamos que o fenômeno não projeta-se como algo coletivo, mas pelo contrário, é um processo intrinsecamente individual (expandido apenas para o núcleo familiar mais imediato). Um dos elementos que demonstra essa característica é uma constante evocação à liberdade por parte das/os novas/os agricultoras/es, as/os quais orientam suas expectativas de sucessão no mesmo sentido, ou seja, proporcionando liberdade de escolha aos filhos e filhas em dar continuidade ou não ao projeto.

Além disso, algo que notamos em comum com outras pesquisas também, é uma tendência de entender inicialmente o meio rural como um local repleto de “natureza”, mas socialmente “vazio”, de modo que estaria plenamente disponível para realizar o sonho de liberdade das pessoas urbanas. Nos parece que há uma ênfase na perspectiva romantizada do meio rural, provavelmente inspiradas por ruralidades estrangeiras, algo incompatível com a realidade local. Essa visão simplificada provavelmente é oriunda da falta de conhecimento empírico sobre o meio rural, algo comum entre as populações urbanas que normalmente não tomam como suas as questões relativas ao desenvolvimento rural. De modo geral, notamos que as/os novas/os agricultores que migram não querem, de fato, “voltar” para o rural que existe, mas querem modificá-lo para atender às suas expectativas pessoais mais imediatas, sem necessariamente tomar parte das demandas e lutas históricas da população do meio rural por alterações estruturais.

Mesmo querendo ir ao campo aproveitar o que há de melhor naquele espaço, ainda notamos que há, por parte de algumas pessoas, um certo preconceito para com as pessoas tradicionalmente do campo, de modo que alguns mantêm um ar de superioridade em relação à comunidade no entorno, ou com a “outra vizinhança”. Assim, não nos surpreende que houveram descrições das pessoas locais como conservadoras, machistas, preconceituosas, pouco adeptos à agricultura de base ecológica, entre outros. Aqui reforçamos, mais uma vez, que há maior proximidade entre pessoas de origem rural e urbana através dos grupos produtivos a que estão

vinculados, os quais não correspondem necessariamente ao espaço geográfico próximo.

Cabe mencionar ainda, que algumas questões emergentes não puderam ser respondidas no âmbito desta pesquisa, mas poderão orientar pesquisas futuras. Uma delas refere-se ao impacto que as/os novas/os agricultoras/es (ou aspirantes) ou apenas novas/os ocupantes do meio rural causam no mercado de terras e conseqüentemente em relação às possibilidades de reprodução social das famílias agricultoras na região. Ainda nesse ponto, consideramos que além da compra privada da terra, de modo individual ou coletivo, outros modos de acesso à terra precisam ser melhor investigados, como é o caso de assentamentos da reforma agrária com a participação de pessoas de origem urbana.

Também nos parece interessante investigar mais profundamente os motivos pelos quais há baixa adesão às políticas públicas para o meio rural mesmo nos casos em que são atendidas as exigências para isso. Esse esforço nos permitiria identificar de que maneira as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana poderiam ser incluídas/os em tais políticas públicas de desenvolvimento rural sem, no entanto, prejudicar a participação de agricultoras e agricultores familiares de origem rural. Consideramos que para isso, a primeira e mais difícil das tarefas seria definir os critérios para a objetivação da categoria, para o que seria necessário mais informações. No entanto, o esforço para a criação de política pública exclusiva para a categoria ou inclusiva em outras políticas já estabelecidas, só se justificaria se os projetos das/os novas/os agricultoras/es estiverem em sintonia com projetos coletivos de sociedade, superando o caráter individual do empreendimento.

Se conseguimos responder alguns dos nossos questionamentos iniciais, logo se vê que outros ficaram em aberto e provavelmente não apenas por conta do contexto específico em que a pesquisa foi desenvolvida, o que nos obrigou a realizar alterações de objetivos e metodologias com as quais não estávamos plenamente habituados, mas pela amplitude do objeto em si. Além disso, analisar os dados numa perspectiva relacional, com um esforço por considerar diversos elementos simultaneamente, é desafiante e complexo, mas avaliamos ter sido uma boa opção porque mais do que nos permitir uma análise específica das experiências individuais como trajetórias de vida, pudemos situar o fenômeno no contexto mais amplo em relação às condições sócio-políticas e temporais.

Em última análise, reforçamos a importância de pesquisas sobre o fenômeno,

pois durante todo o processo da pesquisa, observamos que há um interesse crescente pelas áreas rurais e pela vida no campo. Em conversas privadas, dentro e fora da academia, muitas pessoas comentavam ter esse objetivo, esse sonho para sua vida. Além disso, há inúmeros perfis em redes sociais que incentivam a migração para o meio rural através das suas experiências próprias, bem como cursos e vídeos que ensinam “o caminho da roça”. Na mídia brasileira, reportagens aparecem cada vez mais frequentemente, como o Globo Repórter de 06 de março de 2021¹⁸⁵, cujo tema especificamente era a migração de pessoas urbanas para ambientes rurais em diversas situações.

Consideramos que mesmo quando a migração não se efetiva, esse interesse público poderia contribuir para a divulgação e engajamento de pessoas de origem urbana às agendas do desenvolvimento rural, algumas das quais sinalizadas acima e que afetam não apenas as pessoas que vivem no campo e agricultoras/es, mas toda a sociedade. No entanto, o que observamos mais comumente são retratos deslocados da realidade, em que se constrói uma visão idealizada do rural a partir da perspectiva dos casos bem sucedidos, onde até as maiores dificuldades são enfrentadas e vencidas de modo “individual”. Essa perspectiva, por sua vez, não é adotada apenas pela mídia de massa, ou pelo senso comum, mas aparece também em pesquisas acadêmicas que muitas vezes são orientadas por interesses e experiências pessoais das/os próprias/es pesquisadoras/es, os quais carregam consigo uma visão urbano-centrada do meio rural. Esse tipo de abordagem, em nossa avaliação, pode contribuir tanto para o acirramento das distâncias sociais entre determinados tipos de agricultura e de ruralidades como por exemplo entre os chamados agricultoras/es “estabelecidos” e “periféricos”, mas também reforçar a dicotomia urbano e rural, agora não em relação ao espaço especificamente, mas às pessoas, uma vez que enfatiza uma pretensa superioridade de ação das pessoas de origem urbana em relação às de origem rural no espaço rural.

¹⁸⁵ Vídeo completo:

https://www.youtube.com/watch?v=bw--l3PgP0s&ab_channel=BoraproRancho%3F

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago de; BELLON, Stéphane; BRANDENBURG, Alfio; OLLIVIER, Guillaume; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir Roberto; AVENTURIER, Pascal. Controvérsias e relações entre agricultura orgânica e agroecologia. *In: Rede de agroecologias: experiências no Brasil e na França*. Organizadores Alfio Brandenburg, Jean-Paul Billaud, Claire Lamine. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 171-198

AGÊNCIA BRASIL. Luz para Todos inaugura obras em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *In: Empresa Brasil de Comunicação*. 11/08/2005. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-08-11/luz-para-todos-inaugura-obras-em-santa-catarina-e-rio-grande-do-sul> Acesso em 08 de setembro de 2021

AGÊNCIA SENADO. Bolsonaro sanciona apoio a agricultor familiar, mas veta auxílio emergencial. *In: Senado Notícias*. 25/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/25/bolsonaro-sanciona-apoio-a-agricultor-familiar-mas-veta-auxilio-emergencial> Acesso em 03 de maio de 2021

AHEARN, M., NEWTON, D. 2009. **Beginning Farmers and Ranchers. A report from the Economic Research Service**. United States Department of Agriculture. Disponível em: https://www.ers.usda.gov/webdocs/publications/44395/9417_eib53_1_.pdf?v=6979 Acesso em 19 de janeiro 2021

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente/ Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000. 250 p.

ALVES, Alda Cristiane de Oliveira 1; SANTOS, André Luis de Sousa dos 2; AZEVEDO, Rose Mary Maduro Camboim de. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. *In: Revista Brasileira de Agroecologia*. 7(2): 19-27 (2012). Disponível em: https://orgprints.org/id/eprint/22814/1/Alves_Agricultura%20org%C3%A2nica.pdf Acesso em 10 de agosto de 2021.

ASSIS, Renato Linhares de. **Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. 35 p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 196).

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica? controvérsias e tendências. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR

AUN, Nádia Jarouche. **Agricultura orgânica e atores neo rurais na Serra da Mantiqueira: o grupo Orgânicos da Mantiqueira, Gonçalves, MG**. São Carlos: UFSCar, 2012. Dissertação de mestrado. 116. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/137/4772.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 26 de junho de 2019

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

BARBOSA FERREIRA, Ignez Costa. Ceres e Rio Verde: Dois Momentos No Processo de Expansão da Fronteira Agrícola. In: CATHERINE AUBERTIN. (Org.). FRONTEIRAS. BRASÍLIA: UNB, 1988, v. , p. 415-458. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37775.pdf Acesso em 03 de outubro de 2021

BARCELLOS, Tanya M. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (16) I: 296-309, 1995. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235710507.pdf> Acesso em 26 de maio de 2021

BERNARDELLI, Luan Vinicius; CASTRO, Gustavo Henrique Leite de; GOBI, José Rodrigo; MICHELLON, Ednaldo; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Formalidade do mercado de trabalho e produção agrícola no Brasil. In: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Texto para Discussão**, maio de 2020. Brasília : Rio de Janeiro: Ipea , 1990-

BISSIGO, Diego Nones. O projeto colonizador brasileiro e a colônia nacional Angelina. In: **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, SV. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/174/153> Acesso em 01 de junho de 2021

BOSSETI, Cleber José. Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil. 2012. 408 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC: 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Difel: Lisboa / Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias** : uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-8SLL7U/1/tese_fernando_braga_2011.pdf Acesso em 19 de abril de 2019

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 11-28, jul./dez 2002; Editora UFPR

_____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. In: **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13> Acesso em 01 de junho de 2021

BRASIL. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. 1993 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm Acesso em 21 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em 15 de fevereiro de 2020

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline#:~:text=JULO%20DE%202006.-,Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a%20formula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,Familiar%20e%20Empreendimentos%20Familiares%20Rurais>. Acesso em 10 de junho de 2021

BRASIL. Casa Civil. Lei no. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília – DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em 22 de junho de 2021

BRASIL. Decreto de regulamentação da produção orgânica. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm . Acesso em 15 de fevereiro de 2020

BRASIL; Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210 p.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em 10 de junho de 2021

BRASIL; Presidência da República/Casa Civil/Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário/Gabinete do Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Portaria Nº 523, De 24 de agosto de 2018, que disciplina a emissão de declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397/do1-2018-08-27-portaria-n-523-de-24-de-agosto-de-2018-38405190 Acesso em 30 de novembro de 2021

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Orgânicos na Alimentação Escolar: a agricultura familiar alimentando o saber. Sem data. Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/5240-cartilha-org%C3%A2nicos-na-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar> Acesso em 14 de junho de 2021

BRASIL. Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020. Presidência da República, Secretaria-Geral. 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm Acesso em 03 de maio de 2021

BRASIL. Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020 Presidência da República, Secretaria-Geral. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm Acesso em 03 de maio de 2021

BRASIL. Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020. Presidência da República, Secretaria-Geral. 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10329.htm#art1. Acesso em 03 de maio de 2021

BRASIL. Decreto nº 10.344 de 11 de maio de 2020. Presidência da República, Secretaria-Geral. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.344-de-11-de-maio-de-2020-256165816> Acesso em 03 de maio de 2021

BRASIL. Lei nº 14.023 de 08 de julho de 2020. Presidência da República, Secretaria-Geral. 2020e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14023.htm#art Acesso em 03 de maio de 2021

BRASIL. Portaria nº 116 de 26 de março de 2020, que dispõe sobre os serviços, as atividades e os produtos considerados essenciais pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos e bebidas, para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2020f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-116-de-26-de-marco-de-2020-250059467> Acesso em 03 de maio de 2021

BRASIL; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Guia prático de organizações de controle social (OCS) / Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/AECS, 2020. 76 p.

BRASIL, 2021. Portaria nº 52 de 15 de março de 2021, que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-52-de-15-de-marco-de-2021-310003720> Acesso em 07 de outubro de 2021.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia Camarano; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro / Brasília, 1999. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf Acesso em 06 de maio de 2021

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/31.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2021

CAPORAL, Francisco Roberto. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. 2005 14p. Disponível em: <https://ceca.ufal.br/professor/jhqc/PNATER%20Primeiros%20passos%20%20Caporal.pdf> Acesso em 01 de dezembro de 2021

CAPORAL, Francisco Roberto. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011. *In: Cadernos de Agroecologia* – ISSN 2236-7934 – Vol 6, No. 2, Dez 2011. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/11858/8174> Acesso em 01 de dezembro de 2021

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Resenha de "Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula", Veiga, José Eli da. Campinas - São Paulo, Editores Associados, 2002. *In: GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N - 13, p. 179-187, 2003.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A sociologia dos agenciamentos mercantis e a contribuição de Michel Callon para o estudo dos mercados. *In: Revista Sociedade e Estado* - volume 34, n° 3, Setembro/Dezembro 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000300745&lng=en&nrm=iso, acesso em 27/04/2020.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, outubro de 1998: p. 53-75. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm?iframe=true&width=80%25&height=80%25> Acesso em 08 abril de 2021

CEPAL-FAO. **Informe Covid-19**: Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. 19 de junho de 2020. Disponível em:

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45702-como-evitar-que-la-crisis-covid-19-se-transforme-crisis-alimentaria-acciones> Acesso em 03 de maio de 2021

CHAMPAGNE, Patrick. La reproduction de l'identité. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 65, novembro 1986, p. 41–64. Disponível em:

https://www.persee.fr/doc/AsPDF/arss_0335-5322_1986_num_65_1_2349.pdf

Acesso em 13 de janeiro de 2022

CHEVALIER, Michel. Les phénomènes néo-ruraux. *In: L'Espace géographique*. Année 1981, 10-1, p. 33-47. Disponível em:

http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1981_num_10_1_3603 Acesso em 11

de novembro de 2017

CODONHO, Camila Guedes. “**Ser orgânico**”: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. 2013. 291 f. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013. Disponível em:

http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280217/1/Codonho_CamilaGuedes

_D.pdf Acesso em 12 de novembro de 2017

CUNHA, Lucas de Lima e. A fotografia como meio de apreensão da sociedade: uma experiência em Sociologia Ambiental. *In: Rev. Sociologias Plurais*, v. 5, n. 1, p. 147-171, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/68218>

Acesso em 19 de junho de 2020

DA SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo Rural Brasileiro**: uma atualização para 1992-1998. Sem data. Disponível em:

<https://www.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/ONovoRuralBrasileiro1992-98.pdf>

Acesso em 09 de junho de 2021

DA SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente no novo rural brasileiro. *In: Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan./abr. 2002. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228767353_O_que_ha_de_realmente_novo_no_rural_brasileiro Acesso em 16 de abril de 2020

DA VEIGA, José Eli. Diretrizes para uma nova política agrária. *In: Reforma agrária e desenvolvimento sustentável* / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite et alii (orgs.). Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. Disponível em:

http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/1998_Diretrizes-para-uma-nova-politica-agraria.pdf Acesso em 10 de fevereiro de 2021

DE'CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2013. p. 105-130. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/rccs/5245> Acesso em 12 de fevereiro de 2021

DESCHAMPS, Marley Vanice; DELGADO, Paulo Roberto. **Santa Catarina no contexto migratório nacional**: um estudo dos fluxos e das características de quem migra. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP

– Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZyEMUhm3m2I72TNJ2jGOeGW0BiaLbpqi/view> / <https://necat.ufsc.br/artigos-cientificos/> Acesso em 06 de janeiro de 2022

DÉPELTEAU, François. Relational Thinking: A Critique of Co-Deterministic Theories of Structure and Agency. *In: Sociological Theory*, 26:1 March 2008. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/04/Archer-co-determinism.pdf>

Acesso em 26 de abril de 2021

EMIRBAYER, Mustafa. A Manifesto for a Relational Sociology. *In: American Journal of Sociology* 103(2), set., 1997. p. 281-317. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/246757783_A_Manifesto_for_a_Relational_Sociology Acesso em 25 de abril de 2021

EIP-AGRI - European Innovation Partnership Agricultural Productivity and Sustainability /

Focus Group on New entrants into farming: lessons to foster innovation and entrepreneurship. **FINAL REPORT**. 3 MAY 2016 Disponível em: <https://ec.europa.eu/eip/agriculture/en/publications/eip-agri-focus-group-new-entrants-final-report> Acesso em 23 de março de 2021

EPAGRI. **O valor da Epagri**: o trabalho que impulsiona o agronegócio catarinense, 009-2018. Florianópolis, 2018. 32p. (Epagri, Documentos, 285). Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_epagri/DOC/DOC-285-Relatorio-Epagri-2018.pdf Acesso em 3 de maio de 2021

ESPÍNDOLA, Carlos José. Configurações socioespaciais das estruturas produtivas catarinenses pós-2000. *In: Rev. Entre-Lugar*. Dourados, Mato Grosso Do Sul. 11(21), jun., 2020. p. 159-182. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/342193665_CONFIGURACOES_SOCIOESPACIAIS_DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS CATARINENSES POS-2000

Acesso em 05 de janeiro de 2022.

FERNANDES, Maria Esther. Imagem e Olhar em Pesquisa: para além do visível. *In: Revista Hospitalidade*, São Paulo, v. VIII, n. 2, jul./dez., 2011, p. 38-51. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/468> Acesso em 11 de junho de 2020

FERRAZ, Cláudia Pereira; ALVES, André Porto. **Da Etnografia virtual à Etnografia online**: Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital. 41º Encontro Anual ANPOCS, 2017, Caxambu, MG. Disponível em :

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg10-4/10962-da-etnografia-virtual-a-etnografia-online-deslocamentos-dos-estudos-qualitativos-em-rede-digital/file> Acesso em 14 de janeiro de 2020

FREITAS, Priscilla Bitencourt. **A busca de um novo modo de vida e trabalho: as mudanças no cotidiano dos novos-rurais**. 2005. 118 f. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101957/234306.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 12 de novembro de 2017

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALHARDO, Luiz Ricardo; DA SILVA, Laura Fernanda Simões; LIMA, Ângela Simone Freitag. Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. *In: Revista Ciência, tecnologia & Ambiente*. Vol. 8, No. 1, 37-45 (2018) ISSN 2359-6643 Disponível em: file:///C:/Users/alskd/Downloads/129-Texto%20do%20Artigo-811-1-10-20190522.pdf Acesso em 12 de maio de 2020

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir Rufino de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*. v. 29, n. 2 – junho a setembro de 2021. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/esa29-2> Acesso em 02 de junho de 2021

GELBCKE, Daniele Lima. **Agroturismo e Produção do Espaço nas Encostas da Serra Geral: Entre a Ideia e a Prática**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 199 p. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/89187/231348.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 20 de setembro de 2021

GELBCKE, Daniele Lima; ROVER, Oscar José; BRIGHTWELL, Maria das Graças Santos Luiz; SILVA, Clécio Azevedo da; VIEGAS, Mauricio da Trindade. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 539-560, out. 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_a_proximidade/ESA26-3_a_proximidade_PDF Acesso em 21 de janeiro de 2021

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. 6a. ed.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente, 2008. Disponível em: http://www.uel.br/cce/didatico/omar/modulo_b/a12.pdf Acesso em 21 de novembro de 2021

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *In: RBCS/Anpocs*, n. 14, ano 5, out. 1990. Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm Acesso em 20 de novembro de 2017.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *In: Rev. Econ. Sociol. Rural* - vol.46 no.2 Brasília Apr./June 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000200008 Acesso em 05 de março de 2021

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* / Organizadores Catia Grisa e Sergio Schneider - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* / Organizadores Catia Grisa e Sergio Schneider - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.

GUIVANT, Julia S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *In: Ambiente & Sociedade* – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/HmJFgjdNrBm6s93jL8ZRw4r/abstract/?lang=pt> Acesso em 25 de janeiro de 2021

HOGAN, Daniel Joseph. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. *In: Revista Brasileira de Estudos de População* - v. 22, n. 2, p. 323-338, São Paulo, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/LWVGJ5dnzkNkfqD4ggSMqhCz/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 20 de maio de 2021

IBGE. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2018**. 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=22367&t=resultados>. Acesso em 20 de abril de 2019.

_____. **Censo Agropecuário 1995**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996> Acesso em 20 de janeiro de 2021

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017> Acesso em 20 de abril de 2019

_____. **Metodologia do censo demográfico 2010** / IBGE. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016 720 p. - (Relatórios metodológicos, ISSN 0101-2843 ; v. 41) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2020.

_____. **Estadísticas do Século XX**. Sem data. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/apresentacao-seculoxx.html> Acesso em 17 de maio de 2021

KARAM, Karen. A mulher na agricultura orgânica e novas ruralidades. *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 303-320, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100016/8700> Acesso em 28 de maio de 2020

KARAN, K. F.; ZOLDAN, P. Comercialização e consumo de alimentos agroecológicos: Pesquisa dos locais de venda, pesquisa do consumidor - Região da Grande Florianópolis. CEPA/SC, Florianópolis, 2003. 51 p. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepapublicacoes/agroecologicos.pdf Acesso em 27 de janeiro de 2021

LOPES, Aline Marinho. Os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro. *In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura* - v. 22, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/506> Acesso em 12 de janeiro de 2021

LOPES, Paulo Rogério; LOPES, Keila Cássia Santos Araújo. Sistemas de produção de base ecológica - a busca por um desenvolvimento rural sustentável. *In: REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5047/4185> Acesso em 05 de agosto de 2021

LUZZI, Nilsa. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/10932837.pdf> Acesso em 12 de fevereiro de 2021

MAILFERT, Kate. New farmers and networks: how beginning farmers build social connections in France. *In: Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*. 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9663.2007.00373.x> Acesso em 15 de maio de 2019

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da imagem*. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia; CUERVO-FERNÁNDEZ, Ivón Natalia; COSTA, Suzana Morelo Vergara Martins. (2019). Entrevista “Do peso do trabalho leve à persistência da alma campestre: entrevista com Maria Ignez Silveira Paulilo”. *In: PerCursos*, 20(43), 215 - 264. Disponível em:

<https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620422019215> Acesso em 25 de janeiro de 2022

MATTEI, L. **Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF**. Florianópolis: UFSC, 2006. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Disponível em: file:///C:/Users/alskd/Desktop/TEXTOS%20TESE/PRONAF%20em%20SC%20LAUR O%20MATTEI.pdf Acesso em 29 de novembro de 2021

MENDEZ SASTOQUE, Marlon Javier. Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2013, vol.51, suppl.1 [cited 2019-03-11], pp.s031-s048. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/DfDbBjLdyQ5yKDHV9c6rqz/?lang=es> Acesso em 26 de junho de 2019

MIOTO, B. T.; LINS, H. N.; MATTEI, L. A realidade demográfica de Santa Catarina na virada para o século XXI. In: MATTEI, L.; LINS, H. N. (Orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**: Editora Argos, 2010, p. 283-321. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/a_realidade_demografica_de_sc_na_virada_p_o_seculo_xxi.pdf Acesso em 05 de janeiro de 2022

MIOTO, Beatriz Tamasso. **Movimentos migratórios em Santa Catarina no Limiar do século XXI**. Orientador: Lauro Mattei. TCC (Graduação): Curso de Ciências Econômicas, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122386/Economia293384.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 22 de novembro de 2021

MORAES, Sergio Torres; GUARDA, Antonio; ZACCHI, Gabriela Stein. A caracterização das regiões metropolitanas catarinenses e o estatuto da metrópole. In: **Geosul** - Revista do Departamento de Geociências - CFH/UFSC. Florianópolis, c. 33, n. 67, mai/ago, 2018. p. 38-61. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n67p38> Acesso em 07 de abril de 2019

MORILLO RODRÍGUEZ, María José. Las migraciones hacia lo rural: ruptura laboral. In: Camacho Ballesta, J. A. y Jiménez Olivencia, Y. (eds.). **Desarrollo Regional Sostenible en tiempos de crisis**. Vol. 2, cap. 42, pág. 781-797. Ed. Universidad de Granada, Granada, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10481/27493> Acesso em 01 de agosto de 2019

MUNDO NETO, Martin; RAMOS, Raquel Fabbri; MALAGOLLI, Guilherme Augusto. Expansão da produção orgânica brasileira: análise a partir do cadastro nacional de produtores orgânicos. I Seminário de Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural, 2017. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2017/seppu/anais/mundo-neto-ramo-s-malagolli.pdf> Acesso em 12 de maio de 2020

MUSSOI, Eros Marion. Reflexão sobre uma revisão histórica: modernização da agricultura e organização centralizada e descendente. *In: Métodos de Comunicação e participação nas atividades de extensão rural* / organizado por Saionara Araújo Wagner ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-36

NIEDERLE, Paulo Andre. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contra movimentos e novos circuitos de comércio. *In: Sustentabilidade em Debate*. Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-97, set/dez 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/117313> Acesso em 09 de agosto de 2021

NIEDERLE, Paulo Andre. WESZ JR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. *In: Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura* / organizadores Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. Curitiba : Kairós, 2013. p: 23-67. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf> Acesso em 25 de janeiro de 2021

NIEDERLE, Paulo Andre; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. Editorial: A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. *In: RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147579/000998349.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 07 de maio de 2021

NIEWOLNY, Kim L.; LILLARD, Patrick T. Expanding the Boundaries of Beginning Farmer Training and Program Development: A Review of Contemporary Initiatives To Cultivate a New Generation of American Farmers. *In: Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 1(1), 65-88, 2010. Disponível em: <https://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/11/4> Acesso em 22 de março de 2021

NOGUÉ I FONT, Joan. El fenomeno neorrural. *In: Agricultura y sociedad*, No 47, 1988, págs. 145-175. Disponível em: http://www.mapama.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_ays/a047_06.pdf Acesso em 27 de dezembro de 2017

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto CEPAS/SC, 2002. 55p. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/organicos.pdf Acesso em 22 de janeiro de 2021

ORGANIS; MARKET ANALYSIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil:** primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. 2017. Disponível em: <http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org%C3%A2nicos-no-Brasil-Relat%C3%B3rio-V20170718.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2021

ORGANIS; BRAIN. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://organis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/PESQUISA-ORGANIS-2019-2020-07-11.pdf> Acesso em 16 de agosto de 2021.

PAFUNDA, Rosana Akemi. **As novas ruralidades no debate paradigmático: estudo de caso sobre os neo-rurais de Juquitiba, São Paulo.** 2016. 129 f. Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3803219 Acesso em 12 de novembro de 2017

PEREIRA, Wellington. Há espaço para uma relação harmoniosa entre a produção de biocombustíveis e a Segurança Alimentar? *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.38, n.133, p.67-81, jul./dez. 2017, p. 67-81. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/945> Acesso em 17 de maio de 2021

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. *In: RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLQJSdyX8Y7pkM475v/?lang=pt> Acesso em 07 de maio de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar Nº 482, de 17 de janeiro de 2017. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-florianopolis-sc> Acesso em 31 de maio de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico - PMISB. Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_06_2012_14.15.09.46c1f2dc15beeb1982bd6d64f409a402.pdf Acesso em 31 de maio de 2021

QUIRÓS, Julieta. Nacidos, criados, llegados: relaciones de clase y geometrías socioespaciales en la migración neorrural de la Argentina contemporánea. *In: Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 28 (2): 271-287. doi: 10.15446/rcdg.v28n2.73512. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/jatsRepo/2818/281862059005/html/index.html> Acesso em 14 de abril de 2021

RAMOS, Flavia Soares. **Entre a teoria e a prática agroecológica**: onde e como estão as mulheres rurais? Um estudo na região da Grande Florianópolis. 2016. 158 f. Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168135/340738.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

RAMOS, Flavia Soares; NODARI, Eunice Sueli. Diálogos entre sociologia e extensão rural. *In: Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*. V. 2, n.1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/view/3320>

RATIER, Hugo E. Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Un estado de la cuestión. *In: Revista de Ciências Humanas* (Temas do Nosso Século). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC. n. 31 - abril de 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25175> Acesso em 17 de abril de 2019

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf Acesso em 02 de maio de 2021

ROVER, Oscar José. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia. *In: Ciências Sociais* - Vol. 47, N. 1, p. 56-63, Unisinos, São Leopoldo, jan/abr 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1044 Acesso em 21 de janeiro de 2021

Rover, O. J.; Viegas, M. T.; Silva, B.; Gelbcke, D.; Morelli, N. Comercialização de alimentos orgânicos no varejo da ilha de Santa Catarina - Florianópolis/SC. **Relatório Final do Projeto de “Pesquisa sobre a comercialização em varejo de alimentos orgânicos na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis/SC**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <https://lacf.paginas.ufsc.br/files/2015/12/relat%C3%B3rio-FINAL-pesquisa-varejo-org%C3%A2nico.-Fpolis.pdf> Acesso em 15 de janeiro de 2021

SANDES, Lorena Carvalho de Moraes; TENÓRIO, Pedro Pereira. A Pnater: reflexões sobre os seus princípios e objetivos a partir da percepção de extensionistas rurais do município de Paulo Afonso, Bahia. *In: Interações* (Campo Grande) 21 (4) • Jul-Sep 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/spQxj6tB7Qsb4SJNXjmBNwv/#> Acesso em 01 de dezembro de 2021

SANTOS, José Vicente Tavares dos. As novas terras como forma de dominação. *In: Questão Agrária, Hoje*, Lua Nova (23), Mar 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/t8nkzLmTG45t7vjBCxY4cPg/?lang=pt> Acesso em 01 de junho de 2021

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. **Regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil: Caminhos, “descaminhos” e sua contribuição na construção do sistema de comércio ético e solidário**. 2005. Disponível em: http://cirandas.net/articles/0029/9252/ANEXO_P105_Regulamentacao_da_agricultura_a_organica_no_brasil.PDF Acesso em 10 de agosto de 2021

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. **Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a sua experiência de certificação participativa**. Texto de divulgação da Rede Ecovida. 2003. Disponível em: http://cirandas.net/articles/0029/9255/Anexo_P34_Luis_Rebelatto_-_Rede_Ecovida.pdf Acesso em 02 de março de 2021

SCHAEFFER, Roberto; COHEN, Claude; ALMEIDA, Mauro Araújo; ACHÃO, Carla Costa; CIMA, Fernando Monteiro. **Energia e pobreza: problemas de desenvolvimento energético e grupos sociais marginais em áreas rurais e urbanas do Brasil**. CEPAL - División de Recursos Naturales e Infraestructura. Santiago de Chile: 2003

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *In: Revista de Economia Política*, vol. 30 n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28846> Acesso em 15 de janeiro de 2020

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex; MARINHO, Marisson de M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *In: Estudos Avançados* - v. 34, n. 100, p. 167-188, São Paulo, Dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178766/165383> Acesso em 03 de maio 2021

SCHREINER, Laura; LEVKOE, Charles Z. Levkoe; SCHUMILAS, Theresa. Categorizing practical training programs for new farmers: A North American scan. *In: Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 8(2), 9-17. Disponível em: <https://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/589> Acesso em 22 de março de 2021

SCOTT, Christian Kelly; RICHARDSON, Robert. Farmer social connectedness and market access: A case study of personal networks among emerging farmers. *In: Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 10(2), 1–23. 2021. Disponível em:

<https://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/951> Acesso em 01 de abril de 2021

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 18, 1992. Disponível em:

http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_06.pdf Acesso em 01 de junho de 2021

SILVA, Maicon Cláudio da; MATTEI, Lauro. Breves notas sobre a demografia na Região da Grande Florianópolis na primeira década do século XXI. *In: Revista NECAT* - Ano 2, n. 3, Jan-Jun de 2013. p. 89-101. Disponível em:

<https://necat.paginas.ufsc.br/files/2012/08/REV.-3-NECAT-COMPLETA-REVISADA-LM.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2022

SILVESTRO, Milton Luiz *Et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120p. Disponível em:

<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-49340/os-impasses-sociais-da-sucessao-hereditaria-na-agricultura-familiar> Acesso em 12 de janeiro de 2022

SOUZA, Maria Célia Martins de. **Certificação de produtos orgânicos**. Instituto de Economia Agrícola, 2001. Disponível em:

<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=260> Acesso em 11 de agosto de 2021.

SOUZA-SEIDL, Renata; BILLAUD, Jean-Paul. O casamento entre os circuitos curtos e a agricultura de base ecológica como elemento-chave de sustentabilidade agrícola em metrópoles. *In: Rede de agroecologias: experiências no Brasil e na França*. Organizadores Alfio Brandenburg, Jean-Paul Billaud, Claire Lamine. Curitiba: Kairós Edições, 2015. p. 134-167.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC". Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2002. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 de janeiro de 2022.

TADJEDDINE, Yamina. *L'Emprise des Marchés: Comprendre leur Fonctionnement pour Pouvoir les Changer*, by Michel Callon. *In: Journal of Cultural Economy*, 11:4, 368-371, 2018. Disponível em

<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17530350.2018.1461123?needAccess=true> Acesso em 07 de maio de 2020

TIMMER, W. J. Planejamento do trabalho em extensão agrícola. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura e Serviço de informação agrícola, 1954. 214p.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In: Políticas públicas de*

desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa e Sergio Schneider - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 181-200.

TRIMANO, Luciana Geraldine. ¿Qué es la neorruralidad? Reflexiones sobre la construcción de un objeto multidimensional. *In: Territorios*, 41: 119-142, Julio-Diciembre 2019. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/xml/357/35760268006/index.html> Acesso em 13 de abril de 2021

TUMELERO, Aglaé Isadora. **Como os presidentes se informam?** A estratégia presidencial de assessoramento no Brasil (1990-2017). Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2019. 155f.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *In: Segurança Alimentar e Nutricional* - v. 16, no 2, p. 20-42, Campinas, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783/2702> Acesso em 14 de junho de 2021

VARGAS, Yara Tarragó. **Os neo-rurais: capital humano estratégico de mudanças**. Rio de Janeiro. 2002. 132f. Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16956/Os%20neo-rurais.pdf?sequence=1> Acesso em 06 de janeiro de 2018

VENTURI, Marcelo. A influência da permacultura em unidades de novos rurais. Tese (de doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216168> Acesso em

VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*. v. 29, n. 1, fevereiro a maio de 2021, p. 197-218 Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_11_feiras/esa29-1_11.html Acesso em 17 de agosto de 2021

VILELA, Gisele Freitas; MANGABEIRA, João Alfredo de Carvalho; MAGALHÃES, Luciola Alves; TÔSTO, Sérgio Gomes. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos** – Campinas: Embrapa Territorial, 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197399/1/5058.pdf> Acesso em 17 de janeiro de 2020

VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecológica. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, vol. 1, fev. São Paulo, Cortez/ANPOCS. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm Acesso em 20 de dezembro de 2017

WAGNER, Saionara Araújo. Retrospectiva histórica. *In: Métodos de Comunicação e participação nas atividades de extensão rural* / organizado por Saionara Araújo Wagner ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 17-25

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas**. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras, 21, 413-472. 2013 Disponível em: <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF> Acesso em 02 de janeiro de 2021

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4 Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>, Acesso em 02 de janeiro de 2021

ZOLDAN, P.C.; MIOR, L.C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. 94p. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/agriculturaorganica.pdf Acesso em 13 de janeiro de 2021

APÊNDICE A - Questionário para levantamento de campo

Pergunta	Tipo de resposta ou possibilidades	Observação
1. Nome	aberta	
2. Sexo/Gênero	feminino / masculino / outro	
3. Idade	aberta	
4. Trabalha na unidade produtiva	Sim, exclusivamente / Sim, parcialmente / Não	
5. Município	aberta	Alguns cadastros constam o local de residência, sendo esse, diferente do local da unidade produtiva
6. Localização do imóvel	rural (ITR) / urbano (IPTU) / outros	Nessa pergunta, foi muito frequente a resposta "outros", pois os Planos Diretores e a organização dos municípios são confusas.
7. Bairro (apenas para unidades de Florianópolis)	aberto	Possibilitará uma discussão mais específica sobre o Plano Diretor do Município
8. Tipo de produção certificada	Produção primária vegetal/animal / Produção primária vegetal/animal e processamento / outros	
9. Certificadora	incluídas todas as certificadoras identificadas no processo inicial de tratamento de informações	
10. No caso de haver mais de uma certificadora: por que?	aberto	
11. Há quanto tempo produz orgânicos? (sem certificação)	aberto	
12. Há quanto tempo é certificado?	aberto	
13. Quais os principais motivos para produzir orgânicos?	aberto	
14. Quais os principais motivos para certificar?	aberto	

15. Quantos produtos você tem certificado?	1-5 / 6 - 10 / 11 - 15 / 16 - 20 / 20 - 50 / mais de 50	
16. O que produzia antes dos orgânicos?	aberto	Essa questão verifica se a pessoa teve outras experiências agrícolas
17. Quem trabalha na unidade	você / companheira/o / contratadas/os / filhas/os / não trabalha (tem outro emprego) / não trabalha (aposentada/o) / outros	
18. Algum deles está listado no CNPO?	sim / não	
19. Se sim, informar quem:	aberto	verificar
20. Quem fez a inscrição no CNPO?	eu mesmo / certificadora / extensionista / outra pessoa da unidade produtiva / outros	
21. Onde/como faz a comercialização?	feira / compra coletiva / compras institucionais (escolas, hospitais) / mercados e supermercados / entrega a domicílio / entrega em restaurantes / vende em casa / atravessador / Ceasa / Indústrias e empresas / outros	
22. Usa algum recurso ou rede social para divulgar seus produtos e/ou a propriedade? (carro de som, blog, facebook, whatsapp, jornal, etc)	sim / não	
23. Qual rede social/blog/site?		
24. A agricultura é tua principal fonte de recursos?	Sim / não	
25. Se não é, indique qual é sua principal fonte de recursos:		
* PESSOAS SEM ORIGEM NA AGRICULTURA*		
a) Local de nascimento		
b) profissão anterior		

c) Possibilidade de visitar o local da produção e dar uma entrevista?	Sim para ambos / Não para ambos / Visitar, não participar da entrevista / Participar da entrevista, não visitar	
d) Comentários		
e) Outro contato		

APÊNDICE B - Questionário online para pesquisa com novas/os agricultoras/es

Bloco 1: Perfil inicial

Nome completo	questão dissertativa
Local de nascimento (cidade, Estado)	questão dissertativa
Ano de nascimento	resposta numérica
Gênero	Marcar uma das opções: feminino/masculino/prefiro não dizer
Estado civil	Marcar uma das opções: solteira/o; casada/o ou mora junto; separa/o ou divorciada/o; outros
Tem filhos?	marcar opção que se aplica: sim/não
Quem mora com você na mesma residência?	marcar todas as opções que se aplica.: companheira/o; filhas/os. pais, amigos; moro sozinho; outros
Grau de instrução (marcar a maior formação)	Marcar uma das opções: sem estudo formal a doutorado
Profissão (atual ou anterior ao trabalho agrícola)	questão dissertativa
Atualmente, você ainda exerce essa profissão?	Marcar uma das opções: SIM (presencial integral e parcial, a distância integral ou parcial), NÃO (aposentado, dedicação apenas ao trabalho agrícola, outros motivos)
Marque as opções que melhor descrevem como você se identifica em relação a sua experiência no meio rural e com o trabalho agrícola	Marcar todas as opções que se aplicam: Agricultor; produtor rural; empresário rural; trabalhador rural; camponês; neorural; outros
Você participa	Marcar todas as opções que se aplicam: sindicato ligado à sua profissão anterior ou atual (não agrícola); sindicato rural/agrícola; associação ou grupo de agricultores; associação ou grupo de consumidores; comitê ou comissão pública; partido político; movimento social; grupo religioso; outros

Bloco 2: A unidade produtiva

Município da unidade produtiva	resposta curta
* A unidade produtiva está localizada em:	Marcar uma das opções: área rural (pago ITR); área urbana (pago IPTU); outros
Qual é o regime de posse da terra?	Marcar uma das opções: própria (comprada individualmente); própria (comprada coletivamente); própria (herdada); alugada/arrendada; emprestada; outros

Há quanto tempo está/tem essa terra? (em anos)	resposta em número
* Por que escolheu esse local/região?	questão dissertativa
Quais foram as principais características que te atraíram para essa unidade? (geografia, acesso à recursos naturais, estado de conservação, facilidade de acesso, entre outros). Descreva o que achar mais relevante.	questão dissertativa
Qual o tamanho total da sua unidade?	resposta curta
* Qual a área utilizada para o cultivo atualmente?	resposta curta
Há quanto tempo produz no local? (em anos)	resposta em número
Você mora na unidade produtiva?	Marcar uma das opções: Sim/Não - a resposta encaminhará para parte 2 do mesmo bloco

Bloco 2 - B1 - APENAS para quem NÃO MORA no local da produção

Se não mora no mesmo imóvel, em que município mora?	resposta curta
Com que frequência vai na unidade produtiva?	Marcar uma das opções: todos os dias; uma vez por semana; algumas vezes por semana; uma vez por mês; algumas vezes por mês; uma vez por ano; algumas vezes por ano; nunca
Faz parte dos seus planos ir morar lá algum dia?	Marcar uma das opções: Sim/Não/Talvez
Quais os motivos para não morar nesse local?	questão dissertativa
Alguém cuida do local quando você não está?	Marcar uma das opções: Sim/Não
Com que frequência você se relaciona com seus vizinhos da unidade produtiva?	indicar para cada variável a frequência (todos os dias, 1 vez por semana, 1 vez por mês, 1 vez por ano, nunca) Variáveis: pedir/emprestar algo/ pedir/oferecer ajuda; pedir opinião/conselho; reunião de planejamento produtivo; resolver problemas; confraternizar
Marque a quantidade de pessoas que trabalharam na unidade produtiva no último mês (com dedicação de tempo parcial ou integral)	opção de pessoas: Companheiro/companheira afetiva; filho(s) / filha(s); trabalhadores(as) contratados(as) via CLT; trabalhadores(as) contratados(as) sem CLT; diarista; troca de serviços com vizinhos; outros moradores da mesma unidade
Caso haja outras pessoas que trabalharam na unidade no último mês e que não tenham sido listadas acima, indique abaixo:	questão dissertativa

Bloco 2 - B2 - APENAS para quem MORA no local da produção

Em qual município você morava antes?	resposta curta
Há quanto tempo mora no local? (em anos)	resposta numérica
Com que frequência você vai a outro município maior ou ao centro	Marcar uma das opções: todos os dias; uma vez por semana; algumas vezes por semana; uma vez por mês; algumas vezes por mês; uma vez por ano; algumas vezes por ano; nunca
Assinale os motivos que te levam à cidade ou ao centro:	Marcar todas as opções que se aplicam: trabalhar; estudar; levar filhas/os na escola; serviços de saúde; passeio e lazer; visitas a família e amigos; entregar e/ou comercializar a produção; compras de itens pessoais e domésticos; compras de itens para produção e a unidade; outros
Você se sente adaptada/o à vida nesse local?	Escala: 1 (nenhum pouco) - 5 (plenamente)
Com que frequência você se relaciona com seus vizinhos da unidade produtiva?	indicar para cada variável a frequência (todos os dias, 1 vez por semana, 1 vez por mês, 1 vez por ano, nunca) Variáveis: pedir/emprestar algo/ pedir/oferecer ajuda; pedir opinião/conselho; reunião de planejamento produtivo; resolver problemas; confraternizar
Quais os maiores benefícios de morar nesse local?	questão dissertativa
Quais as maiores dificuldades de morar nesse local?	questão dissertativa
Marque a quantidade de pessoas que trabalharam na unidade produtiva no último mês (com dedicação de tempo parcial ou integral)	opção de pessoas: Companheiro/companheira afetiva; filho(s) / filha(s); trabalhadores(as) contratados(as) via CLT; trabalhadores(as) contratados(as) sem CLT; diarista; troca de serviços com vizinhos; outros moradores da mesma unidade
Caso haja outras pessoas que trabalharam na unidade no último mês e que não tenham sido listadas acima, indique abaixo:	questão dissertativa

Bloco 3: O trabalho agrícola

Qual a sua dedicação às atividades da unidade produtiva?	Opções: tempo integral; tempo parcial; não trabalho na unidade produtiva
Qual ou quais modalidades de agricultura são praticadas na unidade produtiva?	Marcar todas as opções que se aplicam: orgânica; biodinâmica; agroecológica; agrofloresta; natural; permacultura; alternativa; convencional; outros
Por que essa(s) modalidade(s) foi escolhida e o que significa cultivar dessa maneira?	questão dissertativa
Marque todas as atividade desenvolvidas na unidade produtiva (mesmo que não seja certificado)	opções: produção primária vegetal/animal; processamento; extrativismo; hospedagem; serviços de alimentação; atividades

	educacionais; venda no local; serviços ambientais; outros
Quais são as principais atividades executadas por você na unidade produtiva?	questão dissertativa
Como você se preparou para iniciar a atividade agrícola?	Marcar todas as opções que se aplicam: cursos presenciais de curta duração; cursos presenciais de longa duração; cursos a distância (pela internet ou outro meio); estágios de vivência; por conta própria na internet (sites, blogs, vídeos no youtube); por conta própria através de livros; não me preparei; outro
Você já participou de algum curso de formação da Epagri ou de outro órgão público?	Marcar uma das opções: Sim/Não
Antes de iniciar a produção, você elaborou um plano de negócios?	Marcar uma das opções: Sim/Não
Caso tenha feito um plano de negócios, você conseguiu aplicá-lo conforme planejado? Explique o que achar pertinente.	questão dissertativa
Nos últimos 12 meses, a unidade produtiva recebeu algum tipo de serviço de extensão rural e/ou assistência técnica?	Marque a opção que se aplica: Sim, da Epagri ou empresa pública; Sim, de empresa privada contratada; Sim, de profissional contratado diretamente; não
Você já acessou alguma política pública para o setor agrícola? Qual ou quais?	questão dissertativa
Você tem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)?	Marcar uma das opções: Sim/Não/Não sei o que é
Assinale todos os itens que disponíveis atualmente na sua unidade produtiva:	opções: sistema de irrigação; estufa; trator; cozinha industrial; galpão de armazenamento; freezer; veículo de trabalho; veículo de passeio; internet wireless; painéis solares; poço artesiano; banheiro seco; composteira; galinheiro; ordenhadeira mecânica; gerador de energia elétrica
Quais foram os maiores investimentos feitos na unidade produtiva? Se possível, indique por ordem de importância	questão dissertativa
Você planeja fazer algum investimento significativo na unidade nos próximos 12 meses?	Marcar uma das opções: Sim/Não/Talvez
Você planeja que alguém da sua família ou indicado por você dê continuidade na atividade agrícola?	questão dissertativa
Use esse espaço para comentar ou adicionar informações referentes à essa bloco de perguntas, caso julgue necessário.	questão dissertativa

Bloco 4: Certificação e comercialização

Qual é a certificadora atual?	Marcar todas as opções que se aplicam: Rede Ecovida; Ecocert; ABDSul; IBD; KIWA; outros
Desde que ano você é certificado por essa certificadora?	resposta numérica
Por que optou por essa certificadora?	questão dissertativa
Quais foram os benefícios que a certificação trouxe para você e/ou a sua unidade de produção?	questão dissertativa
Quais foram os prejuízos da certificação?	questão dissertativa
Escolheu esse tipo de certificação visando algum tipo específico de produto ou modo de comercialização?	Marcar uma das opções: Sim/Não
Caso a resposta acima seja afirmativa, indique os motivos:	questão dissertativa
Há quanto tempo comercializa o que é produzido na unidade? (em anos)	resposta numérica
Você produziu, por algum tempo, apenas para o consumo pessoal, sem comercializar?	Marcar uma das opções: Sim/Não
Caso tenha produzido apenas para o consumo por algum tempo, você precisou fazer algum tipo de alteração no produto final quando decidiu comercializar? Explique.	questão dissertativa
Para cada modalidade de comercialização, indique a frequência que você pratica:	Variáveis de frequência: frequente; ocasional; raro; nunca. Modalidades de comercialização: feira; compra institucional; entrega de cestas/produtos à domicílio; Células de Consumidores Responsáveis; Comunidade que Sustenta a Agricultura; venda em casa; venda para agroindústria local; venda para supermercados, mercados; venda pro CEASA; venda para outros agricultores; lojas de produtos naturais e orgânicos; não comercializa
Dentre essas formas, qual é a mais importante financeiramente?	questão dissertativa
Qual é a que você mais gosta? Por que?	questão dissertativa
Como você define o preço final do seu produto?	questão dissertativa
Qual porcentagem da sua renda (ou do seu conjunto familiar) é resultado do trabalho agrícola?	questão dissertativa

Você consumia alimentos orgânicos antes de produzir?	Marcar na escala, sendo 1 nunca; 2 raramente; 3 às vezes; 4 frequentemente; 5 sempre
Se atualmente você consome alimentos orgânicos não produzidos por você, indique com que frequência você:	Variáveis de frequência: frequente; ocasional; raro; nunca. Modalidades de acesso: compra em supermercado; compra em feira; compra de outros agricultores da sua rede; compra de vizinhos; troca com vizinhos; ganha de vizinhos
Use esse espaço para comentar ou adicionar informações referentes à essa bloco de perguntas, caso julgue necessário.	questão dissertativa

Bloco 5: Covid-19

Você faz parte do grupo de risco? (Com mais de 60 anos, asmáticos, pessoas com doenças do coração, fumantes, diabéticos)	Marcar uma das opções: Sim/Não
Alguém na sua unidade produtiva faz parte do grupo de risco? Quem?	questão dissertativa
Você cumpriu o isolamento social?	Marcar a opção que se aplica: sim, ainda estou isolada/o; sim, mas já não estou mais isolada/o; não, em nenhum momento
Recebeu alguma orientação técnica específica para produção e comercialização dos alimentos?(marque todas as opções verdadeiras)	Marcar todas as opções que se aplicam: sim, por órgãos públicos; sim, pela certificadora; Sim, da agroindústria ou mercado para quem vendo; não
Caso tenha recebido orientações, você adotou essas medidas?	Marcar a opção que se aplica: Sim, integralmente; sim, parcialmente; não; prefiro não me manifestar
Você acha que essas recomendações são/foram eficientes para garantir a segurança das agricultoras/es e consumidoras/es?	Marcar na escala, sendo 1 pouco eficiente e 5 muito eficiente
Na sua unidade produtiva, foram adotadas medidas de segurança por conta própria?	Marcar uma das opções: Sim/Não
Se sim, quais?	questão dissertativa
Você participou de algum tipo de discussão coletiva sobre o tema?	Marcar todas as opções que se aplicam: sim, com vizinhos; sim, com outros agricultores, não necessariamente vizinhos; sim, com consumidores; sim, com a certificadora; sim, com o sindicato; sim, com o movimento social; não; outros.
Você notou alguma alteração na demanda pelos alimentos que produz?	Marcar uma das opções: sim, aumento na demanda; sem, redução na demanda; não, permaneceu igual
Caso tenha tido aumento na demanda, você conseguiu fornecer os produtos?	Marcar uma das opções: Sim, totalmente; sim, parcialmente; não, porque minha produção é

	limitada e tem destino certo; não, porque não pude entregar; não se aplica; outros.
Caso tenha havido redução da demanda, você acha que foram por quais motivos?	questão dissertativa
Caso você participe de políticas de compras públicas (como PAA ou PNAE), você manteve o fornecimento nesse período?	questão dissertativa
Você recebeu algum benefício público ou acessou algum crédito especial da Secretaria de Agricultura ou do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária?	questão dissertativa
Use esse espaço para comentar ou adicionar informações referentes à essa bloco de perguntas, caso julgue necessário.	questão dissertativa

ANEXO A - Quadro com informações gerais da agricultura na RGF, compilado pela autora

Municípios da Região da Grande Florianópolis, identificados como parte da Região Metropolitana (RM) e Área de Expansão (AE), em ordem crescente por número total de habitantes segundo estimativa populacional do IBGE 2018. Número de estabelecimentos agropecuários (tabela sidra 6635) e de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (tabela sidra 6884) de acordo com Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Relação entre população ocupada e estabelecimentos agropecuários.

Municípios da Região da Grande Florianópolis	Estimativa do n° de habitantes (IBGE, 2018)	n° de estabelecimentos rurais (IBGE, 2017)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017)	% da população total ocupada em estabelecimentos agropecuários
São Bonifácio (AE)	2.862	530	1273	44,47%
Rancho Queimado (AE)	2.868	353	883	30,78%
Leoberto Leal (AE)	3.083	639	1821	59,06%
Anitápolis (AE)	3.236	500	1177	36,37%
Major Gercino (AE)	3.430	465	972	28,33%
Angelina (AE)	4.860	884	2069	42,57%
São Pedro de Alcântara (RM)	5.709	323	775	13,57%
Águas Mornas (RM)	6.378	809	1581	24,78%
Paulo Lopes (AE)	7.418	235	422	5,68%
Antônio Carlos (RM)	8.411	545	1394	16,57%
Alfredo Wagner (AE)	9.984	1656	6801	68,11%
Canelinha (AE)	12.080	210	357	2,95%
Nova Trento (AE)	14.312	491	1150	8,03%
Governador Celso Ramos (RM)	14.333	92	202	1,40%
Garopaba (AE)	22.568	253	488	2,16%
Santo Amaro da Imperatriz (RM)	22.905	435	814	3,55%
São João Batista (AE)	36.244	578	1143	3,15%
Tijucas (AE)	37.645	445	998	2,65%
Biguaçu (RM)	67.458	346	1107	1,64%
Palhoça (RM)	168.259	234	549	0,32%
São José (RM)	242.927	107	232	0,09%
Florianópolis (RM)	492.977	211	595	0,12%
TOTAL	1.189.947	10341	26.803	2,25%

Fonte: compilação de dados do IBGE (2017, 2018)

ANEXO B - Declaração conjunta de 25 países latino americanos e caribenhos para garantir o abastecimento alimentar durante a pandemia de COVID-19

El COVID-19 y los Riesgos a las Cadenas de Abastecimiento de Alimentos

Los Ministros y Secretarios de Agricultura, Ganadería, Pesca, Alimentación y Desarrollo Rural de 25 países de América Latina y el Caribe acordamos informar a la opinión pública sobre las medidas que tomamos y que seguiremos tomando a fin de asegurar el abastecimiento de alimentos suficientes, inocuos y nutritivos para los 620 millones de consumidores de nuestra región.

1. En la actualidad, los mercados de la región cuentan con suficientes alimentos para asegurar el abastecimiento. Los stocks globales de los principales alimentos están en un buen nivel, y las cosechas en los principales países productores han sido buenas. Dieciocho millones de agricultores, pescadores, ganaderos y acuicultores, hombres y mujeres, siguen trabajando día a día en nuestra región, para que los alimentos no falten en nuestras mesas. Lo mismo hacen las y los trabajadores de las agroindustrias, el transporte, las empresas importadoras y exportadoras, y los mercados mayoristas y minoristas.
2. A diferencia de crisis anteriores, la oferta de alimentos se ha mantenido estable en el mundo y en nuestra región. Por lo tanto, no existen razones que justifiquen aumentos importantes en los precios internacionales de los alimentos, por lo que hacemos un llamado a todos los actores del sistema alimentario, a impedir la especulación en este momento de emergencia.
3. No obstante, si la pandemia se extiende en el tiempo, las cadenas de abastecimiento de alimentos van a estar sometidas a mayor presión. En este sentido, si todos los países nos esforzamos en mantener funcionando las cadenas locales, nacionales, regionales y globales de abastecimiento, podremos asegurar los alimentos de forma sostenible para toda la población.
4. Para ello, nos comprometemos a actuar coordinadamente, intercambiando información y buenas prácticas, y a adoptar medidas apropiadas de acuerdo con la realidad de cada país, como las siguientes:
 - a. Proveer asistencia técnica y financiera a los pequeños y medianos productores agrícolas, pesqueros, acuícolas, ganaderos, y pequeños y medianos agroindustriales, que aportan una alta proporción de los alimentos básicos para el consumo nacional. Sostener y, en algunos casos, aumentar su producción es esencial.
 - b. Asegurar el funcionamiento regular de los mercados mayoristas locales, regionales y nacionales, asegurando su liquidez, el acceso a ellos de los productos y de los trabajadores, coordinando acciones en este mismo sentido con actores importadores y distribuidores de alimentos del sector privado.
 - c. Implementar programas de emergencia para prevenir las pérdidas y desperdicios de alimentos, incluyendo aquellas que estimulen y faciliten el funcionamiento de bancos de alimentos.
 - d. Monitorear en forma constante las cadenas logísticas, especialmente aquellas que incluyen dos o más países, y disponer medidas para resolver expeditamente cualquier cuello de botella que puedan reducir su funcionamiento.
 - e. Introducir y fomentar el uso de plataformas y aplicaciones de comercio electrónico de alimentos y otras medidas que permitan reducir el impacto de la sana distancia social y para favorecer cadenas con un menor número de intermediarios entre productores, comercios pequeños y medianos en los barrios, y consumidores.
 - f. Promover que las políticas fiscales o comerciales, que definan los gobiernos como parte de su respuesta al efecto económico de la crisis, no debiliten el funcionamiento normal del comercio regional y global de alimentos.
 - g. Establecer mecanismos ágiles, público-privados, que operen como comités de emergencia de los sistemas alimentarios, para facilitar el monitoreo constante del abastecimiento y de la situación de los mercados, y la coordinación de respuestas adecuadas en tiempo real. Recurriremos nuevamente a plataformas globales establecidas en respuesta a la crisis de precios del 2007-2008, como el AMIS.
5. Finalmente, los Secretarios y Ministros firmantes de esta declaración pública, con el apoyo de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) y otros organismos multilaterales especializados como el Programa Mundial de Alimentos (PMA), el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), la Organización Mundial de Sanidad Animal (OIE), el Caribbean Research and Development Institute (CARDI), la Caribbean Agricultural Health and Food Safety Agency (CAHFSA), y el Organismo Internacional Regional de Sanidad Agropecuaria (OIRSA), nos comprometemos a mantenernos comunicados y a colaborar en todas las medidas que sean útiles para asegurar que los 620 millones de latinoamericanos y caribeños, sigan teniendo, cada día, alimentos suficientes, inocuos y saludables en sus mesas.

El COVID-19 y los Riesgos a las Cadenas de Abastecimiento de Alimentos

Samantha Nicole Marshal
Ministra de Agricultura, Pesca y Asuntos de Barbuda
ANTIGUA Y BARBUDA

Michael Clifton Pintard
Ministro de Agricultura y Recursos Marinos
BAHAMAS

Indar Weir
Ministro de Agricultura y Seguridad Alimentaria
BARBADOS

Godwin Hulse
Ministro de Alimentación y Agricultura e Inmigración
BELICE

Eliane Capobianco Sandoval
Ministra de Desarrollo Rural y Tierras
BOLIVIA

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias
Ministra de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento
BRASIL

Antonio Walker Prieto
Ministro de Agricultura
CHILE

Renato Alvarado Rivera
Ministro de Agricultura
COSTA RICA

Fidel Grant
Ministro de Economía Azul y Verde, Agricultura y Seguridad Alimentaria Nacional
DOMINICA

Xavier Lazo Guerrero
Ministro de Agricultura y Ganadería
ECUADOR

Pablo Anliker Infante
Ministro de Agricultura y Ganadería
EL SALVADOR

Yolande Bain-Horsford
Ministra de Agricultura, Silvicultura y Pesca
GRENADA

Oscar Bonilla Aguirre
Ministro de Agricultura, Ganadería y Alimentación
GUATEMALA

Audley Fitz-Albert Shaw
Ministro de Industria, Comercio, Agricultura y Pesca
JAMAICA

Víctor Villalobos Arámbula
Secretario de Agricultura y Desarrollo Rural
MÉXICO

Edward Centeno Gadea
Ministro de Agricultura y Ganadería
NICARAGUA

Augusto Valderrama Barragán
Ministro de Desarrollo Agropecuario
PANAMA

Rodolfo Friedman Alfaro
Ministro de Agricultura y Ganadería
PARAGUAY

Jorge Montenegro Chavesta
Ministro de Agricultura y Riego
PERÚ

Carlos Leal Tellería
Ministro del Poder Popular para la Alimentación de la República Bolivariana de Venezuela
REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

Osmar Benitez
Ministro de Agricultura
REPÚBLICA DOMINICANA

Eugene Alastair Hamilton
Ministro de Tierras, Agricultura, Cooperativas, Salud, Vivienda, Desarrollo Comunitario, Asuntos de Género y Asuntos Sociales
SAN CRISTOBAL Y NIEVES

Saboto Caesar
Ministro de Agricultura, Forestería, Pesca, Transformación Rural, Industria y Trabajo
SAN VICENTE Y LAS GRANADINAS

Rabindre Tewari Parmessar
Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca
SURINAM

Carlos Uriarte Bregante
Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca
URUGUAY

Abril, 2020